JÚLIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA

BAIRROS ORIENTAIS

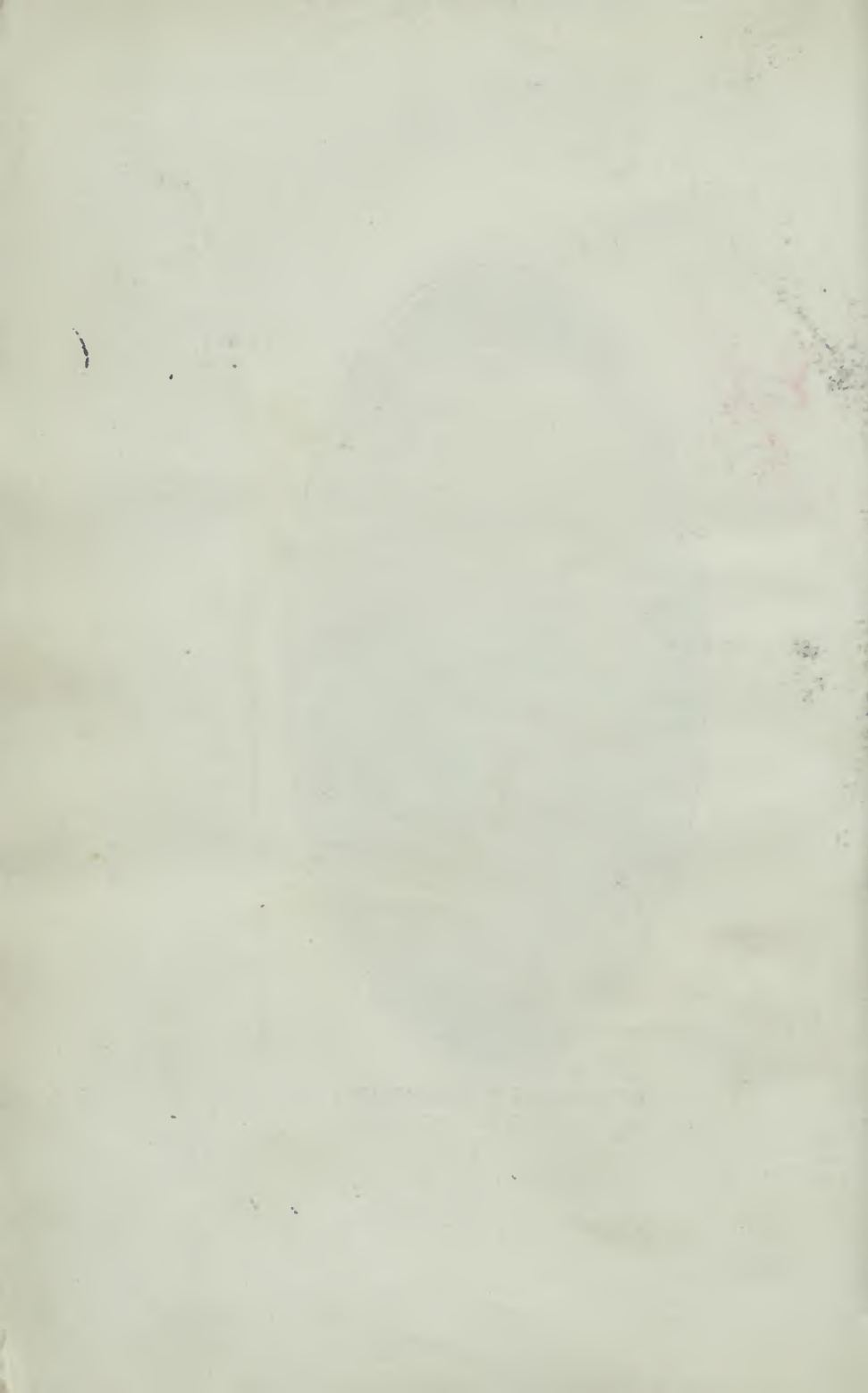
2.ª Edição

revista e ampliada pelo autor
e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva

VOLUME I

LISBOA
S. INDUSTRIAIS DA C. M. L.
1935

LISBOA ANTIGA

RETRATO DE J. DE CASTILHO
Fot. de A. Garcia

LISBOA ANTIGA

SEGUNDA PARTE

Bairros Orientais

POR

Júlio de Castilho

2.ª Edição

TOMO I

LISBOA
S. INDUSTRIAIS DA C. M. L.
1934

Desta edição tiraram-se cinqùenta exemplares, em papel especial, numerados, que não entraram no Mercado

Exemplar N.º ....

No cumprimento da proposta apresentada em sessão de 9 de Novembro de 1933 da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa pelo vogal sr. Luiz Pastor de Macedo, e aprovada por unanimidade, inicia-se com o presente volume a reimpressão da *Lisboa Antiga—Bairros Orientais*, do Visconde Júlio de Castilho, de harmonia com os subsídios para tal fim reünidos pelo seu ilustre autor e que se encontram no Arquivo Municipal.

Desde que no Municipio de Lisboa os problemas culturais começaram a ser encarados com o cuidado que merecem, a reedição da *Lisboa Antiga* impunha-se, de facto, como uma necessidade inadiável.

Trata-se, com efeito, dum trabalho de há muito esgotado para o grande público e de fundamental interêsse para o estudo da cidade velha,—e que é não só a obra dum arqueólogo e dum erudito, profundo conhecedor de bibliotecas e arquivos, mas também a dum artista, sensivel como poucos ao espírito do tempo que passou, dum poeta que em cada pedra antiga encontra motivos permanentes de evocação e beleza,—livro dum lisboeta puro para todos os lisboetas que

amam sinceramente Lisboa no seu passado de grandezas, na sua tradição de pitoresco, na sua legenda cheia de piedade e de fé.

Através da sua pena de escritor vernáculo, nobre herdeiro dum nome glorioso nas letras portuguesas, e do seu coração, palpitando sempre no amor da Pátria e da Grei, Júlio de Castilho ergueu, assim, na *Lisboa Antiga*, o mais belo monumento que um homem de espírito podia oferecer à sua terra. Confiando a reedição de tão grande obra ao sr. engenheiro Augusto Vieira da Silva, a Câmara Municipal de Lisboa soube honrar, simultâneamente, a memória gloriosa de Júlio de Castilho e a obra ilustre do seu continuador, a quem a arqueologia e a história olisiponenses devem algumas das suas melhores páginas de investigação.

Fevereiro, 1934.

A Comissão Administrativa
da Câmara Municipal de Lisboa.

Proposta apresentada pelo Sr. vereador Luiz Pastor de Macedo e aprovada em sessão de 9 de Novembro de 1933 da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.

«Considerando que a *Lisboa Antiga*, de Júlio de Castilho, é uma obra de fundamental interêsse para o estudo da história da capital;

Considerando que os volumes de que ela se compõe se encontram de há muito esgotados para o grande público, atingindo os poucos exemplares que aparecem à venda, preços verdadeiramente inacessíveis à maioria da população estudiosa e amiga da cidade;

Considerando que no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa se encontram, há já alguns anos, o original e os elementos que Júlio de Castilho reüniu para uma nova edição da sua notabilíssima obra;

Considerando que o Município deve, sempre que repute necessário, solicitar a colaboração das individualidades competentes em determinados assuntos;

Tenho a honra de propor:

1.º—Que a Câmara Municipal de Lisboa promova desde já a reimpressão da *Lisboa Antiga —Bairros Orientais*—de Júlio de Castilho, de harmonia com os elementos reünidos pelo seu glorioso autor, e que se acham no Arquivo Municipal;

2.º—Que essa edição se faça a expensas do Município, de fórma a tornar acessível a todos os lisbonenses, e aos portugueses em geral, a aquisição de tão notável obra;

3.º—Que seja convidado a dirigir essa reedição um ilustre arqueólogo e historiador da cidade, a designar oportunamente;

4.º—Que do artigo 103.º «Despesas Imprevistas» do Orçamento, seja transferida a importância de Esc. 10:000$00 para o início da publicação.»

Proposta apresentada pelo Sr. vereador Luiz Pastor de Macedo e aprovada em sessão de 29 de Dezembro de 1933 da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.

«Considerando que a reimpressão de *Lisboa Antiga—Bairros Orientais*, de Júlio de Castilho, que a Câmara Municipal de Lisboa resolveu levar a efeito, de harmonia com a proposta aprovada em sessão da Comissão Administrativa de 9 de Novembro último, carece de ser orientada por uma alta individualidade, consagrada pelos seus estudos de arqueologia olisiponense e história da cidade;

Tenho a honra de propor:

Que seja convidado a dirigir essa reedição o Sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva, sem que isto represente desprimor algum para com os outros ilustres olisipógrafos, visto que por todos é reconhecida a insofismável competência do autor consagrado de tantos trabalhos notáveis sôbre a velha Lisboa.»

Duas palavras de explicação

A Câmara Municipal de Lisboa, tendo adquirido o original da monumental obra *Lisboa Antiga*, do falecido Visconde de Castilho (Júlio), e o direito de propriedade sôbre novas edições da mesma, resolveu fazer a reedição da 2.ª parte, *Bairros Orientais*, pelos seguintes motivos:

1.º—O cunho nìtidamente lisboeta da obra, em que se alia a um sem número de elementos para o conhecimento da história da cidade, um estilo vernáculo e brilhante, que torna ao mesmo tempo instrutiva e atraente a leitura;

2.º—A raridade dos exemplares da 1.ª edição, que só a largos intervalos de tempo aparecem em leilões ou no mercado, atingindo sempre preços elevadíssimos, e sendo assim inacessíveis a muitos estudiosos.

Explica o autor, no prefácio, a historia das edições do seu trabalho; esgotada a 1.ª edição, continuou êle as suas investigações e estudos, e ainda presidiu á reedição da 1.ª parte *(O Bairro Alto)*, que se desenvolveu, na 2.ª edição, em 5 volumes. Tinha tudo preparado para a nova pu-

blicação da 2.ª parte (*Bairros Orientais*), quando a morte o veio roubar (em 8 de Fevereiro de 1919) ao convívio dos seus amigos e admiradores, e ao culto das letras e dos estudos olisiponenses.

O original preparado para esta reedição foi actualizado pelo autor até ao ano de 1915, em que esperava entregá-lo a um editor, mas contém ainda algus trechos que, por inadvertência, não foram por êle actualizados, e outros que se referem a factos que sofreram alteração desde aquela data até à da actual edição.

Segundo o programa combinado com a Câmara Municipal, mantém-se nesta reedição a estrutura da obra, como consta do original preparado pelo autor para a tipografia, corrigindo-se os lapsos manifestos do escritor, e as gralhas de composição, e adicionando-se, com indicação da proveniência, breves anotações para esclarecimento do texto, ou pequenos desenvolvimentos dos assuntos nele tratados.

AUGUSTO VIEIRA da SILVA.

Explicação prévia

Procedia em 1878 o autor dêste livro a minuciosas buscas a respeito de um prédio ali a S. Pedro de Alcântara. O inevitável desenvolvimento que tomavam as buscas, a soma de inesperadas notícias desentranhadas nos documentos, fundiram um volume, que era a história do Bairro-alto.

O inteligente e saudoso livreiro-editor António Maria Pereira, da rua Augusta, imprimiu-o em 1879. Correram anos; a edição esgotou-se.

Êsse volume, de 360 páginas apenas, foi a pouco e pouco acrescentado, e desdobrou-se nos cinco volumes da segunda edição, lindamente impressa pela Casa Bastos, do Chiado, e adornada de vistas, plantas e retratos (1902 a 1904).

Tendo tomado o gôsto a êste género de pesquizas históricas e artísticas no alcantilado terreno da crónica lisbonense, continuou o autor os seus estudos, tanto nos livros impressos como nos tombos manuscritos das bibliotecas, tanto nos registos das paróquias como no veio riquíssimo da tradição.

Remontou-se às origens mais remotas da nossa interessante Capital; investigou o que lhe foi possível das raças dos antigos povoadores da Península ibérica, fundadores de Lisboa. Pintou a tomada de Lisboa aos Moiros, e seguiu a passo e passo na descrição de igrejas, palácios e mosteiros. O resultado dessa grande tarefa de cabouqueiro literário rendeu sete volumes, que a Livraria Ferreira, da rua do Oiro, editou desde 1884 até 1890.

São êsses sete volumes, que se vão agora publicar em segunda edição muito aumentada; e tão aumentada, que é impossivel calcular de antemão, e com segurança, a quanto deitará.

O que o autor deseja é que o Público ilustrado aprecie quanto sentimento patriótico anima esta obra, e quanto êle se esforçou por buscar a verdade, e só a verdade, no retrato que se atreveu a pintar da formosa e monumental cidade de Lisboa.

Fevereiro de 1916.

JÚLIO DE CASTILHO

A' honrada memória do
ilustre, bondoso e incançável

Joaquim Possidonio Narciso da Silva

Arquitecto e Arqueólogo insigne
Fundador da Real Associação dos Arquitectos
e Arqueólogos portugueses

O. D. C.

o autor.

AO LEITOR

Como sucede com tôdas as cidades populosas, há em Lisboa muitas Lisboas. Não se conhecem entre si; não sabem quási da existência umas das outras; e quando se encontram, por acaso, tratam-se de forasteiras.

¿Quem explicará ao risonho Buenos-Aires o que é a carrancuda Mouraria?

¿Quem será capaz de acender na irrequieta Alcântara as devoções do fidalgo S. Vicente?

¿Quem fará crêr aos bastiões mauritanos do castelo de S. Jorge, que el-Rei de Portugal e do Algarve não mora na sua Alcáçova, mas sim no reguengo de Algés, num cabeço chamado a Ajuda?

¿Quem ensìnará às ruas aldeãs de Campo de Ourique e da Cova-da-Moira, que o planeta é habitado muito para lá da Bemposta? .

¿E quem ousará convencer a Junqueira e a Tapada, de que são já cristãos, por mercê de Deus, os moradores do Outeirinho da Amendoeira, de Benabuquel, da Judiaria, ou do Almocavar?

2*

Podem empreender-se verdadeiras jornadas, verdadeiras viagens, de Lisboa para Lisboa. Vão de um bairro a outro estudar-se costumes novos, fisionomias novas, edificações de estilo diverso, pontos controvertidos de História pátria, moderna e antiga.

*

Neste livro que o leitor tem entre mãos explorarei Alfama, a inexgotável Alfama e suas imediações; isto é: remontarei o estudioso aos primeiros séculos da crónica portuguesa, e dir-lhe-ei:

«O que lêste, vais vê-lo; o que estudaste nos livros, vais presenciá-lo nos usos, na topografia, na arquitectura. Eis-te no mais ilustre dos incunábulos da Monarquia. Vais visitar a Lisboa pré-histórica, a Lisboa fenícia, a Lisboa romana, a Lisboa sueva, a Lisboa visigoda, a Lisboa moirisca, a Lisboa cristã. Vais a um tempo devassar os paços dos Reis, as moradas dos nobres, os templos cristãos, semi igrejas, semi-fortalezas, os albergues dos mecânicos, o bulício das Escolas-gerais, o tráfego marcial e cidadão das ruas e praças».

¿Será prometer demasiado, com o risco de não cumprir? Não é; a Lisboa antiga dá para tudo.

*

É Lisboa já hoje uma grande cidade, e foi sempre interessantìssima. O muito que lhe querem

os seus filhos, e até a gente de fora, consta, e vincou rasto há seculos.

Deixemos falar o burlesco personagem andaluz da *Aulegrafia* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, que, nos seus desdens de enjoado, até chamava a Lisboa *um riconsillo de Sevilla.*

Dêmos também o devido desconto a Frei Nicolau de Oliveira, que a reputava «a maior cidade da Cristandade... e por ventura... a maior do Mundo».

Mas desculpemos o entusiasmo de Cariófilo na comédia *Eufrosina*, que exclamava: «¡Ah! que não há terra no mundo como Lisboa; ¡a conversação da gente! ¡a arte das mulheres! ¡a liberdade da vida! Nem creiais que se pode viver noutra parte.»

E outro actor da mesma engraçada comédia, a qual é, como tôdas as suas congéneres, espelho de costumes, denomina-a «mãi de todos.»

E' o que por ventura sentia uma das almas mais admiráveis que têm honrado tronos; a Rainha D. Leonor, mulher de el-Rei D. João II, costumava dizer que o tempo que estava fora de Lisboa não vivía.

*

Tôdas estas graciosas amplificações têm sua razão de ser; são traços espontâneos de muita graça e muito afecto; completam o retrato da nossa querida Lisboa.

Êsse retrato é minha ambição desenhá-lo, ainda que mais não seja a lapis fugitivo. Quero ser contado no número dos que mais a amaram.

Neste meu dificilimo labutar observaremos juntos, o leitor e eu. O que êle souber, comigo o irà recordando; o de que se não lembrar, eu lho recordarei; e dos nossos passeios sairá um livro.

O livro há-de ter o que quer que seja de cemitério; tanto melhor; conversaremos com os mortos.

Evocar mortos à luz solene do fanal histórico é tarefa piedosa; cumpri-la-hei como souber.

Quinta de S. Bento—Olivais—Maio de 1881.

LIVRO I

Primeiros tempos — Alísubbo — Olísipo

Escrevo a fundação, antiguidade e grandezas da muy insigne cidade de Lisboa minha Pátria. ¡Empreza grande!

LUIZ MARINHO DE AZEVEDO.—*Livro da fundação, antiguidades, e grandezas de Lisboa.*

CAPÍTULO I

Assesta o autor o seu telescópio, mas pouco vê.—Primeiras raças povoadoras da Península.—Idade da pedra.—Iberos.—Idade do cobre.—Hicsos.—Tirrenos. —Fenícios. — Gregos. — Idade do ferro. — Cartagineses.—Romanos.

Às vezes, do mar, ou de algum píncaro afastado, ponho-me a olhar para as encostas da alcáçova de S. Jorge, que ainda há poucos anos eram completamente desertas, e apenas sombreadas de olivedo secular. Forcejo pintar na tela da alma o que tudo aquilo seria, há três séculos, há oito, há dôze, há vinte, há mais. ¿E que vejo?

Por muito que o deseje, vejo pouquíssimo dos primórdios de Lisboa.

Custoso é «destrínçar a verdade no meio do caótico labirinto, em que o elemento fabuloso e o legendário conspiram de mãos dadas para nos abafar o elemento histórico, já de si difícil de surpreender». São palavras, tão elegantes quanto verdadeiras, de um talentoso escritor, estudioso

devoto de tais assuntos, e que à muita consciência sabe ajuntar a mais graciosa forma [1]. Sim, que é difícil, quando a memória das gerações, quási tão débil como a dos indivíduos, oblitera provas a cada passo.

Assim pois, são tudo indecisões nas origens lisbonenses; e se me empenho em desvendar o pre-histórico, só palpo o vago e o nada.

*

Ao querer pôr a limpo os movimentos do nosso terreno português em eras primitivas, as comoções geológicas dêste solo, ainda hoje mal seguro nos seus alicerces de fôgo, pasmo da facilidade com que a Mão Suprema revolve a seu sabor as cordilheiras, e estampa na face do planeta o sêlo que lhe apraz.

Perante as manifestações cosmológicas sente-se mesquinho o entendimento humano; do finito remonta-se ao infinito; e do efeito procura arrastar-se até à base, ao menos, dos grandes *porquês*. Como não pode explicar, limita-se ao papel de copista; muito feliz quando lhe é dado observar e registar verdades.

*

Na margem direita do Tejo, sôbre as sinuosidades de um grupo de oiteiros que se prolongam para o norte, e decaem sôbre o vale de Alcântara,

[1] Xavier da Cunha—*História de Portugal desde os tempos anteriores á Monarquia.*—1881—1 folheto, sem nome de autor, da *Biblioteca do povo e das escolas.*

ao poente, levanta-se a nossa actual cidade. Para além daquela depressão do vale de Alcântara torna o terreno a subir; mas o vale de Carnide a Loures divide-o em dois massiços de desigual forma e tamanho: um ao nascente e nordeste, o outro ao poente e noroeste de Lisboa. Próximo a Carnide liga-os um colo, ou garganta, onde se dividem as águas vertentes sôbre o ribeiro de Alcântara e o de Odivelas.

Nada do que aí fica explicado é meu; quási textualmente mo sugeriu um guia seguro em tais matérias, distinto académico e geólogo, Carlos Ribeiro [1].

Segundo o mesmo autor, — a quem desassombradamente peço licença para o seguir a passo e passo — o terreno terciário da bacia do Tejo dá indícios palpaveis de convulsões prolongadas e reiteradas. Aqui há a cada palmo o vestígio dos movimentos produzidos pela acção metamórfica e dinâmica dos vulcões interiores.

Estão provadas, pelo exame das camadas do solo, as oscilações, elevamentos e submersões que antecederam os laboriosos rompimentos, por um ou outro boqueirão natural, das lavas vulcânicas, ou basaltos, em tôdas estas visinhanças.

Com esforços colossais, de que hoje nada pode dar ideia, irrompeu a massa basáltica liquefeita á

[1] No seu: *Reconhecimento geológico e hidrológico dos terrenos das visinhanças de Lisboa*—1857.

Carlos Ribeiro faleceu em 13 de Novembro de 1882, já depois de escritas estas páginas. Deixo-lhe nêste lugar a expressão da sincera dor dos amigos da *Ciência* pela pêrda de tão abalisado mestre.

superfície do solo; esfriou gradualmente; e por fim, em período mais moderno, apagou-se a actividade daquela válvula de segurança. Depois emergiu um grosso de rochas cretáceas ao sul da ruga montanhosa que passa junto a Torres Vedras; e é muito provavel que essa emersão correspondesse cá de longe à elevação da cordilheira dos Pirinéus.

¡Como são grandiosos êstes lineamentos com que a Ciência desenha, a milhares e milhares de anos de distância, o quadro de tão colossais transformações!

Parece provável, conforme Carlos Ribeiro, a quem vou furtando, em proveito público, as suas autorisadas opiniões, que a acção dos basaltos causasse o abatimento, e todo o solo em que se compreende hoje o massiço oriental de Lisboa, o leito e a margem esquerda do Tejo, e determinasse também o vale de Alcântara e a Serra do Monsanto.

Durante um lapso de tempo impossivel de fixar, e que talvês correspondeu à época *eocene*[1],

[1] Divide-se o terreno terciário em quatro camadas, ou andares: o *pliocene novo*, o *pliocene antigo*, o *miocene* e o *eocene*.

Eocene (nome derivado de *eos*, que em grego é *aurora*, e *kainos*, *novo*) significa a mais antiga camada, a primeira, a do comêço do terreno terciário.

Miocene (de meion, menos, e kainos, novo) é a camada superior á *eocene*.

Pliocene (de *pleion, mais*, e *kainos, novo*) é a mais recente, e portanto superior á *miocene*.

em que se formou a camada mais antiga do terreno terciário, estiveram, segundo parece, livres e enxutas tôdas as convisinhanças do que é hoje Lísboa. Depois levantou-se muito acima do solo uma ruga que passa próximo de Alhandra e da Serra da Vila, e formou a cordilheira que daí segue até perto do mar (as nossas famosas linhas de Tôrres Vedras). Foi então que se cavou a bacia terciária marinha de Lisboa, ocupando tôda a parte deprimida do solo, ao sul e ao nascente das erupções basálticas. Com abalos novos cerraram-se as comunicações daquela bacia com o Oceano; cobriu-se de água doce a larga extensão que vai de Niza a Idanha-a-Nova, e de Vendas Novas a Alcanede, o que tudo ficou sendo lago. ¿Quem tal dirá hoje?

Subseqüentes revoluções ergueram as serras da Estrêla e de Montejunto, e preludiaram a linha da costa ao norte do Cabo da Roca. O levantamento da cordilheira de Montejunto repuxou; obrigou a emergir a margem direita do Tejo entre Lisboa e Santarém, e fez descair para sueste as camadas terciárias dêste lado do rio, movimento que determinou a aresta da escarpa de Frielas a Carnide, sobranceira ao Vale da Paian.

Então, por tôda a face do que veiu a ser Portugal, cavaram-se lagos nos sítios onde correm hoje os nossos rios principais; lagos que nalgum outro violento abalo desapareceram. Cortaram se as bacias hidrográficas dos mesmos rios, que se ficaram comunicando imediatamente com o Oceano. Esta perturbação acabou de deslocar

as camadas terciárias entre Lisboa e a Trafaria, e rompeu a garganta do Tejo até à sua actual foz.

Passaram-se essas comoções, e as antigas praias ergueram-se lentamente, até muitas dezenas de metros a cima do nivel do mar, contribuindo talvez para isso as mesmas causas gerais que produziram os vulcões Étna e o Vesúvio.

Eis-nos portanto chegados ao periodo em que já encontramos aproximadamente a configuração hidrográfica do nosso porto.

São estas, em resumido esbôço, as vicissitudes principais por que passaram os terrenos em volta da Capital, segundo a observação do já citado Carlos Ribeiro, a quem pertencem as ideias, e muita vez até as expressões, dêstes parágrafos últimos.

*

«As camadas terciárias que entram na constituição do solo da parte oriental de Lisboa e dos seus arrabaldes são cortadas por diversos vales que correm desde o Tejo até fora da cidade, em direcções mais ou menos próximas da linha S. E.-N. E. Êstes vales são outras tantas falhas com desnivelamento, cujos lábios escarpados olham ao N. O., e formam as bem conhecidas ribanceiras de Santo António dos Capuchos, Campo de Santana, Castelo, Senhora do Monte e Penha de França, e a da margem oriental do vale de Chelas; em quanto que as paredes fronteiras dos

mesmos vales formam esplanadas mais ou menos suaves, inclinando em geral para S. E.

«As camadas têm a direcção geral dêstes mesmos vales, ou mais restritamente a de N. E.-S. O., inclinando constantemente de 5 a 7 graus para o S.E. Entre elas há repetidas camadas de grés fino, mais ou menos permiáveis, interebreficadas nos calcáreos grosseiros e argilas; em partes aflorando nas paredes abruptas já indicadas, e noutras sôbre a superficie em esplanada doce, que lhes fica fronteira... As águas pluviais recebidas pelos topes destas camadas permeáveis, e infiltradas por tôda a sua extensão, vão realmente precipitar-se na falha que corresponde a cada vale; mas como ali acham tudo saturado, sobem pelas paredes da mesma falha tanto quanto lhes permite o seu nivel hidrostático; e encontrando outras camadas permeáveis por elas se insinuam, e põem em imediata comunicação diversas camadas aquíferas, ou trôços de uma mesma camada interrompidos pelas falhas...

«As águas assim recolhidas nas camadas subterrâneas, dispostas nas condições indicadas, não têm outra saída além dos poços que sôbre estas camadas se abrirem, ou se acham abertos, e nos pontos de afloramento ou de ruptura das camadas sobrepostas na margem direita do Tejo, dando lugar a outras tantas fontes logo abaixo das areias das praias, como é fácil observar entre o Arsenal do Exército e o Cais dos Soldados, na Bica do Sapato ou Madre de Deus, Xabregas, etc. As águas dos chafarizes de Dentro,

Praia e el-Rei pertencem a outras camadas aquíferas em condições semelhantes[1].»

*

Teatro tão silvestre, tão desconhecível para nós outros, teve por habitadores (antes do homem) extraordinários animais há muito desaparecidos. A sua forma, o seu tamanho, a sua ferocidade, desenham-se-nos vagamente no espírito, graças às conjecturas e aos descobrimentos dos sábios modernos. As excavações têm topado num sítio ou noutro com ossadas de feras colossais paleontológicas, que fazem o nosso espanto, e o ornamento dos museus.

*

Antes de irmos a diante, e para esclarecimento do que segue, direi:

Em duas grandes épocas se dividem as idades pre-históricas.

I—Idade da pedra;
II—Idade dos metais.

O primeiro grupo divide se em três sub-grupos:

1.º—*Época dos animais e espécies extinctas*, ou Época do urso grande e do mammuth;

[1] Relatório ou Carta científica do geólogo Carlos Ribeiro ao seu cunhado José Victorino Damásio, de 3 de abril de 1885, publicada a pág. 46 dos *Annais Administrativos e Economicos* (do Municipio de Lisboa), pág. 46.

2.º — *Época dos animais contemporâneos emigrados*, ou Época do rangífero *(renne)*;
3.º — *Época dos animais contemporâneos domésticos*, ou Época da pedra polida.

O segundo grupo divide-se em dois sub-grupos:

1.º — *Época do bronze* (4.000 anos antes de Cristo);
2.º — *Época do ferro* (2.000 anos antes de Cristo)[1].

*

Decorreram longos séculos. Abramos a cena. Levanta-se o pano, e todo êste território que fórma a banda ocidental da Península avistamo-lo com o mesmo recorte orográfico, pouco mais ou menos, o mesmo céu, a mesma luz, mas deserto, ou apenas povoado.
¿Povoado por quem?

*

Segundo as sagazes investigações do andaluz D. António Delgado[2], deviam os aborígenes da nossa Península, isto é, os seus mais apartados

[1] Louis Figuier, *L'homme primitif* — Introdução, e cap. I, *in fine*.
[2] Nascido em Sevilha em 1805, falecido em Bollullos a 13 de Novembro de 1879. Ha o seu retrato a pág. 309 da *Ilustración Española y Americana* do ano 1880.

habitantes, pertencer às mesmíssimas raças que estanciavam pelo norte da África, então unida à Europa, antes do rompimento do estreito actual de Gibraltar, por alguma mais ou menos lenta convulsão geológica.

É indispensável notar que não havia então ali solução de continuìdade. A África setentrional, e a Europa meridional foram ligadas nas eras pre-históricas. Hoje é o estreito uma verdadeira demarcação entre duas civilizações antagónicas, entre duas raças diversas, entre duas Religiões inconciliáveis. Sai-se da última raia da Europa e do seu viver amàvelmente buliçoso, cortez, policiado, e passa-se em poucas horas de água ao polo oposto.

Pois bem; aquêles nossos antiquíssimos predecessores, tão remotos que só se avistam através do telescópio histórico e conjectural, correspondem (¡ vejam aonde isto vai!) à modernamente chamada *idade da pedra* [1].

[1] A região de Lisboa, tanto pròpriamente da cidade como dos arredores, foi muito povoada por povos pre-históricos das idades paleolítica e neolítica, tendo-se modernamente descoberto algumas estações que os arqueólogos trataram de estudar.

Na área da actual cidade fôram encontradas as seguintes estações:

Uma estação paleolítica na Quinta do Tôrres, em Benfica;

Uma estação paleolítica próximo da Calçada dos Mestres;

Uma estação paleolítica, do Moinho das Cruzes, na serra do Monsanto, estudada pelo Dr. Joaquim Fontes;

Tôdas estas regiões ocidentais eram tidas pela última orla do mundo habitável. Conforme os dialectos vários do Oriente, as formas linguísticas *Harb*, *Warb*, *Garb*, *Garv*, *Erb*, *Ereb*, *Europ*, que tôdas são na essência a mesma palavra, si-

Duas estações em Vila Pouca, uma paleolítica e outra neolítica, situadas no terço inferior do macisso central da Serra do Monsanto, junto da pedreira grande de Vila Pouca;

Mais seis estações paleolíticas na periferia e no interior do macisso da mesma serra, descobertas pelo Dr. Vergílio Correia, entre 1912 e 1916 (informação, por carta, dêste arqueólogo);

Outra estação paleolítica a meia encosta da vertente que do Alto dos Sete Moinhos desce para a Ribeira de Alcântara;

Uma estação neolítica em Sete Moinhos, na margem esquerda da Ribeira de Alcântara, fronteira ao Arco do Carvalhão;

Uma estação neolítica na Cêrca do Convento dos Jerónimos, em Belém, no sítio a que chamavam o Conchoso.

Quási tôdas as estações mencionadas foram descobertas e estudadas pelo Dr. Vergílio Correia, algumas pelo Dr. Joaquim Fontes e pelo Dr. Mesquita de Figueiredo, que as deram a conhecer em várias publicações.

(Vejam-se os estudos do Dr. Vergílio Correia intitulados: *Lisboa Pre-histórica:* I, *A Estação Neolítica de Sete Moinhos;* II, *A Estação Neolítica de Vila Pouca (Monsanto);* III, *A Estação Neolítica da Cerca dos Jerónimos,* Lisboa, 1912 e 1913. — Do Dr. Joaquim Fontes: *Subsídios para o estudo do Paleolítico Português; Sôbre três coup-de-poing do Casal do Monte e Moinho das Cruzes,* in *Revista de História,* 1.° vol. 1912, pág. 254. — De Fonseca Cardoso: *Nota sôbre uma Estação Cheleana no Vale de Alcântara,* in *Revista de Sciências Naturaes e Sociaes,*

gnificam noite, poente, região do poente, ou ocidente; é o que diz Court de Gébelin [1]. Tal denominação coube pois, de princípio, a cada terra, que, no seu gradual e sucessivo caminhar para o poente, ao longo do Mediterrâneo, iam os Orientais descobrindo e habitando. Assim foi que, no começo, a extrema da Ásia se chamou Warb, hoje Arábia.

As praias últimas, portanto, que os conquistadores e colonos lograram pisar cá na nossa orla,

vol. III, 1895, pág. 10. — Do Dr. Mesquita de Figueiredo: *Nota sôbre duas Estações Paleolíticas*, in *Revista de Guimarãis*, vol. XXXII, n.º 2, 1922).

Já quando se fizeram, por 1888, os desaterros para a abertura norte do tunel do Rossio, em Campolide, descobriram-se ahi umas galerias onde tribus pre-históricas fizeram exploração do silex para as suas armas e utensílios. (Veja-se a descripção pelo geólogo Paulo Choffat in *O Arqueólogo Português*, vol. XII, 1907, pág. 338).

Da época proto-histórica, ou histórica, parece ter existido uma estação no local da Igreja da Sé, pois que nas excavações efectuadas na crasta foram encontrados alguns vestígios da civilização dessas eras.

(Veja-se *O Arqueólogo Português*, vol. V, 1900, pág. 284).

Eis o que se sabe sôbre a povoação de Lisboa anteriormente às raças históricas, que, sendo pouco, mostra todavia que já desde dezenas ou centenas de séculos foi esta região habitada por tribus e animais das épocas primitivas da humanidade. — *Nota de A. V. S.*

[1] *Essai d'histoire orientale pour les* VII *et* VI *siècles avant Jésus-Christ*. Art. V, § 1.º

Também são consultáveis: Frei João de Sousa, *Vestígios*, palavra *Algarve* — e D. Frei Francisco de S. Luiz, *Glossário*, palavra *Algarve*.

ao norte e ao sul do estreito, foram o *Warb* por excelência; note-se.

Transformada em *Garb*, e precedida do artigo *al*, ainda hoje vive esta denominação vetustíssima, designando a província meridional portuguesa; assim como a memória do antigo *Garb* de além do estreito se conserva no título dos nossos Soberanos, Reis dos Algarves daquém e dalém--mar; e ainda Ruy de Pina emprega uma expressão que bem confirma o caso, e diz: «o Algarve de África [1].»

*

Em todos os tempos, em todos os gráus de civilização, foi o homem mais ou menos nómada. No seu inquieto desejo de abarcar o desconhecido, arrojou-se a um lado e a outro, devassando o planeta em vastas emigrações, ora a pé, ora nas jangadas primitivas, em explorações de cabotagem.

Lá do fundo da Ásia, de uma região denominada Ibéria, quer fôsse para além do Ganges, quer entre o Ponto Euxino e o Mar Cáspio, [2] chegaram à Peninsula, em hordas migratórias numerosas, os Ibéros, raça caucásica, e já de tal importância naquelas eras ante-históricas, que ao seu novo paradeiro fixaram o seu nome. Corresponde-lhes a chamada *idade do cobre*.

[1] *Crón. d'el-Rei D. João II*, cap. XLI.

[2] Veja-se uma eradita nota de Paquis à sua *Histoire d'Espagne*, logo na introdução.

*

Pelas Gálias e pela Britânia tinham ficado os apelidados Celtas, também provindos, em mais antigas eras, da grande mãi Ásia. Um belo dia atravessaram os Pirineus, e invadiram os Ibéros. Da fusão das duas raças nasceram os Celtibéros.

*

Tendo sido já duas vezes entrada pelo norte, foi a Peninsula invadida depois pelo sul.

Havia uma raça, também asiática, talvez os chamados Hicsos, que por largo tempo morara no Egipto. Expulsa de lá passou-se para a Líbia, e veio pela fímbria marítima do Mediterrâneo até ao Estreito. Atravessou o Estreito, e inundou a Celtibéria.

Como os Hicsos, outras gentes invadiram várias regiões peninsulares; mencionarei os Tirrhenos, provindos da Itália.

*

Em prazo contemporâneo, ou próximo, da guerra de Troia, isto é, cêrca de 1.5C0 anos antes de Cristo, vieram Fenícios; e durante a dominação dêles, também numerosos Gregos, que encheram as regiões meridionais do que é hoje a França, e as orientais e meridionais da Peninsula. Tudo isto corresponde ao que dizem *idade do ferro*.

Estamos já num crepúsculo histórico; principiam, como um arrebol, a clarear os pródromos da História escrita.

*

Uns seis seculos portanto antes da nossa era temos a Península povoada de Iberos, Celtas, Celtiberos, Líbio-Fenícios, Italianos e Gregos.

Neste entrementes, desavenças sobrevindas entre os Fenícios e os visinhos Líbio-Fenícios, obrigaram aqueles a mandar pedir auxílio aos seus conterrâneos e co-religionários estabelecidos em Cartago. Acudiram ao rebate; e, como lhes agradasse a região, foram ficando, e estendendo nestas dadivosas praias a sua dominação marítimo-comercial.

*

Aos 238 anos antes de Cristo cumpriu-se à fôrça de armas, e sem rebuço, a conquista peninsular pelos Cartagineses de além-Mediterrâneo, sob o mando de Amilcar.

*

Olhava de soslaio para êste império nascente a ciosa política de Roma; e foi no ano 205 A. C. que, depois de renhidas campanhas entre Roma e Cartágo, começou definitivamente, ao fechar a segunda guerra púnica, a ocupação romana sob o mando de Scipião.

CAPÍTULO II

Primeiros povoadores do morro da velha Lisboa. — Um vestígio de Fenícios. — Alísubbo. — Conjecturas geognósticas do Barão d'Eschwege. — A barra do Tejo. — Vestígios de antigos Callaicos. — Duas estátuas preciosas.

Neste disparatado amalgamar de raças, nesta caótica e providencial fusão de tão variados elementos étnicos, é bem de presumir que, desde a chegada de homens aos nossos confins marítimos ocidentais, e desde que povoadores com certo carácter de estabilidade pisaram os territórios convisinhos da foz do Tejo, nascesse a nossa Lisboa. Com que nome, não sei eu, muito ao certo.

É de crêr que as tríbus destes contornos distinguissem um tão magnífico porto, e numa cumiada sobranceira ás aguas erguessem algum presídio semi-civil, semi-guerreiro, onde os defendesse de assaltos inimigos a aspereza do monte, e o abrigado da baía.

O rasto mais antigo que homens aqui deixaram encontra-se na língua; está no nome vetusto

da cidade; revela hordas fenícias, segundo quere Samuel Bochart, o sábio orientalista francês do seculo XVII, na sua *Geografia sacra.* [1] Vem a ser isto:

Em vista da exposição linda e excepcional do morro, empinado à beira da bacia do Tejo, chamaram os Fenícios à povoação *Alisubo*, vocábulo derivado de duas palavras *alis* e *ubo*, isto é, enseada amena, e talvez já herdado de anteriores habitantes. [2]

*

Quem nos pode dizer se a baía não foi então muito mais vasta e formosa do que hoje? Provável é que o fôsse. Há também quem se incline a que a foz dêste larguissimo estuário se escancarasse no sítio da lagoa de Albufeira, entre o Espichel e a Trafaria, abrangendo essa bôca extensão grande para norte e para sul.

O barão Guilherme d'Eschwege, prussiano que residiu em Portugal, autor de estudos geognósticos publicados pela Academia Real das Ciências, não acha provavel essa versão da lagôa de Albufeira, mas reconhece ser terreno de aluvião tôda a bacia de Almada, desde a Piedade até à lagoa, aluvião que não raro sobe a 150 palmos acima do

[1] Nasceu Bochart em 1599, morreu subitamente em 1667.

[2] São êstes os termos latinos de Bochart: *Quæ ad Tagum est Lusitaniæ hodie metropolis, Olisippo, frustra ab Ulysse deducitur, quum sit phœnicium Alis ubbo, id est, amœnus sinus.* E até traz o nome em caractéres fenícios.

nível do mar, e ainda profunda para baixo dêle. Pensa o dito sábio que a impetuosa torrente que foi arrastando e juntanto tantas areias e terras devia, sim, correr para aquelas bandas; mas que seria isso num tempo em que as águas do Tejo ainda cobriam todos os outeiros lisbonenses de formação terciária; depois, ao baixarem de nivel, romperam passagem pelo seu álveo actual, pois lhes era mais fácil abrir caminho entre formações fixas, que ao seu contacto se desfariam, do que entre largos bancos de areias sôltas, anteparo muito mais eficaz.

Pode, portanto, muito bem ser que, antes de descerem ao nível que hoje vemos, tivessem as vertentes do Tejo dois desaguadouros para o Oceano, um ao norte, outro ao sul, ficando os penhascos de Almada no seu meio, a modo de ilha. [1]

Se para nacionais e estranjeiros é a baía de Lisbôa admirável quadro, ¡que não seria quando em frente destes nossos montes, talvez copados de arvoredo, se alastrava o estendal azul celeste de um dos maiores portos do mundo! *Alis ubbo*, enseada amena, foi portanto merecida qualificação encomiástica de tão formoso lençol de água; e é bem de imaginar que a êste ninho ocidental vies-

[1] Consulte-se a *Memória geognóstica*... *das estratificações*... etc. pelo Barão de Eschwege. Mem. da Acad. Real das Sc. de Lisboa. 1.ª serie, tom. XI, pág. 1.

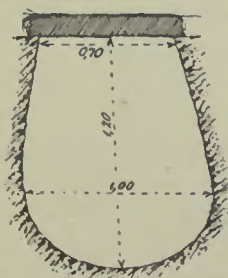
Foi este Barão quem, ao serviço do Rei D. Fernando de Saxe Coburgo Gotha, delineou as vistosas e estravagantes construções do Castelo Real da Pena, em Sintra.

sem acolher-se, namorados do torrão dadivoso, dos ares e do mar, povos sem conto, regalões e mercadores, agrícolas, exploradores, e até os ociosos, que tanta vez são a vida, o ensino e a civilização.

*

Vestígios daquelas raças pre-romanas não os conheço. Tudo varreram os séculos [1]. Resta ape-

[1] Quando se demoliu por 1901, o prédio da Rua da Mouraria, junto ao actual Arco do Marquês de Alegrête, encontraram-se, no sítio das Escadinhas do Marquês de Ponte de Lima, pela encosta acima, uma meia duzia de matamoras ou celeiros subterrâneos, excavados no terreno virgem. Tomámos nessa ocasião as medidas da que ficava mais

próxima da Rua da Mouraria, e que eram as que constam do esboço ao lado.

Mais destas matamoras se encontraram no solo da primitiva póvoa de Lisboa em diferentes sítios; por exemplo, na Rua de S. Bartolomeu junto à frente do prédio à esquina para o Chão da Feira; próximo do convento de Santo Eloi; no leito da Rua da Madalena, em frente das escadinhas de Santa Justa; no alto da Rua do Barão; e na Rua do Arco do Limoeiro, próximo do Aljube; como conta José Valentim de Freitas, referido ao ano de 184., nuns apontamentos manuscritos que hoje (1934) pertencem ao Dr. Carlos Santos.

Em 1926 descobriram-se cêrca de 12 matamoras em Carnide, quando se procedia à construção dum colector, tendo cada uma delas aproximadamente 1m,85 de altura,

nas o admirável extracto que dos Lusitânos indígenas pintou Strabão na sua Geografia [1].

Conforme êste diligente compilador e incançável viajante, eram os nossos avoengos gente insidiosa, activa e ágil nos exercícios físicos. Usavam escudo de dois pés de largo, curvo; pendia-lhes ao lado um género de punhal ou espada curta. Uns dêles trajavam de linho; muito poucos andavam de loríga, capacete de metal, ou cervilheira de sola. A infantaria usava grêvas, e cada indivíduo trazia uns poucos de dardos de arremêço. Havia-os com lanças armadas de bronze.

Gente frugal nos usos do viver; bons bebedores de água e comedores de singelíssimas viandas, sobrelevando a tôdas a carne das suas cabras montesinhas; e pouco afeitos a regalos, andavam de cabelo sôlto e comprido, como as mulheres.

O que valiam na guerra, dil-o a História.

*

Não posso embrenhar-me aqui na descrição dos monumentos megalíticos, que formam per si sós

1m,65 de diâmetro e 0m,44 de bocal, que estava tapado com uma lage redonda. (*O Século*, de 10 de setembro de 1926).

Tôdas estas matamoras eram abertas em terreno geralmente muito resistente, e estavam completamente vasias.

A qual das civilizações anteriores ao domínio romano se deve atribuir a construção dêstes celeiros subterrâneos é difícil julgar, mas a sua abundância mostra que o local de Lisboa foi povoado, alguns séculos antes da era cristã, por uma população relativamente densa.—*Nota de A. V. S.*

[1] Liv. III.

ESTÁTUA DE GUERREIRO

Descoberta no Outeiro Lezenho, em Montalegre, medindo 2^{m},50 de altura.

Esteve no Jardim do Palácio Real da Ajuda,
de onde passou, em 1911,
para o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, em Belém.

interessante estudo, e a que alguns Portugueses têm consagrado valioso trabalho; taes são o saudoso Possidónio da Silva, Presidente e alma da Real Associação dos Arqueólogos; o Dr. Francisco António Pereira da Costa, meu antigo mestre; Estácio da Veiga; Martins Sarmento, e outros sábios.

Não resisto porém, por descargo de consciência, a deixar consignado um padrão artístico, atribuído por alguem a Fenícios, a-pesar-de que um bom juís, o Dr. Hübner, proficiente arqueólogo alemão, o atribui aos antigos Caláicos. Refiro-me às estátuas informes que se encontram ainda hoje à porta do Jardim Botânico da Ajuda, e que tanto têm dado que pensar a eruditos e curiosos.

*

Aprecia-as Hübner como vestígios *únicos* de uma semi-cultura bárbara muito característica [1]. Vieram do oiteiro Lezenho, termo de Montalegre, província de Trás-os-Montes, antiga província romana de Galaécia e Astúria. Foram achadas em 1785, não se sabe por quem; nem sequer consta o nome de quem as remeteu para Lisboa; mas conjectura o citado arqueólogo que para isso contribuiria o Franciscano Frei Vicente Sal-

[1] *Noticias Archeológicas de Portugal*, pelo Dr. Emílio Hübner, traduzidas e publicadas por ordem da Academia Real das Sciências, Lisboa, 1871, pág. 103. Acompanha o artigo uma estampa com os desenhos das estátuas.

gado, entusiasta de antiguidades. As inscrições dizem:

No pedestal da estátua à direita de quem entra:

STATUÆ
MILITARES
IN COLLE LEZENHO
PROPE VICUM
MONTALEGRE
EFFOSAE (SIC) ANNO
MDCCLXXXV

No pedestal da outra:

ESTATUAS
MILITARES
QUE SE ACHARÃO
NO OUTEIRO LEZE-
NHO PERTO DA V. DE
MONTALEGRE
NO ANNO DE 1785

E visto terem sido tão pouco exploradas estas interessantes estátuas, descrevêl-as-ei miudamente seguindo Hübner, que até as mediu.

ESTÁTUA DE GUERREIRO

Descoberta no Outeiro Lezenho, em Montalegre, medindo 2m,10 de altura.

Esteve no Jardim do Palácio Real da Ajuda,
de onde passou, em 1911,
para o
Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos,
em Belém.

Uma tem 2^m,50 de altura; a outra 2^m,10; ambas são de granito; ambas parecem representar guerreiros; a descrição de uma convém pois a ambas, com leves diferenças.

Imaginemos uma grosseira figura, de pé, com os braços apertados ao tronco, as pernas unidas, e a cabeça derrubada para deante; obra tão comida dos anos, que é impossível dizer se o que resguarda a cabeça é cabeleira, ou cervilheira de coiro singida até meia face, como usam os lanceiros das moedas celtibéricas de Espanha; comtudo, na nuca distingue-se o cabelo. Ficam a descoberto as largas orelhas; barba cheia e espêssa; olhos e nariz cruamente executados.

Em tôrno do pescoço a *torques*, ou colar, dos Celtas, em dobras grossas e salientes. No tronco uma espécie de gibão liso, com rudes enfeites no peito e nos ombros.

Envolvem o antebraço umas como ligas, que talvês indicam a baínha das mangas. Os braços formam ângulo recto no cotovelo; a mão direita aperta o punho de uma espada curta, como as dos Lacedemónios: fio recurvo, costas rectilíneas, ponta aguda; a esquerda, na mesma altura da outra mão, segura um escudete redondo, em cujo centro avulta o adôrno de um botão saliente. Desce até aos joelhos o saio, tomado por um largo cinto que passa sob o escudo, e é ornamentado por forma bem mais cuidada que o resto.

O desenho das pernas, unidas uma à outra, lembra o das estátuas assírias, mais rude e exagerado. Não se vêm os pés; as tíbias, truncadas

pelas barrigas das pernas, assentam sôbre cubos da mesma pedra singélamente lavrados.

Eis aí a fiel descrição dos dois enigmáticos guerreiros, que hoje fazem silenciosa guarda de honra ao hôrto botânico de Avelar Brotero e Vandelli.

*

¡Quem lhes predissesse outrora, quando campeavam na portada de algum fôro, ouvindo enxamear a população belicosa que os erguera, quem lhes predissesse que algum dia haviam de obter, como pacífico degrêdo, a porta de um dos jardins mais meditativos de Portugal, escutando ramalhar os arvoredos, ou passar o estudioso arboricultor, ou o ocioso das horas de calma!

Se o leitor alguma vês entrar no Jardim Botânico da Ajuda, lance um olhar à alta antiguidade de que são representantes únicas as pobres estátuas [1].

*

Recapitulemos.

Vimos Lisboa «ou antes a fenícia *Alísubbo*» passar de mãos em mãos, até caír, com o restante da Península, nas garras da Águia romana. Surgiu Scipião, e pousou na fronte da dilacerada Ibéria a sua mão de ferro. Restrinjâmo-nos à nossa Alísubbo; e, visto que jaz preza do povo mais unificador da Antiguidade, estudêmol-a.

[1] Estas estátuas estão actualmente (1934) no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, em Belém.—*Nota de A. V. S.*

CAPÍTULO III

Olisipo, cidade romana. — Seus foros municipais. — Sua governança. — Aspecto da povoação.

No correr dos sucessos que em rápida síntese bosquejei, desenrolando a tela desde os Ibéros até aos Romanos, vemos o nome velho da alcantilada *Alisubbo* trocado pela pronúncia dos conquistadores em denominação parecida no som: *Olisipo* ou *Olissipo*.

*

Começando, como é justo, pelos foros administrativos, convém saber que as várias cidades de que se compunha uma província romana se dividiam em três classes: umas eram *colónias*, e tinham, além de vários privilégios, o de serem formadas de colonos enviados directamente da própria Roma; outras, *municípios*, regíam-se por leis peculiares, mas os seus moradores gosavam do título de cidadãos romanos; as do terceiro grupo, finalmente, eram chamadas *cidades livres*,

aliadas ou *estipendiárias*, a que logo hei-de talvez aludir de passagem, mas que neste momento não fazem ao meu assunto. Importa-me só estabelecer que é Olisipo *município* romano.

Governavam-na dois ilustres magistrados, intitulados *duumviros*, presidentes da corporação municipal ou *cúria*, composta de decuriões, e correspondendo na cidade ao que em Roma é o *senado*.

Quem rege estes duumviros é o Governador geral da Província tôda. Êsse é um personagem alto funcionário na categoria burocrática dos Romanos. Usa toga *pretexta*, adornada de largo listão de púrpura; caminha precedido de doze *lictores*, e toma assento em cadeira curul. À vontade do Govêrno de Roma é o Governador de Província umas vezes *Procônsul* (o que é muito), outras *Propretor* (o que é menos), se bem que a ambos os cargos caibam grandes honorários e regalias.

Dá-se no nosso mundo diplomático uma espécie daquilo; junto à mesma Potência acredita uma nação, conforme as conveniencias políticas, ora um Embaixador, representante directo do Rei e do seu Govêrno, ora um Ministro Plenipotenciário, que só representa o Govêrno.

Assentemos pois: A Província toda é administrada umas vezes por um Procônsul, cidadão que exerceu em Roma o Consulado; outras por um Propretor; magistrados ambos militares, judiciais e administrativos. Olisipo, essa governa-se por dois duumviros.

*

Continuo sempre a assestar o telescópio, e observo que a cidade romana com o seu *castellum*, *castrum*, fortaleza, cidadela, acrópole, ou como lhe queiram chamar, se vai revelando a pouco e pouco entre esta penumbra. Direi o que estou entrevendo.

Aos pés do monte vai o rio, muito mais cosido do que hoje com a margem do norte, deslisando ao longo de penedos alcantilados, semeados de edificações. Descendo desde o alto, são estas, por assim dizer, a transição entre o *castellum*, cujos ângulos rectos se avistam a alvejar, e a ribeira argilosa do Tejo.

Cá por baixo, na orla marinha, diviso certo movimento, barcos em construção, umas trirémes puxadas à praia.

Vejo no sítio do hoje chamado *castelejo*, muralhas abaluartadas, com suas torres redondas, segundo ordena Vitrúvio.

Vejo saírem os legionários a exercer forças nalgum terreno do arredor; avisto-os a descerem pelas veredas tortuosas que levam aos rossíos da falda.

Aqui, ali, por fora das barbacãs do presídio, surgem edifícios de belo aspecto, frontões, colunatas.

Logo abaixo dos cubelos, por cima de onde é hoje a Madalena, avulta um teatro coroado de estátuas; e cá mais ao poente, num alcantil separado por um braço do Tejo que vai penetrando

terra a dentro, uma quinta de regalo dos Governadores; é o nosso actual Tesouro Velho. [1]

Assim se me afigura a nossa hoje magnífica cidade, quando a habitavam os antigos senhores do mundo, que tão fundos vestígios sabiam imprimír da sua civilização estupenda, e o fizeram na póvoa roqueira a que é mister que restrinjamos a nossa observação.

Havemos de ver, ao diante, alguns dos muitos sinais que deixou nesta terra a civilização de Roma. Por agora basta mencionar que a Alisubbo dos seus silvestres fundadores até no nome se transformou: é Olisipo.

[1] Tradição antiga, conservada nama frase do *Sanctuário Marianno,* tom. I, pág. 496, edição de 1707.

CAPÍTULO IV

Ulysses, suposto fundador de Ulyssipo ou Olisipo. — Damião de Góis e os nossos quinhentistas. — Strabão. — Asclepiades de Myrléa. — Artemidóro. — Posidónio. — Toma corpo a lenda e por quê. — Ilusões e devaneios. — É citado o corógrafo Gaspar Barreiros. — Visita de três fantasmas eruditos ao autor da *Lisboa Antiga.*

Quanto a esta designação, Olisipo, Olissipo, Olysipo, Olissippo, ou Ulysippo, (denominada oficialmente na chancelaria romana *Felicitas Julia)* [1], blasonou a crítica, em certas eras de erudição balofa, ser derivada do nome de Ulysses, suposto fundador. Dele veio a dizer Camões:

> ... Se lá na Ásia Troia insigne abraza
> cá na Europa Lisboa ingente funda [2].

e noutra parte:

> E tu, nobre Lisboa, que no mundo
> fàcilmente das outras és princesa,
> ... edificada fôste do facundo,
> por cujo engano foi Dardânia acêsa [3].

[1] Plínio, *Hist. Nat.,* liv. IV, XXXV, 5.
[2] *Lus.,* cant. VIII, est. V.
[3] *Lus.,* cant. III, est. LVII.

Parece incrível, mas radicou-se tão infundada versão. Pela mesma bôca falaram quási todos os corógrafos antigos, tanto gregos e romanos, como pròpriamente portugueses; e no seculo XII uns inglêses, cruzados literatos e aplicados, da frota auxiliadora de el-Rei D. Afonso na tomada de Lisboa: Arnulfo e Osberno.

*

Senti curiosidade de saber de onde teria pro vindo tão seguida e estravagante versão; e tenho para mim que aos nossos escritores conterrâneos seria por via de Damião de Gois, corifeu no seu tempo.

Só pelo gôsto de entroncar em *Romãos* ou *Helenicos* a nossa genealogia como povo, não soube, êle que sabia tanto, resistir ao que desenterrara em autores antigos. Quem êsses antigos fôssem di-lo o próprio Gois no seu opúsculo, onde compendiou, no estilo terso e elegante da sua sempre pura latinidade, curiosas noticias àcêrca de Lisboa [1].

[1] *Damianus a Goes, Urbis Olisiponis situs et figura.* — É valioso escrito, que tenho no volume intitulado *Damiani a Goes equitis lusitani opuscula, quæ in* HISPANIA ILLUSTRATA *continentur.* — Conimbricæ, 1791, 8.º, 1 vol.

No seu *Theatrum Urbium* inserira Jorge Braunio um extracto do mesmo opúsculo; foi aí que o vi pela primeira vez; e não lhe conhecendo o autor, referi tudo ao mencionado Braunio, quando o citei noutro volume. *

* Esta obra de Damião de Gois foi publicada pela 1.ª vez em Evora, em 1554, com o título: VRBIS OLISIPONIS DESCRIPTIO PER DAMIANVM GOEM EQVITEM LVSITANVM,... — *Nota de A. V. S.*

Começa, verdade seja, por declarar lealmente que em tanta antiguidade não ha plena certeza de quem fôsse o fundador desta póvoa; mas que entre as mais antigas de Espanha é bem que a enumerem, pela julgarem tal escritores remotissimos. Eis as palavras dêle:

«Quem primeiro edificasse Lisboa não nos atrevemos a afirmar, em tamanha vetustez de séculos; que entre as cidades mais antigas de Espanha deve ser colocada, atestam-no escritores remotíssimos. Chama-lhe Varrão *Olisipo*, e Ptolemeu *Oliosipo*; mas denomina-a Strabão *Ulysséa*, e parece afirmar, seguindo a Asclepiades Myrleano, have-la edificado Ulysses. Foi êste Myrleano presidente, ou director, de certo certame literário na Turdetânia, e autor de um livro sôbre essa região; foi êle quem noticiou a existência de um templo de Minerva em Olisipo, no qual existiam então pendentes vários objetos, como escudos, grinaldas da pôpa de navios, róstros, etc., que tudo pertencera às viagens errantes de Ulysses [1].

[1] O latim é êste: *Olisiponem igitur quis primus condiderit, in tanta sæculorem vetustate pro certo affirmare non audemus; quam tamen inter antiquissimas Hispaniæ urbes annumerandam esse, vetustissimi quoque scriptores testantur. Hanc Varro Olisiponem, et Ptolœmeus Oliosiponem appellant. Strabo vero Ulysseam, et ab Ulysse conditam esse ex verbis Asclepiadis Myrliani videtur asserere. Is enim Myrlianus in Turditania ludo litterario præfuit, atque de gentibus ipsius regionis librum conscripsit, proditque etiam Olisipone, in templo Minervæ, fragmenta quædam suspensa tunc extare, videlicet parmas, apulstria, navlumque rostra, Ulyssis errores indicantia.*

A esta cidade chama Varrão *Olisipo ou Olysipo* [1]; Ptolemeu, *Oliosipon* [2]; Pomponio Mela, *Ulysippo* [3].

Strabão porém, como acabamos de ver, chama-lhe *Ulysséa*, e parece afirmar, baseado em testemunho de outrem, haver sido Ulysses o edificador.

Vemos pois o seguinte: inumeráveis escritores nossos têm Ulysses por autor de Lisboa. ¿Quem lho diria? talvez Damião de Gois; digo Damião de Gois, sem falar dos outros investigadores mais antigos, porque até êle ninguem alcançara tamanho critério; os cruzados ingleses eram desconhecidos; os restantes propaladores da balela são posteriores.

¿E a Damião de Gois quem o disse? Strabão.

¿Mas a Strabão quem o diria? êle próprio declara que nada menos de três testemunhas. Ouçamo-las.

*

Comecemos pela mais recente, o célebre Asclepíades de Myrlêa, gramático grego nascido na Bithynia, um século aproximadamente antes de Jesus Cristo. Devia ser de peso para Strabão um tal depoimento, atendendo à ciência do mestre, e à circunstância, muito importante, de ter residido e professado a sua arte cá pela Ibéria, no país

[1] *De re rustica*, liv. II, cap. I.

[2] No cap. V do liv. II da sua *Geographica;* mas conjectura Marinho de Azevedo que será erro de códice; e Flores, na *España sagrada*, pensa o mesmo. Tom. XIV, pág. 174.

[3] *De situ orbis*, liv. III, cap. I.

dos Turdetanos (em Itálica ou Hispalis, hoje Sevilha).

Do que escreveu, que não foi pouco, desapareceu quási tudo, a não serem fragmentos; e perdeu-se a obra donde visivelmente auriu Strabão estas noções, um tratado descritivo das povoações de Espanha. Aí dizia Asclepíadas (rasgado admirador, segundo creio, do herói da Odyssêa, pois consagrara a êste poema largo comentário), que nos seus errores pelo mundo chegara Ulysses a esta Peninsula, e fundara Ulyssêa; do que, acrescentava o escritor, ainda restavam vestígios, e vinham a ser os róstros das náus, e alguns escudos da soldadesca, postos como promessas votivas num templo de Minerva, na mencionada Ulyssêa [1].

Cabe aqui um curto parentesis. Êste mesmo templo de Minerva querem-no os visionários edificado por Ulysses; e chega Luís Marinho de Azevedo a conjecturar, com uma boa fé que honrará a sua índole, mas não o seu talento, fosse na parte mais alta do castelo, no sítio chamado *castelejo*, junto de uma das torres, que hoje não existe, e se chamava por tradição *torre de Ulys-*

[1] Aqui vão as palavras de Strabão traduzidas em latim: ...*Supra hæa loca in montanis monstratur Odyssea (Ulyssea), et in ea fanum Minervæ, ut Posidonius tradit, et Artemidorus, et Asclepiades Myrleanus, qui in Turdetania grammaticam docuit, et descriptionem gentium in istis regionibus agentium edidit. Is tradit monumenta errorum Ulyssis in templo illo Minervæ affixa esse, aspidiscos et navium rostra* — Strab., *Geogr.*, liv. III, cap. IV.

ses, onde, ainda no tempo de Azevedo duravam uns arcos, que êle diz *de obra antiquíssima*, não sendo goda nem romana [1].

*

Com a opinião de Asclepíades concordam (di-lo Strabão) outros autores de obras hoje perdidas; a saber: Artemidoro, um quási nada mais antigo que Asclepiades, pois nascera 104 anos antes da era cristã, e Posidónio, mais antigo que os três, pois nascera uns 135 anos antes da mesma éra.

¿É pois êsse Posidódio o primeiro autor, ou propalador, da balela de Ulysses? É; pelo menos é o primeiro conhecido.

A fábula agradou, como se vê. Com as tendências meridionais para o encarecimento, e para a mistura do maravilhoso com os actos vulgares, reivindicaram para a Grécia êstes esquecidos eruditos (dos quais uns eram Gregos e os outros Romanos educados na Grécia, e por ela influidos) a honra de mais uma colonização importante. Realçou-se o nome de Ulysses com a lenda de uma tal fundação.

*

Mas, voltando aos nossos; confessa Damião de Góis, um tanto renitente, haver pessoas que não julgavam provado e líquido ter sido Ulysses o

[1] Luiz Marinho de Azevedo — *Livro da fundação e antiguidades de Lisboa*, liv. I, cap. XVII.

fundador de Ulyssêa, ou Olisipo; comtudo vai aceitando as asserções do Myrleano, sem mais razão que o *ipse dixit*, e por ser o asserente uma tão conspícua personagem. E aceita-as com tanto melhor geito, quanto a êste argumento de autoridade acrescem outros (também só de autoridade), que o vêm confirmar; em primeiro lugar: a adesão do gramático Solino, que escreveu, conforme se crê, um pouco depois de Plínio-o-velho, e que deixou dito, depois de encarecer as excelências do solo da Hespanha, e de falar da Lusitânia: «Aí está a cidade Olysippone, edificada por Ulysses [1]»; em segundo lugar a adesão de André de Resende, que diz positivamente nas suas *Antiguidades* o mesmo que Solino.

À sombra de tais nomes cresceu a lenda (reprovada às claras pelo seguro Masdeu [2]); e veiu a haver, no correr do tempo, quem narrasse o caso da fundação de Lisboa como se tivesse visto andar o valente Soberano de Íthaca, de trôlha em punho, a deitar cal nos muros. ¡Se até lhe sabiam a data certa! Fôra isso no undécimo ano do reinado de Gárgoris, 24.º Rei das Hespanhas a contar de Tubal. Ulysses, «o valorosíssimo e sagacíssimo capitão dos Gregos», arrastado dos temporais entrara no Tejo, e fundara com a maior facilidade a nossa «principalíssima e nobilissima cidade de toda a Espanha, antes de toda Europa, quando alguem não quizer que

[1] *Polyhistoria*, cap. XXIV.

[2] *Hist. crit. de Hesp*, tom. II, liv. I.

o seja de todo o mundo, Lisboa». São palavras textuais de Frei Nicolau de Oliveira [1].

*

Diga-me o leitor se não parece relação de testemunha ocular.

O tempo *certo*, em que isso se deu, também era sabido: foi o ano 1181 depois do dilúvio universal; 20.º da judicatura de Heli; 8.º do reinádo de Tineu, 30.º Rei dos Assírios; 11.º de Gárgoris; e 2.º de Ascânio (filho de Eneias), que apenas seis anos antes fundára Alba Longa; isto é: foi 384 anos antes de Romulo ter fundado os muros da alta Roma [2].

Assim amontoava asserções sôbre asserções a desalumiada crítica dos nossos maiores, em romanceados cronicons, parentes próximos das lendas cavaleirosas, vidros aumentativos, onde ao vulgo eram mostradas maravilhas que o enchiam de dislates e de orgulho. Assim se arquitectavam árvores genealógicas, que iam topetar nas mais remontadas mitologias.

Quem padecer de melancolias e quizer distrair-se leia o que dizem Luís Marinho de Azevedo, Carvalho da Costa, Bernardo de Brito, etc., a respeito destas origens; veja o que, pelos mesmos têrmos quási, devaneia Bluteau, pondo contudo o que descreveu sob a salvaguarda de um

[1] *Livro das grandezas de Lisboa*, tratado II, cap. XXI.
[2] Ibid.

dizem. Foi, segundo esta outra versão, o fundador de Lisboa Elisa, filho de Javan, e irmão de Tubal, netos ambos de Noé. A cidade nova começou a chamar-se *Elyseia*, se não foi assim chamada «por serem os campos de Lisboa os que antigamente os poétas chamaram campos elísios». Depois de fundada por Elisa 222 anos antes de Ninive, foí amplificada pelo marido de Penélope 425 anos antes de Roma; e os Gregos lhe deram, como a obra própria, o nome de *Ulyssipo.*

*

Fiquemos por aqui. Será caso agora para citar as palavras de um antigo erudito, hoje esquecido, o quinhentista Gaspar Barreiros, que na sua interessante *Corografia* se expressa por êstes termos:

«Coisa muito para notar é o trabalho tão escusado que êstes homens quizeram tomar, falseando dicções, mudando letras, outros derivando nomes, e tomando argumento das etímologias dos vocábulos, o qual é o mais fraco que se pode fazer para persuadir» [1].

Noutra parte do livro, tornando a verberar os etimólogos do absurdo, diz:

«Investigadores de antiguidades erravam..... como fez..... Annio, que andou buscando em uma língua as etímologias dos nomes da outra, as quais etimologias têm certos limites, que não convém passar, como têm todalas coisas».

[1] *Corogr. de alguns logares*, etc., fl. 82 v

Nem sequer me demorarei pois com outras orígens que génios cerebrinos davam à palavra *Lisboa*, derivando-o de *Ulysses* e de sua filha *Bona*, versão de que se ri o citado Gaspar Barreiros, e que pode rimar com a orígem de Tunis ou *Tunes: Tu ne es* [1].

Se alguem ainda quizer mais amplas informações nêstes assuntos, muito melhores do que eu as poderia dar, procure o sábio João Baptista de Castro no seu sempre citádo *Mappa de Portugal*.

*

Agora mesmo, estando a meditar nêstes disparates históricos, muito sábios mas muito divertidos, vi saírem de uma das estantes da minha numerosa livraria dois livros velhos espanhois.

Não sei como, e graças a não sei que bruxo, transformaram-se em dois homens, graves e sérios, a olharem fito para mim. Perguntei-lhes, levantando-me, quem eram, e o que desejavam dêste seu servidor.

Respondeu-me um:

— Sou o Dr. Bernardo Aldrete, Cónego de Córdova, e autor do *Tratado del origen y principio de la lengua castellana.*

E o outro:

— Eu sou D. Francisco Fernandez de Córdova, autor da *Didascalia.*

[1] Citada *Corogr.* fl. 84.

— Muito bem — tornei eu; — queiram Vossas-Mercês sentar-se, e dizer-me o que os traz.

— Vimos — volveu um deles, (não me lembra qual) — dizer-vos umas coisas a respeito do que escrevestes nestas páginas. Para nós temos que a *Ulysséa* de Strabão nunca foi a vossa *Olisipo*; e que a falada acrópole, com o seu tempo de Minerva e os seus tróféos motivos, não é o *castellejo* do castelo de Lisboa. Podeis ver o *Tratado* no LIV. III, CAP. I, e a *Didascalia* no CAP. XLVII.

A nossa argumentação é esta:

Strabão, no LIV. III da sua *Geográfica*, enumerou os lugares da costa da Andaluzia, procedendo de poente para nascente; depois de falar de *Malaca* (Málaga) e de *Abdera* (que julgam ser Almeria), diz isto: «Nos lugares mais altos da montanha se vê Ulyssêa, na qual está o templo de Minerva, como disseram Posidónio, Artemidoro, e Asclepiades Mirleano, o qual foi mestre de escola em Andaluzia, e fez uma descrição das nações daquelas partes. Êste afirma que no templo de Minerva estão pendurados escudos e esporões de náus, em memória das viagens de Ulysses».

É evidente que Strabão, quando menciona *Ulysséa*, se não refere a *Olisipo*, mas sim à *Ulysséa* de Andaluzia. Ulyssêa e Olisipo são duas e diversas. Portanto, quanto a nós, Olisipo não é fundação de Ulysses; e quem o diz são os próprios Gregos, que a êsse herói dão a fundação de Abdera, da Tracia.

*

Nisto se estava, quando da estante me saltou outro livro, que se mudou logo em gente, e vêjo diante de mim o respeitável Cónego da Colegiada de Guimarães Gaspar Estaço. Sem mais preâmbulo dirigiu-se logo aos dois, e com modos algo insofridos os combateu assim:

— Senhores e colegas, a questão não é tão líquida como pensais. Já o escrevi nas minhas *Várias Antiguidades de Portugal*, CAP. VII. Todos os autores que trataram de geografia, tais como Rafael Volaterrano (o Maffei), Joaquimo Vadiano, Carolo Stephano, André de Resende, Damião de Góis na sua descrição de Lisboa, e outros muitos, entendem que *Olisipo* e *Ulysséa* são uma e a mesma cidade, porque dizem que Strabão chamou a *Olisipo Ulysséa*; mas nenhum ponderou que *Olisipo* é muito diversa de *Ulysséa* pela grande distância de léguas de uma à outra, conforme a descrição do mesmo Strabão...

Nisto já falavam todos ao mesmo tempo.

— Meus senhores, não se exaltem Vossas-Mercês — atalhei eu, querendo, como improvisado presidente, manter o socêgo; — esta quinta de São Bento é apartada do povoado, mas assim mesmo pode ouvil-os o regedor dos Olivais, se Vossas-Mercês continuam a falar com essa intimativa. Socêgo, Senhores, prudência, decôro; lembrem-se de que não estão em certos parlamentos...

— Pois peço a palavra.

— Tem a palavra o sr. Gaspar Estaço—disse eu.

—Examinemos o ponto—prorrompeu êle depois de pausa. — ¿Em que se funda Strabão? Em autores gregos, que pouco deviam saber das antiguidades da Península ibérica.

— Peço licença para observar — ponderou Aldrete — que Asclepiades Myrleano veiu habitar a Andaluzia onde regeu escola.

— Não o nego, — atalhou Estaço — mas da Península não podia saber tanto como Pompónio Mela, que foi espanhol, andaluz, como êle próprio declara...

— Não se segue. — ponderou Fernandez de Córdova.

— Mas enfim, é uma presunção que a boa hermenêutica não rejeita.

— Vamos adiante, senhores — interrompi eu — o tempo urge; peço atenção.

— Eu prossigo — anuíu Estaço — Pompónio Mela, que floresceu nos dias do Imperador Claudio, registando os lugares da costa sueste da Espanha, observa que os ditos lugares não são nobres, nem conhecidos, e que só para guardar a ordem fará menção dêles. «Naquelas costas (expressão do autor) há lugares de nenhuma fama, e que só se mencionam aqui para os não omitir na sua ordem» [1]. Ora pregunto: ¿ essas palvras cabem porventura a uma cidade insigne, que tivesse a honra de contar a Ulysses por fundador? Mas

[1] O latim original é assim: *In illis oris ignobilia sunt oppida, et quorum mentio tantun ad ordinem pertinet.*

vamos aos lugares; são êstes: Virgi, na enseada a que chamam Virgitana; mais Abdera; Suel; Hexi; Menoba; Malaca; Salduba; Lacippo; Barbasub [1]; ¿Onde encontrastes aí Ulyssêa? e é bem de crêr que a teria Mela mencionado se ela ali estivesse.

— Talvez já não existisse — aventurei eu com pouco critério histórico.

— ¡Como assim!? — objectou Estaço muito convicto. — Se tivesse existido, ¿desapareceria acaso nos cinquenta anos que medeiam entre Strabão e Mela? É que nunca existiu. Mas há mais, senhores. ¿Quem negará a Plínio naturalista a qualidade de curiosissimo e aplicadissimo escritor? Pois êsse indagador incansável, que de mais a mais viveu muito tempo nas Espanhas, e observava e apontava tudo, diz quando trata da costa: «A cidade de Salduba; Suel, Málaca, com o seu rio chamado dos confederados; depois Menoba com o seu rio; Sextifirmium, cognominada Júlia; Sexi e Abdera; Murgis, extrema da Betica» [2]. Torno a preguntar: ¿onde encontrastes aqui a célebre Ulyssêa?; ¿onde?

E as palavras com que Plínio fecha o período, ainda mais me confirmam em que por aquêles contornos não havia fundação grega; tudo era

[1] No latim: *Virgi, in sinu quem Virgitanum vocant; extra Abdera; Suel; Hexi; Menoba; Malaca; Salduba; Lacippo; Barbasub.*

[2] *Item Salduba oppidum, Suel, Malaca cum fluvio fœderatorum; dein Menoba cum fluvio; Sextifirmium, cognomine Julium; Sexiet Abdera; Murgis, Beticæ finis.*

cartaginês. São estas: «Tôda aquela praia a reputou Marco Agrippa como de origem cartaginesa» [1]. Uma de duas — continuava com modo triunfal o conego, sorvendo uma pitada: — ou Ulyssêa ali existiu, ou não; se existia, e era grega, ¿como se dizia que toda aquela costa, *oram universam*, era de origem punica? ¿e porque não a menciona o minucioso Plínio velho? e se Plínio a não menciona, e se tudo ali era púnico, ¿como crer que existiu? Corram Ptolomeu, senhores, e vejam que se dá com êle a mesma coisa: especialisa lugares e omite Ulyssêa. O caso é êste e é simples: é certíssimo haver em Espanha uma cidade fundada por Ulysses; é uma só, à qual Strabão se refere duas vezes; não é na Andaluzia; logo é Olisipo.

— ¿Não haverá nisso — preguntei eu — interpolação no texto de Strabão? ¿ não poderia o copista, por lapso, intercalar na Andaluzia palavras que só cabiam à extrema oeste da Lusitânia?

— Pode ser — reconheceu Gaspar Estaço abanando a cabeça; — mas disso não há prova, nem presunção sequer. O que é positivo é que Olisipo, também chamada Ulyssipo, é colocada por Plínio e por Mela no seu exacto lugar, junto à foz dêste mesmo Tejo, que ali corre inundado de lua, tão perto das vossas janelas.

Iam todos talvez render-se à opinião de Estaço, quando do meio da monumental obra *España*

[1] *Oram eam universam originis Pœnorum existimavit Marcus Agrippa.*

Sagrada saíu uma venerável figura, que todos reconhecemos pelo sábio agostiniano D. Henrique Flores. Adiantou-se, cortejou, e disse:

— Tôda a argumentação dos senhores Aldrete e Córdova aceito-a e perfilho-a. Isso mesmo imprimi eu a páginas 174 e seguintes do meu tomo XIV. Rejeito, com vénia, o discurso do rev.° Cónego Estaço. Strabão é perentório: duas vezes fala em Ulyssêa; duas vezes menciona o templo de Minerva e os objetos votivos; o que prova que de ambas se reporta à mesma povoação, por não ser verosimil que em duas cidades concorresse tanta identidade de circunstâncias. Na segunda vez coloca Ulyssêa na provincia Bética (bem diversa da Lusitânia), e põe-na junto a Abdera, na serra que hoje se chama das Alpujarras. Logo, Posidónio, Artemidoro, e Asclepiades, falavam de uma cidade da Bética; logo, Ulyssêa não é Olisipo. Senhores, não andemos com Ulysses a voltas; ponhâmos esta questiúncula filológica nos seus termos verdadeiros; rejeitemos a fabulosa origem a que deu causa uma simples semelhança de som, e aceitemos como mais verosimil, como mais provável (em história humana poucas vezes há certeza) a opinião de Samuel Bochart.

— Bem sei — disse eu; — já lá em cima a escrevi, tirada do in-fólio da *Geografia Sacra*.

— Pois isso é o que deve ser: Os Fenícios chamaram a essa povoação *Alisubbo*; os Romanos e os Godos chamaram-lhe, com leve diferença, *Olisipo*; e de um êrro de grafia, *Olissipo*, *Olyssipo*, *Ulyssipo*, saiu Ulysses.

— ¿ Que dirá a tudo isto o alto da Cotovia ? — preguntava eu aos meus botões, ao passo que os quatro fantasmas se esvaíam a pouco e pouco, vagarosos, solenes...

CAPÍTULO V

Plínio-o-velho, e as éguas da Lusitânia. — Marco Terêncio Varrão. — Justino. — O Tasso.

Quando se tratam assuntos tão apartados, e relativos a povos meridionais, onde a imaginação representa sempre grande papel, o difícil, como se acaba de vêr, é romper caminho entre o matagal de convenções absurdas. Aqui vai outra:

Quem lêr Plínio-o-velho acha, com espanto, na *História Natural* certas palavras que devem ter dado que pensar aos criadores de cavalos: *Olisipo equarum e Favonio vento conceptu nobile* [1]; isto é: Torna-se Lisboa célebre pelas éguas que lá nascem, e que têm a singularidade de conceber do vento; asserção que o mesmo sábio naturalista visiónario amplia e explica noutra parte por êstes têrmos: *Constat in Lusitania circa Olisiponem oppidum* ... ou antes: Consta que na Lusitânia, em arredores de Lisboa e margens

[1] Liv. IV, XXXV, 4.

PLÍNIO-O-VELHO

Estátua da Catedral de Como (Itália).
Escritor, autor de uma *História Natural* afamada.
Nasceu em Como (Itália) no ano 23 A. C., e morreu em 79 D. C.

do Tejo, as éguas, voltando-se para o lado donde sopra a aragem do poente, concebem; e isso engenha crias velocíssimas, certamente, mas que não vivem mais de trinta anos [1].

Verdade seja que de Marco Terêncio Varrão é que Plínio, o infatigável assimilador, tirou essa crença, que veio a motivar uma nova versão etimológica àcêrca do nome da nossa cidade, derivado por alguns de *aulis* e *hippos*. Nota Varrão no seu livro *De re rustica* ser coisa incrivel, mas em todo o caso verdadeira. *Res incredibilis.... sed.... vera* [2]. Justino porém, espírito mais crítico, opõe-lhe estas judiciosas palavras:

Que na Lusitânia, pelas margens do rio Tejo, as éguas concebessem do vento, muitos autores o espalhavam; fábulas são, originadas da fecundidade de tais éguas, e da quantidade das manadas. Tanto abundam por lá, pela Galisa e pela Lusitânia, e tão velozes saem, que bem merecem se diga: concebem do vento [3].

Não admira que o bom do Torquato Tasso, com ser um erudito, ou por isso mesmo que o era, desse, no canto VII da sua imortal *Jerusalém*, o corcel de Raimundo, o fogoso Aquilino, por oriundo do Tejo, e gerado da mencionada maneira sobrenatural.

Assim verteu êste passo o meu saüdoso amigo José Ramos Coelho:

[1] Liv. VIII, LXVII, 1
[2] Liv. II.
[3] Justino — Hist., liv. XLIV.

Êste corcel no Tejo nado fôra;
ali a ávida mãi do audaz armento,
às vezes, quando a quadra que enamora
sorri, e a instiga com ardôr violento,
abrindo a bôca à brisa geradora
recebe-a, e é fecundada pelo vento;
e com o tépido ar que ardente bebe
dentro de pouco tempo é mãi, concebe.

Além das opiniões sôbre as origens da cidade e da denominação de Lisboa, citadas no texto, e que são tôdas provenientes de pura fântasia, convém deixar aqui consignada uma outra versão, que se baseia numa criteriosa interpretação histórica.

Na sessão que em 7 de Fevereiro de 1934 realisou na Associação dos Arqueólogos Portugueses o professor Dr. Mendes Corrêa, aventou êste ilustre arqueólogo a hipótese de a denominação *Olisipo*, romana e certa que teve a cidade de Lisboa, provir do têrmo grego *Elasippon*, nome dum semi-deus que aparece na história primitiva da Atlântida, no diálogo platónico *Critias*.

Fundamenta as suas deduções nalgumas coincidências das descrições dos antigos escritores gregos, e nomeadamente Platão, com certas particularidades da região sul da Península ibérica e norte da África, nas proximidades do actual estreito de Gibraltar, região onde se pretendeu que poderia ter sido a legendária Atlântida, objecto de numerosíssimas publicações de escritores antigos e modernos.

Coincidem os nomes de algumas terras ou regiões desta parte ocidental do mundo então conhecido com os nomes de certos reis da Atlântida, a qual, na partilha do mundo pelos deuses, coube ao mitológico Neptuno.

Do conúbio dêste deus com a mortal Clito nasceram, segundo o Crítias, em partos gemelares, 10 filhos, futuros reis da Atlântida; assim, do primeiro provieram *Atlas* e *Gadiros*, nomes de uma região do norte de África (montes Atlas), e da fenícia cidade de Gadir (hoje Cadiz), na costa sul-ocidental da península hispânica, ambas muito próximas

das Colunas de Hércules; de outro parto nasceu *Elasippon* ou *Elasippos*, outro rei da Atlântida que, por analogia, bem poderia ter tido o nome aplicado, ou adoptado de outra denominação anterior da nossa cidade, também situada nas paragens atlânticas a que se refere o texto de Platão.

Elasippos é um nome grego comum, que significa: *que lança os cavalos nas corridas*, ou *condutor de cavalos*, o que fàcilmente se relaciona com a tradição ou lenda que tanto impressionou os antigos (Varrão, Plínio, Sílio Itálico, etc.) de que eram filhos do vento os velozes cavalos que se criavam nos campos circunvisinhos a Lisboa, e dos quais por ventura os eqüídeos dos nossos campinos do Ribatejo são os actuais representantes.

A transformação de *Elasippon* em *Olisippo* (Olísipo) não repugna às regras da derivação fonética.

O autor da hipótese admite que Elasippos, como nome da primitiva Lisboa, seja um nome indígena deturpado pelos gregos (*Elaisos* parece ser um nome ibérico), ou então que Lisboa tivesse, de facto, um nome grego, relacionado com a abundância e velocidade dos cavalos do Ribatejo. Em qualquer caso a sua fama teria, de tão longe, ecoado na Grécia aos ouvidos de Platão.

Do poema de Avieno *Ora Maritima*, e doutros factos, é lícito depreender que já muito antes do tempo em que Platão escrevia, isto é, no século IV A. C. (Platão nasceu no ano 429 A. C.), a povoação núcleo de Lisboa, ou *Elasippon*, possuía já uma certa importância, e mantinha relações comerciais, quer por terra, quer por mar, com outros países. — *Nota de A. V. S.*

CAPÍTULO VI

Novas lendas romanas àcêrca da Lusitânia. — O Tritão de Colares. — Abala para Roma a fazer queixa do Tritão uma comissão de Olisiponenses. — Outra vez Plínio. — A Nereida moribunda. — Outra vez Justino, com o seu trecho *Siciliam ferunt antiquis quondam faucibus Italiæ adhesisse*. — As modernas boias de buzina. — Um vapor americano demanda as praias do Faial, anedota a propósito. — O que seriam as tais Nereidas e os tais Tritões. — Entra Damião de Góis com casos novos. — O pescador do cabo do Espichel. — O pescador do cabo da Roca. — O monstro marinho do Barreiro. — El-Rei D. Afonso III e Paio Peres. — Mulheres marinhas e Sereias. — Conjectura-se o que seriam êsses monstros todos.

Pelo que se vê (e à sua conta carrega o velho Plínio com boa responsabilidade nos desatinos àcêrca da Lusitânia), as lendas de uma terra como a nossa, tão pouco explorada ainda então, não eram raras, nem de pequena monta.

Narrava-se em dias de Trajano um caso já antigo, sucedido nos de Tibério; é que os anos corriam velocíssimos em Roma, como as quadrigas. Ouçâmos o caso:

Diz o citado Plínio, o qual, a-pezar-da sua prodigiosa ciência, é às vezes cronista sem critério,

e cujo precioso livro é, não raro, um sotão erudito de absurdos mais ou menos verosímeis, diz Plínio, repito, que foi visto e ouvido, em certa caverna dos arredores de Olisipo, um verdadeiro Tritão, que atroava com a sua buzina os barrocais da beira-mar.

Conservou-se pelo sítio a tradição do caso até aos fins do seculo XVI, como se depreende da asserção do douto Bispo de Portalegre, D. Frei Amador Arrais, que diz ter visto a cova do Tritão [1].

Damião de Góis também alude ao caso; a caverna, coloca-a nas ribas do Oceano, adiante de Colares (talvez pelas praias da Vigia ou de Alconchel).

O feitio do Tritão, não o dizem os nossos; mas Plínio não hesita em afirmar que era como geral-

[1] *Diálogos*, IV, pag. III v., col. 1.ª da edição de 1604. Parece o autor inclinar-se à existência de *homens marinhos*. Diz êle:

«No Oceano, defronte de Colares, debaixo de uma rocha, se mostra a cova, ou fôjo, onde cantava o Triton no tempo de Tibério César, a qual eu vi por vezes; é muito alta e larga em tôrno; da borda dela se descobre a rotura que tem contra o mar... E ainda agora se vê por aquelas praias homens e mulheres marinhas, que os antigos chamavam Tritones e Nereides. Mas o vulgo diz que ha em muitos lugares visinhos a estas praias certa casta de homens que têm o corpo gadelhudo e cheio de escamas, e que se tem por certo que trazem a origem de homens marinhos, ou Tritones, etc.... Bem creio haver homens marinhos inteiros, com perfeita figura humana, e que podem viver na terra, e falar linguagem como pêgas.»

mente costumavam ser os Tritões (se bem que os Romanos só os viam pintados ou esculpidos). Foi tal o terror incutido por aquele hóspede singular, que de propósito partiu para Roma uma comissão de Olisiponenses, a referir o aparecimento ao próprio imperador Tibério.

*

Não era único o sucesso. Também (conta o mesmo Plínio) nas nossas praias aparecera de outra vez uma Nereida moribunda, cujos ais os moradores escutavam desde muito longe, aterrados.

Inclina-se Damião de Góis, ao dar conta de tais ocorrências no seu citado opúsculo sôbre Lisboa, a que essas vozes fôssem causadas do marulho das marés, encanadas em tropel pelo recôncavo da tal cafurna, onde o ar comprimido pela água soltava ladridos e uivos de meter pavor, e que o vulgo tomaria por lamentos.

Nesta mesma explicação há talvez reminiscência de um passo do Livro IV de Justino, em que o sensato escritor explica da mesma forma os presumidos uivos e ladros das ondas no estreito de Messina. Traduzirei algumas palavras dêsse trecho, que em pequenote decorei por ordem de meu Pai.

Depois de apontar, e muito bem, várias causas naturais, acrescenta Justino:

Tudo isso brotou as fábulas de Scyla e Charybdis; deu a escutar ladridos; fez entrever simu-

lacros de monstros marinhos ao navegante, que, aterrado do descomposto vai-vem do pélago, crê ouvir ladrar as ondas, quando as sorve para o fundo a voragem daquele fervedouro.

*

¿Que diriam os antigos às nossas modernas boias de buzina? Ouvi-as eu no canal da Mancha, ao cair de uma tarde solene e triste de Março de 1881. Estava o mar espelhado como uma lâmina de metal, e cortinado de nebrinas, em que se nos escondia o horizonte com os farois da costa de Inglaterra.

A navegação no canal é temerosa. Correntes, baixios, restingas, nevoeiros freqüentes ou quási constantes, tornam aquela paragem muito mal segura, até para os práticos.

Não luzia sol desde muitas horas. Deslizava devagarinho o nosso vapor, sem ao certo distinguirmos onde estavamos. O mar em calmaria, agitado apenas de rôlo largo, tinha aparência estanhada, de uniformidade desesperadora.

O capitão, prudente e cauteloso, amainara a marcha, e sondava de quando em quando, a vêr se no fundo podia soletrar o caminho que o sol ausente lhe não revelava. Passeava inquieto, com ar preocupado, e assestava a espaços o óculo, em busca de alguma sombra de costa que pudesse servir-lhe de baliza naquele perigoso corredor dos mares do norte.

Quanto a mim, boçal, que pela primeira vez devassava tais regiões, sentia a mais singular impressão em pensar que deslizavamos no canal da Mancha, no grande pátio marinho entre as duas opulentas nações inglesa e francesa, no traço de ligação entre as duas formas linguísticas mais esplendidas da palavra *Progresso*, no célebre trato de águas constantemente sulcado de ideias, no fervedouro onde se degladiam as rivalidades pacíficas dos dois gigantes do Mundo. Parecia-me impossível que para o sul, atrás do horisonte frio e feio, morasse a polidíssima França das aventuras, dos galanteios, das heroicidades; e não podia crêr que, para além de tanta nevoa, no rumo do norte, se aconchegasse a hospedeira Inglaterra, o país dos castelos e das lendas, a mãi das industrias, a terra do *home*, das *misses* ideais, dos *keepsakes* e do chá de família.

Continuava o nosso breado Palinuro absôrto na manobra; não dissimulava o seu receio, que se lhe lia em reticências e frases soltas, quási tão impenetraveis como o cariz do firmamento inglês.

. . . .

De repente, lá dentre o vago, entrámos a ouvir, urrando ao longe, o que quer que fôsse: um ai prolongado e dolorido, interrompido num arquejar de Cyclope; um mugir de toiro fantástico; um uivo descomunal, que parecia sair das cavernas do infinito em arrancos de agonia sôbre-humana. Estacámos todos. Era uma boia americana de buzina, a denunciar baixio, só pelo

impulso das ondas no concâvo da sua colossal corneta de bronze sonoro.

Aqueles bramidos prolongados e intencionais, naquele sítio e áquela hora, produziam efeito indescritivel, e que nunca me ha-de esquecer.

> Le vent de la mer
> Souffle dans sa trompe.

Estavamos salvos.

Por mim avalio pois a sensação dos pescadores e casaleiros das ribas do mar de Olísipo, ao escutarem os urros das Nereides e os apupos dos Tritões.

*

Vem agora a propósito outro caso passado no Faial no verão de 1878.

Dia de cerrado nevoeiro. Demandava a Horta um alentado vapor de guerra americano. Mal queria romper a manhã; e o navio que sabia achar-se muito visinho da ilha, mas, pelo denso da neblina não a enxergava, deu sinal da sua já muito próxima presença, com uma buzina de vapor de extraordinária fôrça. O estampido vibrante atroou repentino os écos de toda aquela beira-mar.

É indefínivel o espanto, o terror dos habitantes rurais, que ouviam o clangor sem verem o navio. Nunca se tinha escutado ali tão desentoada vozeria do mar. Saíam das choupanas famílias

inteiras com destino à cidade, e em alaridos descompostos pedindo aos céus misericórdia.

Só se acalmou o borborinho do pânico quando os serenos farois da Espalamaca davam sinal de entrar no surgidouro o majestoso e pacífico baixel da poderosa nação americana.

*

Se me é lícito abrir outra digressão, abro ao mesmo tempo o meu Damião de Góis no seu *Urbis Olisiponis situs et figura*.

O sábio guarda-mór da Torre do Tombo aceita, até certo ponto, as tradições plinianas e populares àcêrca das alimárias marinhas, e confessa que lhe não parece dever passar-se de leve por tais assuntos, num tempo como o dêle, principalmente, em que se tinha encontrado, mais de uma vez, pelas praias visinhas à de Lisboa, uma certa espécie de seres humanos que os nautas e indígenas denominavam homens marinhos; criaturas hirsutas de aparência, e que, sob a escamosidade de bestas *neptuninas*, ainda vislumbres conservavam da primitiva natureza de gente.

É difícil destrinçar o fio da realidade nestas narrativas emaranhadas dos nossos quinhentistas, em que o maravilhoso peninsular, próprio da raça, se misturava com o maravilhoso pagão, filho da Renascença. Descontado o que se deve à tendência amplificativa do nosso povo da beira-mar, ainda assim mesmo fica bastante para desorientar os mais fleumáticos; e sobe de ponto a

nossa admiração quando nos cita o mesmo Góis um contemporâneo seu, pescador do cabo do Espichel, *Barbaricum promontorium.* Estando a pescar, apareceu-lhe de um pulo um Tritão macho, barba intonsa, cabelo hirsuto, peito veloso, e feitio humano, que o mirou aterrado e deitou a fugir de novo para as ondas de onde viera; caso que o pescador contava cada dia a quem o pretendia ouvir.

De outra vez, não longe do cabo da Roca, *Lunæ promontorium*, estando um habitante do sítio entretido a pescar, do alto de uns penedos, e atirando a sua pescaria, que não era nada má, para certa cova que se abria num rochedo próximo, viu que o espreitava por uma quebrada um ente que êle creu ser um rapazito nú, o que lhe não deu que pensar, pois era freqùentíssimo virem nadar ali os moços do arredor. Como porém observasse que a tal figura lhe ia comendo a um e um os peixes, ao passo que os êle pescava, afirmou-se melhor, correu sôbre ela, e viu-a sumir-se-lhe e mergulhar nas ondas, a rir, a rir.

Esta narração fê-la arrepiado o bom do homem, pessoa de probidade, a um visinho, Fernando Alvares, Escrivão da Casa da Índia, que ali tinha uma quintasinha próxima, e que tudo relatou ao próprio Góis.

Mais ainda:

Pelo mesmo tempo arrojou o mar às praias do Barreiro, junto a uma casa que ali possuía Afonso de Albuquerque, filho, um dos tais homens marinhos, morto.

Finalmente: no arquivo da Tôrre do Tombo, a que presidia o nosso exímio escritor, se conservava, no dizer dêle (e Marinho de Azevedo também o viu), um antigo contrato, *chirographum vetustissimum*, celebrado entre el-Rei D. Afonso III e Paio Peres, *Pelagius Petreius*, mestre da Ordem de Santiago; no contrato estatui-se não serem devidos aos Mestres, mas sim ao soberano, os tributos pelas *sereias* e outros animais apanhados nas praias pertencentes à Ordem; do que, acrescenta Góis, fàcilmente se colige, visto que a legislação falava delas, que as *sereias* abundavam então nas nossas águas, ou animais assim denominados.

*

Como confirmação das asserções de Gois tem fôrça o testemunho meio poético, meio místico, da lenda popular. As *mulheres marinhas*, que embelecavam o homem e o atraíam, tinham em seculos passados grande lugar nas narrativas do vulgo. Que o diga o padre Manuel Bernardes, por exemplo, que no seu estilo de ouro nos conta a historieta diabólica da *mulher marinha*, uma das narrações mais graciosas saídas daquela privilegiada inteligência, que lhe morava paredes meias com o coração [1].

Conheço outro testemunho, mais antigo e mais autêntico: um depoìmento do século XII na bôca

[1] *Nova floresta de vários apophtegmas;* tít. X, LXX, § IV.

de um dos já citados cruzados inglêses que vieram ajudar a tomada de Lisboa aos Mouros. É o caso que numa tormenta que dispersou a armada já perto das costas de Espanha, se ouviam, no revôlto verde-negro das ondas, uivar e gargalhar as sereias do Atlântico [1].

A *Academia dos Humildes e Ignorantes*, que é um bazar literário com um título pomposo, também se refere ao monstro marinho das costas lnsitanas; traz então uma fábula muito cerebrina de homens e mulheres, que ao tempo da conquista romana se foram homisiar nas grutas da praia de Peniche; e ali, pela mudança de usos e costumes, pelo emprêgo de certos alimentos, e pelo constante exercício da natação, se metamorfosearam numas entidades semi-marinhas, admiradas como divindades oceânicas [2].

*

Nem só na velha Europa se têm visto monstros do jaez fabuloso dos que mencionei; a América também contribue para esta fauna *sui generis*.

«Não há dúvida — diz um narrador quinhentista das coisas do Brasil — que se encontram na Baía, e nos recôncavos dela, muitos homens ma-

[1] *Auditæ sunt interim syrenes horribilis sonitus, prius cum luctu, postea cum risu et cachynno, quasi insultantium castrorum clamoribus.* — Cruc. angl. ep. — Port. mon. — Script. pág. 392.

[2] *Acad. dos hum.* — tom. II, conferência XXXVIII.

rinhos, a que os Índios chamam, pela sua língua, *upupiára*. Andam pelo rio de água dôce pelo tempo do verão, onde fazem muito dano aos Índios pescadores e mariscadores, que andam em jangadas, onde os tomam.»

E logo, como boa testemunha, conta casos:

«As quais fantasmas, ou homens marinhos, mataram por vezes cinco Índios meus.

«...E um mestre de açúcar do meu engenho afirmou que, olhando da janela do engenho que está sôbre o rio, e que gritavam umas negras uma noite que estavam lavando umas fôrmas de açúcar, viu um vulto maior que um homem à borda dágua, mas que se lançou logo nela; ao qual mestre de açúcar as negras disseram que aquela fantasma vinha para pegar nelas, e que aquêle era o homem marinho; as quais estiveram assombradas muitos dias [1].»

Bluteau traz bonitas patranhas, com pormenores curiosos. É consultar o *Vocabulário* nas palavras *Leão marinho*, *Marinho* e *Molher*, e pasmar do feitio científico e sério que tomam às vezes as credulidades do homem.

Sôbre tritões e nereidas há na obra do erudito Benedictino Feijóo um belo discurso, ao qual faz

[1] *Tractado descriptivo do Brazil em 1587*, obra de Gabriel Soares de Sousa, senhor de engenho na Bahia, e nela residente dezassete anos, como Vereador da Câmara. Foi publicado êste escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto-Seguro) na *Revista do Instituto Histórico e Geográphico do Brazil*, tom. XIV, 1851. A transcrição é do cap. CXXVII.

seguimento o intitulado *Examen philosophico de um peregrino sucesso de estos tiempos*. Leiam, leiam essa história de um monstro marinho; eu por mim confesso-me saturado.

O Cavalheiro de Oliveira, conversador incançável, e de uns que sabem tudo, tem uma longa carta àcêrca de monstros marinhos, sereias, etc. Parece-me às vezes vêr aquêle esclarecido espírito sinceramente convencido; ao que êle, porém, acode logo, repetindo umas palavras com que no fim da carta se resalva: «Para estas histórias se fez uma fé chamada a fé dos padrinhos [1].»

O embrexado de factos trazidos a propósito por Oliveira, e sacado de muitos autores mais ou menos suspeitosos, só prova uma coisa que já estava provada: a crendice inata no homem, e a abundância de focas por todo o mundo. O que elas não rirão, lá nas suas grutas submarinas, se lhes consta a aluvião de factos absurdos propalados com o seu respeito; e não hão-de rir-se sòmente; hão-de por fôrça ufanar-se também. ¡ Pois se até há genealogistas crédulos (segundo li numa das *Cartas eruditas* do dito Padre Feijóo e no *Nobiliario* do Conde D. Pedro) que deduzem a família galega dos Marinhos do casamento *civil* de uma avoenga deles com um monstro do mar!...

Citei as focas, e creio que tive razão. É a foca animal essencialmente simpático; o seu viver, a

[1] É a carta VI do tomo I da edição da *Bibliotheca Portugueza*.

sua agilidade, os seus costumes, a sua vaga semelhança com o troço superior da figura humana, tudo, até o límpido e sereno do seu olhar de vitelo, dão o que quer que seja de vago e atractivo, que se presta ao legendário, àquela tímida e inteligente gazela do mar.

Poderá conjecturar-se que ambos os casos narrados por Plínio-o-velho, teriam por motivadores uns cetáceos enjoados, ou focas trazidas do norte pelas correntes, e arrojadas pela ressaca à nossa costa; e a chusma das companhas entenderia serem alimárias mitológicas. Algum mais romancista confundiu os sibilos do vento com o vozear que se atribuia a êsse género de semi-deuses, e a imaginação bordou o resto. Seguiu-se a deputação a Roma; e ¿quem sabe como estalariam as gargalhadas de Tibério com os seus camaristas, ao despedir da sala da audiência os ingénuos e convictos emissários [1]?

Cada um dos factos expostos relativamente aos tritões lusitanos, pelo menos o núcleo desses factos, é irrecusável. A qualidade de um narrador como Damião de Góis, a seriedade da sua obra, e as circunstâncias de tempo, lugar, e pessoas, com que êle acompanha e corrobora as suas asserções, dão-lhes certamente alta valia. Mas pergunto: ¿não haverá no colorido, e até no traço de tais narrativas, alguma exageração inconsciente, provinda de causas que se nos furtam, mas que é indispensável conhecer?

[1] Consulte-se Plínio, *Hist. nat.;* liv. IX, III, 1.

*

Que apareceram duas, três, quatro vezes, muitas mais, nas nossas praias monstros marinhos, já vivos, já mortos, é certo; que não eram os tritões e sereias da fábula, também é certo. Mas ¿não poderiam em eras antigas freqüentar as focas as nossas praias, quer trazidas pelas correntes, quer acossadas de perseguição nas regiões setentrionais, quer baloiçadas em fragmentos de gêlo, que por si mesmos se fôssem derretendo no mar? ¿Não poderia essa raça de mamíferos ser mais basta do que é hoje? ¿Não poderia haver sido uma pesca rendosa em certas paragens da nossa riba-mar, a ponto de motivar o contracto que citei entre el-Rei D. Afonso III e o Mestre de Santiago? ¿Não temos a certeza de que, há bem poucos séculos, havia ursos nas serras de Portugal, e bem perto dos povoados grandes? ¿Quem nos diz, pois, que não houvesse também no nosso mar habitantes que lá não vemos agora?

*

Os futuros Cavalheiros de Oliveira ainda hão-de achar que dizer, depois de tanta erudita crendice. Vejamos: o *Diário de Notícias*, de Lisboa, de 4 de Julho de 1882 [1], menciona nas arribas de Magoito, próximo à Ericeira, o aparecimento de um animal marinho, morto à enchadada pelo

[1] Data em que o autor escrevia êste capítulo.

saloio Manuel Francisco Roco. Tinha a cabeça parecida com a de um bezerro; barbas; mãos com cinco dedos cada uma; pêlo côr de boi; em vez de pernas duas grandes badanas; peso, nove arrobas.

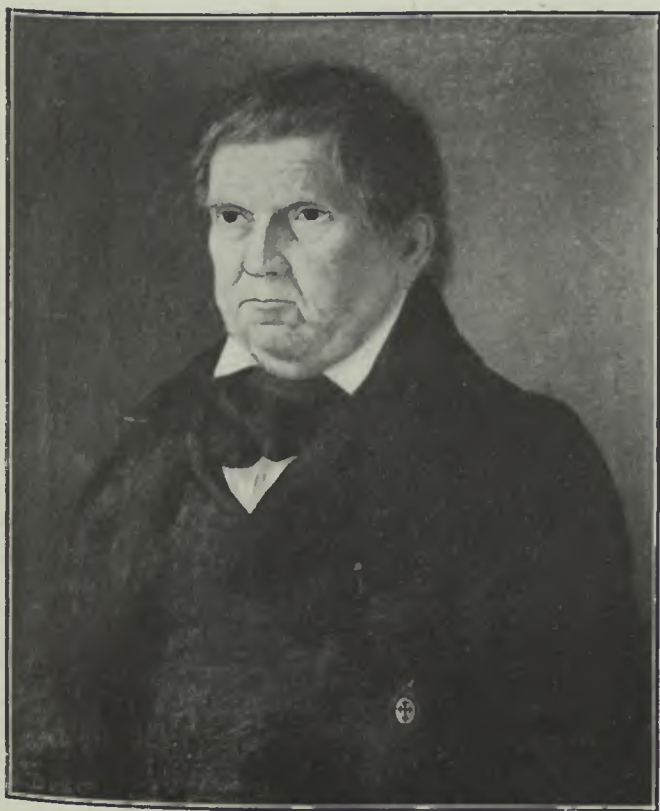
*

O nosso famoso naturalista Felix de Avellar Brotero imprimiu no n.º LVII do meu velho *Jornal de Coimbra*, redigido pelo seu amigo José Feliciano de Castilho, em 1817, uma erudita e noticiosa memória sôbre as focas; e basta a enumeração que êle faz das diversas espécies da dita família de mamíferos, para explicar a variedade das aparições narradas por Plínio, Góis, e os mais: uma vez mulheres, outras frades, outras homens, outras tritões, etc., etc. A foca *ursina*, a *jubata*, a *barbata*, a *monachos*, e tôdas as congéneres, são outros tantos motivos que a apavorada imaginação do povo se encarregava de bordar.

Mas, digo eu agora com Damião de Góis, ao vêr quanto conversámos de focas e tritões: *Hæc hactenus de tritonibus, nereidibus, syrenibusque dicta sufficiant;* que pode traduzir-se: não cancemos mais o leitor, a quem já daqui peço perdão.

*

Concluirei com uma historieta; de sereias ainda, mas a última.

Há numa quinta a poucas léguas de Lisboa, em Sintra, uma sereia de pedra, outrora chafa-

FELIX DE AVELLAR BROTERO
Botânico e Doutor em Medicina
Director do Museu Real e Jardim Botânico do Paço d'Ajuda
Nasceu em Santo Antão do Tojal em 25 de Novembro de 1744,
e faleceu em Belém a 4 de Agosto de 1828

riz de jardim, e agora ruina entre urzes. Ainda lá se ergue todo o troço dianteiro do mitológico animal; a extremidade da cauda tem-na no seu museu um engraçado meu conhecido, que a roubou.

E dizia-me o ratoneiro:

—Quero que esta quinta fique possuindo o objecto mais notável de Portugal: uma das sereias maiores que se têm visto; com a cabeça em Sintra e a cauda em Lisboa.

CAPÍTULO VII

Olísipo, cidade importante dos Romanos. — Explicações necessárias àcêrca do sistema administrativo provincial de Roma. — A província *Lusitânia*, a *Bética* e a *Tarraconense*. — Partição judicial. — Conventos jurídicos. — O convento de *Pax-Júlia*. — O convento de *Scalabis*. — O convento de *Emerita*. — A epigrafia chamada a testemunha. — É citado o erudito Dr. Hübner. — Esplendor civil de Olísipo. — Propõe-se o autor percorrer a cidade romana.

Sim; tôdas estas reminiscências mais ou menos claras das minhas leituras se me avivam, quando contemplo com os olhos da alma a cidade municipal romana, mais nítida cada vez.

Como povoação de muita valía me aparece a viçosa Olísipo, chamada oficialmente, como já disse, *Felicitas Júlia*; não me atreverei contudo a afirmar que o fôsse pelos motivos conjecturados no *Livro da fundação e antiguidades de Lisboa* [1].

[1] Luís Marinho de Azevedo, liv. III, cap. I, 1.ª edição, pag. 212.

Na sua qualidade de *município romano*, por seis séculos, pouco mais, senhoreou esta cidade os seus contornos, e teve a honra de ser ninho e couto às águias do Capitólio, com quanto lhe não coubessem as preeminências administrativas e comerciais de cabeça de *convento jurídico*.

Eu me explico melhor:

*

Observa um autor moderno quanto a dominação romana era mais prudente, se bem que mais vagarosa, que a dos Cartagineses o fôra. Em várias cidades submetidas mantinham-se aos habitantes as suas leis próprias e a sua religião; e a grande número deles se concedia a cubiçada honra de cidadãos romanos. Era freqüente governarem a um tempo, nas cidades da Península, magistrados da raça invasora e da invadida, conseguindo-se habilmente identificar na administração os interêsses de todos os moradores: grandes e pequenos, os da terra e os de fora.

Contudo (note-se bem) êsse domínio de Roma só se estendia a certos povos do litoral, pois que no interior, e pelo norte, continuavam os Celtas e os Celtiberos a governar-se, com o título de auxiliares, se bem que vencidos.

Apesar dessas aparentes concessões ao princípio da independência local, germen longínquo do município, era dura a dominação da mãi Roma. As nossas fôrças gastavam-se tôdas no aumento do colosso; o nosso oiro era-nos estorquido; os

nossos homens convergiam forçadamente para lá, na atracção fatal do vórtice daquela centralização egoística e irresistível. Daí, além de outras, as rebeliões nobilíssimas de Viriato e de Sertório [1].

No ano 197 antes de Cristo a República Romana, a quem convinha dividir para mais fácil administração, dividiu o govêrno da Península em duas provincias: a *citerior* e a *ulterior*. Pouco depois, talvez para enfraquecer ainda mais a unidade peninsular, ordenou Augusto, em vez de duas, três províncias; e cada uma delas subdividia-se em várias estações judiciais, ou *conventos jurídicos* (segundo o termo técnico); centros para onde convergiam as apelações cíveis e criminais das diversas povoações de cada província, e onde magistrados romanos e legislação romana decidiam os litígios [2].

*

Uma dessas três províncias era a Lusitânia; outra a Bética; outra a Tarraconense. Das duas últimas não importa aqui a subdivisão; nem importa indicar as novas divisões, nada menos que seis ou sete, que pelo correr dos tempos vieram ainda retalhar a Península; prova evidente do aumento da sua importância administrativa e económica. Bastará assentarmos que a Lusitânia, cuja orla marítima corria desde o Douro até ao

[1] Para outra vez falaremos desses notáveis tacticos e estratégicos.

[2] Vide Pitisco, *Antiquitates;* verb. *Conventus.*

Cabo de S. Vicente, e daqui até ao Guadiana, no dizer de Plínio, encerrava quarenta e seis povoações; sendo cinco colónias: *Augusta Emerita* (Merida), *Metallinum* (Medelhin?), *Pax* (Beja), *Norba* (Alcântara) e *Scalabis* (Santarém); um município: *Olisipo* ou *Felicitas Julia* (Lisboa); e quarenta cidades *oppida* [1].

*

Agora vejamos a partição judicial.

Ao passo que a província Bética possuia quatro conventos jurídicos (denominação equivalente, segundo creio, à nossa expressão *comarca)*, e a Tarraconense contava sete, a Lusitânia, mais resumida, apenas contava três.

O primeiro tinha a sua sede em *Pax Julia* (hoje Beja, no Alentejo). As povoações de mais tomo nêste convento eram, conforme D. António Delgado, o eruditíssimo numismata e arqueólogo do Reino visinho: *Salacia* (Alcácer do Sal) [2], *Myrtilis* (Mertola), *Ebora* (Evora), *Ossonoba* (Faro, ou Estoi) [3]; *Esuri* (Castro Marim, ou Gerez de los Caballeros, ou Ayamonte); e conjectura o mesmo Castro que também pertencesse ao dito convento *Olisipo* (Lisboa), a-pezar-de já ficar ao norte do Tejo.

[1] Plínio, *Hist. nat.*; liv. IV, XXXV, 5.

[2] Outra Salacia houve cá, segundo diz João Baptista de Castro, fundando-se em Argote. Veja-se o *Mappa de Portugal*; parte I, cap. II. Era onde é hoje Salamonde, perto de Braga.

[3] *Mappa de Portugal*; loc. cit.

O segundo convento era o Scalabitâno, e tinha a sua sede em *Scalabis* (Santarém). Servia as populações seguintes: *Æminium* (Águeda) [1], *Talabriga* (Aveiro) [2], *Conimbrica* (Condeixa-a-Velha?), *Eburobritium* (Evora de Alcobaça? ou Alfeizirão?), e talvez *Brutobriga*; e o autor da *España Sagrada*, além de outros, inclina-se a que *Olisipo*, como é mais natural, pertencesse também a êste convento, e não ao Pacense [3].

O terceiro, finalmente, era o Emeritense, cuja capital era *Emerita* (Mérida), e que só compreendia a região dos Vettões, onde se incluiam as cidades de *Mirobriga* (Ciudad Rodrigo), *Bletisa* (Ledesma), *Salmantica* (Salamanca) *Cæsilius Vico (...)* *Sabaria (...)*, *Vicus Aquarius* (Carvajales), *Centica (...)*, *Becor (...)*, *Deobriga* (Brinnos), *Capara* (Ventas de Caparra), *Cauria Cæsarobriga* (Coria), *Contrasta (...)*, *Metellinum* (Medellin), *Castra Julia* (Truxillo), *Carisa* (Cariza), e talvez *Dipo* (Talavera la vieja).

*

Conforme esta circunscrição, Olísipo, da qual as circunstâncias corográficas e históricas haviam de formar no futuro um centro tão notável, não

[1] *Mappa de Port.*; loc. cit.

[2] Id. ibid.

[3] *Esp. Sagr.*; tom. XIV, pag. 178. Duarte Nunes de Leão, na sua *Descripção de Portugal*, cap. VI, dá também Olisipo ao convento Scalabitâno; e diz o mesmo na *Chrónica d'El-Rei D. Affonso Henriques*; ed. de 1600, fl. 40, col. 1.ª

passava de secundária povoação, sufragânea de convento jurídico; o que não impedia que a sua situação, quasi à foz de um rio importante, a fizesse apetecido ponto de reunião dos navegadores que seguissem do norte para o sul ou vice-versa, e lugar comercial, aonde vinham por fôrça refazer-se de refrescos nas suas peregrinações.

A epigrafia, que tanto auxílio presta aos mineiros da História, demonstra, segundo a apreciação do sr. Hübner nas suas *Notícias archeológicas de Portugal* [1], que era Olísipo a segunda cidade da provincia; isto é: estava para Emerita, capital oficial, na mesma proporção em que, na província Bética adjacente, estava Hispalis para Corduba. Infelizmente para a ciência, e para o nosso decôro como nação, a maior parte dos nossos monumentos epigráficos, conhecidos e descritos por antigos autores, têm desaparecido, não se sabe como, pela nossa incúria. De mais de oitenta inscrições olisiponenses que o citado Hübner coligiu pelos livros de antiguidades, de cento e uma que Paiva Manso traz nas *Portugalliæ inscriptiones*, e que deviam necessàriamente existir, não há muitas dezenas de anos,... apenas CINCO (!!!) se encontram ainda nesta cidade [2]. E algumas eram muito interessantes, algumas com

[1] Traduzidas para português pelo falecido académico Augusto Soromenho. Essa apreciação vem na pág. 8.

[2] *Not. arch.* pág. 8. Agora talvez se contem sete, com o reaparecimento das duas do Banco de Crédito Predial, a que aludirei no cap. IX.

particularidades únicas, e quási todas revelavam ser aqui um centro de opulencia e ilustração.

É pois de crêr que em tal centro avultassem edifícios urbanos, tanto civis como religiosos, mais ou menos dignos do nome romano; e avultaram, é certo. Olísipo era uma protectora da agricultura, do comércio, das indústrias; e por êsse lado levava as lampas à sua cabeça judicial.

Ainda no tempo dos Romanos, segundo encontrei em Varrão, *De re rustica* [1], era tão silvestre a Lusitânia, tão pouco policiada, que se viam os seus campos muito expostos à ladroagem, o que decerto retardava os progressos agrícolas, e congregava, quanto possível, em tôrno das cidades fortes o tráfego rural. Com o seu presídio, a sua soldadesca e a sua população fixa e flutuante, era portanto Olisipo incontestável amparo; aos seus arrabaldes devia ter-se acolhido bom número de famílias cultoras da terra; e em troco do pão, da fruta, do vinho, dos legumes e do gado, de que a abasteciam, recebiam salvaguarda e boa sombra.

*

O que fôsse o plano topográfico de Felicitas Júlia, ninguem sabe. Num centro, porém, de onde, como indica o Itinerário de Antonino, irradiavam três estradas provinciais importantes, haviam de achar-se bons monumentos, quais os sabia

[1] Liv. I.

levantar a mão do grande Império [1]. Estudemos alguns.

Pouco haverá que dizer, porque a cidade romana jaz sumida nos escombros de séculos. ¡Que pena não podermos indicar o sítio onde lhe corriam as ruas principais! ¡demarcar a área dos seus foros! ¡contemplar a nobreza dos seus templos! Tudo desapareceu; a Lisboa de hoje ergue-se a bons três ou quatro metros sôbre as cinzas da sua avoenga.

De tantas edificações interessantes e belas que outrora campearam no perímetro pagão de Olisipo, só pouquíssimas podemos mencionar, e de nenhuma se conservam os restos.

No capítulo seguinte encetaremos essa peregrinação pelo deserto vivo da Lisboa moderna.

[1] Eis o que diz o Dr. Hübner no seu citado livro, págs. 17 a 22:

«Das três estradas que havia entre Olísipo e Emérita, a que se dirigia mais pelo norte passava por Scalabis, e corria por algum espaço ao norte do Tejo... A segunda estrada, que se dirigia mais pelo sul do que a primeira, era certamente o caminho mais curto entre Lisboa e Mérida... A terceira estrada, que o itinerário marca entre Lisboa e Mérida, é visivelmente o complexo de duas estradas diferentes, a saber: a de Olísipo a Ébora, passando por Salácia, e a de Ébora até Emérita, atravessando algumas povoações ao sul do Guadiana.

PLANO
em que se mostram
os monumentos romanos
de
Olisipo
o perimetro de
Lissibona
e
a directriz do
antigo braço do Tejo

Braço do Tejo

Braço do Tejo

LISSIBONA

S. Vicente

O TEJO

Desenho de Júlio de Castilho

CAPÍTULO VIII

Padrão dos barqueiros de Olísipo aos deuses marinhos. — Urnas funerárias em Santa Clara. — O palácio de Tristão Mendonça Furtado. — Seu incêndio em 1817. — Capitel compósito desenterrado em Santa Apolónia. — Escultura enigmática descoberta por Marinho de Azevedo. — Mais três fragmentos lapidares mencionados pelo mesmo antiquário.

Começaremos por um padrão de que nem vestígios restam; uma lápida romana encontrada no segundo quartel do seculo XVII, nas ruìnas da igreja velha de S. Nicolau, quando a reedificaram.

Iam os desastrados pedreiros enterrá-la no cabouco, senão quando acerta de passar um entendido, o licenciado João Baptista Grafião, Auditor que fôra na Armada Real. Olha, percebe a valia da pedra, e pede aos vândalos que, ao menos por misericórdia, lha deixem copiar. E copiou.

Como soubesse que na sua laboriosa tarefa de compilador andava o incansável Luiz Marinho de Azevedo, disse-lhe uma vez Grafião:

— Tenho que dar-vos um tesouro para a vossa obra.

E quando Azevedo recebeu a cópia da inscrição, estimou a pedra como se fôra gêma preciosa; êle próprio o confessa.

As letras diziam assim, salva alguma inexacção possível e provável:

DIS. MARIS. SAC (RUM)
NAVTAE. ET. REMIG (ES)
OCEA (NI). (HOC MU) NVS.
IN. TEMPL (O). TETH (IDIS).
OBTVLE
RVNT. PRO. TVENDIS
E. V (OTO). D. D (DICAVERUNT)

E Grafião traduzia do seguinte modo:

Memória consagrada aos deuses do Mar.
Os marinheiros e barqueiros
do Oceano
Ofereceram êste don ao templo de
Tethis, para que lhes livre
suas embarcações de tempestades.
Dedicaram-lho por voto que tinham feito.

E Marinho de Azevedo comenta:

«Com esta pedra ficamos claramente averiguando que no tempo da gentilidade havia em Lisboa um templo dedicado ao falso ídolo de Tétis, que é certo estaria junto à praia do mar, porque

fingiam os poetas ser deusa dêle, e mulher do Oceano»[1].

*

Não sei o ano do descobrimento da lápida; atribuí-o vagamente ao segundo quartel do século XVII pelos seguintes motivos: o livro de Marinho de Azevedo saíu em 1652; as licenças, porém declara êle no prólogo, estavam dadas desde 1638: nêsse ano, pois, achava-se concluido o livro, que levou quinze anos a escrever. É portanto nêsses quinze anos, de 1623 a 1638, que havemos de colocar o aparecimento do pedregulho.

As obras na igreja de S. Nicolau começaram em Dezembro de 1616; então se principiou a reedificar o templo velho, que tinha muito mais de três séculos, segundo verificaremos quando se tratar dêle[2].

São fastidiosos êstes pormenores, bem sei; mas ajudam a clarêsa do escrito[3].

[1] Liv. III, cap. VIII. Com leves variantes se encontra a inscrição na pag. 32 das *Portugaliæ Inscriptiones*, colleccionadas por Levy Maria Jordão, e na *Hist. eccl.* de D. Rodrigo da Cunha, fl. 10.

[2] Vide o folheto: *Descripção miudamente circumstanciada da antiga egreja de S. Nicolau.* Lisboa, 1843, pág. 3. Na pag. 74 vem a inscrição posta na lápida comemorativa da segunda edificação, encontrada no desentulho para a obra nova depois de 1755.

[3] A inscrição citada é considerada falsa por Emílio Hübner, *Inscriptiones Hispaniæ Latinæ*, vol. II, pág. 6—*Noti-*

*

Não serei tão feliz com o seguinte descobrimento, cuja data ignoro de todo; nem sei até se Marinho de Azevedo, a cujo testemunho me reporto, a conhecia.

*

Defronte do antiqüíssimo convento de Santa Clara (hoje a Fábrica de Armas anexa ao Arsenal do Exército), levanta-se um casarão enorme, de que só existem as paredes, que no seu desmantelado ainda revelam palácio outrora sumptuoso. Uma portinha sobrepojada pelas armas dos Mendoças dá para o campo de Santa Clara. Induzido por um informador a quem êsse brazão enganara, julguei ter sido o palácio pertença da Casa de Loulé; enganei-me.

Fundou-o Pedro de Mendonça, filho de Tristão de Mendonça, Comendador de Mourão, Capitão de Chaul, e de D. Maria de Albuquerque, filha de Lopo de Albuquerque e de D. Joana de Bulhão.

Êsse Pedro passou à Índia em 1550, donde voltou rico; teve a alcunha de *o Larim*. Foi Capitão de Chaul, Comendador de Mourão na Ordem de Aviz, como seu pai, mais Vereador da Câmara de Lisboa, e Senhor de Alhos Vedros. É ascendente dos Mendonças Furtados, alados

cias Archeologicas de Portugal pelo Dr. Emilio Hübner, traduzidas e publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1871, pág. 14.—*Nota de A. V. S.*

com vários aristocratas portugueses, entre êles os Condes de Sam Payo.

A vasta edificação de que estou tratando era conhecida como «o palácio da Cova».

Da mesma estirpe, e julgo que sobrinho-neto de Pedro de Mendonça, era o Cardeal Arcebispo de Lisboa, D. António de Mendonça, falecido em 1675; êste prelado ampliou o palácio, que em 1717 se achava sumptuosamente mobilado.

No fatal dia 1 de Fevereiro dêsse ano ateou-se um incêndio no edifício; e apezar dos esforços e dos auxílios prestados pelos veneráveis Padres Jesuitas do visinho Colégio de S. Francisco Xavier, que andavam caridosamente na fáina acarretando a água [1], e apezar do zêlo com que tôda a gente acudia, palácio, quadros, mobília, tudo ardeu.

Atamancado provàvelmente do modo possível, aí se achava em 1807 estabelecida uma fábrica não sei de quê, pertencente ao pai do bom Pedro Roxa, que faleceu Oficial no Ministério do Reino. Parece que outro incêndio destruiu a fábrica em 1817.

*

Diz-nos Marinho de Azevedo que, ao abrirem-se os alicerces para as casas de Pedro de Mendonça, acabadas de mencionar, se acharam

[1] Dil-o a *Gazeta de Lisboa*, n.º 5, de 4 de Fevereiro de 1717.

soterradas «muitas abódadas pequenas feitas de argamassa — palavras textuais — e dentro algumas urnas de vidro grosso escuro, e outras de chumbo cheias de carvões e cinzas; ..... e os mais notáveis dêstes vasos eram dois, que ainda se conservam inteiros em casa do Monteiro-mór Francisco de Melo, os quáis parecem de porcelana grossa da Índia» [1].

Azevedo provàvelmente examinou os sítios e os objectos a que se refere; e declara ter para si que eram aquilo sepulturas de crianças. Abri o meu velho Kirchmann, *De funeribus Romanorum*, e puz-me a estudá-lo.

Não sei se Azevedo tem razão; talvez não tenha. O Kirchmann, que esgotou o assunto, diz-nos, citando Plínio, Juvenal e outros, que os meninos e os perculsos de raio não eram cremados. Os meninos de menos de quarenta dias sepultavam-se no seu moimentosinho, que tinha o nome peculiar de *suggrundarium*. Ora, segundo a descrição que transcrevi, o que nas tais abóbadas (ou nichos) apareceu foram urnas com cinzas; logo, não podiam ser entêrro de recemnascidos; e as crianças de mais idade não me consta que tivessem entêrro à parte.

Também na mesma excavação se encontrou um grupo de bronze, que se julgou seria Castor e Pollux. Não refere Azevedo que fim levaria essa preciosidade.

[1] Foram baldadas as deligências qae empreendi para saber o paradeiro deles.

*

Conheço outra antigualha do mesmo sítio, pouco mais ou menos: um capitel da ordem compósita, de basalto, sacado de uma excavação a Santa Apolónia em 1870. Pertence hoje à Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, e está na capela-mór do templo do Carmo, nosso museu; tem o número 466 do catalogo.

*

Continuemos; subamos ao Castelo. Nos subterrâneos do paço da Alcáçova, onde se guardavam armas e outros petrechos, descobriu Marinho de Azevedo uma escultura tôsca, representando a cabeça de um animal, grossa como a de um urso, e com dois grandes colmilhos voltados para baixo; tudo já tão gasto dos anos que se não distinguiam olhos, nem outros pormenores.

¿Seria romano êste vestígio? ¿seria grego? ¿fenício? ¿cartaginês?—Ficou enleiado na resposta o descobridor.—¿ Que faremos nós outros hoje em dia? Pensemos noutra coisa, e não queiramos quebrar a cabeça por amor de uma cabeça quebrada.

*

Na esquina do baluarte da muralha, junto ao chafariz del-Rei, atravessada e muito alta, viu o

mesmo Azevedo uma lápide romana, onde só poude ler

MATER

na última linha.

*

No outro baluarte, sôbre que se edificaram as casas dos Condes de Portalegre, da banda do Tejo, havia, que a viu o mesmo minucioso explorador, outra pedra romana, mas já ilegível por estarem as letras cobertas de cal.

*

Junto a uma parede da rua do Barão, «defronte da íngreme (rua) que desce à praça dos Canos», viu também êle um pedaço grôsso de coluna; outro numa lógea defronte das casas do Correio-Mór; e pela muralha, da parte do mar, e nas paredes da Sé, por fora, e na porta da Alfôfa, e no canto das casas dos Provedores do Hospital Real, viu muitas outras pedras lavradas do tempo dos Romanos [1].

Muitos foram portanto, como se está vendo, os vestígios deixados aqui pela civilização romana. Atrevo-me a acrescentar a tradição vaga de importantes esculturas que nobilitaram o an-

[1] Liv. III, cap. VIII.

tigo chafariz *dos cavallos* da rua Nova. É Bluteau quem o diz, quando atribue essa denominação a umas estátuas eqüestres de bronze, que em tempos remotos lá se erguiam, e lançavam água pela bôca dos cavalos; «magnífica relíquia — conclue o Theatino — da curiosidade romana [1]».

[1] *Vocabulário*, tom. II, verb. *cavallo*.

CAPÍTULO IX

Velharias romanas achadas no sítio das Pedras Negras em 1749. — Descreve-as ao leitor o Padre D. Tomás Caetano de Bem. — Menção rápida de outras inscrições.

Quem girar pelas imediações das Pedras Negras, à Madalena, lembre-se do que lhe diz êste cicerone: aí por tôda a parte são memórias romanas. ¡Oh!; se elas com a sua voz subterrânea podessem denunciar-se-nos!

Tudo porém jaz oculto, a não ser um ou outro fragmento conservado com carinho.

A primeira vez que me consta surdirem à luz algumas antigualhas de mais vulto, foi nos fins do reinado del-Rei D. João V.

Estava-se em 1749 [1]. João de Almada...

Aqui entra um parentesis, porque o leitor pergunta forçosamente quem vem a ser João de Almada. Eu lho digo.

[1] Dr. Francisco Tavares, *Instrucções e cautellas sôbre o uso das águas mineraes*, pág. 136.

Quando, desta quinta onde moro, vou cada domingo à Missa na Igreja dos Olivais [1], passo pela ruina de um palacete rural, que foi em tempo solar do morgado dos Almadas, chamados *dos Olivais*. Aí morava no fim do século XVII um João de Almada, marido de D. Mayor de Mendoça. Tiveram António, pai de João Manuel de Almada, nascido a 15 de Agosto de 1707, e que seguiu a vida militar; e mais D. Theresa, mãe do grande Marquês de Pombal.

O Marquês era portanto primo co-irmão dêste segundo João. Aquela ruina, pois, albergou os avós do insigne ministro; e cada vez que a vejo, com as suas escadas derruidas, o seu ar desmantelado e triste, a sua feição nobre e pobríssima, penso no muito que as pedras exprimem de muda eloqüência, a quem as sabe escutar.

Em 1749 (voltemos ao ponto) estava João de Almada, o primo de Sebastião José, mandando cavar os alicerces para um seu grande prédio em Lisboa, quarteirão pesado e semsabor, sem arquitectura, mas de quatro frentes: para o largo da Madalena, a rua da Madalena, a travessa das Pedras Negras, e a outra, onde se conserva ainda o nome do fundador do prédio, a travessa do Almada.

Uma vez encontraram no cavouco os operários muitas e interessantes coisas, verdadeiras precio-

[1] Morava então o autor (em 1883), na quinta de S. Bento, junto ao Tejo; edifício ainda quinhentista, antiga casa de recriação ou convalescença dos Frades Loyos.

sidades por serem documentos autenticos da grandesa de Olisipo. Quem no-lo refere é o Padre D. Tomás Caetano de Bem [1]; e inventariou-as assim:

Oito pedras de bastante grossura e tamanho, e notàvelmente polidas;

Um pedaço de coluna, que tem de comprimento 5 palmos;

Mais outro pedaço de coluna, de 11 palmos de comprimento;

Uma de 4 palmos;

Duas de 10 palmos;

Uma de 8; e tôdas estas colunas têm 2 palmos de grossura;

Mais duas bases de coluna;

Um capitel de ordem jónica;

Uma pedra encarnada, de 11 palmos de comprimento, 5 de largura e 1 de grossura;

Mais uma pedra de 5 palmos de comprimento, palmo e terço de grossura, e 4 de largura.

«Chegou-se a descobrir uma coluna de notàvel grandesa, que se não arrancou», diz o mesmo informador; e continua: «Conheceu-se também que a fábrica romana era grande e magestosa, porém não se descobriu tôda.»

[1] *Carta... a hum seu amigo acerca de huns monumentos romanos descubertos no sitio das Pedras Negras.* — Anda com a 2.ª edição do *Summário* de Cristovão Rodrigues de Oliveira. Diz o Padre: «Há poucos anos foram achados êstes monumentos». Escrevia em 1754. F. Tavares, na sua obra supracitada, é mais exacto, e aponta ao certo o ano.

Demorei-me nêsses prólixos pormenores, a-fim-de conservar o epitáfio, ao menos, de tais grandesas perdidas. Além disto, a um tão paciente investigador, como é o Padre Bem, não se deve cortar a palavra; escutá-lo seria ensino para os nossos hunos de cá, se êles podessem receber ensino.

As inscrições afixadas na parede da casa do Almada trá-las Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*, tom. v, pág. 318, e tom. vii, pág. 30. Os outros letreiros, aliás muito interpolados, pode o leitor vê-los na obra de Hübner, e na citada *Carta* do Padre Bem, dobradamente interessante por ir o curioso homem enumerando outras pedras funerárias ou votivas, que no tempo dêle, ou antes, existiam em Lisboa; por exemplo:

Uma na parede ao pé da Cruz que havia no adro da igreja de Santiago;

Outra na paroquial de S. Paulo;

Outra fora da porta do Sol, junto a uma janela da casa do Prior de Santiago;

Outra no chafarís del-Rei, à qual se refere o Arcebispo D. Rodrigo da Cunha [1].

Mencionarei de passagem mais algumas, citadas por vários autores, e arrebanhadas por Luís António de Azevedo numa sua obra de que hei-de falar logo; e que eram:

uma na esquina do bêco do Bugío, a baixo da igreja de S. Mamede;

outra na porta travessa da Sé, da banda de cima, sôbre uma sepultura, num arco;

[1] *Hist. Eccl. da Egr. de Lisboa*, fl. 7.

outra junto à porta do Ferro, no primeiro degrau da escada que subia para o oratoriosinho de Nossa Senhora da Consolação [1].

[1] Em Julho de 1922, numa excavação a que a Sociedade Mercantil, proprietária do prédio da R. das Canastras, n.os 13, 15, 17 e 19, estava procedendo para arranjar uns armazéns subterrâneos para mercadorias do seu negócio, encontrou-se, metida no meio de entulhos, uma pedra lioz, medindo $0^m,95$ de frente, $0^m,90$ de fundo, e $1^m,90$ aproximadamente de altura, que, pela inscrição, e por ter no tôpo superior um rebaixo ou mecha, parece ter sido pedestal de um monumento funerário e votivo. A estátua não apareceu no recinto da excavação, e a inscrição é a seguinte:

D. M.
L. LVCRET
GAL. NEP.
ARRIA. Q. F. QVINTII
ET LVCRETIA. L F AV
F C

A tradução é: Aos deuses manes; Arria Quintilia, filha de Quinto, e Lucrecia Avita, filha de Lúcio, erigiram êste monumento a Lúcio Lucrecio Nepote, da tribu Galeria (vulgar na região olisiponense, na sintrense, etc.)

A epígrafe parece ser dos principios do seculo I, D. C.

No mesmo local encontrou-se também, metida nos entulhos, uma coluna e o seu capitel, e outros fragmentos de pedras trabalhadas, igualmente de origem romana, o que foi tudo cedido à Associação dos Arqueólogos Portugueses, e entregue no Museu ao Carmo em Agôsto do mesmo ano.

Cêrca de 5^m abaixo do nível do pavimento da loja descobriu-se, no mesmo sítio, uma rampa de cais normal ao Tejo, entre dois molhes ou linguetas, tudo de cantaria aparelhada. Esta rampa ficava por traz da muralha da cêrca moura, que mais tarde foi construída, já sôbre os entulhos, naquele local.

Nota de A. V. S.

*

Por tôda a parte apareciam vestígios dêste género; é um não acabar.

Quando em 1782 se demoliu a citada porta do Ferro, também chamada Arco da Consolação por causa do oratório colocado em cima, mais de vinte inscrições romanas saíram do entulho; assim o conta o dr. Hübner, que não sei onde o leu [1]. Foram tôdas, diz êle, para Santa Maria de Jesus, mas desapareceram, sem delas ficar sinal [2].

[1] *Not. Arch.* pág. 13.

[2] Na cêrca do Convento de Jesus foi encontrada uma pedra, naturalmente uma das que no texto se diz que desapareceram, contendo a seguinte inscrição:

D. M. S.
TILIMACO
ANN LX
NEMESIVS
PATRI PIEN
... MO
F C

o que significa: Consagração aos deuses manes. Nemésio fez erigir êste monumento à memória do seu estremosíssimo pai Telemaco, falecido com 40 anos.

Esta pedra, que parece remontar ao século II D. C., está actualmente (1934) no Museu Etnológico, em Belém. — Veja-se o artigo do dr. José Leite de Vasconcelos em *O Arqueólogo Português*, vol. V., 1899-900, pág. 284.

Muitas outras pedras com inscrições se têm encontrado no sub-solo de Lisboa.

Veja-se *Arqueólogo Português*, vol. V., 1899-900, pág: 173; pedra achada numas excavações que se fizeram em 1898 no Largo de S. Domingos.

De outras há rasto em certos livros.

Frei Bernardo de Brito denuncia uma, embebida na parede da porta de Alfofa a S. Crispim [1].

André de Resende menciona a que jazia num degrau de não sei que escada no paço da Alcáçova [2].

Fr. Nicolau de Santa Maria refere outras [3].

Flores traz algumas na *España Sagrada* [4], sacadas do eruditíssimo epigrafista João Grutero, do seculo XVI [5].

Tudo perdido, tudo disperso, tudo inutilizado; e tudo esquecido, poderia acrescentar-se, a não serem os esforços inauditos de alguns sábios.

Idem, idem, pág. 283; pedra extraída da muralha norte do Castelo de S. Jorge. A inscrição, que parece ser do seculo I D. C. é a seguinte:

... IATIO
ASPRO AN XX
VIIII CALVEN
TIA IVLIANA
MARITO PIIS
SIMO F. C.

cuja tradução é: Calvencia Juliana mandou erigir à memória de seu saudosíssimo marido (Lutácio ?, Optácio ?) Asper, falecido com 29 anos.

Estas duas pedras foram levadas para o Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos.

Nota de A. V. S.

[1] *Mon. Lusit.*, tom. II, fl. IV.
[2] *Libri quatuor de antiquit.*, liv. III, fl. 92.
[3] *Cron. dos Con. regr.*, liv. VIII, cap. I.
[4] Tom. XVI, pág. 177, e *passim*.
[5] *Inscriptiones*, Heidelberg, 1601.

Entre estes merece menção muito especial o falecido Levy Maria Jordão (visconde de Paiva Manso), meu mestre e colector do valioso livro *Portugalliœ Inscriptiones.*

*

Há mais.

Quando, junto à travessa de Lázaro Leitão e calçada da Cruz da Pedra, mesmo em frente do palácio dos senhores Palhas, se construía a rotunda que lá está, para resguardo das locomotivas da Companhia dos Caminhos de Ferro, apareceram, no enorme desatêrro a que se procedeu, algumas sepulturas romanas, muitas delas cobertas de tijôlo, e contendo urnas funerárias com ossos carbonizados, e outras antiqualhas curiosas, que não sei o destino que levaram. O sr. Miguel Queriol, empregado superior da Companhia, convidou logo o visconde de Vila Maior, Júlio Maximo de Oliveira Pimentel, e outros académicos, que todos foram examinar o achado na presença do engenheiro Carlos Pezerat e do empreiteiro Goulard. O tal cemitério parecia estender-se no sentido da actual travessa de Lázaro Leitão, por baixo da casa da família Palha [1].

*

¡E que outras preciosidades por aí não jazem!

[1] Informações dadas pelo sr. Miguel Queriol ao autor dêste livro, em carta de 27 de Fevereiro de 1884.

O *Diário de Notícias* de 11 de Julho de 1882 mencionava isto: numas obras quaisquer que no seu prédio a Santo António da Sé, no largo, esquina da travessa, estava fazendo a Companhia do Crédito Predial, apareceu, ao derrubar-se uma parte do muro que separava o quintal do pátio da cocheira, uma caveira num vão do mesmo muro; e êsse vão tapava-o uma lápida com esta inscrição:

D. M.
CAECILIVS. OP
TATINVS. AN. XXXVII
H. SE. IVL. ORNE . . . .
COGNATO. OPTI· . . .
FAC. CVR.

Tradução:

Aos deuses Manes.
Cecílio Optatino, de
37 anos de idade,
aqui está sepultado. Júlio Orne. . . .
ao seu óptimo parente
mandou pôr (esta memória).

E a pequena distância, no muro, outra lápida dizia:

D. M.
IVL. SEVERA. AN.
LV. H. SE. IVL.
ORNE. MATRI.
PIENTISSIMAE
FECIT.

Tradução:

Aos deuses Manes.
Júlia Severa, de anos
55, aqui está sepultada. Júlio
Orne a sua mãi
piedosíssima
construiu [1].

Corri ao Banco Predial, e foi-me muito amavelmente permitido vêr e copiar as lápidas, que eu supunha inéditas. Chego a casa, e encontro-as no livro de Paiva Manso, com a indicação de terem já saido nos *Annaes da Sociedade Archeologica de Setubal.*

Êstes desenganos são o pó da estrada; paciência com êles.

[1] Estas inscrições vêm muito bem reproduzidas na *Revista Archeológica* do falecido, inteligente e trabalhador Borges de Figueiredo.

CAPÍTULO X

Enumeram-se mais inscrições.

Faz gôsto ir continuando a peregrinação pelo braço do mil vezes citado Marinho de Azevedo.

*

Na parede do lado direito da escada do paço da Alcáçova estava pregada uma loisa funerária, que dizia:

Q. HIRRAIVS
M. F. GAL. MA
TERNVS. H. S. E.

Quinto Hirrio Materno,
filho de Marco, da tribu Galeria,
aqui está sepultado [1].

*

Por traz da igreja paroquial de Santiago, junto à porta das casas de D. Pedro Fernandes de

[1] Liv. III, cap. IV.

Castro, via-se uma grande lápida de marmore vermelho, onde se lia:

D. D.
L. CANTIO. L. F.
GAL. MARIN
AEDILI.
VIBIA MAXIMA.
AVIA ET
MARIA. PROCVL.
MATER HONOR.
CONTENTAE
D. S. P.

O que significa, segundo Marinho:

Por decreto dos Decuriões,
a Lúcio Câncio Marino, Edil, filho de Lúcio,
da Tribu Galéria,
Vibia Máxima Avia,
sua avó, e
Maria Procula
sua mãi, empenhadas
em o honrar.
Obra erigida do seu bolsinho [1].

*

No jardim da 6.ª Senhora de Bellas, D. Maria da Sylva, nas visinhanças da antiga igreja dos

[1] Com algumas variantes no texto e na tradução trás D. Rodrigo da Cunha esta inscrição, na *Hist. Eccl.*, fl. 15. A versão que apresento diverge também da de Marinho.

Anjos, contíguo ao palácio que foi dos Condes de Pombeiro, via-se, no tempo de Marinho de Azevedo, uma pedra com estas letras:

D. M.
CORNELIA. GAMIC.....
ANN. XXV.
ET CORNELIVS
VICTORINVS AN XV
FRATRI. ET. SORORI
H. S. S.
M. AVRELIO. M. F. GAL.
MARINO.
HEREDES EX TESTAMENTO [1].

Em português:

Memória consagrada aos Manes.
Cornélia Gamicia (?)
de 25 anos,
e Cornélio Vitorino,
de 15 anos,
aqui estão sepultados.
A êles, irmão e irmã,
a Marco Aurélio Marino, filho de Marco,
da tribu Galéria,
os herdeiros por testamento
(dedicaram).

É preciso confessar duas coisas: 1.ª — não se sabe ao certo se as inscrições foram sempre bem

[1] Marinho de Azevedo, liv. III, cap. IV.

copiadas; 2.ª — a desconfiança que tenho no meu latim. Na tradução de Marinho de Azevedo, e na do Bispo D. Rodrigo, há divergências enormes; no meu pouco permiti-me, uma ou outra vez, discordar da interpretação dêles.

Esta lápida que Marinho coloca no jardim da Senhora de Pombeiro, coloca-a D. Rodrigo [1] na mesma paróquia dos Anjos, no jardim de D. Pedro de Castelo Branco, Senhor de Pombeiro; é a mesmíssima coisa: D. Pedro era filho e herdeiro dessa senhora D. Maria da Sylva, 6.ª Senhora de Belas, mulher do 10.º Senhor de Pombeiro, D. António de Castelo Branco. O palácio lá está, pertencente hoje a família estranha a essa linha; é na esquina da Calçada do Conde de Pombeiro para a Rua de Santa Barbara.

*

Na parede da porta de Alfôfa via-se esta inscrição; trá-la incompleta Marinho de Azevedo; D. Rodrigo da Cunha, seguindo apontamentos do douto André de Resende, apresenta-a assim, pouco mais ou menos: [2]

. . . TIVS QVADRATVS LE
GATVS. PR. PR. M.
TRAQVIVS. M. F.[IBI]
CAL MAXVMVS.
H. S. E.

[1] *Hist. Eccl.*, fl. 17.
[2] *Hist. Eccl.*, fl. 14-v.

As primeiras letras mostram córte em nome próprio, como *Munatius*, ou *Trebatius*, ou coisa assim; depois *Quadrato*, *Legado*, *Propretor*. Segue-se a outra parte do letreiro, que é o epitáfio de *Traquio filho de Marco*, etc.

*

Na igreja da Madalena, por fora, junto à parede da capela-mór, via-se uma pedra que tinha recoberto uma urna achada algures, contendo cinzas que no tempo de el-rei D. Manuel I se mandaram lançar ao mar. Antes de a pregarem na parede da paroquial esteve primeiro na das casas velhas de um tal Heitor Mendes, como escreve Marinho de Azevedo. Dizia assim:

CVRIA. ♦ SEX. FE
NDANA. H. S. E
TREBONIVS
TVSCVS VIR. ET.
AMOENA. M.
D. S. F. ♦ C.

Tradução:

Cúria Sexta Fendana
jaz aqui sepultada.
Trebonio Tusco seu marido e
Amena sua mãi
do seu bolsinho mandaram fazer
(esta memória) [1].

[1] *Marinho*, liv. III, cap. V.—D. Rodrigo, fl. 16.

*

O palácio dos Sylvas, condes de Portalegre, era, como todos sabem, um pouco ao sueste da cabeceira da Sé, sôbre o sitio por onde corria a muralha moura ao rés do Tejo. Derribando-se, não sei em que tempo, o edificio antigo, e escavando-se o terreno para a obra nova, foi achado um cipo lavrado de folhagens, e junto dêle uma urna de vidro grosso, quebrada, contendo ainda algumas cinzas, muitas moedas romanas de ouro e prata, arrecadas, manilhas e outras joias preciosas. Descoberto isso pelo pedreiro e por um lacaio do conde, tudo sumiram os dois com tanto cuidado, que ninguem viu coisa alguma. O criado fugiu com o espólio, acolheu-se lá para entre Douro e Minho, ao seu logarejo natal, e comprou fazendas e gados. A pedra foi lançada no alicerce do palácio novo; mas tendo notícias dela Valentim de Sá, cosmógrafo-mór sob a dominação filipina, e escritor citado por Inocencio, correu a vê-la, e ainda a poude copiar. Era assim:

D. ❦ M.
IVLIA. MAX. VNICA
FIL. M. ANN. XXX.
H. S. E.
MAXIMA. MATER.
P. C. M. H. H. N. S.

Quer dizer:

Aos deuses Manes.
Júlia Máxima, filha

única, falecida aos 30 anos,
aqui jaz sepulta.
Máxima, sua mãi
mandou fazer êste monumento.
Aqui os outros herdeiros não serão sepultados [1].

*

Numa tôrre, ao chafariz de el-Rei, lia-se êste letreiro:

D. M.
RHODANI. MVIVBI.
TERENTIANI . . .
ANN. VIII. [2]

*

No castelo de Lisboa via-se uma lâpida com estas letras:

SEX. NVMISIVS SEX. F.
PHILOCALVS. H. S. E.
SEX. NVMISIVS. NICEPHORVS
ANN. XVIII. H. S. E. [3]

Tradução:

Sexto Numisio Filocalo
filho de Sexto, aqui foi sepulto.
Sexto Numisio Niceforo,
de 18 anos, aqui foi sepulto.

[1] *Marinho*, liv. III, cap. V.
[2] *Marinho*, liv. III, cap. VI.
[3] *Marinho*, liv. III, cap. VI, citando a Jorge Cardoso e a André de Resende.

*

Nas ruinas de uns edifícios no Campo de Santa Clara, à banda do mar, apareceu uma pedra com êste letreiro:

GEMINIA MARCELI
MATER [1].

*

A S. Nicolau apareceu esta:

D. M.
C. IVLIVS. C. F...
... CAES. CLEMEN.
H. S. E. [2]

Isto é:

Aos deuses Manes.
Caio Júlio, filho de Caio. .
... César Clemente.
aqui jaz sepultado.

*

Num degrau de uma escada dos paços da Alcáçova via-se um fragmento lapidar, de jaspe rôxo, onde se lia:

S. M. P. MYRTILVS
H. S. E. [3]

[1] *Marinho*, liv. III, cap. VI.
[2] *Marinho*, liv. III, cap. VI.
[3] *Marinho*, liv. III, cap. VI.

Explicação:

Consagrado aos Manes. Publio Myrtilo
aqui foi sepultado.

*

Num dos baluartes junto ao chafariz de el-Rei, da banda oriental, lia-se:

Q. CASSIVS
CALVVS,
H. S. E. [1]

Quinto Cassio
Calvo
aqui está sepultado [2].

*

No paço do duque de Bragança, na parede junto à porta da sala principal, dizia uma lápida:

D. M. S.
POSTHVMIO VICILIONI ANNOR
XXXV. POSTHVMIVS FLORIA
NVS FRATRI PIENTISSIMO. [3]

[1] *Marinho,* liv. III, cap. VI.

[2] D. Rodrigo da Cunha, fl. 14 v. escreve *Scacus* em lugar de *Calvus.*

[3] *Marinho,* liv. III, cap. VI. — D. Rodrigo, fl. 15 v.

Memória dedicada aos Manes.
A Posthumio Vicilião, de 35
anos; Posthumio Floriano
ao seu irmão queridíssimo
(dedica)

*

Na porta travéssa da Sé, da banda de cima, sôbre uma sepultura que ali se via metida num arco, estava atravessada uma pedra sepulcral com estas palavras:

D. M.
AFRA. L. AN. XXVI.
H. S. E.
VETIO MARITVS
P. [1]

Em português:

Aos deuses Manes.
Afra Lúcia, de 26 anos
aqui está sepulta.
Vecio seu marido
poz (esta memória).

*

Defronte das casas do Balio de S. Brás da Ordem de Malta via-se isto:

Q. POMPEIVS Q.
FILIUS. H. S. E [2]

[1] *Marinho,* liv. III, cap. VI
[2] *Marinho,* liv. III, cap. VI.

Quinto Pompeu, filho
de Quinto, está sepultado aqui.

*

Junto à cruz da igreja paroquial de Santiago lia-se:

ASCLEPO
CLICINI
DECIMI. [1]

Parecia a Marinho de Azevedo ser isto a base de uma estátua levantada a algum ilustre cidadão Asclepo, filho de Clicínio...

*

No primeiro degráu da escada da ermida de Nossa Senhora da Consolação, na porta do Ferro, viu Marinho esta inscrição:

AESCVLAPIO
AVG.
SACRVM. CVL
TORES EARVM
... MARI... S...
M... COSS...
... MACRINVS
DONAVIT. [2]

[1] *Marinho* — liv. III, cap. VII.
[2] *Marinho* — liv. III, cap. VII.

*

Sôbre o arco da porta que deita para o Campo de Santa Clara, junto ao convento de S. Vicente, viu Marinho um fragmento de pedra, que dizia:

VEGETA
FLAMINIO
M. G. FILIVS [1]

«Não se pode conjecturar desta pedra — diz êle — mais, que Marco Galo, ou Galério, mandou pôr êste cipo a seu pai sacerdote.»

*

Junto à antiga paroquial de S. Mamede, às Pedras Negras, via-se esta:

CONCORDIAE
SACRVM
M. BEBIVS. M. F.
M. MFEL.
IVL. DAT [2]

Por outra:

Memória consagrada
à Concórdia.
Marco Bebio, filho de Marco,

[1] *Marinho*, liv. III, cap. VII—D. Rodrigo, fl. 16, com muita diferença.
[2] *Marinho*, liv. III, cap. VII — D. Rodrigo, fl. 16 v.

Magister militum. *Chefe da guarnição*
de Felicidade Júlia
dedica.

¿Será isto? ¿não será?

*

O célebre licenciado Jorge Cardoso comunicou a Marinho outra inscrição romana que se via em tempo mais antigo no alpendre da igreja de S. Nicolau; era esta:

IN. MEMO.
ARRIAE AVITAE
MATRI. QVINTVS
CASSIVS ARRIANVS. [1]

Isto é:

Ã memória
de Arria Avita
sua mãi, Quinto
Cassio Arriano
(dedica)

*

Na parede da igreja de Santiago viu Marinho de Azevedo esta inscrição:

DIVO AVGVSTO.
C. ARRIVS OPTATVS
C. IVLIVS EVTICHVS
AVGVSTALES. [2]

[1] *Marinho*, liv. III, cap. VII.
[2] *Marinho*, liv, III, cap. IX. — D. Rodrigo, na fl. 13, traz o mesmo, com a diferença de TVLIVS em lugar de *Julius*.

Quer dizer:

Ao Divo Augusto
Caio Arrio Optato
e Caio Júlio Eutico
Sacerdotes Augustais.

*

Fora da porta do Sol, junto a uma janela das casas do prior de Santiago, mas tão alta que era difícil de lêr, viu Marinho outra lápida que dizia:

MERCVRIO. AVG.
SACRVM. C. IVLIVS.
C. TVLII... III
AVGVSTALIS. D. D. [1]

A Mercúrio Augusto
dedicado. Caio Júlio,
filho de Caio... pela terceira vez
Augustal, ofereceu esta dádiva.

*

Marinho de Azevedo refere-se a outra inscrição em *mármore vermelho jaspeado*, da qual lhe foi comunicada notícia pelo licenciado Eloi de Azevedo, Beneficiado na igreja paroquial de S. Tomé.

[1] *Marinho*, liv. III, cap. IX. — D. Rodrigo, fl. 9, dá êsse texto mais completo.

Existia a pedra na dita igreja até ao tempo em que a reedificaram; e «a ignorância dos pedreiros — diz Marinho — ou inadvertência dos Padres» fez que se partisse o mármore, ficando a servir no lagedo. Diziam as letras:

... CLAVDIO D. VI...
... CLAVDI. F. SARMAT...
DIVI. AVG. ABN.........
.... [1]

*

Menciona mais esta inscrição, na cêrca de S. Vicente de Fora:

D. M.
Q. FABI. F. ESTIVI.
AN. XL. ET.
Q. FABI. EVELPISII. FRATR.
AN. XXX. SIIIS. VRBE ITALI.
Q. FABIUS. ZOSIMVS. PRAE.
F. C. [2]

Aproximada interpretação:

Aos deuses Manes.
A Quinto Fabio, filho de Estivo,
de 40 anos de idade, e

[1] *Marinho*, liv. III cap. XX. — D. Rodrigo, fl. 16.
[2] *Marinho*, liv. III, cap. XXI. — D. Rodrigo, fls. 15, traz o texto muito errado, o que não admira, visto que o livro dêste grande Prelado saíu póstumo.

a Quinto Fabio, irmão de Evelpício
de 30 anos... na cidade de Itálica
(junto a Sevilha) *Quinto Fabio Zozimo, Pretor,*
mandou erigir.

*

André de Resende, citado para êste caso pelo insigne D. Rodrigo da Cunha, escreveu que junto a Santos-o-Novo existia uma lápida romana, que o mesmo Arcebispo dá por já desaparecida; era esta, com levíssimas alterações, que me parecem melhorar o texto errado pelos compositores antigos:

L. VALERIVS. GAL. SE
VERIVS. AN. L. II. S. E.
S. T. T. L. FILII PA
TRI. P. C. ET. Q. SER-
TORIVS CALVVS AF
FINIS. [1]

Isto é:

Lúcio Valério Galo Sevério,
de 50 anos, aqui está sepulto.
Seja-te a terra leve. Os filhos
a seu pai trataram de erigir isto, e Quinto Ser-
tório Calvo, seu parente.

*

Em S. Bernardo de Lisboa, que é onde hoje chamamos o Hospital do Destêrro (ao Intendente),

[1] D. Rodrigo, fl. 16 v.

conta-nos Miguel Leitão de Andrade [1] ter aparecido em 1624 uma pedra, sumida debaixo do chão em um olival, e julgada sepultura de pagãos.

[1] *Miscellanea,* dial. II.

CAPÍTULO XI

Termas encontradas no sítio das Pedras Negras. — Descreve-as ao leitor o Padre Bem.

Ainda no mencionado sítio das Pedras Negras, quando em 1771 ou 72 se abriam os alicerces para o palácio do Correio-mór, avoengos dos senhores Marquêses de Penafiel, saíram à luz, para a parte do poente, os restos de termas romanas, de bela construção, e ainda então abundantes das águas da antiga nascente.

Além do célebre João Pedro Ribeiro, que alude de passagem as estas termas [1], e do anónimo autor de um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, *Várias inscrições romanas* [2], onde se conservou um grosseiro desenho delas, foi o padre D. Tomás Caetano de Bem, erudito arqueólogo, quem, até certo tempo, melhor nos transmitiu os pormenores descritivos do interessante descobrimento.

[1] *Dissertação* XI, penúltimo §.

[2] Rep. dos mss. — B — 2 — 31, actualmente (1934) n.º 298 do *Fundo Geral;* folheto in-4.º de 15 fls. br. — Além da inscrição tem também um esboceto grosseiro, mas cotado, da planta das termas. — *Nota de A. V. S.*

PLANTA E PORMENORES DAS TERMAS
ROMANAS DOS CASSIOS,
descobertas no sitio do Palácio Penafiel,
entre as Ruas das Pedras Negras,
do Almada, de S. Mamede,
e da Calçada do Correio Velho.

Desenho reduzido da estampa que acompanha
um artigo de Borges de Figueiredo,
publicado na *Revista Archeologica*, vol. III,
— Lisboa, 1889, pág. 149.

*

Consistia nisto: [1]

Um grande banho ou píscina, do feitio de metade de um cilindro; servia-lhe de cúpula o segmento de uma elipse; isto é: a forma que apresentava era de um nicho, de 45 palmos de altura, 22 e meio de largura, e 12 de base ou grossura.

Aos pés do nicho abria-se um tanque, cuja figura era um segmento de círculo; o seu lado curvo era a parede do nicho; e da banda de fora fechava-o uma parede em linha recta, de dez palmos de altura. Dentro no tanque descobriram-se junto ao nicho os vestígios de um assento, e ao pé dêle os sinais de um cano de água.

O material todo era excelente, escusado é dize-lo.

Duas escadas, de cinco degráus cada uma, ao lado da parede exterior, conduziam ao interior do banho; comprimento dos degráus, dois palmos; altura, três quartos de palmo.

[1] *Memória àcêrca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa*, por Francisco Martins de Andrade, 1859 — Fundo geral da Biblioteca Nacional, n.º 8:468. — A mesma, em linguados de papel para a tipografia, idem, n.º 7:619. — Os desenhos respectivos estão nos mss. iluminados, n.º 162; são as estampas n.ºs VII a IX.

O manuscrito vem extractado na *Revista Archeologica*, publicada sob a direcção de A. C. Borges de Figueiredo, volume III, 1889, a pag. 149. — O artigo é acompanhado com os desenhos da planta e cortes da construção, que vai reproduzido na pág. 138.

Pelo que se vê, tudo foi conscienciosamente medido e esquadrinhado.

Dentro no nicho grande da píscina abria-se a meia altura outro nicho pequeno, onde foi encontrada uma estatueta. Era de mármore branco; representava um guerreiro romano, a modo um general: elmo, pescoço nu, armadura; sôbre o peito esculpido um sol; sôbre o ventre duas esfinges aladas. Na mão esquerda um escudo, onde se divisava em relêvo a lôba a amamentar Rómulo e Remo. Na cabeça, num braço, e numa perna, alguns destroços, causados do tempo ou de circunstância fortuita.

Por sôbre o nicho da estátua, obra de cinco palmos, via-se um tejôlo vermelho, de dois palmos de largo e três de comprido, em que se lia:

THERME CASSIORVM
RENOVATE A SOLO IVXTRA JVSSIONEM
NVMERII ALBANI V. C. P. P. L.
CVRANTE AVR. FIRMO
NEPOTIANO ET FACVNDO CONSS. [1]

O que em português diz assim:

Termas dos Cássios
renovadas desde o alicerce conforme a ordem
de Numerio Albano, varão consular,

[1] Textualmente copiada da que traz Martins de Andrade, n.º VIII do belo Atlas que acompanha a sua *Memória* inédita àcêrca das termas de Lisboa; precioso manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa. Esta inscrição também vem na pág. 41 das *Portugaliæ Inscriptiones*, de Levi Maria Jordão.

Pretor da Provincia Lusitana,
sendo Inspector da obra (ou «sobrestante», como
diria Frei Luiz de Sousa) *Aurélio Firmo,*
e sendo Nepociano e Facundo Consules.

Quanto à matéria da inscrição, refere João Pinto Ribeiro na *Dissertação* XI, reportando-se ao testemunho de *pessoa bem instruida*, que eram as letras vermelhas; e conjectura o mesmo sábio que hovessem sido feitas a pincel [1].

Mais porém nos importaria do que isso, conhecer quem fôssem os magistrados ali inscritos.

*

Conjectura Andrade, a página 29 da sua conscienciosa *Memória*, que êsses tais Cássios, a quem era atribuìda a primitiva construção das termas, deviam ser talvez Quinto Cássio Longino, e seu irmão Lúcio Cássio, nomeados por César, o primeiro para Propretor em Espanha, na província ulterior, em que entrava a Lusitânia, e o segundo para legado do Propretor. Foi isso pelo ano 49 antes de Cristo. Destruidas as termas, não se sabe porque motivo, foram reconstruidas no consulado de Nepociano e Facundo, o que nos dá a data exactíssima de 336 anos depois de Cristo [2].

[1] Veja-se como discute êste ponto o erudito Andrade, na pág. 24 da citada *Memória* manuscrita.

[2] *L'art de vérifier les dates — Catalogue chronologique des consuls romains*, pág. 333.

Flávio Popílio Nepociano (sempre o direi de passagem) foi um ambicioso muito mechido. Como por sua mãi Eutrópia era sobrinho de Constantino Magno, aspirou à Corôa Imperial por morte de Constante, seu primo co-irmão, filho do mencionado Constantino; e tanto fez que o aclamaram em 3 de Junho de 350. Foi pouco duradoira a sua púrpura; um mês não era passado, e já êle perdia trôno e vida num recontro com outros rebeldes. ¡Que pulular de infâmias! ¿Onde jazia a tua honra, ó Roma dos séculos áureos?!

*

Não pára no que extratei acima a minuciosa descrição do Padre Bem. Diz mais que a bôca do nicho da piscina olhava para o sul; que aos lados havia outros dois nichos mais pequenos, fabricados de pedra grosseira; que pela parte posterior corria o cano da água; e que em distância de 30 pés se deu com um grande reservatório ou cisterna, que na obra nova ficou situada debaixo de uma escada interior do palácio do Correio-mór.

A nascente presumiu-se que devia provir do concavo do monte do castelo; e conjectura o sábio Dr. Francisco Tavares, na sua citada Memória, que, em razão da proximidade dos sítios, seria esta água de naturesa, e talvez temperatura, idêntica à das Alcaçarias.

Todo o conjunto destas termas ficava separado da rua por uma parede antiga, que se demoliu.

O pé da parede era paralelo à borda recta do tanque do nicho grande; e no meio da parede abria-se a porta de entrada.

*

Eis tudo quanto se ficou sabendo daquelas termas, que há mil quinhentos e setenta e nove anos [1] o vedor Aurélio Firmo superintendia, que eram praso-dado dos elegantes de Olísipo, e que hoje jazem sepultas para sempre sob os pesados paredões do palácio Penafiel.

Isso que se ficou sabendo é pouco. Estas antigualhas, ao aparecerem, deviam ser explicadas pelos técnicos, comentadas pelos arqueólogos, conservadas quanto possível, embora aos fragmentos, nos museus municipais. Fica mal às Câmaras o tratarem assuntos dêstes como insignificâncias; dão triste medida das suas posses intelectuais.

[1] Escrevia isto o autor em 1915. — *Nota de A. V. S.*

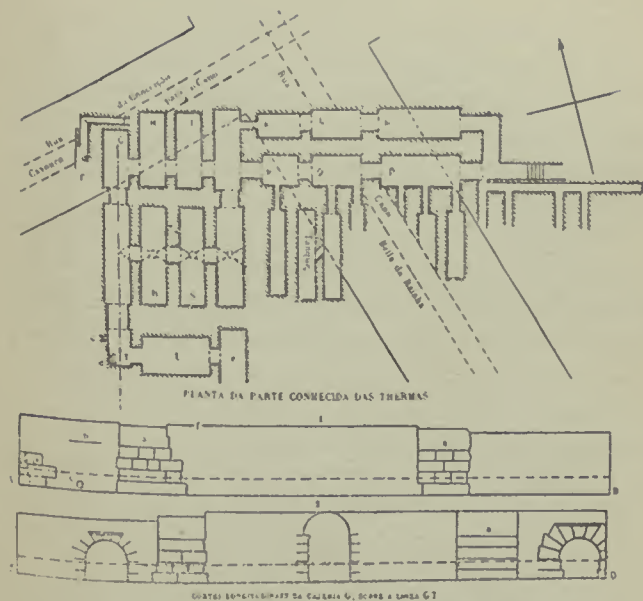
CAPÍTULO XII

Termas magníficas encontradas em 1773 nas alturas da nossa rua da Prata. — Descreve-as o autor dêste livro, segundo informações de Frei José de S. Lourenço. — Tornam a aparecer as mesmas termas em 1859. — Exploração delas pelo digno Conservador da Biblioteca pública, Francisco Martins de Andrade. — O arquiteto José Valentim de Freitas. — Lutas infrutíferas de Andrade. — Suas conjecturas. — Estado atual do importante descobrimento.

Também foi no século XVIII que, em Fevereiro de 1770, andando um tal Manuel José Ribeiro a edificar um prédio na rua da Prata, antiga rua Bela da Rainha, seguindo a planta do grande reformador, deram os alviões com os restos informes de uma construção a que logo se atribuiram talvez as proporções de uma Herculanum, mas que se averiguou depois serem apenas os restos soterrados de umas termas.

*

Aquela data depreende-se de uma estampa que existe ainda.

Em Junho de 1773, abrindo-se o cavouco para o cano geral da rua da Prata, apareceram outros

PLANTA E CORTES VERTICAIS DAS TERMAS ROMANAS CONSAGRADAS A ESCULÁPIO

descobertas no sub-solo das Ruas da Prata e dos Retrozeiros.

Desenho reduzido da estampa que acompanha um artigo de Borges de Figueiredo, publicado na *Revista Archeologica*, vol. III — Lisboa, 1889, pág. 23.

trechos do mesmo vasto edifício. Di-lo um manuscrito de Frei José de S. Lourenço, feito em 1780[1]; a essas informações inéditas me reporto.

Frei José que era, conforme se vê, homem aplicado e empreendedor, teve a paciência de lá descer, examinar, medir, e depois descrever. Di-lo êle próprio, *testemunha íntegra e de vista* (sinceras palavras); e o que realizou foi por sua própria indústria, *à própria custa, sem auxílio alheio* (¡ podera não! ¡ se estava em Portugal!)

Outro curioso, o ajudante do arquitecto Joaquim Ferreira[2], desenhou arquitectònicamente os restos das ditas termas, e o seu desenho existe, dizem-me, na Repartição das Obras públicas.

Nisso pararam porém todos os estudos; e as autoridades que, por infortúnio, são as estações que menos curam destas bagatelas, nada fizeram para assinalar de algum modo aos vivos a exis-

[1] *Monumenta Selecta ou descripção de algumas inscripções, moedas e monumentos da epoca romana, encontrados em diversos pontos do pais.* — Biblioteca Nacional. Códice n.º CDLXXII, atual (1934) n.º 395, do Catálogo dos Códices de Alcobaça. Traz a pág. 3 uma breve descrição em latim e um esbôço das termas, em planta, e o desenho na inscrição votiva. — *Nota de A. V. S.*

[2] Êste arquitecto deve ser, se não é ilusão de homonimia, Joaquim José Ferreira, militar e engenheiro, incançável trabalhador, mencionado minuciosamente por outro trabalhador incançável, o benemérito Dr. Sousa Viterbo, no seu riquíssimo *Diccionário dos Architectos e Engenheiros.*

tência daquêle padrão da opulência e do bom gosto de tão remotos avoengos.

*

Em Fevereiro de 1859, abrindo-se o chão da rua dos Retroseiros para reparos no cano geral da rua da Prata, desnudaram-se outra vez as termas. Falou-se muito. José da Silva Mendes Leal, Bibliotecário-mór, a quem competia por lei vigiar a preservação dos monumentos históricos, encarregou o Conservador Francisco Martins de Andrade de estudar aquêle achado, que, segundo as mostras, era interessante.

Andrade, a quem ainda tive a fortuna de conhecer, era numismata distinto, e alto sabedor de antiguidades romanas. Reputou provavelmente grande prazer o cumprimento do encargo, pesado em toda a parte, mas pesadissimo em Portugal, onde quem quer olhar para o passado é alcunhado de fossil odioso e inútil, onde quem quer deletrear uma inscrição é tido por um cliente de Rilhafoles, e onde o culto do Belo e do Antigo é para as maiorias contrabando de lesa-seriedade e leso-bom-senso.

Tinha Andrade por amigo outro maníaco das velharias, peritíssimo na sua arte, e perseverante em longos trabalhos de muitos anos, o arquitecto José Valentim de Freitas. Não o conheci, e é um pesar que me acompanha; faleceu com 82 anos em 1870, num 5.º andar da rua Nova do Carmo,

descendo, à esquerda. Não o conheci; e ¡quanto não teria eu lucrado com êle!

Deixarei aqui de corrida, antes de irmos adiante, o pouquíssimo que me tem constado dêle; notas, nada mais.

*

Nasceu não sei onde em 1788; esta data é certa, porque a deu êle próprio, quando disse nos seus manuscritos, que em 1798, ao descobrir-se o teatro romano, tinha dez anos.

Consultei contemporâneos, entre outros o excelente Góis, da Biblioteca, e alguma coisa consegui apurar.

Era um homem alto, reforçado, modestamente vestido, muito limpo, e com um aspecto sério, quási eclesiástico. Rôsto rapado; modo sempre manso, sempre benévolo e risonho, apesar dos seus continuados desgostos, e um pouco trémulo por causa de três paralisias e de uma diabetes que o definhava.

Tinha sido em rapaz pintor miniaturista, e retratou muitas senhoras da primeira sociedade. Quando veiu o senhor D. Pedro, agenciava uma lojinha de pentes e caixas de tabaco; alistou-se logo num dos batalhões móveis; mas como lhe não agradasse aquela milícia semi-apaixonada, passou para artilharia, onde serviu como soldado até ao fim da campanha. Estava empregado por último nas Obras Públicas, como arquitecto de 3.ª classe, e ganhava 500 réis diários, para ver-

gonha dêste país das sine-curas. Nunca ninguem o ouviu queixar-se, ainda assim; tinha as tolerâncias tácitas dos devaneadores do passado.

Dizia êle que nunca aprendera latim (do que tinha muita pena), por que se ensinava à palmatoada, e isso repugnava aos seus pricípios. Destinara-se à pintura histórica, mas quizera entrar nela pela sua verdadeira porta, a arqueologia; entregou-se pois a estudos de antiguidades, principalmente pátrias, embrenhou-se nêles, e deixou se ficar a meio caminho da alta pintura.

Nêsses estudos do antigo firmou-se mais em tudo quanto dizia com as velharias lisbonenses, e deu-se à mania (todos a têm, e infelizes os que não têm ao menos uma) da reconstrução gráfica da velha Lisboa. Para isso não recuava o seu espírito ainda vivaz, nem o seu corpo já gasto, nem a sua bôlsa exáusta sempre.

Andava, por uso e costume, a farejar letras gravadas nas lápidas, cunhais lavrados, portais característicos. Quando se demolia algum edificio célebre, lá estava êle, de lápis e album, a tirar alçados e medições, sòsinho, com ar pasmado e atento, por entre o esboroar das paredes, e sôbre cordilheiras de caliça; lá estava êle, o bom velho, sereno, resignado, entretido, como quem cumpria um dever piedoso, arrostando a poeirada, os dichotes dos operários, e as insolências do rapazio, a quem, sorrindo, dava sempre alguns cobres ao saír, dizendo:

— Tomem lá, tomem lá, coitaditos; vocês não sabem o que fazem.

Colecionava azulejos, tinha-os antiquíssimos, com a indicação do edifício de onde provinham, e numa certa classificação inteligente.

¡Excelente artista! e para o julgar basta observar a maneira como desenhava, a consciência, a graça, a nitidês do toque. Como a sua mira era a perfeição, quando alguem o achava *vagaroso*, respondia:

— Em se vendo uma obra, a ninguém importa quanto tempo levou; importa, sim, se está boa ou má, e quem a fez.

Depois ía meter-se, quanto podia, nas bibliotecas e nos arquivos; corria os antigos tombos com uma paciência chineza; cotejava, inferia, apontava, deduzia; e dos muitos materiais que juntara conseguira esboçar (graças à sua pericia, ao seu faro inexplicável, e auxiliado dos incompletos planos anteriores ao terremoto grande, e de outros subsídios que só êle possuia) alguns largos trechos do grande quadro que sonhava: a topografia da Lisboa desaparecida; obra infelismente truncada, e talvês para sempre, pelo mau fado que persegue tudo que são artes em Portugal [1].

[1] Os trechos topográficos de Lisboa desenhados por Valentim de Freitas foram coordenados em 1925, por ordem da Direcção da Biblioteca Nacional, por A. J. Pedroso, o qual organisou um desenho em tela, que se guarda na Secção de Cartas da Biblioteca, com o título: *Planta da Cidade de Lisboa antes do terremoto de 1755, reconstituida por José Valentim de Freitas*. Esta planta tem uma *Notícia* feita pelo anotador, que diz: «A planta, como trabalho topográ-

*

Como acima disse, fez bulha em 1859 o aparecimento das termas.

O Bibliotecário-mór requisitou ao Ministério das Obras Públicas o Arquitecto José Valentim de Freitas, para auxiliar Martins de Andrade e desenhar o que se achasse; o que fizeram conserva-se com apreço na Repartição dos manuscritos.

Foi êsse operário obscuro chamado José Valentim, êsse homem bom e apreciável como os que o são, foi êle, cujo esbôço literário de retrato julgo obrigação minha deixar nêste logar, o competente companheiro de Andrade. Levaram consigo um apontador, e anexou-se-lhes o oficial da Biblioteca Rebêlo Trindade.

O que todos tiveram que lutar nesta comissão só o imagina quem sabe por experiência o que é a incúria dos ignorantes; e não é isto acusar os que superintendiam no trabalho da reparação do cano da rua da Prata; não saber, nunca foi crime; não sabiam; opunham-se e faziam oposição, porque não sabiam mais; de todo não compreendiam o que iam ali sindicar e desenhar aqueles secantes; está tudo dito; são para lastimar.

Exceptua Andrade entre os Vereadores da

fico, é muito imperfeita; a sua escala varia entre 1:2500 e 1:2700; mas como indicação toponímica da cidade, a qual foi extraída dos tombos organisados em seguida ao terremoto, e que se guardam no Archivo Nacional da Torre do Tombo, o seu valor é inestimável». — *Nota de A. V. S.*

Câmara o Dr. Manuel Tomás da Silva Lisboa, que soube prestar bom auxílio aos arqueólogos, e teve para si que uns homens que vão medir uns caboucos velhos, estudar a composição de uma argamassa, e arrancar uns tejolos partidos para guardar como preciosidades, são tão úteis como os outros que ali estão a engenhar passagem a um cano de problemático proveito.

O que Andrade estudou, e, apesar de tudo, averiguou, consta de uma interessante *Memória*, que ficou manuscrita, apresentada em tempo competente ao Bibliotecário-mór [1].

Descobriu-se parte de um tanque dos antigos banhos, mais o seu cano de escoante, com uma clarabóia; e, depois de se romperem as galerias subterrâneas, viu-se conterem $0^m,66$ de altura de água.

Tôdas as medições foram feitas pelo empregado Trindade, então muito novo, e pelo desenhador, ou apontador, cujo nome ignoro. Andrade e José Valentim eram velhos e nervosos, e não se lhes consentiu o quinhão subterrâneo da tarefa. Só José Valentim é que teimou em querer descer a uma canôasinha que viera do Arsenal, de propósito para a exploração. Isso então foi bonito. A canôa era pequeníssima; apenas cabia, e mal,

[1] *Memória ácerca d'uns restos de Thermas Romanas existentes em Lisboa*, por Francisco Martins de Andrade, 1859. *Fundo geral* da Biblioteca Nacional, n.os 8468 e 7619. Os desenhos respectivos estão nos *manuscritos iluminados*, n.º 162; os desenhos das Termas da Rua da Prata constituem as estampas n.os I a VI.

uma pessôa; dois trabalhadores metidos na água empurravam o barco, como dois Tritões do quadro da *Galatea* de Rafael; à prôa e à pôpa, velas de estearina acêsas; e no meio o pobre José Valentim, agarrado a bombordo e estibordo, aos baloiços, a sentir esmagar-se-lhe o chapéu, que era filho único, pela abóbada do cano, e a jurar pela Stige que não era êle Enêas para aquelas descidas. Desistiu, e fêz bem.

Ao Averno desceram então com ousadia Trindade e o apontador, e com um metro de fita mediram o que poderam. Consta-me que foram as explorações mais fantásticas, mais curiosas, que nunca houve. Eram à noite. Os dois, embarcados em grossas botas impermeáveis, a trabalhar; uns operários a tentarem esgotar com três bombas a cisterna; outros a alumiarem com archotes, cujo reflexo dava na água, e se quebrava nos cristais das estalactites; e no meio daquele cáos soturno, as vozes à bôca dos poços, repercutidas pelo eco. Creio que se não pode imaginar cena mais pitoresca.

Percorreu-se uma parte, apenas, das longas galerias, indo-se subterrâneamente até ao cano da rua da Prata; mas sítios houve onde não se poude passar, por causa da pouca altura dos arcos de comunicação.

Depois de esgotado tudo, tencionavam proceder a indagações sérias e minuciosas, mandar tirar novas medidas, para se desenharem a preceito alguns cortes, e rectificar a planta feita por Joaquim Ferreira; mas tão ràpidamente se tapou

de novo a entrada, que nada conseguiram. Para não perderem todo o fruto da frustrada diligência, requisitaram, e obtiveram, da Intendência das Obras Públicas, uma cópia da antiga planta, ampliaram-na, e por aí compuzeram a base dos estudos [1].

*

Ficou pois assente e averiguado por Andrade, seguindo uma argumentação perfeitamente deduzida, a existência de termas por êle qualificadas de magníficas, naquela região suburbana de Olísipo.

Encontrou-se uma inscrição, que ainda em 1883 existia, e eu vi, numa parede do armazém de retroseiro de Manuel Pereira Bastos, na rua dos Retroseiros (ou da Conceição), com porta para a escada n.º 85; prédio pertencente a sr.ª D. Teresa Cardoso dos Santos de Sousa Gonçalves.

[1] A *Memória* de Martins de Andrade vem extractada, no que se refere a estas termas, na *Revista Archeológica*, publicada sob a direcção de A. C. Borges de Figueiredo, na pag. 23 do volume III, 1889. Êste extracto é acompanhado dos desenhos, em escala mais reduzida, das plantas e cortes.

Parece que êstes restos da construção são apenas os alicerces do edifício, que deveria ser suntuoso, que se levantaria sôbre êles; ali seriam simplesmente as arcas ou conservas de água para alimentação dos banhos. — *Nota de A. V. S.*

Diz assim:

SACRVM
A ESCULAPIO
M. AFRANIVS. EVPORIO
ET
L. FABIUS. DAPHNVS
AVG.
MVNICIPIO. DD. [1]

Tradução:

Dedicado
a Esculápio.
Marco Afrânio Euporião,
Lúcio Fábio Dafuo,
Augustais,
deram como dádiva isto ao Municipio.

*

As outras termas, de que falei pouco acima, denominadas dos Cássios, nada tinham que ver com estas, muito mais distantes para a banda ocidental, e muito mais suntuosas. Confundiu, porém, umas com as outras, ou antes conjecturou

[1] Há diferenças nas letras *inclusas*, que a tipografia não pode expressar aqui.

Esta inscrição vem na *Memoria* de Martins de Andrade; também se pode ver nas *Portugaliæ Inscript.* de Levy Maria Jordão, pág. 2, e em Hübner, *Noticias Archeologicas de Portugal*, 1871, pág. 8.

Veja-se o n.º 5:086 da *Revolução de Setembro*, de 1859.

Vem também na *Revista Archeologica*, de Borges de Figueiredo, vol. III, 1889, pág. 33.

menos exactamente, que as termas dos Cássios se estendessem pela Madalena até às dos Augustais, o Padre D. Tomás Caetano de Bem no seu citado manuscrito, quando diz:

«As sobreditas termas, ou banhos, parece compreendiam um grande espaço, por quanto, correndo dêste lugar quási tresentos passos para a parte do meio dia, na Rua Bela da Rainha, vulgarmente chamada da Prata, e defronte da paroquial igreja de Santa Maria Madalena, trabalhando-se para abrir alicerces de algumas casas de pessoas particulares,... se descobriram outros muitos nichos, ou tanques, de semelhante fábrica ou construção.»

Não era bem assim. De umas a outras ia distância e diferença. Ao passo que as termas dos Cássios mostravam ter sido, como disse, fundadas no ano 49 antes de Cristo, as dos Augustais está calculado serem, com tôda a probabilidade, do tempo de Tibério, e reedificadas no de Constantino.

*

Hoje todo o recinto subterrâneo, cujos vestígios atestaram, a quem os viu, o adiantamento das artes na antiga península, ainda serve de cisterna, ou antes poço comum, a várias casas daqueles quarteirões. Os poços que ali há vão, por aberturas praticadas na abóbada romana, beber ao grande reservatório, que o era já no tempo dos Antigos.

Quizera eu que, visto que era indispensavel recobrir para longos anos aqueles destroços interessantes de uma civilização morta, se tivesse cá fora assinalado, no empedramento escuro da calçada, com uma fila de pedras brancas, o sítio exacto onde corriam as linhas gerais dos paredões das termas. Isso não fazia mal aos vivos, e leva-va os a pensar nos mortos, o que é sempre salutar. Mas nada se fez; e o Público, ao atravessar a Rua dos Retroseiros e a da Prata, nem sequer suspeita que vai pisando um tal monumento da dominação imperial; e o estudioso, quando quere saber a orientação da velha fábrica, e o sítio exacto por onde ainda se estendiam, longe e aos pés da torrejada acrópole, habitações romanas, tem de sujeitar se a trabalhos insanos, e contentar-se com o pouco-mais-ou-menos, que é sempre uma corda bamba [1].

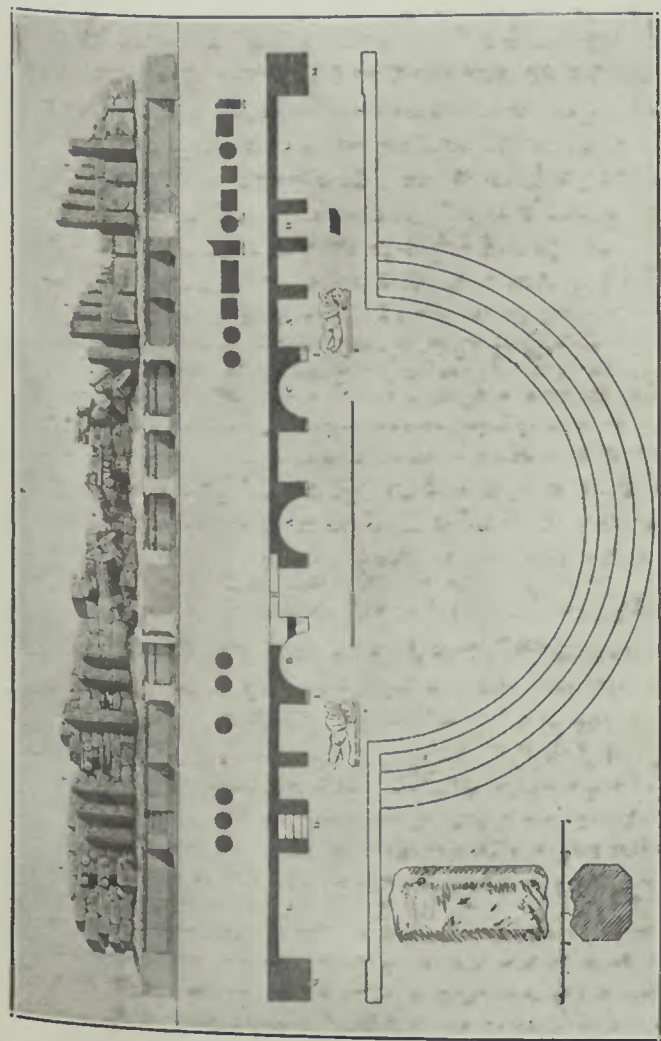
[1] Na Lisboa anterior ao terremoto de 1755 existia, no sítio da parte mais ocidental conhecida dos restos da edificação, um poço chamado *Poço da Foléa*, que se considerava de *muito boa água*; a água era a mesma das galerias e reservatórios ainda hoje existentes, e para os quais se entra por um alçapão situado no passeio da rua da Prata, defronte da porta n.º 61. O poço, a sua designação, e a disposição topográfica do local desapareceram por ocasião daquele terremoto.

Vejam-se as citações em: *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 1900, pelo anotador, pag 155. — *Nota de A. V. S.*

CAPÍTULO XIII

Teatro romano desenterrado na rua de S. Mamede em 1798. — Descreve-se pelas informações de Luiz António de Azevedo. — Monumento ao Imperador Vespasiano. — Monumento à Imperatriz Júlia Sabina.—Outro ao Imperador Comodo.—Outro, finalmente, ao Imperador Marco Júlio Felipe.

Em 1798, numa excavação a que se procedia «na Rua de S. Mamede, que fica inferior à da Saudade, bem defronte da torre da Sé, um pouco assima da Paroquial Igreja de S. Martinho», segundo marcações dadas por certo autor, a que em breve tenho de reportar-me, apareceram ruínas de edifício de largas dimensões. O desatêrro mostrou que era teatro romano.

Tenho presente a obra publicada dezasete anos depois por um erudito humanista de Lisboa, o Professor de latim no Real Estabelecimento de Alfâma, Luiz António de Azevedo. Pode o leitor regalar-se vendo o que diz Inocêncio dêste laborioso homem. Tenho à vista a *Dissertação crítico-philológico-histórica*... sôbre o dito teatro e seu descobrimento. Por ela ficamos sabendo que se

PLANTA E ALÇADO DO TEATRO ROMANO NO CIMO DA RUA DE S. MAMEDE

Estampa X da obra: «Dissertação-filológico-histórica sôbre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstâncias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de S. Mamede, perto do Castello desta Cidade...»
por Luíz António de Azevedo — Lisboa, 1815.
No canto inferior esquerdo mostra-se a lápida com a inscrição dos Libertos.

desaterraram os degráus ou assentos da plateia, e o pavimento da orquestra, e encontrou-se o seguinte :

a base do proscénio, ou seu embasamento, formado alternadamente de quadrângulos e semi-círculos, ou meias-laranjas de mármore;

uma inscrição em honra de Nero, gravada na face do mesmo proscénio, em frente dos assentos do anfiteatro;

outra inscrição de certos libertos, numa lápida, ou mais pròpriamente cipo, de cinco palmos de comprimento e dois e meio de largura:

duas estátuas de Sileno, de mármore, uma das quais mais bem conservada que a outra;

várias colunas estriadas, e alguns capiteis de ordem jónica, tudo em desordem, erguido, caído, destroçado;

uma enfiada de pedras de silharia, sem se lhes divisar rasto de haverem sido argamassadas entre si [1].

*

Quem fundasse êste grande teatro di-lo a inscrição da frente do proscénio; foi o flamen augustal Caio Heio Primo; e a alta personagem a quem se dedicou a obra foi o Imperador Nero.

[1] *Dissert.*, págs. 11 e 12.

Eis as letras:

NERONI. CLAVDIO. DIVI.
CLAUDI. F. GER... AVG.
GERMANICO PO..T. MAX.
TRIB. POT. III IMP. III.COS.
II DESIGNATO III PROSCAE
NIVM ET ORCHESTRAM
CVM ORNAMENTIS AV
GVSTALIS PERPETVVS C.
HEIVS PRIMVS. [1]

Tradução:

Ao filho do Divo Cláudio, ao neto de Germanico Cesar, ao bisneto de Tibério Cesar Augusto, ao trineto do Divo Augusto, a Nero Cláudio Cesar Augusto Germânico, Pontífice Máximo, investido pela terceira vez no poder tribunício, General pela terceira vez, Consul pela segunda, e pela terceira indigitado para a mesma dignidade, êste proscénio e orquestra com a sua ornamentação são dedicados pelo Flamen Augustal perpétuo Cáio Heio Primo [2].

[1] Hübner, a pág. 10 das suas *Noticias Archeologicas*, traz esta inserição com leves divergências. A pág. 46 das *Portugaliæ Inscriptiones* vem com muitas diferenças. Atribuo-as a ter Levy dado com as abreviaturas usuais o que Azevedo deu mais desenvolvido, suprindo lacunas, etc.

[2] Esta tradução corresponde a uma inserição conjectural de Luiz Antonio de Azevedo, completando a que damos no texto, e que foi copiada pelo mesmo. Extraida da sua monografia sôbre o theatro lisbonense.—*Nota de A. V. S.*

UMA DAS ESTÁTUAS DE SILENO

que estavam no Teatro Romano, descoberto no cimo da Rua de S. Mamede.
Actualmente (1934) no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos.

Esta inscrição refere-se ao ano 57 de Cristo.

*

A outra inscrição dos libertos, gravada no cipo, dizia assim:

(flamini augu) STALI
PERPETVVO
C. HEIO. C. L
PRIMO
C. HEIVS. PRIMI. LIB.
NOTHVS. ET HEIA.
PRIMI. L *(h)*ELPIS.
HEIA. NOTHA *(s)* ECVNIA
C. HEIVS NOTHI. F. CAL
PRIMVS. CAIO
HEIA. NOTHI. F. CHELIDO
(nepotis) EIV*(s)* NOTHI F CAL
CLAPHYRVS. NOTHI. AN

Tradução:

A Cáio Heio Primo, Flamine Augustal perpétuo, liberto de Cáio, levantaram êste padrão Caio Heio Notho, liberto de Primo, e Heia Helpis, liberta de Primo, Heia Notha Secunda, Caio Heio, Natural de Calahorra, filho de Notho, Primo Caião, Heia Quelido, filha de Notho, neta daquêle filho de Notho natural de Calahorra, Glafiro outro neto de Notho [1].

[1] *Dissertação Critico-Filologico-Historica sobre o Theatro Lisbonense*, por Luiz Antonio de Azevedo, 1815, págs. 14 e 15.

Se o Augustal, dedicador do teatro lisbonense, teve motivo especial para se lembrar de Nero, então mancebo de vinte anos, e recente Imperador, ou se, como conjetura Azevedo, quiz tão só lisongear a paixão dominante do juvenil Soberano pelas representações teatrais, não consta. Inclina-se o mesmo escritor a que talvês o terremoto do ano 382, em dias do Imperador Valente, ou o do ano 446, em dias de Teodósio II, sepultasse nalgum esboroamento do morro do castelo a obra magnifica de Cáio Heio Primo.

A argumentação de Azevedo, com ser negativa, não é despicienda. Diz êle, pouco mais ou menos: ao tempo dos terremotos que Lisboa padeceu em 1536, em 1531, e em 1504, já certamente se achariam escondidos na terra os vestigios do teatro, porque, a serem conhecidos, os nossos escritores quinhentistas, numa éra como aquela, tão apreciadora de Romanos, haviam por fôrça de tê-los mencionado; logo, o teatro jazia escondido desde muito antes; e conclue Azevedo, com a *Historia* de Moreira de Mendonça na mão, que em algum dos abalos citados, de 382 ou 446, o monte do Castelo, tantas vezes aluido em partes, deixasse caír algum troço de penha para a banda de sudoeste, e sepultasse tôdas aquelas colunas e arcarias históricas [1].

[1] Azevedo, págs. 9 e 10.

*

Salvo porém melhor juizo, creio que não era necessário ir tão longe; os terremotos de 1344 e 1356, que fundos estragos causaram em edifícios notáveis de Lisboa, podiam motivar o esboroamento de alguma saliência do morro. E direi agora, de relance, o por que me inclino a que ainda na primeira metade do século XIV existisse o formoso teatro de Nero.

Há um grande sêlo antigo da Câmara de Lisboa, pendente num documento de 1352. O interessantíssimo relevo conservou-o gravado na sua obra monumental o sábio D. António Caetano de Sousa [1]. Noutra parte hei-de referir-me a êste sêlo, para cujo estudo me chamou a atenção o meu talentoso e aplicadíssimo amigo, o Conde de Vila Franca (eu confesso que nunca tinha dado por tal); aqui preciso apenas observar que, entre os edifícios que lá se distinguem perfeitamente, no resumido desenho de Lisboa, assunto do tal sêlo, creio ver (ou muito me engano) à esquerda, pelo sítio de S. Mamede, o claro debuxo do hemiciclo do teatro.

Que ninguem dêsse tempo nos transmitisse a menção dêle, não admira. ¿Que obra artística ou arqueológica se escreveu então? E de mais; todos sabemos como se obliteram por cá as notícias históricas. De 1356 a Damião de Góis, a

[1] *Hist. Geneal.*, tom. IV, tábua I, gravura de Debrie.

André de Resende, ou a Gaspar Estaço, vai um abismo.

¿E no nosso tempo não sucedeu o mesmo? ¿Quantas pessoas há que saibam do aparecimento em 1798?

*

Fala dêle o bom José Valentim num seu apontamento inédito, conservado com muitos outros no Museu do Carmo, e referente ao ano de 1851. Estudando comsigo mesmo os vestígios romanos lisbonenses, diz o excelente velho:

«Apenas tenho conhecimento de uma construção romana: parte do teatro da rua de S. Mamede, não longe do Castelo, descobertas as suas ruinas em 1798.

«Tendo eu apenas dez anos de idade, pouco podia entender do que via; porém conservo perfeita lembrança de ter visto uma estátua de Sileno; é a que está na aula de escultura da Academia das Belas Artes; a banqueta de pedra de cantaria e de planta mixtilínea, na frente do proscénio; e alguns pedaços de colunas dispersos, principalmente os que estavam de fóra da Sé em as ruinas dos prédios que caíram pelo terremoto (talvez que ali tivessem desabado com parte do terreno).

«Pelo tempo adiante vim a saber que as pedras de cantaria eram de lioz branco e vermelho, e mármore azul de Sintra; ainda hoje se veem em um cunhal do terrado da propriedade mais alta, que está entre a dita rua de S. Mamede e a

rua da Saüdade, e da qual, em um de seus caboucos, apareceu o primeiro objecto pertencente ao teatro; e foi outra estátua de Sileno, que já não cheguei a ver, por ter ido para o jardim de certo fidalgo.

«As colunas de pedra amarela, tôscas e estriadas, são de urgeiro; não se podem ver as que ficaram nos prédios, servindo de alvenaria; mas podem-se ver algumas das que estão servindo de pilares dos arcos da propriedade que, no fim da rua de S. Mamede, está ao voltar para a rua da Saüdade.

«Entre estas duas propriedades referidas está um vão, principiado a edificar desde aquêle tempo; em o sóco de uma porta que têm principiada, também está uma pedra ainda com letras; e pelas paredes já construidas se vêem a miude enchelhares de urgeiro, que me parece fora de dúvida pertenceram ao teatro; e bem poderia ser que fôssem dos que estavam arrumados sôbre o proscénio, como se vê na estampa X do livro de Azevedo: *Descripção do Theatro romano*, etc.; e quando ultimamente, nêste ano de 1851, se fez o cano da rua de S. Mamede, já no fim, ao cimo da rua, apareceu debaixo da calçada, para o lado do sul, parte de uma parede feita dos ditos enchelhares, de que se tiraram alguns para dar logar ao cano.

«Segundo o que deixo dito, vê-se que os Romanos, sem deixarem de usar de lioz, e até de mármore azul, faziam também uso da pedra urgeiro nos seus edifícios.»

*

Deixando êstes depoimentos de técnico, direi que ainda há vinte anos, segundo me afirma um informador bem informado, se via no que é hoje rua Nova de S. Mamede, do lado esquerdo subindo, um monturo com entulhos informes, desconhecidos restos do teatro de Nero, que o leitor acaba de examinar. Isso mesmo desapareceu; transformou-se no jardim do lindo prédio rez-do-chão, no alto da rua da Saüdade, n.º 27-A. O Público, êsse não vê o jardim; passada a casa seguinte à ermidinha de S. Crispim, na rua Nova de S. Mamede, começa um alto muro; é ai mesmo.

Nem sequer alguns fragmentos da obra antiga foram, por favor, para um museu qualquer. O que as picaretas desenterraram serviu como material na construção dos dois prédios novos no alto da rua, à direita, antes de voltar para a da Saüdade.

Pena é que assim fôsse; vergonha é que os restos suntuosos do anfiteatro que viu tantas representações festivas, do avoengo dos nossos *pátios* e das salas contemporâneas, jazam deshonradamente sumidos no solo, ou na alvenaria de paredes modernas, essas sem história, sem presente e sem porvir.

Lá fora, conquanto haja más fadas em tôda a parte, não sucedem vandalismos tão freqüentes como cá. Em 1880, por exemplo, descobriram-se os restos de um velho teatro romano; e ¿ pensa o leitor que tornaram a entulha-lo? engana-se; desaterraram-no, estudaram-no e até o restauraram.

*

Se Nero obteve dos lisbonenses a honra de uma dedicatória, também Tito Flávio Vespasiano a mereceu. ¿Seria estátua, ou coluna, ou edificio público? Ignora-se; a lápida só diz:

IMP. CAESARI. VESPASIANO
AVG. PONT. MAX. TRIB. PO.
IIII. IMP. XPP. CON. IIII. M. C. V.
CENSOR. DESIG. ANN. IIII. IM-
PERII EIVS FELICITAS IVL. [1].

Encontrou-se, segundo Marinho de Azevedo, ao cavar os alicerces da reconstrução de S. Vicente de Fora por el-Rei D. Felipe. O prior que então era deixou que Fernão Teles de Meneses a levasse para o seu jardim, que por ora não sei onde era; só sei, porque o diz Frei Nicolau de Santa Maria [2], que era defronte do mosteiro dos Carmelitas Descalços. Copiou os dizeres certo Conego Regrante, chamado D. Frutuoso, que deu o traslado a um amigo, de cuja mão o houve Luiz Marinho.

Êste colector traduz assim:

A cidade de Lisboa, chamada Felicidade Júlia, dedicou esta memória ao Imperador César Vespasiano Augusto, Pontífice Máximo, Tribuno do

[1] Com pequenas variantes vem nas *Portugalliæ Inscriptiones*, n.º 287; e na *Hist. Eccl.*, de D. Rodrigo, fl. 7 v.

[2] *Chron. dos Con. Regr.* parte II, pág. 104.

povo quatro vezes, Capitão general dez, Pai da Pátria, Cônsul a quarta vez, e Ditador cinco, que esteve eleito para Censor em o quarto ano do seu Império.

Esta derradeira declaração dá-nos ao certo o ano 73 de Cristo.

*

Pelos anos de 1839, pouco mais ou menos, encontrou-se numa escavação da rua do Arco do Limoeiro, que hoje tem o mesmo nome, um resto de monumento que, pela natureza dos materiais, os peritos decidiram não podia deixar de remontar à dominação imperial. Era um massame com $2^m,90$ por $2^m,45$, quási, em quadro, e $0^m,8$ ao meio, de profundidade; rigíssima argamassa misturada com seixos [1].

Induções, que não sei quais fôssem, levaram a crer que seriam aquilo os alicerces do pedestal da estátua da Imperatriz Sabina, mulher do Imperador Adriano, estátua erigida com uma inscrição mencionada por Frei Bernardo de Brito [1], e que no tempo de D. Rodrigo da Cunha, e no de Luiz Marinho de Azevedo, existia, segundo ambos dizem [2], abaixo da igreja de S. Martinho,

[1] Pormenores encontrados numa memória mss. de Francisco Martins de Andrade, acima citado, a qual existe na Biblioteca Nacional, Rep. de mss. supl. n.º 728.

[2] *Hist. Eccl.;* fl. 7—*Liv. da fund. e antig. de Lisboa;* liv. III, cap. XXIII.

ao Limoeiro; desapareceu como tantas outras. Resava assim:

SABINE AVG.
IMP. CAES. TRAIANI.
HADRIANI. AVGVSTI
DIVI NERV. NEPOTI.
DIVI. TRAIANI. DAC.
FIL. D. D. FELICITAS
IVLIA. OLISIPO
PER.
M. GELLIUM. RVTILI
ANVM. ET. IVLIVM
AVITVM. VERVM [1].

o que significa:

A Sabina Augusta,
mulher do Imperador César Trajano Adriano Augusto, neto do divino Nerva, e filho do divino Trajano vencedor da Dácia, dedica a cidade Felicitas Júlia, Olísipo, por intermédio de Marco Gellio Rutiliano, e Júlio Avito Vero.

Morreu a Imperatriz Júlia Sabina, ao que se crê, no ano 138 de Cristo; o seu monumento é pois anterior a êsse ano. Foi esta Princeza uma simpática excepção na galeria de monstros imperiais; à bondade aliava o mais claro juízo; mere-

[1] Esta inscrição vem também em Masdeu, tom. VI, pág. 66, com o número de ordem 650, e aí se lê com bastantes variantes ao modo como a dou, seguindo os nossos autores. Encontra-se, com levíssimas diferenças da que transcrevo, nas *Portug. Inscript.*, pág. 133.

cido foi pois o testemunho de respeito que lhe prestaram os Olisiponenses.

Marinho de Azevedo conjectura que esta memória fôsse posta antes de se dar o rompimento entre a Imperatriz e seu marido Adriano; eu é que não sei quando começaram tais desinteligências, nem Élio Spartiano, autor da noticiosa biografia do Imperador mo diz tampouco.

*

Na parede de umas casas que estavam no terreiro dos Martines, para a banda das Pedras Negras, defronte da travessa que ia da Fancaria (sinais dados por Marinho de Azevedo) [1], leu êle e copiou o seguinte:

IMP. CAES. IMPER.
M. AVREL. F. ANTONIN.
AVG. DIV. PII. NEP. DIVI.
HAD. PRON. DIVI.
TRAI. PARTHIC. ABNEP.
L. AVRELIO. C(MMODO.
AVG. GERMAN. SARM.
FEL. IVL. OLIS. PER. Q.
COELI.
VM. CASSIANVM. ET.
M. FABRI
VM. TVSCVM IIII. VIR.

[1] Liv. III, cap. XXV.

Significa, segundo Marinho:

A cidade de Lisboa, chamada Felicitas Júlia, dedicou esta memória ao Imperador Cesar Lúcio Aurélio Commodo, Augusto, Germanico, Sarmático; filho do Imperador Marco Aurélio, neto de Antonino Augusto, Divo, Pio; bísneto do Divo Adriano; trineto do Divo Trajano Parthico. Fizeram a dedicação Quinto Célio Cassiano e Marco Fábrio Tusco, quarto varão do Govêrno.

Se isto foi, como quer aquele escritor, inscrição de pedestal de estátua, ou não foi, é impossível decidir; o certo é que se executou entre os anos 180 e 192, em que êste vil Imperador foi assassinado.

*

Uma última observação.

Antes do levantamento do muro da rua de S. Mamede adiante da ermida de S. Crispim, essa ribanceira onde tinha sido o teatro era um deserto; nêsse terreno compreendido entre essa rua e a da Saüdade foi, no princípio do século XIX, o aquartelamento do regimento chamado de Cascais [1].

O deserto começava contudo a povoar-se. Um José António Dias possuia aí um prédio nobre, apenas principiado, com duas frentes, uma para

[1] Notícia que vi nas fls. 98 e 99 do livro grande da Irmandade de S. Crispim.

a rua da Saüdade, então n.os 2, 3, 4, e a outra para a rua Nova de S. Mamede, com cinco portas de frente. Pretendia vende-lo e anunciou-o [1].

Mas o homem põe e Deus dispõe. Não apareceu comprador. O Dias em Janeiro de 1817 era já falecido, e o terreno com o prédio começado anunciava-se para arrematação [2].

*

Menciona Luiz Marinho de Azevedo, no seu rico bazar de antiguidades, outra lápida dedicada ao Imperador Marco Júlio Felipe:

IMP. CAES. M. IV-
LIO. PHILIPPO.
PIO. FEL. AVG.
PONTIF. MAX.
TRIB. POT. II.
P. P. CON. III.
FEL. IVL. OLISI.
PO. [3]

Isto é:

Ao Imperador Cesar Marco Júlio Felipe,
Pio, Feliz, Augusto,
Pontifice Máximo,

[1] *Gazeta de Lisboa*, n.º 292, de 10 de Dezembro de 1814.
[2] *Gazeta*, n.º 27, de 31 de Janeiro de 1817.
[3] Liv. III, cap. XXVII.

Tribuno pela segunda vez,
Pai da Pátria, Consul pela terceira,
Felicidade Júlia, Olísipo,

Deve êste padrão atribuir-se a qualquer dos anos 244 a 249, em que faleceu o Imperador. Estava no baluarte junto ao Chafarís d'el-Rei, e já tão consumido que era impossível lerem-se mais que as primeiras letras, no tempo do autor citado (meiado do século XVII).

*

Torna a vir com boas notícias o nosso José Valentim, dando-nos conta do aparecimento de umas urnas funerárias na calçada do Garcia. Transcreverei notícias sôbre o assunto, achadas por mim na sua valiosa papelada do Museu do Carmo:

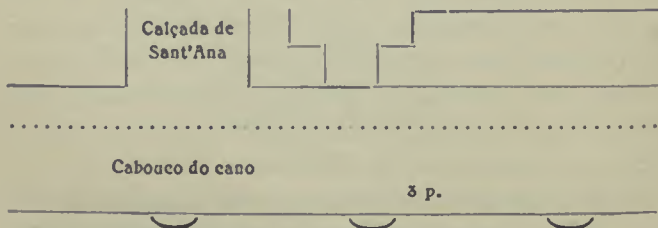
«Quando se abriu o cano geral ao cimo da calçada do Garcia, em frente da de Santana, acharam-se três botijas de barro, como as que usam os barqueiros, mas sem serem vidradas, e, segundo me disseram, muito bem tapadas, não me explicando bem com quê. Estavam em linha recta, e com três palmos de distância entre umas e outras. Duas tinham dentro urnas cinerárias de vidro, e a outra uma de chumbo.

«A primeira botija, indo da calçada do Garcia, era uma das que tinham dentro urna cinerária de vidro; tinha tampa, e dentro da urna quatro

vasos lacrimatórios, também de vidro; um maior, com uma pucarinha de barro, dois em forma de pera, com gargalo, em um maior que no outro; e um quási em forma cilindrica, porque o gargalo é pouco mais estreito. Também havia dentro pedacinhos de ossos queimados, com alguma cinza; e, exceto a cinza e a botija, tudo existe, mas arruinado.

«A segunda botija, que era a maior, tinha também dentro outra urna cinerária de vidro, com ossos e cinza. Fizeram-na em bocados, dos quais restam alguns, e da botija.

«A terceira botija tinha dentro a urna de chumbo, que não vi porque o trabalhador a tinha ido vender como chumbo velho. No apontamento que me deu o mestre carpinteiro diz: um vaso de folha e chumbo como panela, com os mesmos objectos dentro; quer dizer, ossos e cinzas, porque só uma tinha dentro vazos lacrimatórios.

«Deve-se notar que, tendo as botijas gargalo estreito, tinham-nas cortado pelo meio, para lhes introduzir dentro as urnas, tornando-as depois a unir com cal.

«Modo como vi os restos das vasilhas na calçada do Garcia.

«APONTAMENTOS QUE ME DEU O MESTRE

«Lembrança dos objectos que se acharam na excavação que fiz na calçada do Garcia até à porta do Hospital de S. José, pelos quais se pode ajuizar a antiguidade e tempo em que foram colocados naquêle sítio.

«No princípio da excavação acharam-se ossos de gente em quantidade, que pela sua grandeza dão bem a conhecer que naquêle tempo os homens eram muito mais corpulentos que presentemente, assim como também de enterrar algumas pessoas distintas com os aneis nos dedos, pois o motivo disto é o terem-se achado os ossos de um dedo com cinco aneis todos unidos, e pegados a um bocadinho de pano branco, que bem se conhecia ser de muito boa qualidade; e nêste mesmo lugar uma pedra lavrada por ambas as faces, tendo por um lado a mesma cruz na forma de moinho, igual a tôdas as mais pedras que se acharam, e pelo outro lado tinha levantado também um sino saimão; por êste modo me parece que foi pessoa mais distinta que se sepultou nêste lugar.

«As pedras acima mencionadas foram muitas as que se encontraram, porém tôdas com o mesmo lavor, exceto a que mandei para a Câmara.

«Acharam-se também, defonte da calçada de Sant'Ana, três talhas de barro muito bem tapadas, tendo dentro uma, uma redoma de vidro com seu testo, e dentro desta tres vidrinhos pequenos, que talvez fossem de ajuntar as lágrimas. Dentro do vidro grande tinha vários bocados de dedo e

de casco de cabeça, vários bocados de ossos queimados, e alguma cinza, mostrando ser os ossos de pessoa de pouca idade. Na segunda talha mostrava ser o mesmo, com a diferença que o vidro estava já muito desfeito em partículas como escamas.

«Também se achou um vaso de folha de chumbo com aza, como panela, com os mesmos objectos dentro. A segunda talha era do feitio de uma botija, e tinha dentro cinza e bocadinhos de ossos. Esta, que era maior, tinha 2 palmos e um quarto de diâmetro no bojo, e de altura 3 palmos; *(ficavam)* tôdas postas em linha recta, e a 3 palmos de distância de umas às outras.

«Seguindo mais adiante, na distância de 50 palmos se achou um forno, digo um lugar de um forno, que parece ser de...»

Assim acabava êste papel.

*

Da civilização romana ficaram também vestígios nos restos das estradas militares com que Felicitas Júlia se comunicava com o resto da península. Sem ir muito longe: ainda em dias d'el-Rei D. João III mencionava Francisco de Holanda, no lugar de Sacavém, a ruina de uma formosa ponte romana; atravessava o Tejo numa espécie de paúl, que ali, segundo se vê, começava a esboçar o terreno, que é hoje firme e coberto de casas [1].

[1] Mss. da biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, traduzido e impresso no livro do Conde Raczyski: *Les arts en Portugal*, pág. 4.

CAPÍTULO XIV

Insiste-se na relativa grandeza e valia da cidade romana. — Reconstrução ideal do viver urbano de Felicitas Julia.

Taes são, ràpidamente enumerados por um simples curioso destas matérias, os principais vestígios que nos ficaram, ou na realidade ou na tradição, das grandezas de Olísipo (Felicitas Julia) verdadeira princeza do Tejo.

De todo o exposto nos capítulos precedentes se conclui a sua valia como cidade municipal, e a sua importância como habitação adoptiva de povo essencialmente artista. O certo é que, já então como hoje, a povoação tendia a expandir-se para o lado da barra do Tejo; rompera o estreito recinto da sua primeira fundação na crista do monticulo; os seus melhores edifícios avultavam, segundo parece, para o poente: um teatro, monumentos a imperadores, duas termas, uma tôrre (de que logo falarei), inumeráveis lápidas votivas e funerárias, e, a ser fidedigna a tradição, a quinta de regalo dos governadores; tudo prova-

velmente grande, tudo correspondendo a outros edifícios de belíssimo cunho que desapareceram pelos terremotos, pelas alterações na planta, e pelo camartelo, peor que tudo porque é estúpido.

Como persuasão da tendência expansiva da população para o poente deixarei arquivado aqui um descobrimento, feito creio que em 1846, numa escavação na calçada da Ajuda: era a base de um cipo, ou colunelo sepulcral, de um palmo de altura, 1 $^1/_2$ de largura na frente, e umas 10 polegadas de fundo.

A inscrição da frente era esta:

D. M.
PUBLIO CLODIO JUVENI. VIX.
ANNIS. LXX. FECIT.
CLODIUS FORTUNATUS.
PATRONO S. B.

Tradução:

Aos deuses Manes.
A Publio Clodio, moço de só
setenta anos, erigiu
Clodio Fortunato.
Ao seu benevolo patrono.

El-Rei D. Fernando, sempre e em tudo artista, constando-lhe o achado, foi em pessoa copiar a inscrição, e guardou-a com o apreço que

os espíritos superiores consagram a tais assuntos [1].

*

E com isto concluo as minhas provas epigráficas.

Nada temos, como se vê, senão fragmentos, e muitos dêles sumiram-se; é triste, mas verdadeiro. Marcam-se aquêles poucos monumentos; afirma-se-lhes o lugar, com pequeninas diferenças; mais nada.

Logo, no quadro conjectural de Olísipo, falta ainda muito; falta por assim dizer, tudo; falta a vida burgueza, a casa e a família; falta o que dá fisionomia à colmeia; falta a loja, o templo, o passeante, o vendilhão.

Contemplamos as ruínas nas suas descrições; restauramol-as com a mente, e fica tudo por fazer; as soluções de continüidade não as percebemos; e Olísipo continúa a esconder-se-nos na sua caligem de vinte séculos.

*

Só com a imaginação trenada na leitura de bons livros, e acesa nos estudos de antiguidades,

[1] *Revista Universal Lisbonense;* tom. v, n.º 30, de 15 de Janeiro de 1846, pag. 356. — Certamente que a copia da inscripção está errada, pois não se compreende um moço *só de setenta anos;* provavelmente na copia introduzia-se um L na conta da idade. — *Nota de A. V. S.*

é que, mais ou menos nitidamente, conseguimos vêr o vasto painel romano. Então, sim. Então acentua-se com pormenores o bosquejo rápido que tracei.

*

O Tejo aparece-nos sulcado de barcas e navios variados, cuja fórma umas vezes se aproxima, outras se distanceia, da actual marinha do nosso rio. Servem ao multíplice comércio, que entreteem os activos *navicularii*, armadores navais e donos de navios, gente que abundou sempre nêste empório comercial, nesta estalagem marinha das permutações do sul e do norte.

Aqui a adunca *biréme* ou *cymba*, uma canôa de pôpa e prôa recurvas e iguais, maneja-a, a

Cymba

remos ou à sirga, um barqueiro só, de cabeça recoberta no seu barrete a que chama *pileus*. Vejo um cardume dessas birémes, deslizando como as nossas catraias de Alfama, da Ribeira Nova, e do Atêrro, na faina de carregar e transportar fardos de bordo de um navio mercante ou *corbita*, que

além está a ferrar as velas redondas dos seus dois mastros, e a bambolear na ressaca a sua prôa meneada como colo de cisne.

Perto dêsse barco de mercadores desfralda a sua grande vela um navio de guerra, dos que chamam *actuarii*, assente à linha de água com todo o arreganho de quem tem foros de castelo marinho, e vê passearem-lhe na tôlda as lorigas lustrosas dos *classiarios* de Cesar.

Legionário

A meio rio lá passa, para correria furtiva fora da barra, alguma *celes*, barca negra de piratas, sem tôlda, e remada em pé, ao compasso monótono da *celeusma*, tristonha cantilena dos remeiros. Ainda ha poucos anos (lembro me bem), às tardes, pelo Douro abaixo, deslizavam barcaças daquêle mesmíssimo feitio, tripuladas de vinte ou trinta remadores, de pé, olhando à prôa, com o seu fato largo e leve de côres vivas; a cada arrancar da voga parecem impelidas pelo bater semi-silvestre do cantar da chusma, cujas vozes melancólicas se prolongam na distântia.

De onde em onde os estaleiros, em que a marinha se apercebe de navios, como nós ainda os vimos construirem-se pelas praias de Santos e da Junqueira.

*

A margem meridional do Tejo, a que os nossos antigamente chamavam Banda d'Além, e nós Outra Banda, levanta as suas áridas ribanceiras cretáceas, mal revestidas de uma sombra de vegetação raquitica. Por aí exploravam os Romanos as célebres minas de oiro; do que ainda creio encontrar pisadas no esterroado daquelas encostas.

Pallium

A maior parte das desagregações dessa escarpa é visivelmente filha de movimentos geológicos, desde Cacilhas até a Tôrre Velha; mas anda também aí, me parece, a mão do homem.

Os pitorescos e eloqüentes capitulos em que Plinio-o-velho trata da lavra do oiro nas colónias romanas, e nomeadamente na Espanha, no próprio Tejo, falam de uns desabamentos intencionalmente feitos, e que talvez motivassem alguns dos despenhadeiros que vemos, e a cujos pés, e

em cujas cercanias, se abrem profundas grutas e poços, que talvez, como suspeito, sejam a trilha de explorações auríferas [1].

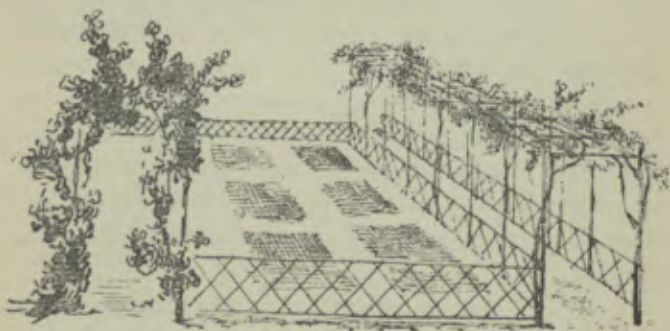
*

Essa margem meridional do Tejo já no tempo dcs Romanos devia ser tristonha e severa; mas se, encantados com a perspectiva do lado norte, semeado das cabanas, *casulæ*, da gente do campo, nos subissemos ao morro do nosso Tesouro Velho, topariamos talvez com a quinta de regalo dos Pretores; vasta habitação que, segundo alguns, se espreguiçava pela área onde hoje campeia o hotel Bragança e os palácios adjacentes da Casa Real.

Cá está ela; o magnifico *prothyrum*, isto é, a loja da entrada, adornada de colunas de lavrados capiteis, leva-nos ao *atrium*, claustro ou páteo interior, circundado de formoso *peristylo*, e adornado de plantas, que se miram no tanque central ou *impluvium*, dia e noite murmurado de àguas correntias.

Em tudo a graça romana, o bom gôsto e o confôrto, já nos frescos que decoram o nu das paredes com esbeltas figurinhas monócromas, e cercaduras de brutesco entrelaçadas de fauna e flora de fantasia, já nos mosaicos ornamentais que alcatifam o solo, já na mobília, leve, recurva e doirada, que serve aos regalos dos senhores.

[1] *Hist. nat.;* liv. XXXIII, cap. XXI e outros.

De roda da casa alguma *villula* ou quintarola, com largas vistas sôbre o Tejo, tratada à moda das de Plínio-o-Moço, e também à moda das nossas antes da invasão do estilo inglês: ruas de buxo, suaves e aprazivéis na sua compostura e simetria; latadas de plantas odoríferas; pirâmides

Jugatío

grandiosas de cedro ou buxo recortado; estátuas mitológicas, aqui, além, silenciosas entre as sombras, como heroides de Ovídio petrificadas. No centro do *viridarium*, ou bosque de arbustos, o caramanchão, a que chamavam *trichila*, deliciosa estância para triclínio de verão, e sempre à espera dos convivas; cá está a sua fontinha serviçal a sussurrar frescura, em suave competência com o trilo da passarada; cá nos obumbra a farta copa de jasmineiros; cá nos estão a tentar os leitos de pedra para as sestas, em volta da mesa de mármore.

*

Depois, aproximar-nos-iamos da cidade, cuja casaria avultava de longe com os seus *lateri* ou *laterculi*, laderilhos ou ladrilhos, e as suas fachadas singelas, revestidas de cimento alvo, *dealbatæ*, ou pintadas de matizes rutilantes.

Atraídos do rumor cidadão, penetrariamos nas *areas* ou praças, e percorreriamos já as *plateas*, ou ruas largas, ornadas de elegantes *prothyros*, cujo limiar muita vez nos saüdaria com o seu *salve* de mosaico, já as vielas, *angiporti*, com as lojas humildes dos ferro-velhos, *centonarii*, ou dos alfaiates remendões, *sarcinatores*.

*

A nós outros, habituados à expansiva e desafrontada aparência das casas modernas, far-nos-ia singular impressão o retraído das casas romanas, sem frontaria nobre para a rua, sem elevação superior a 17 metros, e sem adórnos ornamentais exteriores. A casa romana abria-se tôda para o seu átrio interno, assim como a vida do Romano se concentrava na família. A casa moderna, com a sua elegante ostentação de varandas em andares, devassa francamente a rua pública, assim como a vida dos seus moradores se expande nas relações sociais externas, tão desenvolvidas pelo cristianismo.

*

Em Olísipo ouviriamos, ao passar as Pedras Negras, tanger o bronze das termas, *sonat æs thermarum*, vibrante e sonoro como o tam-tam dos Chineses.

Ao percorrermos os baixos da cidade veriamos rumorejar a população nos grandes centros de trabalho, como ainda hoje rumoreja nos versos em que Horácio descreve, de passagem, a Júlio Floro, os recontros e embates do povoléu nas ruas de Roma.

Mulher envolvida na calyptra

*

Penetrariamos na *cella* dos templos, recinto pròpriamente adscrito à Religião; veriamos fumegar os turíbulos, em tudo semelhantes ao do culto católico; notariamos junto às imagens sagradas as oblatas e promessas, *donaria*, iguais às que hoje oferece aos nossos Santos a piedade dos fieis.

*

Pelas ruas haviamos de cruzar-nos com uma população buliçosa, loquaz, falando latim harmo-

nioso, sim, mas com os ressaibos galantíssimos da patavinidade.

Veriamos o militar, o sacerdote, o camponês do termo do convento jurídico, e parariamos talvez a contemplar a linha serpentina das mulheres romano-lusas, envoltas nas suas elegantes *caliptras*, ou véus que as recobriam tôdas.

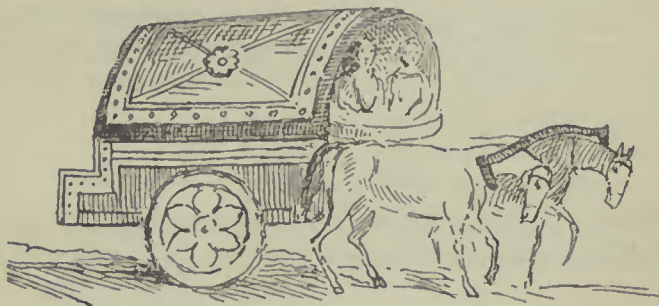
*

¡Se nos detivessemos de manhã num *foro* ou praça pública, às horas do bulício, das compras,

Phalangarii

do tráfego, veriamos passar, vergados de carretos a pau e corda, os *phalangarii*, avoengos dos nossos galegos de frete, os carregadores e mariolas daquele tempo, ou os *aquarii*, aguadeiros, açacais, como séculos depois se chamou aos seus confrades.

*

Curiosissimo espectáculo para nós outros a venda na rua e nos mercados, pelas novidades

Currus arcuatus

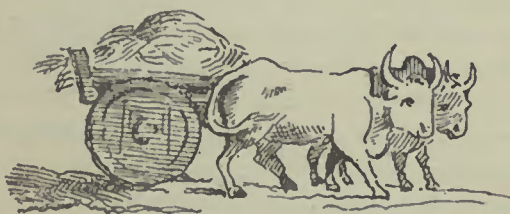
culinárías e domésticas, e não menos pelo sem-número de objetos, nossos e muito nossos, que de todos os cantos haviam de saltar-nos.

Clitellæ

Acolá, acogulado de mercadorias, e acabado de chegar pela estrada scalabitana (ou, como

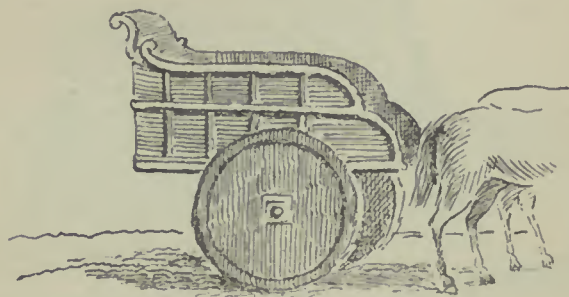
diriamos hoje, de Santarém), o carro arqueado, *currus arcuatus*, com a sua lança entre dois machos

Agitador

de poucos jaezes, e o seu tôldo recurvo pintalgado; veículo vulgar ainda hoje em Lisboa e em todo o paiz.

Plaustrum

Acolá os burrinhos de moleiro, ajoujados de farinha ou de fruta nos seus ceirões ou *clitellæ*, e guiados pelo *agitator*, tangedor, rude camponês

coberto com o seu *galerum* ou barrete peludo, ou revestido do seu *cucullus*, capuz da gente plebeia.

Mais além o *plaustrum*, carro de bois, exactamente como o de hoje, de roda cheia, atroando a

Sarracum

praça com o guincho estridente do seu eixo; ou a carroça chamada *sarracum*, destinada também ao apercebimento dos mercados.

Nalguma lojinha, em cuja frente o *signum* ou taboleta, poderia logo, pelo assunto da pintura, indicar-nos o que lá dentro se vendia, haviamos de entrever, nas volutuosas tardes de primavera, e dançando ao som de uns flautins populares, alguma galante bailadeira mauritana, *copa syrisca*, como a de Vergílio, com a lasciva cabeça embrulhada no seu turbantinho negro, e batendo o compasso com os *crotali*, espécie de castanholas que retiniam ao som da música.

Por muito rápido que passassemos, não deixariamos de lobrigar a afumada taberna, digno tea-

tro de tal artista; lá ao fundo o pátio e o caramanchel; cá fora, na loja, à porta, os queijinhos sêcos em cinchos de junco; e nas suas cêstas ou cabazes, *cistæ*, as ameixas outoniças, lisas como cêra, as castanhas, as maçãs suavemente córadas, em suma, tudo quanto completasse e compu-

Tibicen

Cimbalistria

zesse êste quadro de géneros e costumes.

*

Há um fresco de Herculanum que nos pinta uma venda de comestiveis, fruta, legumes, criação, sôbre uma banca portátil, *mensa*, em plena rua. Assim devia ser também por cá, e foi em tôda a parte; o quadro de Herculanum todos os dias se repete na Praça da Figueira.

*

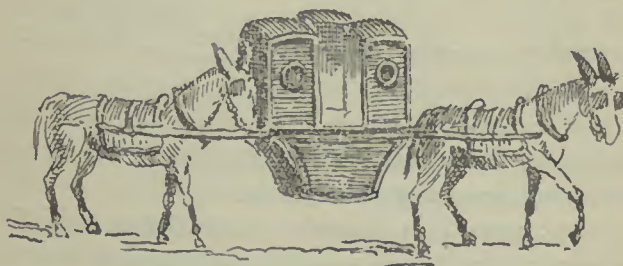
Comprazo-me em escutar nas mãos desta população, tão musical sempre, os instrumentos que antecederam de longe a nossa guitarra peninsular,

Mensa

a *cithara*, por exemplo, que é antiquissima, e que, até etimológicamente considerada, é avoenga da *chitara*, ou *chitarra*, ou *guitarra*, que ainda hoje pranteia saüdades ao colo dos nossos fadistas e camponêses.

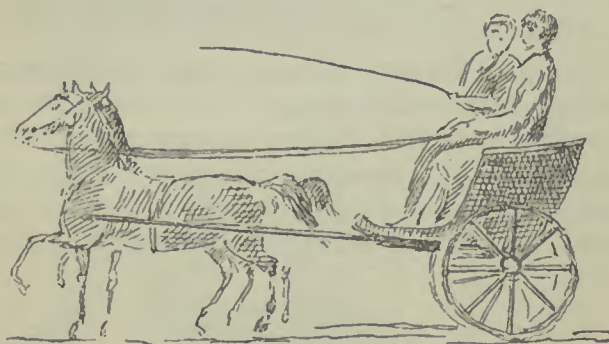
*

Nas esquinas havia uns espaços brancos a que chamavam *alba*. Em cada *album* se escreviam os anuncios que davam notícia do aparecimento de tal livro, ou chamavam a população, já para tal festividade, já para tal venda, já para tal espetáculo.

Às horas das representações teatrais, que eram de dia, como foram noutro tempo entre nós as comédias nos *pátios*, e são ainda hoje as touradas, havia de ser interessante vêr correr ondas de povo para o teatro das Pedras Negras, como há anos o era vêr no Rossio, em domingo de touros,

Basterna

passar a açodada fila de carruagens e estrepitosos cavaleiros para o campo de Sant'Ana.

Assim como vemos a *caleche* armorejada, o gracioso *coupé*, e o ligeiro *tilbury*, levando a elegância para as circenses dos capinhas e forcados, assim haviamos de vêr há centenares de anos, de algum ponto da Ribeira ou do Limoeiro, passa-

rem os *carpenta*, carruagens de então; as *basternæ*, liteiras de machos, os *cisia*, espécie de tilbury com dois cavalos, levando para *Os Captivos* de Plauto, para o *Phormião* de Terencio, ou para o *Thyestes* de Séneca, os abastados, os nobres, os

Cisium

augustais, os peralvilhos, volutuosamente recostados nos seus coxins de seda.

Sim; quando a *thessera theatralis*, ou bilhete, nos acenasse com representação daquela ordem; quando ao entrar vissemos congregada na larga *cavea*, âmbito habitável do teatro, toda a melhor sociedade de *Felicitas Julia*; quando as *præcinctiones* ou corredores lançassem para os *gradus* ou assentos, um povo cortez, polido, ávido de Letras, educado na tradição do Belo; quando a *orchestra*, que era uma espécie da nossa plateia superior, rutilasse de *angusticlavios*, *phaleras* e *torques*, como quem dissesse, de comendas e gran-

-cruzes, então é que era invocar o talento do pintor nosso contemporâneo, Alma Tadema, e fixar na tela aquele admiravel assunto.

*

¡E as termas!

A vida nas termas era deliciosa em qualquer cidade romana; e esta que possuia, como vimos, dois estabelecimentos termais belíssimos, havia de ter neles, por fôrça, apetecido ponto de reünião para as horas calmosas.

¡O que eram as termas de Caracalla! ¡as de Tito! ¡as de Diocleciano! Nada, no nosso viver moderno, pode dar ideia daqueles centros, onde a sociedede tinha praso-dado, e onde a Arte, em tôdas as suas manifestações, achava expansão e admiradores. ¡Que estátuas! ¡que esplendor de quadros! ¡que aprasíveis conversações! ¡que instrutivas leituras em voz alta, ali mesmo, em público, por actores e poetas! ¡que intensidade de civilização!

Possuo a gravura de uma restauração moderna das famosas termas de Caracalla. ¡Esplendida coisa!; colunas de porfiro, vistosas arcarias, opulentas pinturas decorativas em policromía, e um ar de festa, um ar de grandeza que nos repassa.

Ora estou certíssimo de que nem as termas das Pedras Negras, nem as da rua da Prata, seriam para se comparar com as de Roma; porém, guardadas as proporções, deviam conservar no seu tanto alguns dos requintes que faziam daque-

las casas palácios atractivos, palácios encantados e encantadores; não me refiro tanto aos regalos do corpo, como aos prazeres intelectuais, bem mais nobres, bem mais intensos e bem menos fugazes.

*

¡Oh!; quem podesse recompor, fragmento por fragmento, aquêle viver antigo! ¡quem podesse, à luz da História, e com documentos, ressuscitar a formosa Olísipo de dois mil anos atraz! ¡com o ir e vir do seu povo! ¡com os seus aquedutos! ¡com as suas termas! ¡com as suas estátuas! ¡com o seu teatro! ¡e principalmente com as suas feições de bárbara romanizada, que tão engraçadas deviam ser aos olhos puritanos da madre Roma!

Eu por mim... contento-me com a visão que tive, e paro aqui, para continuar a saborear-me na meditação de tamanhas opulências, tão artísticas; e ao cerrar o capítulo, ainda se me afigura entreouvir aquêle rumor longínquo...

LIVRO II

Bárbaros. — Moiros. — Lissibona,
ou Aschbounah

¿Vedes vós aquêle monte que leva às costas a sua rede de ruas velhas, ao longo do bairro mais central, povoado e formoso? ¿aquêle monte que levanta de improviso sôbre despenhadeiros a cabeça torreada, por detraz das duas praças, do Rossio e da Figueira, e vai serenamente descaíndo de norte a sul, até falecer às abas do Tejo, por detraz do Terreiro dos antigos Paços Riais?

Pois eis aí, no meio da vossa cidade, a cidade moira; no meio de Lisboa, a cristã e deliciosa, Lissibona ou Aschbounah, a árabe e guerreira.

Castilho. — *Quadros históricos de Portugal — Tomada de Lisboa.*

CAPÍTULO I

Queda do Império Romano. — Vândalos, Álanos, Suevos, Visigodos. — Ruína de Olísipo.

Afinal, ao cabo de séculos, caíu o colosso imperial. Desceu como uma avalancha a invasão dos Bárbaros. Aos Romanos sucederam, desde os princípios do quinto século, Vândalos, Suevos, Álanos, Silingos e Visigodos [1].

Vândalos e Suevos ocuparam desde fins do ano 409 a extrema noroeste da península, denominada *Gallæcia* (Galiza); dos Vândalos, uns a que chamavam Silingos tomaram a província *Betica*; aos Álanos coube Cartagena com todo o seu território central, mais a *Lusitânia* [2]; a pro-

[1] *Alani et wandali et suevi Hispanias ingressi æra* CCCCXLVII, *alii* III *kal., alii* IV *id. oct. memorant die, Honorio* VIII *et Theodosio Arcadii filio* III *coss.*

Álanos, vândalos e suevos entraram nas Hespanhas na era 447 (ano de Cristo 409), dizem uns que a 28 de Setembro, outros que a 13 de Outubro, sendo Consules, Honório pela vez oitava, e Teodósio, filho de Arcádio, pela terceira. —Idácio, *Chronicon*.

[2] *Chronicon* do mesmo Bispo Idácio.

víncia *Tarraconense* ficou ainda então sob o domínio romano.

Seria interminavel, e emfim não cabe no meu plano, o historiar minuciosamente as desavenças com que tantas tribus indisciplinadas ensangüentaram êste solo. Basta dizer que aos Álanos (segundo notei, ocupadores da Lusitânia, e portanto de Olísipo) foi a cidade, assunto do presente livro, roubada pelos Godos do valente Wallia no ano 419; depois de expulsarem da Bética os Silingos, expulsaram os Álanos da Lusitânia, constrangendo-os a irem pedir auxílio e aliança a extranhos, e a incorporarem-se com os Vândalos e Suevos da Gallæcia [1].

Decorridos trinta e quatro anos, cheios de mutações, roubos, monstruosidades em tôda a península dilacerada pelos Romanos, Godos, Hunos e Vândalos, caíu de novo a Lusitânia, e por conseqùência Olísipo, em poder dos Suevos d'el-Rei Reciário em 453. Pouco lhes durou a presa, visto como Teodorico, Rei dos Visigodos, colheu Reciário às mãos, e o mandou matar em Dezembro de 456.

Em 458 já os Suevos, apesar de Teodorico lhes outorgar anistia, se levantavam em armas, devastavam a Lusitânia, e tomavam de surpresa a nossa apetecida capital.

Não tardou muito que os Godos a recuperassem; mas logo em 469 caíu outra vez nas garras

[1] Veja-se Paquis, *Hist. d'Esp.;* tom. I, pág, 73, col. 1.ª— Idácio, Sidónio Apollinário e Anthemo.

dos turbulentos e insaciáveis Suevos. Insinua Idácio, no seu minucioso e estimado *Chronicon*, ter-se devido a entrega da cidade à traição de Lusídio, Godo, seu Governador [1].

Invadem-na depois por sua vez os Visigodos, espoliando aos Suevos e a todos os que na península se davam ainda como aliados de Romanos.

Essa foi pois, naquêle revoltoso século V, a sorte da mísera cidade. ¡Como a não retalhariam as represálias! ¡quanto a não infamariam os ódios mais intransigentes do coração humano: o de raça e o de crenças!

*

Por êsses mesmos tempos, em 472, deram-se medonhas erupções no Vesúvio, segundo um informador antigo [2], seguidas de terremotos violentos pela Italia e pela Ásia. Pois bem: tenho para mim que tudo foi menos horrível que os abalos politicos que revolveram a nossa pobre cidade.

Por isso é que a sua história anterior aos Romanos se não pode deletrear nos vestígios; e a romana mesma só em fragmentos se rastreia.

Do seu *castellum*, talvez pela guerra destruido, e com certeza transformado, resta o lugar. Do seu

[1] *Ulixipona a Suevis occupatur, cive suo, qui illi præerat, tradente Lusídio.* — Idacio, *Chron.*

[2] O célebre Conde Marcellino, no seu *Chronicon*.

magnifica teatro, a memória. Das suas termas, o sítio. Dos seus monumentos e moimentos votivos, gagueja uma outro lápida algumas frases. Dos seus foros municipais, sobrevive a fama. E o seu próprio nome, sabem-no os eruditos.

*

Para cima de três revoltos séculos durou êste domínio de barbaros, que bem pode comparar-se com um enfadonho crepúsculo. Hordas indómitas a ir e vir, em contínuas correrias de latrocínio; ambições ingnóbeis a despontar a cada canto; em vez de tratados, a falsa-fé; o dia de àmanhã sempre incerto; e o Império romano a agonisar, e a arrastar a peninsula nos sacões convulsos e cegos da sua agonia.

¡Quanto a artes, a livros, a polidez, calculemos o que foi! Do odio daquêles povos às Letras, diz engraçadamente D. Frei Amador Arraes, se vingaram elas com o silêncio.

Resvalemos portanto sôbre êsses decénios suevos e visigóticos; passemos ligeiros por aquela série de régulos ignorantes e belicosos, no meio da sua fidalguia, belicosa e iliterata como êles, e empenhada dia e noite em desavenças, ora com os restos da velha milícia romana, ora entre si, ora com a raça indígena peninsular.

Tempo é êsse, além de ignorante, eivado das torpezas das herezias ariana e prisciliana, decadência geral nas crenças e nas artes.

Poucos nomes literários avultam em tal míngua; citarei o piedoso fundador de mosteiros no século VII, S. Fructuoso, Bispo de Braga; Paulo Osorio, catalão instruidíssimo, amigo íntimo do grande S. Jeronymo, e cronista; outro cronista, o sábio Idácio, já citado nestas páginas, e a quem, além da sua crónica, se atribuem uns *Fastos consulares*; sem contar alguns outros, tanto mais para louvar quanto mais isolados naquelas charnecas intelectuais.

¿E quem eram aquêles homens que assim empunhavam o facho das ciências teológicas e históricas? ¿Quem eram êles? Pela maior parte clérigos cristãos, que, a exemplo do que em tantos mosteiros da cristandade se passava, ficavam depositários únicos do saber humano, e cuidadosos herdeiros e testadores do paládio.

Ninguém, por mais ferrenho inimigo da instituìção monástica, pode negar quanto, na barbárie dos séculos VII e VIII, conseguiram os cenobitas em prol das letras, reunindo livros nas suas bibliotecas, francas a todos, copiando e espalhando as melhores obras, arquivando os documentos de maior interêsse político, e educando à sombra do claustro, quer dizer, na austeridade dos costumes, e transformando-a pela educação literária, a juvenil Nobreza, que algum dia havia de dominar no mundo.

Dessa mesma tal qual civilização, que assim brilhava isolada, mas não chegou a alumiar as turbas, seriam ótima revelação, além dos monumentos literários e artísticos, os padrões epigrá-

ficos. Infelismente, porém, segundo afirma um cabal investigador alemão, o já citado Dr. Hübner [1], não resta inscrição alguma do domínio visigótico.

*

Se o leitor se não sente estafado, e quer seguir-me, cheguemos agora ao princípio do século VIII, e presenciemos outra estupenda mutação no govêrno da península.

[1] *Not. arch.*, pag. 14.

CAPITULO II

D. Rodrigo, Rei dos Visigodos. — O Conde Julião. — Invasão da Península pelo caudilho moiro Tarik-Ben-Zeyad. — Batalha campal do Guadalete. — Queda da Monarquia.

Reinava, no ano da Graça 709, sôbre tôda a vasta Monarquia visigoda, o destronador de Witiza, e seu sucessôr, el-Rei Rodrigo. São acordes os historiadores em pintar já então dilacerada de divergências aquela caduca Monarquia, a cuja presidência subira Rodrigo, de vassalo que era, contrastando com raro denôdo a parcialidade oposta, dos filhos de Witiza.

Minado de mil causas, ía fatalmente baquear-se o Reino, colosso que ainda alastrava as suas seis províncias desde a Galia Narbonense até ao mar da Mauritânia. Essas causas complexas enfeixou-as, por assim dizer, e personificou-as (se é verdadeiro o que se diz [2]) o Conde Julião, Governador visigodo de Ceuta.

[2] Na *Nota* II do fim da 1.ª edição do seu livro, o autor rectifica a sua dúvida, baseando-se no estudo de Dozy: *Recherches sur l'histoire et la litterature de l'Espagne pendant le moyen âge*. Diz o autor:

«Quanto ao Conde Julião, eis aqui a opinião de Dozy (Dozy é profundo, cauteloso e inexorável nas suas apreciações; é um gume a cortar).»

Ha tradições (ou antes lendas pitorescas, sem base histórica documental) que atribuem a traição dêste Conde contra o seu Rei ao seu ressentimento ante uma ofensa gravíssima, perpetrada pelo Soberano na pessoa de Florinda, formosa filha (ou mulher) do Governador; lendas contra as quais, entre outros, se insurge Masdeu; lendas nascidas séculos depois dêstes factos, e que hoje, por honra da raça humana, desmerecem do crédito histórico.

O que se diz, e tem passado em julgado, é que Julião, traidor contra a sua Pátria, logrou, sabe Deus por que motivo, artes de se entender com o Vali Musa-Ben-Noseir, e incital-o a que passasse o Alzanauc (*aguas estreitas*, hoje o estreito de Gibraltar), à conta do facilimo da empreza, e do valioso de tal conquista.

Masdeu, cujo critério cauteloso faz dêle bom guia nêste emaranhado labirinto, inclina-se a que o Reino dos Godos caía por si mesmo; esfacelava-se cortado de cubiças, retalhado de dissensões civís, adrede exausto de fôrças militares, baldo de crenças religiosas, e deshonrado de immoralidades. Tudo isso, aquêle aluir sucessivo de um povo tão visinho e tão grande, concitou, nem

«Segundo êste eruditíssimo escritor laboram em engano os que, como Masdeu e outros, afirmam que nenhum cronicon anterior ao do monge de Silos (século XII) menciona aquêle personagem, e inferem de tal silêncio a não existência do sujeito. É certo, diz Dozy, que já os registos moiros falam do Conde Julião, e do seu triste feito». — *Nota de A. V. S.*

podia deixar de concitar, a atenção dos vigilantes musulmanos de África. Julião foi pois efeito necessário, e não causa.

Escreveu Musa ao seu Califa encarecendo a importância do cometimento do ataque à Espanha, e a extensão que receberia, derramado por tôda ela, o Islamismo. Aprouve ao Califa a grande ideia; ordenou a Musa que sem demora enviasse o famoso General moiro Tarik-Ben-Zeyad a um desembarque em forma nas costa da Andaluzia.

Dito e feito.

*

São quatro barcaças grandes que transportam do sul ao norte, em todo o silêncio de uma investida desleal, os quinhentos ginetes de Tarik; é subitâneo o desembarque; é subitânea a investida; é geral e profundo o estrago e o terror desta primeira e inesperada correria.

No brevíssimo intervalo apercebeu-se de mais tropas o ousado Musa; e antes que o Visigodo tivesse tempo de avaliar o perigo que do sul o invadia, nova armada atravessa o estreito, e (como já sucedera, sem conseqüências, em tempos anteriores ao reinado de Rodrigo [1]), desembarca em Algesiras um sem-número de Moiros.

Aí deu-se um facto solene e significativo: posto em terra o exército, ordena o General o incêndio

[1] Segundo afirma Masdeu no tom. XII, liv. I, da sua *Hist. crit.*

da armada, para quitar aos seus, dizia êle, tôda a esperança da volta.

Eil-os pois sem fuga possível; com o mar a rugir por um lado, e uma vasta Monarquia pela frente, em sobresalto, iracunda.

*

Ergue-se, como verdadeiro homem que era, o audaz Teodomiro, Governador da Andaluzia visigoda; e enquanto desembainhava a espada e sustinha, êle só, o primeiro ímpeto da arremetida, enviava ao seu Rei a notícia fatal. Não perdeu tempo o valente D. Rodrigo; correu áquele lúgubre chamamento, capitaneando uma hoste de cêrca de noventa mil pelejadores; e defrontam-se enfim, a braços um com o outro, o poderio cristão e a astúcia muçulmana.

Encontraram-se nas margens do rio Guadalete (o antigo Chrissus) um domingo, em fins de Abril, ou Julho, do ano 711, e por oito dias seguidos pelejaram de sol a sol. A 31 de Julho afundava-se a estrêla de D. Rodrigo.

> Em campos de Guadalete
> acabado se era o dia;
> com o dia, a grande batalha;
> com a batalha, a Monarchia.
> Os anafiles dos Moiros
> ressoam brava alegria.

*

Teve a mais completa e decisiva influência na sorte da península a batalha campal do Guadalete.

Enterrara-se até aos copos a espada do Moiro no coração da Monarquia.

Chegara a vez aos povos da África; ia principiar o domínio dos Sarracenos, antigos conquistados, e já descendentes dos Árabes [1].

Narra com a sucinta eloqüência dos cronicons a *História dos Godos*:

«Aniquilaram os Sarracenos a Espanha em dias de el-Rei D. Rodrigo.» [2]

E o cronicon Albeldense, como que ainda espavorido da invasão, pinta o caso com êste colorido:

«Entrou Musa-Iben-Museir, e pereceu o reino dos Godos; e todo o estado da nação goda ali sucumbiu, ou de puro terror ou a ferro.» [3]

[1] Vide àcêrca da derrota dos Visigodos na batalha de Guadalete a nota K dos *Appendíces* aos três primeiros livros da *Histoire d'Espagne*, por Paquis.

[2] *Sarraceni Hispaniam debellarunt regnante Roderico.* — Port. Mon.; Script.; tom. I, pág. 8.

[3] *Ingressus est Musa-Iben-Museir, et periit regnum Gothorum, et tunc omnis decor Gothicæ gentis pavore vel ferro periit.* — *Esp. Sagr.*; tom. XIII, pág. 461.

CAPÍTULO III

Árabes e Moiros. — Erudita explicação de Alexandre Herculano no assunto. — Lissibona moirisca. — Influência da civilização muçulmana. — Sua comparação com a visigótica. — Tolerância religiosa. — Os tributos de capitação. — Califas, Emires, Valís e Alcaides. — Traços fugitivos da história velha de Lissibona nos séculos VIII e IX. — Partição provincial da península muçulmana. — A *Aljama* lisbonense.

A propósito: é geral em muitas pessoas (e até historiadores) a confusão de Árabes e Moiros, como se fôssem todos os mesmos. Ouçamos palavras de Herculano, que esclarecem êste ponto:

«Os Árabes — diz o mestre — são asiáticos; do meio dêles saíu a religião de Mafoma; êles foram os primeiros que a espalharam na Ásia, na África e na Europa.

«Os Moiros são tribus de África que os Árabes mulçulmanos converteram ao mahometismo.

«Portanto os Moiros são tão Árabes como eram Romanos os Godos, os Francos, os Lombardos, que abraçaram a religião cristã que professavam os Romanos.

«Pelo contrário, o Império temporal de Mafoma foi destruido pelos Moiros, e os Turcos foram convertidos ao Islamismo, da mesma maneira que o Império de Constantino foi destruído pelos bárbaros já convertidos ao Cristianismo.» [1]

*

Isto explicado, e tão bem explicado, vejâmos o destino de Olísipo sob o domínio dos seus novos povoadores. Possuiam êstes, é certo, civilização alta; eram cavaleirosos, nobres, ilustrados, artistas em sumo grau; do que tudo brilhantes vestígios deixaram por muita parte da península [2].

Não creio porém que se tornasse *Lissibona* ou *Aschbouna* (tal é a adulteração do ablativo latino *Olisipone* pelo idioma moirisco) um dos centros artísticos mais importantes das Espanhas, a par de Córdova, Granada ou Sevilha. Não contou as mil ou mil e seiscentas mesquitas com que se ufanava, se é certo o que blasonam crónicas vetustas, a poderosa Córdova; nem os seus quatro mil e tresentos minaretes, chamando à oração pela bôca dos *muezzins*; nem as suas cento e trese mil casas particulares, a fora os palácios dos nobres [3].

[1] *O Panorama*; tom. I, pág. 280.

[2] Consulte-se Masdeu — *Hist. crit.*; tom. XIII, liv. II.

[3] Pormenores estatísticos topados em Murphy. — *The history of the mahometan empire*, pág. 84.

Era já no entanto, cá no ocidente da península, uma das mais apetecidas cidades musulmanas, graças não só à sua posição corográfica e ao seu clima, como também ao impulso que lhe incutiram as extintas gerações.

*

O livro de Paquis, uma das fontes a que o autor do presente volume mais confessa dever, é um consciencioso estudo, obra prima de paciência e sagacidade. Aí se expõe [1], com sobriedade, lucidez e de modo sintético, a influência da dominação sarracena, e a sua diferença da ocupação visigótica. Como é possível que o leitor não tenha à mão o seu Paquis, ou não tenha paciência de o ir explorar agora, encarrego-me eu, por dever do meu ofício e por gôsto, de compendiar em breves linhas o que diz aquêle francês, que teve a honra de ser um dos mestres e inspiradores do nosso sempre citado Herculano.

Foi bem diverso o influxo daquelas duas dominações forasteiras de Godos e Árabes nos povos peninsulares.

Os Visigodos, embuidos já de muito nos usos e na Religião cristã dos Romanos, e partícipes das suas instituições, conseguiram com facilidade, por meio de alianças recíprocas, e pela comunidade da legislação, identificar-se com os vencidos numa nação única. Fundiram-se as duas ra-

[1] Liv. IV, cap. III.

ças, invasora e invadida; à brilhante civilização romana coube o papel de modificadora e moderadora da intratável energia e hombridade do rude Visigodo.

Outro papel coube à civilização arábiga. Entre os recem-chegados a Guadalete e os seus vencidos punham barreiras a diversidade dos costumes, do idioma, das leis, da religião. Da raça à viva força submetida ficou bom número morando a par com os vencedores; tolerados, sim, até certo ponto, com o seu culto peculiar, embora a pouco e pouco irmanados e confundidos, quanto a línguas, usanças e trajo [1].

Contrato bilateral; ambas as partes davam, ambas lucravam. Lição de tolerância religiosa, e, (ainda mais) de tato político e administrativo.

Estava isso muito usado entre os Moiros; os que pretendiam converter-se ao islamismo eram aceitos a êle; e quem não renegava o Cristianismo era também aceito, contanto que pagasse o tributo de *capitação*, como diz a língua jurídica, ou de *cabeção*, como lhe chamavam os nossos velhos.

*

Essa colheita dos tributos é que, segundo o mesmo Paquis, ministrou receita larga, que os *Valís* (Governadores provinciais) extorquiam ao

[1] É a opinião de Herculano — *Hist. de Port.;* 4.ª ed., tom. I, pág 401; e já era a do Arcebispo D. Rodrigo da Cunha; *Hist. Eccl. da Egr. de Lisboa,* fl. 64 v.

povo pelas mãos dos *moschawares* e *mekhtesebens*, empregados do fisco. O quantitativo das exações era regulado pela maior ou menor avidez dos *Alcaides* (Governadores de cidades) e dos *Valís*, cada um dos quais tinha um *Wasir*, (vice-governador [1]). Já se vê quanto podia o arbítrio unido à prepotência e ao egoismo.

O Governador El-Samahh-Ben-Melek introduziu em tôda a Espanha, diz Isidoro Pacence, citado por Paquis, novo sistema financeiro. Repartiu tôdas as propriedades móveis e imóveis adquiridas pela conquista. Parte, dividiu-a pelos guerreiros, que até então só tinham de soldo a sua pilhagem; a outra parte entrou nos cofres públicos.

Com o fim de aliciar o animo dos cristãos, o sucessor daquêle prócere, Ambesah, estabeleceu sensível diferença entre os que expontâneamente se submetessem, e os que só às armas houvessem cedido; aquêles pagavam a décima parte do seu rendimento; êstes a quinta parte.

Às extorsões iníquas, de que eram vítimas os cristãos, veiu pôr termo o ânimo generoso de Abd-er-Rahman, que aos espoliados restituiu o devido, castigando a cubiça dos mercenários e vis oficiais.

Benevolência, severidade, tolerâncias, abusos, foram-se pois sucedendo sempre a respeito dos cristãos, nas altas regiões administrativas do Moiro. Tal é sempre a sorte dos vencidos.

[1] Conde, *Histoire de la domination des Arabes;* tom. I, pág. 145, nota.

*

Antes de proseguirmos importa fixar bem as linhas gerais de tôda a complicada administração dominadora. Bastará recordar aqui, que desde o ano 711 ficou, por efeito da vitória do Guadalete, subjugada quási inteira a península hispânica ao cetro dos Califas de Damasco, cujos lugar-tenentes eram cá os Emires ou Governadores gerais da Espanha musulmana.

Emir (também às vezes Vali) era pois o título oficial do régulo ou chefe supremo, sujeito ao Califa de Damasco.

Vali era o Governador de cidade importante, cabeça de território.

Alcaide, finalmente, se dizia o que em nome do Emir administrava cidade de menos importância [1].

*

Ora ao longo da tormentosa regência sarracena nas Espanhas, só uma ou outra vez, e de fugida, vemos mencionado o nome da marinheira Aschbounah; talvez porque a sua distância dos centros grandes do emirado a puzesse na sombra, a sequestrasse ao movimento.

Estudemos de corrida alguns vestígios da ligação que teve esta póvoa da margem do Tejo com a História.

[1] Conde, *Histoire de la domination des Arabes*, edição de Londres, 1854, que é a de que me sirvo. Nota da tradutora Mrs. Jonathan Forster, a pág. 212 do tom. I.

*

Quando Musa-Ben-Noseir foi, pouco depois da entrada vitoriosa das suas hostes na península, chamado pelo Califa de Damasco, ficou regendo em nome de Musa, Abdelaziz-Ben-Musa, seu filho. Foi êste quem prosseguiu no caminho encetado, estendendo a conquista até ao extremo da Lugidânia ou Lusitânia [1].

Senhoreou-se então da nossa linda cidade, e converteu-a ao islamismo. Pode-se colocar no ano de 714, com pequeníssima diferença, esta ocupação pelo caudilho muçulmano, porque logo no ano seguinte, ou quando muito em 716, era assassinado Abdelaziz, enquanto dedicava a Allah as suas orações matinais [2].

*

Foi ao Emir Iusuf-el-Fehri, o qual no ano 129 (746 de Cristo) subiu a tão alto cargo, que se deveu a divisão da península em cinco províncias, assim como a restauração das estradas militares que da Andaluzia levavam a Toledo, a Mérida, a Lissibona, a Astorga, a Saragoça e a Tarragona [3].

Quanto a essa partição provincial, ei-la, segundo êste citado autor:

1.ª província—Andaluzia (a antiga Bética);
2.ª » —Toledo (a antiga Carthagena);

[1] Conde, *Ibid.;* parte I, cap. XVIII.
[2] *Id. ibid.;* parte I, cap. XIX.
[3] *Id. ibid.;* parte I, cap. XXXVII.

JOSÉ MARIA DA SILVA MENDES LEAL JÚNIOR
Jornalista, poeta, romancista e dramaturgo, bibliotecário-mór
da Biblioteca Nacional
Nasceu em Lisboa em 18 de Outubro de 1818, e faleceu em Sintra
em 22 de Agosto de 1886. Copia dum quadro a óleo.

3.ª província—Mérida (a antiga Lusitânia); e como esta nos interessa mais de perto, eis as suas cidades principais: Mérida, Beja, Lisboa, Astorga, Zamora, Coimbra, Salamanca, Évora e outras de menos nomeada.

4.ª » —Saragoça (a antiga Celtibéria).

5.ª « —Narbonna, em terras de França.

*

No ano 138 da Hégira, ou 755 de Cristo, subiu ao poder o Emir Abd-er-Rahman. Sabe-se que em 784 percorreu os seus domínios, visitando Santarém, Lisboa, Pôrto, Coimbra, Braga e outras terras, e que em tôdas elas ordenou se erigissem *aljamas* e *mesquitas*, para o que destinou uma parte do rendimento das comarcas atinentes a cada cidade [1].

Limitemo-nos a esta viagem a Lissibona; conjectura Mendes Leal numa sua obra [2], de que hei-de detidamente ocupar-me noutro tomo, que pode talvez atribuir-se ao poderoso pulso de Abd-er-Rahman a edificação, ou antes a restauração, da mesquita maior (a nossa actual Sé, como a seu tempo demonstrarei). Quanto à *aljama*, que era o paço do Conselho do sistema político-reli-

[1] *Id. ibid.*; parte II, cap. XXIII.

[2] *Monumentos nacionaes*; pag. 177.

gioso dos Sarracenos [1], julga Mendes Leal possível e provável que essa edificação de Abd-er-Rahman comunicasse o nome ao sítio de *Alfama*, pelo j gutural moirisco e castelhano convertido vulgarmente no nosso f.

«A aljama — observa êsse autor — costumava ficar nas imediações da mesquita maior, quando não comunicava com ela, ou dela fazia parte. O bairro contíguo à Sé ainda hoje, com leve alteração, se chama Alfama, nome que muito bem podia herdar, transmitido da casa consistorial da cidade árabe.» [2]

É versão muito para aceitar. Ainda hoje se vê que um edifício notável por qualquer título comunica o seu nome ao arredor. Moro *à Estrêla;* isto é, nas cercânias do mosteiro da Estrêla. O bairro *da Sé;* isto é, o bairro que rodeia a Sé. Habitei *lá para a Ajuda;* isto é, nas imediações do paço da Ajuda. Andei passeando *por Alfama;* isto é, pelas visinhanças da Alfama ou Aljama.

Parece-me pois que dentre todas as etimologias de Alfama, que apresento no decurso dêste livro, deve prevalecer esta [3].

[1] *Id. ibid.;* pag. 164.

[2] *Id. ibid.;* pag. 178.

[3] *Alfama* significa «fonte termal» — *Toponimia árabe em Portugal;* pelo dr. David Lopes, Paris, 1902, pags. 17 e 18. — O trecho do livro de Edrisi, que visitou Lisboa antes de 1147, refere-se às termas da cidade por êstes têrmos: «no centro da cidade ha nascentes de água quente, (Alhama; *h* passou a *f* em português, como é da regra) de inverno como de verão». — Informação do prof. Dr. David Lopes. —

Para se fazer uma aproximada ideia das luxuosas aljamas moiriscas basta citar o que diz o erudito Conde [1] da de Córdova, erguida pelo Emir Hixem, filho de Abd-er-Rahman. Também, parece ter sido a mais esplendida de tôdas; media (se não há exageração) 600 pés de comprido e 250 de largo. As colunas, que eram 1:093, formavam 30 naves contadas na largura, e 90 no comprimento. A *Alquibla*, ou lado do sul, contava 19 portais chapeados de prata lavrada e ouro. Sôbre a cúpula mais alta campeavam 3 esferas douradas, e por cima delas uma granada de ouro. Finalmente, alumiavam a oração dos fieis 2:700 lâmpadas pendentes.

*

No ano 831 andaram os campos de Lissibona muito infamados de bandoleiros, salteadores em quadrilhas, capitaneados pelo chefe rebelde Mohamed Ben Abd-el-Gebir [2].

*

No ano 888, em seguida a várias rebeliões contra o Rei Abdallah, rebeliões cuja narração pode ver-se nos autores espanhóis, insurgiu-se o Vali de Lissibona contra a autoridade legal, e saíu a acometer os leaes Valis de várias cidades do

Estas termas são as antecessoras das nossas *alcaçarias*, no Largo do Terreiro do Trigo. — *Nota de A. V. S.*

[1] *Hist. de la domination;* parte II, cap. XXVIII.

[2] *Conde;* tom. I, pag. 285.

norte. Soube o logo Abdallah, e expediu contra o insurgente o Visir Abu Otman, o qual caminhou sôbre Oksonaba (Faro ou Estoi) e Uelba (Huelva), juntou as fôrças navais disponíveis, e entrou como um raio a barra do Tejo [1].

Conseguiu senhorear-se do chefe dos lisbonenses, cortou-lhe a cabeça e mandou-a para Córdova [2].

*

Eis aí, rápida e cruamente esboçados, alguns fragmentos que nos ficaram da crónica moirisca da cidade ; é pouco, e é muito ainda assim. Por êles vemos em germen que a ocupação dêste ponto geográfico lhe ia acentuando a alta valia, e de ano em ano chamando para a futura princesa do Tejo a sua indispensável realeza.

Espero que nos capítulos seguintes frisará com mais evidência a nascente soberania da belicosa Lissibona.

[1] *Id.* ; parte II, cap. LXI.
[2] *Id.* ; cap. LXII.

CAPÍTULO IV

Motivo principal da importância relativa de Lissibona. — O Gharb. — Compõe-se o Gharb de três distritos: Alfaghar, ou Chenchir, Al-Kassr e Belatha. — Compara-se Lissibona com Chantireyn, Chintra e Al-maaden. — Fortificações da nossa cidade.

Motivo de grande pêso acrescia à povoação moira a sua não vulgar importância; era ela um dos pontos militares mais centrais, mais bem apercebíveis, e mais defensáveis de todo o Gharb, nome que se dava às três províncias, ou distritos, de Alfaghar (ou Chenchir), Al-Kassr e Belatha, de que se composeram os territórios moiriscos para o sul de Leiria [1].

Era Lixbona por ventura a principal cidade da província de Belatha (denominação que talvez venha de *belad*, país, região; ou de *balada*, deserto, baldio [2], donde deriva o nome de Vallada,

[1] Herculano, *Hist. de Port.*; 4.ª ed., tom. I, pag. 322.
[2] Fr. João de Sousa, *Vestigios*; pags. 92 e 97, verb. *Baldio* e *Beledulgerib*.

conservado ainda em grande extensão do Riba-Tejo); região cuja feracidade inexaurível tanto encarece o Arabe antigo, autor da curiosa *Geographi Nubiense* [1].

*

Contavam-se também, no mesmo distrito de Belatha, a cidade de Chantarin ou Chantíreyn (Santarem), o forte castelo de Chintra ou Zintiras (Sintra), e fronteiro a Lixbona o castelo de Almaaden (Almada), isto é, *a mina* [2].

Era Santarém fortíssima posição estratégica, principalmente na tactica antiga; *Præsidium Julium* lhe chamaram por excelência os Romanos; mas o que tinha de mais em defensa natural, tinha-o de menos no tempo dos Moiros em obras de arte [3].

Quem hoje ali desembarca do caminho de ferro, e sobe comodamente num *coupé* a belíssima estrada em zigue-zague, que vai sofismando a íngreme ladeira, nem já suspeita o que tudo aquilo foi na ciência militar dos séculos antigos.

[1] Traduzida em latim por Gabriel Sionite, e impressa em Paris em 1629.

[2] São as célebres minas de oiro da Adiça, pelas quais os mineiros romanos tanto se afadigaram, o que valeu eloqüentes trechos ao velho Plinio, e muitos bocadinhos de oiro aos poetas a respeito do *aurifero Tejo*. O autor da citada *Geographia Nubiense*, traduzida por Gabriel Sionite, diz: *Almaaden, sic dictum ob aurum minerale, quod sævienti mare eo rejicitur.*

[3] Herc.; loc. cit., tom I. pag. 360.

Sintra era um ninho de águia, como lhe chama o abalisado autor do *Monge de Cister:* valia-lhe também mais o empinado das suas penedias de flanco, do que as cortinas ameiadas da sua coroa de muralhas. As nossas elegantes patrícias, que ali vamos encontrar no verão, povoando como pastorinhas de Watteau as deliciosas sombras da Pena, de Seteais e dos Pisões, ou explorando em cavalgadas matinais as magestosas solidões da serra, não imaginam o que significam de terríveis recordações as cortinas derrocadas, e os revelins desamparados, do chamado castelo dos Moiros.

Quanto a Almada [1], cuja fabulosa etimologia de *All made* ou *All is made* se me deparou em Frei Luiz de Sousa [2], que a ouvira a um velho inglês

[1] *Almada* significa «a mina», ou melhor, «logar onde uma cousa se encontra em abundancia».— *Toponymia Arabe de Portugal;* pelo Dr. David Lopes, Paris 1902, págs. 18 e 19. Edriei, que esteve em Lisboa poucos anos antes de 1147, diz dela o seguinte: «Lisboa tem em frente dela, na margem oposta, o forte de Almada, assim chamado porque efectivamente o mar vem lançar na sua praia palhetas de ouro. Durante o inverno os habitantes do sítio vêm junto do forte em pesquisa dêste metal... É um facto que nós próprios presenciamos».— Segundo era tradição, os vestígios de galerias que existiam, ha já bastantes anos, lá para os lados da Trafaria, serviriam para estas explorações auriferas.— *Nota de A. V. S.*

[2] *Hist. de S. Dom.;* parte III, liv. VI, cap. VIII. «A rasão do nome recebemos de um Ingrez muito antigo na idade, catholico, e de bom entendimento natural, que nos afirmou a ouvira, sendo moço, praticar em Inglaterra entre homens velhos, curiosos de antigualhas, e doutos nelas».

seu conhecido, era provàvelmente muito menos expugnável pela ribanceira do Tejo, do que pelo sul; e não vejo que as suas fortificações lhe dessem grande nome, a crermos o que nos diz o mesmo escritor. Segundo êle, não era o castelo de Almada mais antigo que o reinado d'el-Rei D. Fernando, conforme uma inscrição que então se achava sôbre o portal, já gasta do tempo [1].

*

Dentre tôdas estas várias cumieiras, Lisboa, favorecida das suas obras de coberta guerreira, além das disposições do seu terreno, e orlada (ou rodeada) de larga bacia aquosa, que lhe era serventia cómoda e segura, tornara-se já sem dúvida a primaz entre as acanhadas cidadinhas de todo o Gharb, desde que, sem resistência, ela se entregara ao moiro Abd-el-Assiz. A êle provàvelmente é devida alguma parte das obras de fortificação com que se apercebeu a cidade, para a eventualidade de tentames de reconquista.

*

Quere-me parecer o seguinte:

O que julgo romano são os alicerces do *castrum* colocado no alto; as duas alas de muralha que de lá desciam, e em parte descem ainda, até ao mar, ligadas por outra cortina ao rés da praia, são pro-

[1] *Id. ibid.;* pag. 401.

vàvelmente moiriscas. Aqui vão os motivos em em que me fundo.

Diz Vitrúvio que deviam as fortalezas romanas ser traçadas, não em quadrado, mas seguindo uma linha circular, ou aproximadamente circular. Seguem essa linha os alicerces do nosso castelo.

Mas o resto das fortificações antigas apresenta as mesmas proporções e o mesmo desenho dos muros que ainda hoje se vêm em Fez, em Mequinez, e em muitas outras cidades da Berbéria.

Temos de mais a mais a certeza, pelo que escrevem os sábios Beneditinos de S. Mauro, que certamente o viram algures (mas não sei onde), a certeza de que D. Ordonho III, de Leão, ao conquistar Lisboa em 953, a mandou desmantelar, o que mostra bem que as muralhas romanas, se as havia, não existem [1].

Daquêle ano em diante, isto é, do fim do século x, até aos derradeiros anos do século xi, devemos pois supor que são as muralhas moiras reedificadas. Também segue a opinião de que aos Moiros se devessem estas fortificações, um distinto oficial inglês, o Major Sir William Dalrymple, quando observa, num seu livro de viagem à península em 1774, que eram visíveis aqui em Lisboa os conhecimentos militares do Moiro, no que ainda restava das suas fortificações. «Existem — diz Dalrymple — as ruinas de uma estupenda fortaleza, habilmente collocada no viso do

[1] *L'art de vérifier les dates*, mihi, ed. de 1770, pág. 807.

monte, junto de um cotovelo do Tejo, d'onde se estendem muralhas abraçando a cidade [1].»

A Lisboa romana era o castelo fortificado, e em volta dêle uma larga extensão cheia de belíssimos edifícios. Não julgo, porém, que os enquadrasse muralha alguma; inclino-me, como creio ter já dito, a que as obras de defesa fossem tôrres isoladas num largo circuito, conforme a tôrre descoberta por Andrade, e outros indícios levam a pensar.

A Lisboa goda também provàvelmente não teve muralhas. «Do Romano herdara o Gôdo — diz muito bem Mendes Leal — o simples *castro*, ou arraial, que geralmente assentava num cabeço [2].»

A Lissibona moira, já mais importante e desenvolvida, e por isso mais cubiçada em todo aquêle revolto período do domínio sarraceno, é verosimilmente a autora da sua cêrca de muralhas.

*

Que os Moiros destruiram por ignorância, cálculo ou necessidade, muitos monumentos mais ou menos importantes do período romano, está provado. Ao demolir-se em 1782 o então chamado *Arco da Consolação*, defronte do portal principal da Sé, encontrou-se dentro na argamassa uma

[1] *Travels through Spain and Portugal*, London, 1774, in-4.º

[2] *Mon. nac.;* pág. 17.

porção de inscrições romanas, hoje perdidas. Isso é mais um indício de que a muralha fôsse obra de Sarracenos, afeitos a utilisarem nas suas edificações os restos mutilados dos primores arquitetónicos dos seus antecessores. Assim o usaram nas mesquitas de Córdova e Mérida, se a memória me não falha, onde, segundo diz Masdeu algures, muitos dos fustes são visìvelmente romanos; e é fácil verificá-lo em qualquer fotografia grande do citado monumento.

CAPÍTULO V

O cruzado inglês; Fernão Lopes; D. Nicolau de Santa Maria; Frei Nicolau de Oliveira; Luiz Marinho de Azevedo; o Padre Carvalho da Costa e Frei Apolinario da Conceição. — Conduz-se o leitor a uma custosa jornada em volta dos muros da Lissibona moira. — A porta de Alfôfa. — Etimologias.

Agora, até sem licença do Alcaide moiro da velha Aschbouna ou Lissibona, proponho ao leitor uma peregrinação em tôrno das muralhas. É difícil, mas vale a pena, devassar o circuíto montuoso desta póvoa semi-marítima, encastelada ladeira acima, e em cujo âmbito achava refúgio de paz e descanço o Moiro seu habitante; por forma que a êsse arraial, murado mas sempre em alarma, dizem que puzera êle por excelência o nome de refúgio ou couto (*Alfama*, segundo Frei João de Sousa, provém do verbo *hamá*, dar asilo, couto, refúgio).

Empreendamos, pois, devagarinho, o passeio; dêmos a volta aos baluartes da cidadela encravados hoje na casaria apinhada dos nossos bairros orientais. ¡ Oxalá eu consiga reconstruir, em espírito, alguns lanços sequer da cêrca velha, capítulos

truncados de uma obra que foi muito grande! Comecemos.

Verdade seja que havemos de trepar e descer escabrosos alcantís. É um dos contras, ou antes, é uma das vantagens desta região. As ladeiras lisbonenses, que tanto nos incomodam, que tanto gado inutilizam, que tanto oprimem os omnibus e americanos, e que afinal nos trouxeram os elevadores, eram para Luiz Mendes de Vasconcelos, o curioso e erudito autor do livro: *Do sítio de Lisboa* [1], uma das maiores vantagens higiénicas da cidade. O certo é que nas epidemias que por 1857 grassaram aqui, foram muito poupadas as eminências; e já Frei Luiz de Sousa falava nos «ares delgados e salutíferos do bairro de Alfama [2].

*

As muralhas moiras da cidade já constam de um antigo documento do século XII, que duas vezes as menciona; uma preciosíssima carta de certo cruzado inglês, que as viu em 1147. «Na crista do seu monte redondo se erguia a fortaleza — diz êle — de onde, pela direita e pela esquerda, desciam dois braços de muro gradualmente pelo declívio do morro até à orla do Tejo, e ao longo dessa orla outro muro os reunia [3].

[1] Ed. de 1803, pag. 139.

[2] *Hist. de S. Dom.;* parte III, liv. IV, cap. X, pag. 410.

[3] *A septentrione fluminis est civitas Lyxibona, in cacumine montis rotundi; cujus muri gradatim descendentes ad ripam fluminis Tagi solum muro interclusi pertingunt.*

Três séculos depois, nota o grande Fernão Lopes: «A cêrca velha... é des a porta do ferro atá a porta dalfama, e des o chafariz delrey ataa porta de Martim Moniz.» [1]

Um escritor mais moderno, e também minuciosa testemunha ocular, o citadíssimo Frei Nicolau de Oliveira, em dois traços desenha a mesma cêrca, ainda de pé então, no primeiro quartel do século XVII, quando diz que ia «do castello té á porta do ferro, e d'ahi desce té junto á Misericordia, e correndo para o oriente chega ao chafariz d'el-Rei, d'onde torna a subir té á porta d'Alfama, que está defronte da egreja de S. Pedro, d'onde se continua té á porta do Sol, e d'ali té ao Castello, ficando tudo mais que é d'ali té S. Vicente, e da porta do ferro té á porta de Santa Caterina, em arrabalde, e tudo aquillo que toma do pé do Castello té ás portas da Mouraria e de Santo Antão.»

Noutra parte escreve o mesmo autor:

«A cidade antiga, que não era de maior sitio que do Castello, d'onde descia pela porta do Sol té ao chafariz d'el-Rei, e d'ahi corria o muro pela praia té o postigo e torres, que estão defronte da célebre egreja da Misericordia..., e d'aqui subia

E noutro passo do mesmo escrito:

Cingitur autem muro rotundo cacumen montis, dextra lævaque descendentibus muris urbis per declivium usque ad Tagi ripam.

Epístola crucesignati anglici., in *Port. Mon.; Scriptor.;* pag. 396, col. 1.ª.

[1] *Chron. d'el-Rei D. Fernando;* cap. LXXIII.

o muro pela porta do ferro té o Castello, como ainda agora se vê, em a qual cerca ha sete freguezias.» [1]

D. Nicolau de Santa Maria, mais sucinto mas não menos exacto, incluiu a Lisboa primitiva «em o monte mais alto onde está o Castello, com tudo que corre entre as portas do Sol e Ferro até á Ribeira.» [2]

Outro narrador minucioso, Luiz Marinho de Azevedo, compendia ràpidamente o âmbito da Lisboa moira dizendo:

«Foi o sitio antigo d'esta cidade o alto do Castello, e descendo d'elle pela porta da Alfofa até á do Ferro, e d'ella á Misericordia, voltava ao longo do mar, e do chafariz d'el-Rei subia ao arco de S. Pedro, e d'elle até á porta do Sol, e acabava no mesmo Castello, como parece dos antigos muros.» [3]

Carvalho da Costa, o laborioso autor da *Chorografia*, e testemunha também presencial, segue no seu livro o mesmíssimo itinerário desta muralha, que ainda no seu tempo, isto é, nos primeiros anos do século XVIII, se erguia, segundo êle afirma, dizendo:

«Do muro do Castello começava a cidade antiga, que descia do Castello pela porta do Sol, até o chafariz d'el-Rei, e d'ali corria o muro pela praia até o postigo e tôrres que estão defronte

[1] *Livro das Grand. de Lisb.;* trat. IV.
[2] *Chron. dos Con. Regr.,* liv. VIII, cap. I, n.º 18.
[3] *Livro da fundação;* cap. XXVIII.

da egreja da Misericordia; e d'aqui subia o muro pela porta do Ferro até o Castello, como se vê.» [1]

Frei Apollinario da Conceição traz, na sua tão apreciada *Demonstração historica*, estas palavras:

«O primeiro muro da antigua cidade incluia o monte mais alto do Castello, com tudo que corre entre as portas do Sol e a do Ferro até á Ribeira, em que havia três tôrres.» [2]

Finalmente; um investigador moderníssimo, a quem, mais que a ninguém, ficou devendo serviços incalculáveis a crónica lisbonense, o inteligente compilador dos *Elementos para a história do Município de Lisboa*, o Sr. Eduardo Freire de Oliveira, zeloso evocador do passado numa brilhante série de volumes, ainda não apreciados no muitíssimo que valem, tratou, e muito bem, das duas cêrcas [3].

Aí, descrevendo a muralha moira, diz:

«Nascia de junto da porta da Alcáçova, que ficava nos muros desta, e para a parte interna do recinto defendido pela referida cêrca; descia por S. Chrispim à Pedreira da Sé, e d'ahi em linha quebrada à rua das Canastras, até aos terrenos marginaes do Tejo, aproximadamente defronte do sítio em que hoje está a porta trazeira da egreja da Conceição Velha, na rua dos Bacalhoeiros, perto d'onde foi o edifício da Misericordia; corria em dois lanços ao longo dos ditos terrenos, a

[1] *Chorogr.;* tom. III, pag. 340.
[2] *Demonstr.;* pag. 184.
[3] *Elementos;* tom. VIII, nota que começa a pag. 179.

procurar o ponto onde, pouco mais ou menos, se encontra o chafariz d'el-Rei; e, prolongando-se para o norte, chegava em frente do local em que se erigiu a fachada da já demolida egreja parochial de S. Pedro d'Alfama, ao comêço da rua da Adiça; subia pela encosta em que hoje assenta essa rua, ao logar onde se edificou a egreja de S. Braz da Ordem Militar de Malta, egreja vulgarmente chamada de Santa Luzia; e, estendendo-se até ao actual páteo de D. Fradique, ia nessa altura fechar com os muros da Alcáçova, e com êles se encorporava pela parte de fora de outra porta que nêlles houve, e que deitava para o chão da Feira».

*

Depois de teram falado êstes informadores, vou vêr se, com mais minuciosidade ainda, consigo mostrar a leitores de hoje em dia o que vinha a ser o perímetro da Lissibona ismaelita, sem que a nossa Alfama se envergonhe de tal avoenga.

Antes de mais nada:

Seguir no plano da Lisboa actual a linha matemàticamente exacta da muralha de 1140 e tantos é de todo impossível. Chega-se porém a certezas em larga parte do percurso, e noutras a aproximações quási certas.

*

Ao meio da nossa rua de S. Bartolomeu, na esquina da chamada hoje do Milagre de Santo

António, prolongação da Costa do Castelo, e portanto estrada antiga que ligava êste sítio com os arrabaldes do norte, abria a cinta das fortificações a sua primeira porta, denominada da Alfofa e também da Alcáçova.

Diz Frei João de Sousa nos *Vestigios da Lingua arabica em Portugal*, que a palavra *Alfofa* provém do árabe, e significa *ameixieira*. O emendador de Frei João de Sousa, na 2.ª edição do seu trabalhado livro, Frei José de Santo Antonio Moura, crê que vem de *Algoga*, ou *Alhola*, e quer dizer *fresta*, ou postigo na parede. Porta *da ameixieira*, ou *das ameixieiras*, ou porta *da fresta*. Se é questão de escolha, não me sei decidir. Ora pinto aquela encosta sombreada de árvores mais ou menos frutíferas, das hortas e casalinhos moiros, ora a vejo flanqueada de seus bastiões, onde não desdizem as seteiras, ou frestas, ou frinchas guerreiras da cêrca antiga. Decida o pleito quem souber árabe, que não me sinto eu para tais desembargos.

Apenas me permito, muito a mêdo, apresentar, além das versões dos dois citados arabizantes, eu, que o não sou, uma terceira: o nome da porta da Alfofa deduz-se talvez, quanto a mim, da palavra *Alfofar*, ou *Al-hofar*, que (segundo Moura) significa excavações ou covas. Etimologia que tem visos de provável, quando considerarmos que existiam na visinhança dessa porta umas célebres covas, buracas, excavações subterrâneas ou matamoras, de que tratam a *Academia dos humildes*, o *Panorama* de Herculano, e os *Quadros histo-*

ricos de Castilho. Eram ali ao pé; não admira dessem nome a esta entrada da póvoa moira [1].

O sr. Eduardo Freire de Oliveira, tão seguro nas suas apreciações, inclina-se a crêr que êsses falados covões ou galerias subterrâneas, eram «naturalmente resultados de exploração de pedreiras, a que tivessem procedido os Romanos quando levantaram a sua fortaleza, e por ventura os próprios Sarracenos, quando depois a ampliaram».

Estudemo-las.

*

Há-de ser difícil, porque, de escuras e medonhas que eram, criaram lenda. É para notar como no século XVIII fala delas um dos narradores da *Academia dos humildes e ignorantes*; é como se falasse nos templos subterrâneos de Ellorah; percebe-se-lhe no tom da voz todo o respeitoso tremor de quem narra um prodígio de mistérios.

O caso é êste:

Em 1759, quando se publicava o tomo I da *Academia*, existiam defronte da porta de Alfofa umas casas que tinham sido dos Desembargadores Manuel Pinto de Mira e seu filho José Pinto

[1] *Alfofa*, significa «porta que deita para um beco ou travessa», como explica o Dr. David Lopes, a pág. 18 da sua *Toponymia Arabe de Portugal*, Paris, 1902. — *Nota de A. V. S.*

de Mira Falcão [1]. O filho entrou para a Congregação do Oratório, onde acabou *santamente*, diz a citada *Academia*. Por morte dêle, segundo vejo num documento inédito, a casa passou para os Congregados; e quando, depois do terremoto, êles procediam a obras no seu convento do Espírito Santo, no alto das ruas Novas do Almada e do Carmo (depois o palácio Barcelinhos-Ouguela, hoje os grandes Armazéns do Chiado), foi-lhes dado mais terreno aqui, em compensação da outra propriedade, que ficou pertencendo à Inspecção da reedificação de Lisboa.

Tentarei fazer perceber ao estudioso o sítio certo onde ficava o prédio, que nêste momento nos interessa, dos Desembargadores Miras.

No lugar onde cai a rua do Milagre de Santo António na de S. Bartolomeu, era, como disse, a porta da Alfofa, e da porta para baixo, rua do Arco do Mira. Quási em frente à porta abria-se, no que é hoje quarteirão fechado de casas, a estreita rua da Amargura, entre o prédio que pertenceu ao Dr. Xavier da Cunha, pela parte do

[1] Manuel Pinto de Mira foi, em Junho de 1725, nomeado Desembargador dos Agravos. Vejo isso na *Gazeta de Lisboa*, n.º 25, de 21 de Junho de 1725.

Desta família pouco sei. *Manuel Francisco Mira* — 17 de Fevereiro de 1694 — Habilitação na Ordem de Cristo. — Tôrre do Tombo, liv. M, maço 42, n.º 18.—Nos princípios do século XVIII morava o Familiar do Santo Ofício Inácio de Mira, com sua mulher D. Grácia Ferreira da Fonseca, e seu filho António de Mira, também Familiar, na rua de S. Tiago, junto a Santo Eloi.

PLANTA DOS ARREDORES DA PORTA DE ALFOFA
Escala: 1:2500

A porta ficava situada no começo,
do lado esquerdo, do Bêco da Amargura,
no alto da Rua do Arco do Mira

A planta a traço cheio é a da actual cidade (1934).
A planta a traço pontuado é a da cidade anterior ao terremoto de 1755.

norte, com seu jardim alto, murado, e o outro mais baixo, pertencente ao Sr. Conselheiro J. J. Ferreira Lobo, filho e herdeiro do Sr. Desembargador Visconde de S. Bartolomeu, à esquina, pela parte do sul. A rua da Amargura ia desembocar no largosinho chamado Adro da igreja de S. Bartolomeu. Esta vetusta igreja ogival ficava defronte das actuais ruínas do convento dos Loios, retraida no fundo de uma mesquinha praça, que desapareceu, e de que parece talvez dever ser resto um páteo que dá para o largo dos Loios. A rua da Amargura seguia ainda, e, depois de formar um recanto, mudava-se em rua do Seminário (por causa do Seminário de Santa Catarina que ali existiu). Finalmente; a rua do Arco do Mira e o largo dos Loios comunicavam-se por uma serventia denominada rua de Jerusalem.

Perdõe-me o leitor o enfadonho de tal explicação; certamente a planta junta conseguirá pintar-lhe no espírito êste fragmento de topografia urbana.

Bastam por agora êstes pormenores.

Ora a casa dos Miras ficava justamente na ilha confinada entre a rua do Arco, a da Amargura, o adro da igreja, e a rua de Jerusalém.

O quintal dava para a banda do Seminário; era todo sombrio de parreiras; e no tôpo havia uma estrebaria, onde se abria uma cisterna, boqueirão que parecia sem fundo, e que muito deu que pensar aos antiquários em mais de uma ocasião.

¿E não merecia a sua fama lúgubre? Merecia de certo, conforme os informadores da *Academia*

dos humildes, no trecho que o *Panorama* transcreveu [1].

Chegava-se ao bocal, gritava-se, e o eco prolongava as vozes de modo fantástico e medonho, repetindo as um sem número de vezes, e denunciando assim a vastidão da cafurna.

Mais: Lá no fundo sentia-se um espadanar de águas, que nunca puderam ser esgotadas pelas bombas. A fantasia a trabalhar povoava de maravilhas o recinto.

Mais ainda: Caíu lá dentro uma vez um rapaz. Desceu ao Averno um búsio, e voltou horrorizado. Um Padre inquilino do prédio afoitou-se; quís descer também amarrado pela cintura, e com um archote na mão; mas o descomunal da abóbada tolheu-o de susto, e êle saíu desfalecido.

O prumo dava a perceber escadarias, e a imaginação do vulgo tinha aquêle reconcavo colossal por templo de gentilismo antigo, e até por mesquita de maldições, cuja entrada viesse a ter sido na próxima calçada de S. Crispim.

A tôdas estas narrações de um pitoresco sombrio, que toca as raias do impossivel, é preciso dar grandes descontos; mas a existência de um vasto subterrâneo alí parece certíssima.

Ha na curiosa auto-biografia de Vieira Lusitâno, adorável livrinho que, a poder de lêr, sei quasi de cór, uma frase que julgo reportar-se à existência desta caverna. Pronto a todos os sacri-

[1] N.º de 14 de Abril de 1838.

fícios pela dona dos seus pensamentos, diz-lhe o leal amante:

> .... Se quizeres que eu desça
> por algum poço aos infernos,
> verei se de São Patricio
> acho ainda o poço aberto.

Bem podia êle entender por aquêle *poço de S. Patrício* êste, cujo bocal se abria no quintal dos Miras, próximo do Seminário de Santa Catarina, mas também próximo do antigo convento de S. Patrício, junto ao qual se dizia ser a tal entrada da cafurna sôbre a calçada de S. Crispim. Sei que a lenda do grande Santo irlandês, segundo nol-a refere o *Flos Sanctorum*, resa de uma gruta em certo ilheo do lago de Dearg, na Ultónia ou Ulidia (uma das quatro divisões territoriais da Irlanda), gruta denominada *Purgatorio de S. Patricio*, por custumar ir para ali ermar o insigne varão. Mandou-a entulhar, em 1497, o Santo Padre, para evitar abusos e superstições. Mas creio que a essa caverna se não chamava *poço de S. Patricio*, nome que de todo quadra ao subterrâneo de S. Bartolomeu.

Inclino-me pois a vêr na frase de Francisco Vieira mais uma prova de quanto andavam nos comentários públicos as mencionadas covas legendárias.

Bem certo é que o conhecimento delas chegou aos nossos dias.

«Não há ainda muito — diz Castilho nos seus *Quadros históricos*, por 1838 — que uma profusão

de ecos ruidosos respondiam daquêles ocultos caminhos aos brados que de cima lhes atiravam; donde a imaginação do vulgo logo fingiu e pregoou maravilhosos templos soterrados, de infinita fábrica, e florestas de colunas e arcarias. Cisternas mais recentemente abertas cortaram com suas paredes aquelas veredas militares, e com os ecos ajudadores de fantasias emudeceu e se finou a a lenda».

E depois acrescenta numa nota:

«Nós fomos falar ao bocal desta mesma cisterna, e nenhuma voz nos respondeu. Um amigo nosso que, levado de igual curiosidade, havia feito alguma coisa mais, e mandado descer exploradores, averiguou ser tôda a fama do templo uma pura fábula».

*

Em 17 de Fevereire de 1907 houve novas pesquisas; entraram nessa exploração os Srs. Conde de Mangualde, Fernando, Alfredo Quadrio, Eduardo Ferreira Pinto Basto, John Fletcher e Conde de Seisal; a êstes se reuniram mais Mr. Horner, Professor de Esperanto, Júlio Carlos Mardel de Arriaga, D. Caetano de Bragança (Lafões), Manuel de Sampayo e alguns outros. Pela boca da cisterna fizeram descer uma escada de mão; o eco repetia os sons quinze ou dezasseis vezes. A sondagem deu uma profundidade de 5^{m},80. As narrações fantásticas, porém, não se repetiram.

*

Descrição da celebrada porta de Alfofa, que foi causa de tôda esta enfadonha dissertação sôbre as misteriosas covas, não a conheço. Apenas sei o que me diz o grave autor da *Demonstração historica*, na página 187; um bem ornado nicho por sôbre a verga, e nêle uma linda Imagem de Santo António de Lisboa. Á esquerda da porta um interessante azulejo representando o mesmo Taumaturgo no acto de livrar da fôrca seu próprio pai. O pintor, pouco sabido talvez em minúcias históricas, figurava o nobre condenado entre oficiais de Justiça e padres Jesuítas, quando naquele tempo os não havia ainda.

CAPÍTULO VI

A porta do Ferro. — A porta do Mar. — A porta de Alfama. — A porta do Sol. — A porta de D. Fradique. — A porta da Traição. — Por onde seguia e segue ainda hoje a muralha. — Respeito áquelas paredes venerandas.

Depois da porta da Alfofa descia sempre a muralha, formando uma curva larga ao longo da empinada calçada de S. Crispim; cortava a actual rua Nova de S. Mamede e a das Pedras Negras, e ia passar no largo actual de Santo António da Sé, por trás da nossa Madalena, que ficava de fora.

Nêsse largo abria-se uma porta, chamada desde o tempo dos Moiros porta do Ferro, ou de ferro; e até aos fins do século XVIII (1782), em que se demoliu, arco da Consolação, se bem não fôsse já então a mesma antiga porta, visto como el-Rei D. Manuel I a mandara alargar [1].

Julgavam todos que a denominação do Ferro provinha de ser esta porta muito chapeada; o

[1] Cartório da C. M. de Lisboa; liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 80.

Sr. Freire de Oliveira, com rara sagacidade, pondera, e muito bem, que tão guarnecida de ferro havia de ser esta como as outras portas, e que de certo lhe proviria o nome de ser aí serventia para as Ferrarias, em que o ferro era trabalhado para mil empregos úteis.

Ninguem deixa de saber que, desde as mais remotas idades, representou o ferro um papel primacial na civilização. Seria interminável referir quanto a indústria do ferro, talvez mais que nenhuma outra, favoreceu o progresso e abriu caminho aos empreendimentos industriais e comerciais. A guerra, a paz, devem tudo ao ferro; e por isso os governos deram sempre desusada protecção aos ferreiros e às ferrarias.

A Estatística manuscrita da Biblioteca Nacional (1552) menciona a rua das Ferrarias; Christovam Rodrigues de Oliveira refere-se à Ferraria velha, na freguesia de S. Bartolomeu, e na da Madalena; a Ferraria pequena, ou simplesmente a Ferraria, era sítio que o mesmo autor enumera na freguesia de S. Julião, e que assim se chamava ainda nos dias de João Baptista de Castro; indicações vagas, sim, mas que nos dão a referida porta no caminho das importantes oficinas *do ferro*, e que, com tôda a verosimilhança, a distinguiram por isso. Adopto esta versão do Sr. Freire de Oliveira, que vem destruir a outra tirada do revestimento *de ferro*.

O título da Consolação provinha de uma ermidinha, ou oratório, edificado sôbre a vêrga da portada, e onde (como a seu tempo averigua-

remos) era uso piedoso dizer-se Missa na passagem do préstito lúgubre dos enforcados, desde o Limoeiro, por forma que o padecente assistisse ali pela última vez à Elevação da Sagrada Hóstia.

Era tradição, mas sem autenticidade, que eu saiba, conservada no *Sanctuario Marianno*, que a Imagem de Nossa Senhora da Consolação viera de França em companhia de Nossa Senhora-a-grande, ou nossa Senhora de Bettencourt, que ainda está na Sé; trouxera-as, em tempo d'el-Rei D. Manuel, Martim Afonso de Sousa. A Virgem da Consolação foi colocada primeiro noutro sítio, e depois trasladada para o alto da porta do Ferro, por devoção de uma senhora que lhe legou renda para as missas dos enforcados [1].

Êsse pequenino poiso que dominava a porta era considerado *ermida não curada*, na *Estatística* manuscrita de 1552.

Nêsse ponto formava a muralha um pequeno ângulo para o nascente, tinha aí talvez sua tôrre de defensa, quebrava outra vez para o sul, e ia morrer na praia, erguendo na esquina outra tôrre. Vinha esta a ficar defronte do que é hoje a porta trazeira das sacristias da Conceição Velha, segundo depreendo do que dizem Nicolau de Oliveira e Carvalho da Costa [2].

[1] É admirável a descrição conjectural que desta porta célebre nos deixou Herculano no *Monge de Cister*, cap. XIX.

[2] Diz Frei Nicolau: *té o postigo e torres, que estão defronte da célebre egreja da Misericordia*. Repete o Padre Carvalho: *até o postigo e torres, que estão defronte da egreja da Misericordia.*

Aí abria-se uma porta chamada *porta do Mar antiga*, e também *postigo da rua das Canastras*; por ficar no fim dela, explica Frei Apollinario [1]. A essa porta chamavam modernamente *Arco Escuro*.

*

Seguia-se à beira-Tejo outra porta que, para se distinguir da antecedente, o povo apelidava *porta do mar a San João* (S. João da Praça), ou *Arco de Jesus*, por causa de um painel de assunto sacro que se via por cima, e que há muitos anos deixou de lá estar (eu por mim nunca o vi); representava Jesus Menino [2].

Explica o citado Frei Apollinario, que do dito arco subia a travessa de Jesus até ao adro da paroquial de S. João da Praça, «com um bom oratório, que toma por cima o vão da rua, e por baixo fica como porta por onde se serve». Nêsse oratório venerava-se um quadro de Santo António [3].

Neste mesmo sítio da porta do Mar existia, no século XVI, uma estalagem chamada da Nogueira, e tinha em 1594 dôze anos, pelo menos, de exis-

[1] *Dem. hist.;* pag. 184.

[2] Observo ao pesquisador que é preciso não confundir êste *arco de Jesus* com outro de igual nome, junto a S. Nicolau; vejo êste último num anúncio da *Gazeta de Lisboa*, n.° 7, de 15 de Fevereiro de 1746.

[3] *Dem. hist.;* pag. 185.

tência; era freqüentada por gente de tôda a ordem [1].

*

Logo a diante do arco de Jesus abria-se outra porta, chamada postigo do Conde de Linhares, e que era apenas a portada principal do palácio dêste titular, a qual, por uma passagem coberta, comunicava com o dito largo de S. João da Praça.

Põe-me esta notícia em grande confusão. Pegado com o arco de Jesus há com efeito um palácio com o brazão dos Mascarenhas pregado na esquina; mas os Condes de Linhares (antigos) eram Noronhas e não Mascarenhas; e as minhas poucas noções genealógicas não me explicam como foi que uma propriedade dos Noronhas passou aos Mascarenhas, Condes de Coculim e Marquêses de Fronteira. Entrego a resolução dêste problema a alguem mais sabedor do que eu.

*

Seguia-se a porta do chafariz de el-Rei; dizia um artigo do *Panorama* em 1838: «Conserva-se unida à parede dêste chafariz, com o nome de beco das Moscas.»

*

Pelo sítio, pouco mais ou menos, onde acaba a muralha historiada do chafariz de el-Rei (¿e

[1] Comunicação do meu bom amigo Anselmo Braamcamp Freire, tirada de uns processos da Inquisição.

quem sabe se já antes da construção por el-Rei D. Deniz não haveria na praia uma fonte pública?), a muralha da cidade torcia para o norte, e subia até ao sítio onde se levantou a igreja paroquial de S. Pedro. A frontaria dessa igreja era voltada ao poente; a porta principal, hoje encravada no prédio n.os 2 a 4 da rua da Adiça, era no tempo de Moreira (1838), e no de Velloso de Andrade (1851) a loja n.º 113 [1].

Hoje, Fevereiro de 1915, é 2 o número da transformada porta do demolido templo [2].

Na muralha de que falei há pouco, que subia desde o chafariz d'el-Rei, abria-se outra serventia da cidade e bem interessante; era a chamada porta de Alfama, e também de S. Pedro, depois da edificação da igreja dêsse Orago.

Necessário é dizer que a data da instituição desta paróquia, e da edificação da sua matriz, é incerta: ou foi em 1191 reinando o senhor D. Afonso II, ou em 1344 reinando o senhor D. Afonso IV [3]. Em todo o caso, certamente só

[1] Era a numeração municipal do tempo de A. J. Moreira, que assim a escreveu no seu artigo do *Panorama*, tom. II, pág. 338; e também em 1851, pois José Sergio Velloso de Andrade a cita na pág. 112 da sua apreciabilíssima *Memoria sobre os chafarizes*.

[2] É actualmente uma loja no pequeno largo que existe no começo inferior da Calçada de S. João da Praça, denominação moderna da antiga Rua da Adiça. — *Nota de A. V. S.*

[3] Veja-se o que diz o Padre João B. de Castro — *Mappa*, tom. III, pág. 235.

depois de erguida a igreja, defronte de cuja serventia principal se abria a porta de que trato agora, o seu antigo nome de porta de Alfama se trocou em porta de S. Pedro. Há nos documentos municipais vestígio claro da primitiva denominação, por vários alvarás de aforamentos no sítio.

Julgavam os antigos, não sei bem com que fundamento, que por esta abertura da cêrca moira tinham entrado os cristãos vencedores em 1147; e diz Coelho Gasco que por lembrança dêsse facto: «se conservava junto á dita porta um antiquíssimo quadro, e que a sua invocação antiga seria de Nossa Senhora da Victoria». Êste quadro, por estar já estragado, foi substituido por outro maior. Ainda no tempo de Frei Apolinário se conservava com a invocação de Nossa Senhora da Graça [1].

Esta porta, já secularizada e inútil em 1775, tinha então a denominação de arco de S. Pedro [2].

*

Ao longo da actual rua da Adiça [3] continuava a muralha a trepar fadigosamente até às portas do Sol, onde veiu a erguer-se, encostada à muralha que lá se vê ainda a descoberto e bem con-

[1] *Dem. hist.*, págs. 186 e 187.

[2] Moreira de Mendonça — *Hist. dos terrem.* pág. 125.

[3] Actualmente (1934) Calçada de S. João da Praça. — *Nota de A. V. S.*

servada, a igreja de S. Brás da Ordem de Malta, chamada vulgarmente de Santa Luzia.

Isso aí deviam ser ainda no século XII sítios selváticos e de grande aspereza; as imediações para a banda donde é o convento do Salvador, nada longe, eram altas matas e bronca penedia. O desigual do terreno ainda o indica. Chamavam ao sítio Alfungera [1], que, segundo Sousa [2], é diminuitivo de *hajaron*, pedra, e certamente alusão à natureza geológica daquelas quebradas. No século XVIII encontrava-se essa denominação quási intacta no nome de *Alfungeira*, que era um sítio da paróquia de S. Vicente [3], continuado, como creio, na de Santo Estevão [4].

Há mais: a próxima igreja de S. Tomé, hoje demolida, chamou-se S. Tomé *do penedo* [5].

Àcêrca da porta do Sol assim se expressa Frei Apollinario [6]:

«É esta a que fica mystica á egreja de S. Braz da Ordem de Malta, que lhe fica para a banda do mar; e da mesma banda se reconhece uma boa parte do muro pela ladeira que vai dar á

[1] Tradição conservada no século XVII por Soror Maria do Baptista no seu livro *Fundação do Mosteiro do Salvador*, fl. 3 v.

[2] *Vestigios da Lingua arabica.*

[3] Carv. da Costa — *Chorogr.*, tom. III, pág. 365.

[4] Id. *ibid.*, pág. 384. Não me atreverei a afirmar, mas é bem possível que o beco da *Alfurja* seja ainda hoje o antigo nome *Alfugera* ou *Alfúgera* adulterado pelo povo.

[5] Id. *ibid.*, pág. 353.

[6] *Dem. hist.*, pág. 187.

Adissa. Ha sobre esta porta um pequeno quadro de Nossa Senhora da Graça, muito perfeito, e attendido dos devotos que o alumião; e da parte exterior as Armas Reaes, as do Senado, e o elogio da Conceição da Mãy de Deos, que ao deante se dirá, tudo esculpido em pedras, sobre a dita.»

Da porta do Sol ainda em 1618 se avistava o mosteiro do Salvador, como se depreende duma frase passageira da já citada Soror Maria do Baptista [1].

*

No largo das portas do Sol há dois palácios: o da esquina para o Largo de Santa Luzia pertenceu aos Viscondes de Azurara; o outro, maior, colocado junto ao canto, é hoje do Sr. Visconde do Castelo-Novo [2]. Há vinte e tantos anos aí morava, e deu muito concorridas reuniões, a senhora D. Maria Rosa de Melo.

Em 1811 pertencia êste palácio à senhora D. Mariana da Arrábida (sem mais apelido, por isso não posso identificá-la), que aí não habitava, e o alugava para o colégio de um tal Luiz Maigre Restier, provàvelmente súbdito francês [3].

[1] *Livro da Fundação;* fl. 136 v.

[2] O primeiro pertence actualmente (1934) a José da Cunha Sousa e família; tem o n.º 7 para o Largo das Portas do Sol; o segundo é actualmente do Dr. Alexandrino dos Santos, inspector dos hospitais, e fica situado na Rua Infante D. Henrique, onde a porta principal tem o n.º 90 de polícia. — *Nota de A. V. S.*

[3] *Gazeta de Lisboa*, de 18 de Junho de 1811.

Êste colégio esteve primeiro em Xabregas; depois mudou-se para as portas da Cruz; e no fim de Junho de 1871 estava no palácio das portas do Sol.

*

Das portas do Sol arrancava a cêrca o seu último estádio, até ao sítio do actual páteo de D. Fradique (nome relativamente moderno).

Entre o resto da muralha moira que se vê às portas do Sol, e a porta de D. Fradique, há outro fragmento de muralha e uma tôrre, atraz dos palácios que há pouco mencionei, na ilha de casas contida entre êles e a próxima rua por traz de S. Tiago. Êsse lanço de muralha e essa tôrre não se vêem da rua, mas avistam-se perfeitamente do canto da chamada Praça Nova, dentro no Castelo, junto às trazeiras da paroquial de Santa Cruz.

O mencionado derradeiro estádio da muralha moira vai pegar na cêrca do Castelo pròpriamente dito, Castelo a que tão claro se referia o cruzado inglês, como lá vimos em cima, dizendo: «Na crista do seu monte redondo se ergue a fortaleza»; e logo depois: «Cinge-se de seu muro redondo o viso do monte».

Êsse recinto superior, essa acrópole, tinha ainda várias portas. Uma ficava sôbre a rua, ou largo a que chamam Chão da Feira. Diz Frei Apollinario [1]:

[1] *Dem. hist.;* págs. 188 e 189.

«Esta, segundo parece, é a que existe tapada de pedra e cal, e nella um cano para expedição das aguas do Hospital dos soldados... Deu-se-lhe depois o titulo de *Dom Fradique*, de cuja propriedade fica muito perto.»

*

Agora uma leve digressão antes de prosseguirmos.

Quem era êsse D. Fradique (Frederico) que deu nome ao sítio, é ponto duvidoso. Depois de longas pesquisas, inclino-me a admitir D. Fradique Manuel, mencionado no tomo XI da *Historia Genealogica da Casa Real*, e filho de D. Nuno Manuel e de D. Leonor de Milá. Era em 1518 Moço Fidalgo d'el-Rei D. Manuel. O certo é que já próximo ao meio do século XVI tem êste palácio (hoje da Casa de Belmonte) o titulo *de D. Fradique*.

Pertenceu a uma estirpe de Figueiredos, Morgados de Otta. Vejamos:

Pedro de Figueiredo de Alarcão, 6.º senhor do dito morgado, casou com D. Francisca Ignez de Lancastre e Noronha. Tiveram por filha herdeira:

D. Madalena Luisa de Lancastre, dama do Paço, 8.ª senhora do vinculo, falecida a 20 de Março de 1771, tendo casado com D. Vasco da Câmara, 6.º filho do 2.º Conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo Tello da Câmara, Alcaide-mór de Belmonte.

Foi portanto por essa senhora D. Madalena que entrou na Casa de Belmonte o palácio do páteo de D. Fradique [1].

Concluirei dizendo que o colégio acima referido, de Luiz Maigre Restier, se achava em 1818 nêste palácio [2].

*

Na extremidade ocidental do Chão da Feira, em contraposição à porta de D. Fradique, abre-se a que se denomina de S. Jorge.

«É — diz a *Demonstração historica* — a porta por onde se entra para o Castello, na qual reside o corpo da guarda d'elle, tendo da parte do oriente a cadeia dos militares, que n'outros tempos seria a geral, porque nos castellos era onde commummente existiam. Tem por cima, pela parte interior, um pequeno quadro, mas de antiquissimo pincel, do glorioso S. Jorge, Padroeiro do Castello e do Reino de Portugal.»

Tudo mudou; nem a guarda, nem a cadeia, nem o quadro.

*

No resto do muro da cidadela ou alcáçova ainda outras duas portas se escancaravam sôbre o que é hoje, e não era exactamente como agora, precipício abrupto de ribanceiras verdejantes de

[1] Apontamentos colhidos no riquíssimo cartório do meu excelente amigo Anselmo Braameamp Freire.

[2] *Gazeta de Lisboa*, n.º 230, de 29 de Setembro de 1818.

canavial, milho e desbastado arvoredo para o lado de Almafala (a Graça). Essas duas portas eram: a do Moniz, sobranceira à povoação desaparecida de Vila Quente, e a da Traição.

*

A porta do Moniz está ligada desde séculos à interessante lenda ou história do valente Martim Moniz, entalado entre os batentes, no cêrco de 1147. Para algumas pessoas foi êsse caso *pulverizado* por Herculano; para outros estudiosos não houve tal pulverização.

«Fica esta porta — explica a *Demonstração historica* — adiante da parochial egreja de Santa Cruz do Castello, no fim da rua direita da sua porta principal [1].»

Essa descrição só os antigos planos anteriores ao terremoto a podem fazer entender. O arrazamento de várias ruas, em cujo lugar se abriu a *Praça Nova*, acabaram com a rua direita.

*

A porta *da Traição*, finalmente, é passada a do Moniz, mas não a conheço. Parece havia nos castelos antigos uma serventia com aquêle nome, destinada a alguma fuga precipitada e inevitável.

[1] Pág. 189.

«A porta secreta, a que chamamos da traição»..., diz Damião de Góis de uma saída escusa na muralha de Arzila [1].

*

Eis todo o pouco que sei. Além destas portas, outras vieram a abrir-se, com o volver dos anos, na mesma cêrca moira; essas são cristãs.

Recapitulemos.

As portas moiras são oito. De três, a da Alfofa, a do Ferro e a do Mar, dá testemunho autêntico o citado Osberno [2]. A da Alfofa não existe; não existe a do Ferro; existe apenas a do Mar. As portas das cidades antigas anteriores ao século XII ou XI, diz o competentíssimo Viollet-le-Duc, eram apenas postigos «com a dimensão necessária para a passagem de um carro, isto é, com três metros escassos de abertura, por três ou quatro de altura sob a chave da abóbada. Então não se tratava — continua o mesmo autor — de abrir serventias largas ao comércio e aos transeuntes; tratava-se, pelo contrário, de tornar as saídas o mais estreitas possível, para evitar as surprêsas e alcançar seguro resguardo. Tôrres muito salientes protegiam a de mais essas portas» [3].

[1] *Chronica do Principe D. João*, cap. XXV.

[2] *Mauri.... contra nos tres portas habentes, duæ in latere, et unam contra mare.* — Êsse *contra nos* refere-se ao arrabalde do poente, e à praia por onde estanciavam os Ingleses cercadores.

[3] *Dictionnaire raisonné de l'architecture.*

Eis aí descrita, como que de vista, a figura, a situação e quási as dimensões da porta do Mar.

*

Da porta depois denominada de S. Pedro, dá testemunho a sua tôrre, e a tradição ainda viva.

Da do Sol dá testemunho o seu nome, conservado no largo das Portas do Sol, e a tradição.

Da de D. Fradique dá testemunho ela própria, que lá está entulhada e recoberta de revestimento de cal e areia; pelo delido da argamassa era visível em 1838; em 1883 parecia outra vez aparente, mas algumas pessoas não viam aí senão um casual despegamento do rebôco.

A do Moniz lá se abre ainda, e é a única de tôdas que se conserva no exercício das suas funções, com batentes, coiceiras, tranca e fechadura, se bem me pareça reconstrução do século XIV.

A da Traição, finalmente, ficava no seguimento do muro, mas não posso marcar onde. Corri com atenção a linha das fortificações, sôbre o antigo adarbe, desde a porta do Moniz até ao quartel de caçadores 5, sem informador que me guiasse, e pedindo a solução do meu problema a tôdas as rugas das cantarias; achei vestígio de três antigas aberturas, hoje tapadas a preceito; a primeira na praça chamada Nova, onde é a porta do Moniz; fica no canto, aos pés de uma tôrre, que decerto lhe servia de defensa. De dentro percebe-se-lhe

bem o feitio, e a curva, que é inteira; de fora, como o entulho subiu de nível, apenas se lobriga o arco superior. A segunda suposta porta é um estreito postigo em paralelogramo, entre o 4.º e 5.º bastião. A terceira emfim é ogival, e fica entre o 1.º e 2.º bastião, a contar do quartel do 5.

Qual destas três aberturas, cuidadosamente fechadas desde muito tempo, segundo se vê, é a porta da Traição, que no tempo de João Baptista de Castro tinha ainda caminho para a Costa do Castelo, não sei dizer; apenas sei que devia ser uma delas [1].

*

Além disso, extensos lanços da muralha se encontram ainda vivos ao longo do itinerário que tracei. Nem todos serão primitivos; não se enganem os antiquários. Tenho provas de que aluíram fragmentos desta importante defensa; tenho-as também de que alguns dos nossos primeiros Soberanos demoliram e reedificaram outros fragmentos, e até alargaram os postigos velhos; sem falar por agora em el-Rei D. Fernando, autor da

[1] Antes de o autor haver feito a revisão deste seu trabalho para a 2.ª edição já tinha sido publicada (em 1898) uma monografia historico-descritiva d'*O Castello de S. Jorge,* a qual lhe poderia ter servido para rectificar as suas conjecturas, ou desfazer algumas das suas dúvidas. — *Nota de A. V. S.*

cêrca de 1375. Em todo o caso, ainda quando o que aí vemos não passe de consertos ou reedificações, seguiu certamente o primeiro traçado, e serve de valioso documento arqueológico.

É fácil a qualquer o observar de passagem como tais restos do paredão vão seguindo em linha recta ao longo da rua actual dos Bacalhoeiros, que antigamente era o areal do Tejo. Percebe-se muito bem a largura do muro, que vai cortando ao meio o interior de quási tôdas aquelas lojas. Percebe-se a grossura dos arcos ou portas, que no muro vieram a rasgar-se, como no lugar próprio veremos. Percebia-se, ainda em 1880 e tantos, no Campo das Cebolas, à Ribeira Velha, um pouco ao nascente da Casa dos Bicos, um cunhal em fórma de talha-mar, e que de-certo foi tôrre; veiu a pertencer a um palácio dos antepassados dos Marqueses de Bellas; como ainda atestavam as armas dos Corrêas, Senhores de Bellas; tôda essa pitoresca preciosidade foi demolida pelos vandalos municipais por 1886 ou 87. Percebe-se, junto à Porta do Mar, que o ressaído dos palácios contíguos (um dos quais, o da esquina, pertenceu aos Condes de Coculim, e por último aos Marqueses de Fronteira, assenta sôbre um embasamento de castelo feudal) está revelando o plano de um ou mais bastiões de defensa. Percebe-se, junto ao chafariz de el-Rei, o vulto, disfarçado em casas, dos restos da tôrre daquela esquina, tôrre que é indubitável existia e era alta, segundo se colige de palavras de alguns autores, entre outros o Padre D. Thomaz Cae-

tano de Bem na sua supracitada *Carta* a um amigo [1].

Percebe-se ao longo da *Judiaria* a passagem da muralha. Vê-se defronte do sítio da igreja velha de S. Pedro, a tôrre e um lanço de muro coroado hoje de um jardimzinho de manjaricões e cravos; vê-se claramente a edificação a subir pelo dorso da rua da Adiça até ás Portas do Sol. O recinto do Castelo, emfim, praça de guerra tornada inútil, lá está a dizer: Se não valho agora, pobre veterano que sou, valí outrora e puguei pela vossa independência; se a minha lóriga está rôta e o meu elmo abolado, respeitai-me, ingratos netos dos heróis de algum dia; não me cuspais na face, que sou velho; não me afronteis, que sou pobre.

*

¿ Quem há pois que, ao passar nos raros sítios onde reconheça algum resto da primitiva cêrca

[1] Diz êle: *Um padrão* (romano) *que* (o Padre D. Manuel Caetano de Sousa, numas suas Memórias manuscritas para a história do Bispado de Lisboa) *diz que no seu tempo estava no chafariz d'el-Rei, levantado no chão trinta palmos no meio da tôrre.* Ora aquela frase *no seu tempo* mostra-nos que Bem só se referia ao testemunho de Sousa, que falecera em 1734; não poude confirmar de vista que o padrão lá existisse; mas a frase *no meio da tôrre,* sem mais nada, prova que a tôrre existia ainda; e os *30 palmos,* e o *meio,* também provam grande altura.

O outro autor é Luiz Marinho de Azevedo que, no seu *Livro da Fundação,* ao mencionar o sítio de várias inscrições romanas, se refere claramente à tal tôrre do chafariz de el-Rei, isto no primeiro quartel, talvez, do seculo XVII.

de muralhas tão anteriores à Monarquia, não sinta elevar-se-lhe o espírito na meditação das façanhas presenceadas por aquelas pedras?!

¡Mas quantas pessoas haverá que, ao avistarem de longe os trágicos torreões da cidadela moira, ao pararem nalguma esquina de S. Rafael, da Adiça ou das Portas do Sol, nem sequer suspeitam que testemunhas, e de quê, são aquelas cantarias amareladas, onde séculos e séculos têm carcomido as rugas históricas que os poetas sabem ler!...

A maior parte dos lisboetas não imagina o que ali está; pelo contrário; tomam êsses cunhais denegridos como grosseiros empachos no meio da pobre garridice caiada da sua cidade moderna, e lamentam que lhes não chegasse um camartelo redentor ou a rasoira reformista de um bom terremoto.

Um dos autores que mais e melhor escreveram de Lisboa, um verdadeiro filho desta admirável terra, o velho Marinho de Azevedo, lamenta o vandalismo que já então arruinava a cêrca velha das muralhas, e afirma que nelas desfizera muito mais *a industria e trabalho humano, que a injuria do tempo* [1].

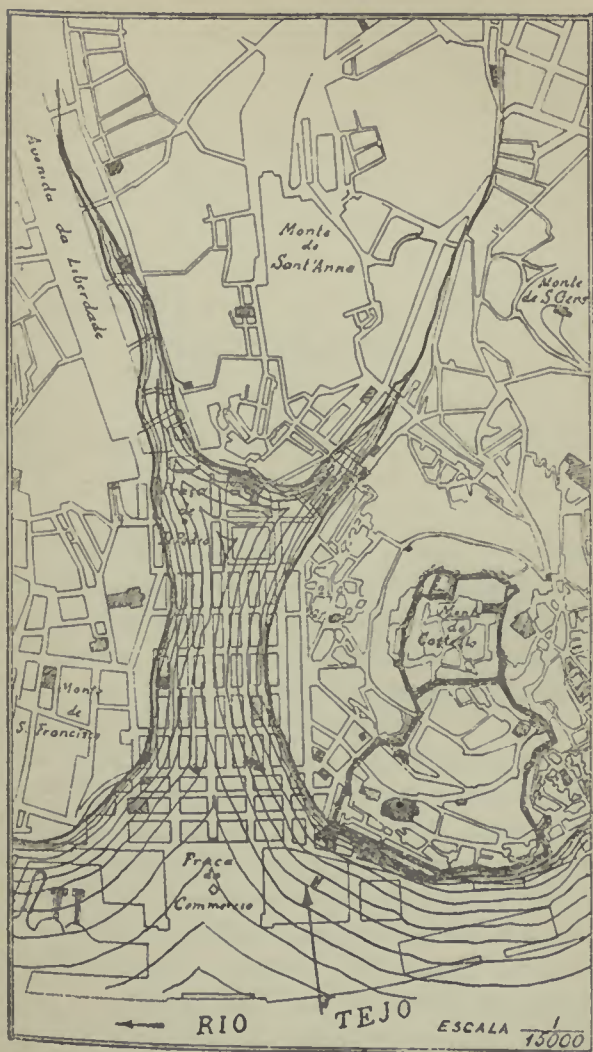
Depois, as próprias portas antigas se tornaram inúteis; mudaram-se em *arcos*. Essa passagem da *porta* medieva para *arco* foi a sua secularização, por assim dizer o seu apaisanamento. Elas aí estão boquiabertas, três ou quatro, pasmadas

[1] *Livro da fundação* — Liv. I, cap. XXIX, 1.ª ed., pág. 85.

do seu aprumo guerreiro entre os usos pacíficos e urbanos, mas contando ainda a quem as sabe e quer ouvir admiráveis trechos truncados das crónicas.

*

Pois bem: ¡oxalá que, depois de ler esta narrativa singela, mas quanto possível verídica, estas páginas que só tendem, quando muito, a vulgarizar notícias de velharias significativas, depois de correr os olhos por estas escavações literárias da História e da Lenda, todo o português que mereça tal nome encare com mais respeito aqueles fragmentos.

Para os Romanos eram, segundo diz Varrão, sagrados os muros das cidades. Sejam-no também para nós outros aquelas pasmadas relíquias de outras eras mortas, aquêles bastiões carcomidos de mugre, irmãos de armas dos nossos antigos heróis.

Planta que mostra o local, exacto ou aproximado de alguns edifícios, ou monumentos de Lisboa anteriores à conquista cristã no ano de 1147, o traçado das muralhas moiriscas, e a situação aproximada do esteiro do Tejo que penetrava por onde é agora a Cidade Baixa, e que desapareceu por completo até aos fins do século XIII

CAPÍTULO VII

Aglomeração de povo em Lissibona. — Computações estatísticas.

Não era desmedidamente grande o espaço abrangido pela curva tortuosa e irregular que desenhei das muralhas agarenas, ainda hoje de pé em poucas partes, mau grado aos demolidores idiotas, para quem servir o progresso consiste apenas em deshonrar o passado.

Não era grande; porém a avaliarmos pelo cerrado do labirinto de ruas e vielas, postas a cavaleiro umas das outras até lá acima, acomodava, como em prateleiras, bom número de habitantes; duzentos mil, contando o povoleo do arrabalde, gentio meio nómada, estanciando em barracas, como povoação a crescer; dizem-no escritores antigos [1]; número que ainda, quando exagerado, seria já muito notável, comparado com a estatís-

[1] Vide uma nota de Castilho nos seus *Quadros Historicos*, 1.ª ed., col. 1.ª, in fine. Aí aponta as autoridades em que se estribou.

tica de outras povoações ismaelitas de Espanha, até mesmo em séculos subseqüentes [1].

O cruzado Osberno, testemunha ocular, conta que, depois da tomada de Lissibona pelos cristãos, referira o próprio Alcaide moiro conterem-se nela cento e cinqüenta e quatro mil homens, exceptuadas mulheres e crianças, mas entrando na soma os prófugos do castelo de Santarém, que nesse ano acabava de ser tomado à falsa fé por el-Rei D. Afonso [2].

Outra testemunha presencial, um certo Arnulfo, autor de outra descrição preciosa do mesmo cêrco, dá à cidade duzentos mil e quinhentos habitantes [3].

Castilho opina que não representariam certamente êstes algarismos tão altos a povoação «permanente e ordinária de Lisboa», mas sim a que «resultaria n'esta occasião, de accrescerem aos filhos da terra os moradores dos campos, granjas, aldeias e povoações não defensaveis ou menos fortes dos arredores, os quaes todos, deante de um exercito exterminador, e com as imaginações ainda assombradas da recente mortandade de Santarem, deviam de ter fugido

[1] Pode consultar-se Murphy, *The History of the Mahometan Empire*, págs. 200 e 202. Segundo êle, tinha Granada em 1492 duzentos e cinqüenta mil habitantes, e Sevilha em 1247, mais de trezentos mil.

[2] *Port. Mon. — Script.*; pág. 396, col. 1.ª.

[3] *Epistola Arnulfi ad Milonem, Port. Mon. — Script.*; pág. 406.

para o abrigo mais seguro e commodo, que se lhes então deparava [1]».

Fôsse como fôsse, apesar da sua área diminuta, é certo que já se havia por muito populosa a hospitaleira Lissibona; e querem alguns que a própria palavra *Alfama*, que Frei José de Santo Antonio Moura deriva do árabe *Aljama*, ajuntamento, povoação, traga para êste caso um novo argumento filológico.

*

É probabilíssimo que nestas computações estatísticas entrasse também a numerosa gente que habitava pelo arrabalde, não só por Alfela, como já disse, mas também pelos declívios ocidentais fora dos muros, e por sítios anteriormente ocupados pelos Romanos: a nossa Madalena, o nosso Borratém e sua encosta, e uma nesga da nossa Baixa, conforme atestam os banhos dos Augustais.

Certo é que em volta dos muros abaluartados se estendia, no tempo dos Moiros, um espaçoso arrabalde ou subúrbio, não fechado de cêrca pròpriamente dita, mas cerrado sôbre si pela fila exterior das próprias casas, que serviam até certo ponto de segundo muro, ou barbacan, se assim o quizerem. É o que se depreende das palavras de Osberno, quando diz que os sitiados se protegiam dos tiros das balistas inimigas recolhen-

[1] *Quadros Hist.*, pág. 41, col. 2.ª.

do-se ao abrigo das casas do subúrbio, casas que em volta eram fechadas, à maneira de muralha [1].

*

Figura-se pois aos olhos modernos ser a moirisca cidade do Tejo um centro operoso, apinhoado, com pronunciada feição marítima, muito devassado de mercadores e forasteiros, sombrio e tortuoso, mas comunicando-se com os risonhos arredores das almoinhas, e trafegueando noite e dia, pelas suas barcas pescadoras e corsárias, com aquele retalho aberto do Mar Tenebroso.

*

Pelo de mais, a aceitarmos a afirmação verosímil do cruzado Osberno, havia em Lissibona o maior desbragamento nos costumes, e vícios e tôda a conseqüência da relaxação religiosa, bem natural numa sociedade corruta, que por si mesma se esfacelava; hedionda frieza, indiferença cobarde, miserável sintoma de queda iminente [2].

Fala-se muito na tolerância religiosa [3] dos Moiros da península; mas note-se: não passava de

[1] *Ad instar muri circumquaque septa erant.* — Epist. cruc. angl. *Port Mon. — Script.;* pág. 399, col. 1.ª

[2] *Port. Mon. — Script.;* pág. 396, col. 1.ª.

[3] Essa tolerância era recomendada não só no livro da sua religião, mas em instruções dadas pelos governantes aos chefes de expedições militares que iam proceder a conquistas. — Vejam-se os artigos de Brito Rebello, publicados em *O Século,* de 22 de agosto e 26 de setembro de 1904. — *Nota de A. V. S.*

cubiça. Os tolerados mosteiros do tolerado culto cristão eram outros tantos tributários pingues. ¡Abençoada cubiça, ainda assim! deve-se muito ao importante elemento mosarabe e muitíssimo ao mosteiro. O mosteiro católico foi para as letras, para a fé, para os costumes, a arca salvadora entre os horrores de um dilúvio.

CAPÍTULO VIII

Novas defensas da cidade. — O esteiro marinho. — Descreve-se minuciosamente o caminho que seguia êsse antigo braço do Tejo. — A sua margem ocidental.

Ainda agora encarei a valia arquitectónica e militar das fortificações de Lisboa. Além das suas magnificas muralhas, possuia ainda outros meios de defensa. Vejâmol-os.

*

Pela disposição do Tejo, que lhe entrava terra a dentro por duas bandas, era esta cidade uma como península, inteiramente apta para ser defendida, e dificílima de ser atacada. Não falarei no rio de Sacavém, que também a cobria pelo nascente, e que (a seguirmos o que diz Luiz Mendes de Vasconcellos) [1], desemborcando no Tejo, fazia aí uma profunda foz, na qual, ainda no tempo daquele autor, e muito mais em séculos anteriores, entravam os maiores navios.

[1] *Do Sítio de Lisboa*, ed. de 1803, pag. 267.

Por essa circunstância até propunha Luiz Mendes se unisse por meio de um canal fundo o rio de Sacavém com o de Alcântara, a fim de isolar Lisboa, circundando-a de fôsso.

Deixando êsse devaneio, que talvez a moderna arte da guerra prejudicou, sigamos com a possível exacção a directriz do célebre esteiro do Tejo, que em tempos remotos penetrava em Lisboa, e se lhe entranhava no sertão.

*

O esteiro marinho, segundo o que tenho estudado, encaminhado primeiro pelas plausíveis conjecturas do hábil e ilustrado José Valentim de Freitas, citado num capitulo supra [1], corria pela raiz do monte Fragoso (hoje o monte de S. Francisco); inundava portanto o sítio do nosso Pelourinho e Terreiro do Paço. Certo é; mas isso não nos importa agora; o que vamos primeiro seguir é a linha da margem ocidental da enseada.

Costeava, como acabo de dizer, o morro de S. Francisco; e um vestígio que dessa visinhança das águas se conservou séculos foi o nome de *Canal de Flandres*, que teve um sítio que ficava, pouco mais ou menos, ao sopé da calçada actual de S. Francisco [2]; recordação talvez, segundo

[1] Compendia essas conjecturas inéditas o autor do *Summario de Varia Historia*, tom. IV, pág. 144.

[2] Christovam Rodrigues de Oliveira, no *Summario*, pág. 15, menciona, na freguesia de S. Gião (S. Julião), a *rua do Canal de Frandes*.

muito bem me ponderava o meu amigo o sr. José Maria António Nogueira, de alguma angra ou passagem onde costumassem amarrar os barcos flamengos. Nas confrontações de um antigo prédio situado pelas faldas do monte de S. Francisco, e pertencente ao Hospital de S. José, encontrou o mesmo sr. Nogueira, que sabia quanto às vezes valem tais minúcias, esta frase pouco mais ou menos: «confronta com o canal de Frandes, onde poisam as naus que vêm da Bretanha».

Há também um documento de 1312, pelo qual Sancha Nunes Alfeirã, Religiosa no Mosteiro de Santos, faz doação ao mesmo mosteiro de «umas casas em Lisboa, na Pedreira, onde chamam *o Canal*, e tinham sido de João Fogaça» [1]. Ora a *Pedreira* era justamente aí, no alto da nossa rua Nova do Almada.

Nas suas fadigosas pesquisas na Tôrre do Tombo achou o meu talentoso amigo, o sr. José Ramos Coelho, menção, em 1318, de umas casas no *Canal*, à Pedreira, freguesia de S. Nicolau; e outras no *Canal de Flandes, na rua dos Fornos*, freguesia de S. Julião, em 1377 [2].

*

A linha das águas seguia depois pela raiz do monte onde tumultuam hoje, com as suas brilhantes lojas e carruagens, o Chiado e o Pote das

[1] Frei Francisco Brandão, *Mon. Lusit.;* tom. v, fl. 224 v.
[2] Comunicação feita em 21 de Março de 1893.

Almas; tomava pela rua do Crucifixo, costeando de muito perto a eminência abrupta outrora chamada a Pedreira, onde veio a edificar-se o convento do Espírito Santo (hoje os Grandes Armazéns do Chiado), entrava pelo nosso Rossio, que é, como tôda a Baixa, terreno de aluvião, e cuja cota de nível ainda hoje não excede a 12^{m},8, o que, à distância de 800^{m} a que se encontra do Tejo, equivale apenas a 1,6 por cento; e é preciso notar que, depois do terremoto de 1755, tôda a Baixa foi muito entulhada, de propósito, tendo-se calculado os declívios desde a Padaria e a Madalena, até à Boa-Hora, etc., para os disfarçar quanto possível [1].

Logo, em tempos muito anteriores, a diferença de nivel com o Tejo era nula; e isso aparecerá mais claro aos olhos do leitor se ponderar que, ainda em 1731, quando a 6 de Fevereiro sobreveio uma enorme tempestade em Lisboa, entrou o Tejo pela Alfândega, fez do Terreiro do Paço um mar, e penetrou pela Baixa com muita facilidade, subindo acima dos mostradores das lojas da Rua Nova [2].

Se o taboleiro do Rossio era alagadiço ou não, que o demonstre a inesperada chuva que em

[1] Aviso de 11 de Dezembro de 1755 ao Engenheiro-mór Manuel da Maia, de 22 de Dezembro de 1755, de 31 de Janeiro de 1756, etc.—Amador Patricio, *Mem. das princip. provid. no terrem.*, págs. 321 e 322.

[2] Consulte-se o noticioso *Gabinete Historico* de Frei Claudio da Conceição, tom. IX, pág. 6.

Lisboa caíu desde 3 de Outubro a 31 de Dezembro de 1575. «Da cópia das águas, — diz Barbosa Machado — se formou um lago, que cercava a praça do Rocio e rua Nova» [1]; e enfim, que o demonstrem certas determinações da autoridade; por exemplo: a ordem de el-Rei D. Manuel I para se esgotar uma vez a água da dita praça [2].

Aí mesmo havia um cano de vasão junto aos Estáus (depois séde da Inquisição, depois paço da Câmara, depois Thesoiro publico, Theatro de D. Maria II, hoje (1934) Teatro Nacional Almeida Garrett), até à Caldeiraria na freguesia de S. Nicolau, o qual cano mandou el-Rei D. Manuel tapar (talvez por já inútil) [3], e que a Câmara aforou, para o cobrirem e fazerem casas sôbre êle [4].

*

Além do Rossio passavam as águas do esteiro no sítio onde veio a fundar-se o Convento de S. Domingos. Aí, conforme observa, e sempre bem, Frei Luiz de Sousa, devia haver «fundo para agasalhar navios» [5]; e disso, segundo o testemunho ocular do mesmo grande mestre, se adquiriu certeza (não se fizeram só conjecturas),

[1] *Mem. d'el-Rei D. Seb*, tom. IV, pág. 2.

[2] Cartório da C. M. de L., liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 40.

[3] Cartorio da C. M. de L., liv. IV d'el-Rei D. Manuel, fl. 144.

[4] Cart. da C. M. de L., liv. III de Emprasamentos, fl. 1.

[5] *Hist. de S. Dom.*, liv. III, cap. XVII.

quando em 1571 se abriram os alicerces para um dormitório, pois apareceram «silhares de pedraria bem lavrada, e a partes grossas argolas de bronze travadas e pendentes d'ella, como um caes, para servirem de amarrar navios, e por outra parte montes de casca de marisco» [1].

Aí mesmo cortavam as águas a antiga *Corredoura* [2], chamada no século XIV *Carreira dos Cavalos* [3], depois rua das Portas de Santo Antão, e hoje rua de Santo Antão [4]. *Corredouras* se denominavam as estacadas para justas e carreiras eqüestres; o que mostra que fôra aí, em sítio plano, praso-dado de lidadores e cavaleiros. Nesse mesmo lugar veiu a erguer-se, nos primeiros anos do bispado de D. Gilberto, 1.º Bispo de Lisboa depois de instaurada a Monarquia, a ermida de Nossa Senhora da Purificação, ou da Corredoura, ou da Escada, anterior ao mosteiro de S. Domingos, e situada ao norte dele, mística e pegada com a igreja dos Domínicos, como a seu tempo veremos. E é de notar que tão marítima era a paragem, pela freqüência de gente do

[1] Creio que é ao mesmo aparecimento do cais e dos vestígios marinhos que se refere o douto Arcebispo D. Rodrigo da Cunha *(Hist. Eccl.,* parte II, cap. XLIV, n.º 1) quando diz: «O esteiro que até ali chegava, de que não ha muitos annos se acharam grandes vestígios».

[2] D. Rodrigo — *Hist. Eccl.,* parte II, cap. XLIII, n.º 7.

[3] Balthasar Telles—*Chron. da Comp. de Jesus,* parte I, liv. I, cap. XVII, n.º 6, pág. 84.

[4] Actualmente (1934) Rua Eugénio dos Santos. — *Nota de A. V. S.*

mar, que a Nossa Senhora da Escada faziam as companhas dos barcos festa rija em 2 de Fevereiro, como refere D. Rodrigo da Cunha [1].

*

As águas torciam-se aí numa volta, ao sopé de uma espécie de promontório que forma o monte de Santana, e alastravam-se para o nascente, por aquela região plaina que no século XVI se chamava *os canos de S. Vicente*, por causa da proximidade da Porta de S. Vicente (hoje o Arco do Marquês de Alegrete [2]). No fim dêsse mesmo século XVI chamava-se também o sítio *os Canos da Moiraria* [3], assim como no século XVII [4]. Isso tudo é hoje a rua dos Canos, simplesmente (13^{m},8 de cota de nível), as ruas dos Álamos e dos Vinagres (de péssima fama), e o beco da Póvoa.

[1] «A gente do mar e navios que ancoravam no esteiro, que até ali chegava... faziam um dia depois das kalendas de Fevereiro festa particular.» (à Senhora da Purificação). — *Hist. Eccl.*, parte II, cap. XLIV, n.º 1.

[2] Christ. Rodr. de Oliv. – *Summario*, pág. 8. — Tomo a liberdade de observar ao leitor pouco em dia com os bairros lisbonenses, que esta porta de S. Vicente nada tem com o celebérrimo convento próximo à Graça.

[3] Assim vem indicado num documento do Mosteiro da Trindade, doc. 24 (papel), relativo ao ano de 1585, examinado há muito tempo no cartório do Ministério da Fazenda pelo meu amigo o sr. José Ramos Coelho, que teve a bondade de me fazer esta comunicação.

[4] D. Rodr. da Cunha — *Hist. Eccl.*, parte II, cap. XLIII, n.º 10; — e Fr. Luiz de Sousa — *Hist. de S. Dom.*, liv. III, cap. XVIII.

Êsses tais *canos*, segundo se depreende das narrativas que Frei Luiz de Sousa nos deixou das medonhas inundações de S. Domingos, eram valas de escoante abertas para as águas confluentes das encostas visinhas. Possuo um plano do Rossio e suas imediações, calcado por mim sôbre o original inédito, levantado em Dezembro de 1750. Aí vejo claramente indicados nos dois lados da rua dos Canos uns fossos, que outra coisa não podem ser senão os antigos canos de escoante, do género dos que os Romanos chamavam etimològicamente *emissaria*, e de que ainda se encontram alguns praticáveis em pontos de Itália, por exemplo, os do lago Fucino, desobstruídos por el-Rei de Nápoles.

Além disto, em vários pontos da cêrca do Hospital de Todos-os-Santos (área hoje ocupada pela praça da Figueira) vejo no meu plano sinais de charcos, que bem revelam a natureza da formação daquele terreno.

Por causa dessas tendências para charco, motivadas pelas aguas das encostas visinhas, que por vezes eram torrentes, serviam para muito os sabidos canos da Moiraria; e observo que depois do terremoto de 1755, logo em 27 de Novembro, o alto espírito do homem que se chamou Pombal ordena ao Senado da Câmara de Lisboa, em decreto especialíssimo que, «pela indispensavel necessidade... de se desentulharem os aqueductos da rua dos Canos... antes que as grossas inundações das aguas que por elles se evacuam, sendo estagnadas, se corrompam com irrepara-

veis prejuizos», se proceda prontamente ao desentulho [1].

Ainda pelos anos de 1840 e tantos havia, segundo me afirmam, ao longo da linha central da rua dos Canos, uns sumidoiros, gradeados, creio, para sorvedoiro das águas do enxurro.

Êsses sítios do Bemformoso, apertados entre lombas muito íngremes, ainda em 1865 se inundavam tão depressa que o Vereador João Mantas dizia numa proposta à Câmara, em 27 de Novembro, o seguinte:

«As aguas pluviaes, quando caem em grande abundancia, promovem inundações nas localidades mais baixas da cidade, sem duvida por causa das sargetas estabelecidas n'essas localidades não darem vasão sufficiente para os canos geraes de despejo.»

Propunha pois o dito Vereador se mandasse examinar a causa certa de tais inundações, e, se fôsse necessário colocar mais sargetas, se pozessem com rapidês. Cita, mas não os descreve, desastres que então se tinham dado, havia pouco tempo, nas ruas do Benformoso e das Pretas. [2]

*

Somos chegados agora ao mais antigo vestígio histórico do esteiro marinho.

[1] Amador Patrício — *Mem. das princip. provid. no terremoto*, pág. 147.

[2] *Arch. Mun. de Lisb.;* 1865, n.º 311, pag. 2496.

Êsse vestígio topa-se numa asserção do licenciado André de Resende e de Duarte Nunes [1], repetida a poucos anos de distância por João Baptista Lavanha, o minucioso anotador do *Nobiliario* [2].

Quási pelos mesmos têrmos dizem os dois últimos escritores, que as relíquias de S. Vicente, ao serem transportadas para a igreja de Santa Justa, que já existia desde pouco,... «desembarcaram onde agora (fim do século XVI) é a porta que do Santo se chama *de S. Vicente*, chegando o mar naquele tempo àquêle sitio.»

Êsse desembarque das reliquias refere-se ao ano 1173, segundo Resende e Lavanha, ou 1176, segundo Duarte Nunes. [3]

André de Resende, aplicado e investigador, como todos sabem, também, conforme apontei, menciona o facto. Foi o caso, que um sacerdote da igreja toletana, Bartolomeu de Quebedo, escrevera ao nosso licenciado eborense, então em Évora, a propôr-lhe certas dúvidas àcêrca da nossa história, em que desejava instruir-se. Respondeu-lhe Resende em 4 de Maio de 1567, solvendo-lhas, e dissertando sôbre pontos arqueológicos. É fo-

[1] *Descrip. de Portug.*, cap. LXXI.

[2] *Viagem d'el-Rei D. Filippe a Portugal em 1619;* Madrid, 1622.

[3] Sou pela primeira das duas datas, pois concorda com a asserção de Diogo Pires Cinza na *Vida, martyrio, e ultima trasladação do Martyr S. Vicente;* Lisboa, 1620; in-8.º, 1 vol., fl. 92. A opinião de Cinza pouco pêso teria por si, mas é que êle estriba-a no *Breviario Ulyssiponense.*

lheto raro, que a maior parte dos leitores não pode certamente compulsar.

Aí se pronuncia o douto informador de Quebedo pela data de 1173; e o sítio do desembarque põe-no não longe da igreja de Santa Justa, junto ao sítio onde, no tempo de Resende, se erguia desde 1375 a porta de S. Vicente «porque até aí — diz êle — chegava então o mar, que depois veio a retirar-se, dando mais margem aos aumentos da povoação.» [1]

De tudo isto, pois, ressalta à evidência que, no 3.º quartel do século XII, ainda rastejava navegável o esteiro pelo sítio onde veio a edificar-se, duzentos anos depois, a citada Porta de S. Vicente da Moiraria (hoje o Arco do Marquês de Alegrete), cuja cota do nível, na esquina do Beco do Cascalho, chega actualmente a 15^{m},9 apenas. [2]

Aquele lugar conservou-se alagadiço por muito tempo; e a prova é que já em tempo d'el-Rei D. Sebastião, para facilitar a serventia pública, foi necessário construir às portas da Mouraria uma ponte, metade à custa dos visinhos, metade à custa da cidade. [3]

[1] *Eo enim usque mare tunc erat, quod paulatim postea propulsum, ampliandæ urbi locum reliquit.*—Ep.; fl. 13.

[2] Seguem também a tradição oral o laborioso Luiz Marinho de Azevedo, na sua obra: *Livro da fundação e antiguidades de Lisboa*; 1.ª ed., cap. XXIX, pág. 86; e Gaspar Estaço, nas *Varias Antiguidades de Portugal*, cap. 27, § 4.º

[3] Cartório da C. M. de Lisb.—Liv. I de el-Rei D. Sebastião, fls. 21 e 25.

*

Outra aproximação:

No tempo da invasão de Lisboa por el-Rei D. João I de Castela, houve escaramuças em frente das portas setentrionais da cidade. Saiu fora o nosso Mestre de Aviz com gente de armas, à porta de S. Vicente da Mouraria, diz Fernão Lopes, «no cal que se ali faz.» [1]

O *cal* (palavra viva no tempo de Fernão Lopes) é o esteiro marinho que ali chegava. Em italiano *cala* significa, segundo o Dicionário de Crusca, *piccolo seno di mare, ove possa con sicurezza trattenersi alcum tempo qualche naviglio.*

Cale em francez antigo era, segundo Bescherelle, *un abri entre deux pointes de terre ou de rocher. «Le vaisseau battu de la tempête se sauva dans une cale.»*

Finalmente, diz Morais: CALA—*pôrto, aberta, entrada*, etc.

*

Para o norte desta paragem, tantas vezes notável, não me consta que exista memória de que entrasse o braço do Tejo; mas é bem provável que sim. Em eras muito antigas deveu seguir pela Moiraria, Benformoso (ou Boi Formoso), Intendente e Anjos.

[1] *Chron. del-Rei D. João* I *de Portugal;* cap. 113.

A rua do Regueirão dos Anjos, que era ainda há muito poucos anos caudaloso enxurro, por pouco que tivesse chovido, e que, para deixar de o ser, houve de ser atulhada a mais de dois metros de altura, a rua do Regueirão, tortuosa, coleando no fundo do vale, é talvez o semi-apagado vestígio do *thalweg* ou córrego de antiqüíssima corrente. Ainda em 1867 era o Regueirão dos Anjos considerado como tão inferior ao nível do caminho público da rua direita dos Anjos e de Arroios, que, apesar de ser então um vasadoiro imundo, foco de infecção, não se podia canalisar. [1]

Essa grande corrente de águas, gradualmente assoreada, gradualmente estreitada,e hoje extincta, inundou aquele plaino dos Anjos, Intendente, Boi Formoso e Palma, encaixado entre as lombas acentuadíssimas da Bemposta, por um lado, e do Monte, Penha, etc., pelo outro; e apraz-me crer que êste lençol aquoso tinha parentesco próximo com outros veios que afluíssem do norte, e dessem nome ao sítio da *Charca*, antigamente chamada *o Charco* [2], que era uma caudalosa tortente, sôbre a qual havia uma ponte (a horta *da Ponte* o confirma) [3]. Confirma não menos a natu-

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1867, n.º 392, pág. 3172; asserções de uma proposta do vereador Guerra Santos.

[2] Segundo vi no *Tombo de 1755*, copiado por José Valentim, e existente na Bibliotéca Nacional. — *Bairros do Castelo e Ribeira*, págs. 5.

[3] Na *Gazeta de Lisboa*, n.º 192, de 18 de Agosto de 1813, vem anunciada para venda a *horta da Ponte*, sita às Fontaínhas de Arroios.

reza aquosa de tôda a região o nome de *Arroios;* aí era, a tamanha distância do Tejo, apenas 44^{m},2 a cota de nível que se lia numa pilastra do palácio Mesquitela (hoje fábrica não sei de quê). Aí perto são as Fontainhas, e a horta do Sequeiro, que pela negativa ainda supõe águas.

E note-se que, por escrúpulo, não faço entrar nestas aproximações a opinião, demasiado ousada talvez, do Ermitão da *Academia dos humildes* (Conferência II), o qual dizia:

«Eu sou testemunha de que por baixo da rua de S. José, de Lisboa, onde morei, passa um rio caudaloso; e os homens que rebaixaram o meu pôço tiveram mêdo de cavar, porque ouviam a violência com que o rio corria debaixo dos seus pés.»

Limitemo-nos ao que está demonstrado; o ponto onde mais remotamente aflorava a água do esteiro do Tejo era o arco do Marquês de Alegrete, e daí para o sul inundava a Baixa tôda.

«Por onde agora pisamos longos passeios de mármore, — pinta um grande escritor — entravam e refluiam as marés; e onde as lustrosas carruagens voam amotinando o dia e a noite, resvalavam serenamente em suas barcas, indo e vindo, os arrais e gente mourisca, com os seus pelotes, aljubas, marlotas, balandraus, e capelhares colorados.» [1]

[1] Castilho — *Quadros historicos.* Nesta obra demonstra o autor, por documentos e conjecturas, que não só pela banda ocidental era Lisboa visinhada de um esteiro marinho, mas até o era pelo nascente.

CAPÍTULO IX

Determina-se agora a margem oriental do esteiro. — Tôrre do tempo dos Romanos descoberta por Martins de Andrade. — O esteiro de Chelas. — O vale da Paian. — Aldeola chamada ainda hoje o Pôrto.

Certa e certíssima é pois a existência do antigo braço do mar.

Mostrei, com a possível minuciosidade, a sua margem ocidental; a oriental não é talvez tão demarcada. Estudemo-la.

É indubitável que, pelos arredores do cruzamento das actuais rua da Prata e dos Retrozeiros, já desde muitos anos antes da era cristã, isto é, há mais de dois mil anos, havia terra firme, como atestam os restos das termas dos Augustais acima descritas. Ora essa região firme, talvez a marginal oriental do esteiro, confirma-se com o seguinte:

Quando Martins de Andrade examinou, a convite de Mendes Leal, bibliotecário-mór, as termas dos Augustais, encontrou também defronte da actual rua dos Sapateiros (vulgo: do Arco do Bandeira) um fortíssimo massame, sepultado debaixo da calçada $1^{m},786$ pouco mais ou menos, sendo de nascente a poente a sua extensão $8^{m},242$, to-

mada a medida perpendicularmente aos lados do mesmo massame. O que ficava sôbre o oblíquo do cavouco, do sudoeste ao nordeste, era formado de argamassa excelente com pedra miúda, desta a que os alvenéus chamam burgau, e com algum cascalho.

Pelo lado do poente apresentava talude esta ruína; e o que se descobriu dela, e roçou até ao fundo do cavouco, teria $1^{m},10$ na maior profundidade, e 1^{m} na menor, continuando contudo para baixo, assim como para norte e sul. Por todos os indícios suposeram os exploradores seria romana a construção; e pensaram mais que fôsse o resto de algum forte, ou tôrre, ou atalaia colocada à margem do lado oriental da foz do esteiro.

Tem fundamento a conjectura. Usavam os Romanos, no seu método de fortificações militares, tôrres isoladas, a proteger e cobrir povoações; eram, no dizer de um alto conhecedor dêstes assuntos, obras avançadas de protecção a algum ponto fraco, ou a passagem de rio. São o que chamamos hoje fortes destacados, ou *block-hauss*; ligava-os muita vez entre si, ou à muralha da cidade, um *vallum*, ou mota de terra orlada de fôsso. [1]

É pois bem possível, é muito provável, que esta tôrre viesse a pertencer a algum sistema de bastiões ao poente de Olísipo, cobrindo-a por êsse lado, e defendendo a entrada do braço de mar.

[1] Viollet-le-Duc — *Dictionnaire raisonné d'Architecture*, palavra *Tour*.

*

Para o lado do norte, está-se a vêr que a escarpa do monte da Madalena delimitava as águas. Onde hoje vemos a igreja de S. Nicolau, conjectura-se ter sido o templo de Thetis, a que me referi num capítulo supra [1].

As encostas do monte dos Caldas, hoje tão escondidas pelas trazeiras dos prédios do largo, que dominam a cavaleiro os saguões da rua dos Fanqueiros, estão mesmo a traçar a linha.

Mais um quási nada ao norte fica o Borratém, sítio inundado em tempos que já lá vão, e onde, em praso mais moderno, se abria um cano para vasão das águas das próximas vertentes, como se depreende de uma frase do *Summario* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira [2].

Depois, as encostas de S. Lourenço e Fontaínhas [3], que vão morrer na porta velha da Moiraria, talvez dêm a linha exacta da margem oriental, em tempos muito anteriores à dominação romana; mas é também verosímil, e visível a olho nú, que o esboroar constante dêsses alcantís argilosos, e a acumulação gradual de terras pelas chuvas sôbre

[1] No cap. VIII do liv. I desta obra, reportando-me ao minucioso e honrado Marinho de Azevedo.

[2] Quando na pág. 7 enumera as ruas da freguezia de Santa Justa: *rua do poço do borratem, do cano para cima.*

[3] Não confundir com as Fontaínhas de Arroios, a que aludi pouco acima.

o leito do esteiro, o foram a pouco e pouco entulhando, aterrando-lhe as orlas, e impelindo as águas para o centro.

No tempo último da dominação mauritana já a tal ponto crescera essa erupção das terras, êsse assoriamento, que pontos havia, conforme pela primeira vez observou Herculano, [1] onde o braço de mar, ainda então existente, e talvez ainda caudaloso nas águas vivas, era vadeável; por outra: passava-se às vezes a pé enxuto desde o nosso Pote das almas para a Madalena, ou desde o nosso Crucifixo ao Borratém. Logo veremos e avivaremos as razões em que se funda o sagaz investigador das nossas origens. [2]

[1] *O Panorama;* tom. II, pág. 77.

[2] Por ocasião dos desaterros a que em 1920 foi necessário proceder para a construção de umas casas fortes subterrâneas no edifício do Crédito Predial, na rua Augusta, a meio do 2.º quarteirão, vindo do Rossio, do lado direito, chegou-se até ao terreno firme, que aí ficava cêrca de 8m abaixo do pavimento da dita rua. O terreno era de areia, com conchas de ostras e outras, como as que se encontram ainda nas actuais praias do Tejo, comprovando assim a existência do esteiro do rio. Nesse local encontraram-se restos dum cano de drenagem, de origem romana, assente sôbre a areia, revelando que já na época romana o esteiro estava muito assoriado, e que a navegação por êle só seria possível a pequenas embarcações. Pela direcção que tinha, o cano devia estar na margem esquerda, ou no lado oriental do esteiro. Êstes vestígios foram descritos pelo anotador em: *O Archeologo Português,* vol. XXV, 1922, pág. 180.— *Nota de A. V. S.*

*

Como confirmação de todo o exposto, notarei um documento do século XII, o célebre *Indiculum Fundationis Monasterii Sancti Vicentii*[1]. Aí se lê, quando se fala do cêrco de Lissibona por el-Rei D. Afonso:

«Começou el-Rei a atacar o inimigo pela banda das águas que *rodeiam* a dita cidade de Lisboa.» [2]

E comenta o autor dos *Quadros Historicos de Portugal*[3] com finíssimo critério:

«Ou nós nos enganamos muito, ou a palavra *circumfluit* alaga todas as objecções; porque se o Tejo só corresse então, como hoje corre, direitamente, e ao soslaio daquela pequena frontaria da cidade, nem a mais pindárica desenvoltura ousaria dizer que circunfluía a cidade. É, portanto, indispensavel dar-lhe braços, com que a tome e apanhe por algum modo; e não mui curtos, porque, se não tem de cerrar um abraço, tem pelo menos de o representar, que tanto pede a bom barato o *circumfluit*.»

E continua o mesmo investigador:

«Mas, dirão, ¿como abraçaria o Tejo com um só braço? Melhor, certamente, que sem nenhum;

[1] *Mon. Lusit.*; parte III, escriptura XXI. — *Port. Mon.*, —*Script.*, pág. 91.

[2] *Hos itaque Rex ex parte maris, quod prædictam circumfluit urbem, oppugnare constituit.*

[3] Numa nota, a pág. 41 do quadro: *Tomada de Lisboa.*

porém, não só um lhe havemos de dar, senão dois; e o segundo (de que também a tradição se lembra, e de que há boas provas) será o esteiro de Chelas, posto que arredado; com o que, não repugna o *circumfluir*.

«Parece-nos demais (e perdoem-nos os idráulicos se metemos, não foice em seara alheia, mas remo em suas aguas), parece-nos que por nenhum dêstes dois valles baixos, e á beira do Tejo, podiam aguas entrar, sem que, mais ou menos, entrassem ao mesmo tempo pelo outro.»

«Êsse outro esteiro devia seguir terra a dentro pelo vale de Chelas, segundo vejo pela primeira vez notado em Duarte Nunes, [1] que se expressa por estes termos, quando conta que os corpos de S. Félix e sua mulher Santa Natália foram trazidos a Lisboa — «em uma barca, que aportou no lugar onde está situado o dito mosteiro (Chelas), ao qual, segundo antiga tradição, chegava a maré, que devia ser pelo vale de Enxobregas acima; o que se confirma pelos sinais que a terra mostra: que do rio até ao dito mosteiro se vêem hoje em dia muitas cascas de marisco metidas pela mesma terra, como se vê em muitas partes onde já foi mar.»

Frei Luiz de Sousa repete a mesma tradição vetusta, dizendo:

«Vieram as santas relíquias... aportar neste vale (de Chelas), e no lugar da igreja, aonde

[1] *Descrip. de Portugal;* cap. LXXVI.

naquele tempo chegava o mar, que agora fica longe, quási meia légua.»[1]

A água, como acabamos de ver, entranhava-se por Enxobregas acima, o que, como também vimos, se confirmava nos fins do século XVI pela existência de numerosas petrificações marinhas conservadas no solo; seguia a Chellas, e desaguava no vale, então todo inundado, da Paian.

Com o rio de Sacavém comunicava, certamente em tempos pré-históricos, a bacia aquosa do dito vale da Paian, hoje terrenos fertilíssimos de aluvião, e em cuja linha central rasteja fadigosamente um pobre fio de águas, derradeiro vestígio do primitivo caudal.

No topo dêsse lindo vale, a Santo Eloi, apareceram, por 1840 e tantos, na escavação de um pôço (segundo informações que tenho por fidedignas), os restos de um grande cais, como em 1571 apareceram em S. Domingos de Lisboa; e, se não é querer levar longe de mais o direito à conjectura, lembrarei que o próprio nome de uma aldeola da visinhança, hoje recolhida no sertão, mas primitívamente banhada de águas, segundo se me figura, e sumida numa espécie de enseada, ou angra, recorda a antiga presença dêste grande e esquecido santuário. A aldeola chama-se *o Pôrto.*

*

Assim, vemos que, além das defensas com que Fenícios, Romanos, Moiros, tinham melho-

[1] *Hist. de S. Dom.;* liv. I, cap. XXIII, e liv. III, cap. XVII.

rado a posição estratégica do nosso morro, se esmerava o Tejo em lhe manter de volta, e próximo, um amplo fôsso natural, que, a certas horas da maré principalmente, devia ser eficaz anteparo. Isto, não falando na funda e segura baía, quási mar, que, segundo notei, era o melhor dos seus fortalezamentos na arte militar daquelas eras.

Essas seguranças, essas vantagens concentradas em Lissibona, deviam dar fôrça ao comércio e às permutações, alma das civilizações nascentes; e é certo que davam.

Nos capítulos subseqüentes o demonstrarei.

CAPÍTULO X

Opulências comerciais de Lissibona. — Os seus veios de águas termais.

Tudo porém, afinal de contas, se cifrava em meras circunstâncias corográficas muito secundárias. Do movimento geral, do comércio do mundo velho com o novo, ainda no tempo dos Moiros não proviera a esta cidade o seu impulso máximo. A linha mercantil entre Europa e América ainda não abrira, ao longo das costas ocidentais europeias, o seu traçado, a sua verdadeira estrada real, como algures lhe chama Réclus. Ainda também não começara o fluxo e refluxo das cruzadas.

As relações da península em todo o período greco-romano, e em quási tôda a idade média, trocavam-se principalmente com os Moiros de África, ao sul e sueste. Era Barcelona o empório capital dessas relações, e o mais activo arsenal marítimo, não só dos Mahometanos daquém e

além-mar, mas também de outros povos da larga bacia do Mediterrâneo [1].

O pcente da península ibérica foi menos freqüentado até certo período, e portanto menos bafejado daquela civilização mulsumana, tão palpável, tão cheia de brilho ainda hoje. Essas mínguas não impediram, no entretanto, que a velha Aschbounah dos Califas fôsse, em absoluto, opulentíssimo bazar.

*

No século XII, por exemplo, há já documento da sua abastança em todos os produtos naturais e artísticos africanos, e nos de muita parte da Europa; é a citada carta do cruzado inglês [2].

Quando aqui chegou a armada dos *Francos*, encontrou uma cidade de opulências; *prædives* lhe chama o narrador; [3] e acrescenta que tudo que oiro e prata podem obter, se encontrava por escambo nos seus mercados e bazares [4].

Que pagassem tributo contavam-se nada menos de sessenta mil escravos, entrando no cálculo os

[1] Cavanah Murphy. *The history of the mahometan empire in Spain;* pág. 270.

[2] *Sub nostro advento opulentissima totius Africæ et magnæ partis Europæ comeatibus.* — *Port. Mon.* — Script.; pág. 396, col. 1.ª

[3] *Prædives est, ut videmus, et satis felix urbs vestra.*— São palavras que, segundo o cruzado, dirige o Prelado de Braga ao Alcaide moiro. — Id. pág. 398, col. 2.ª

[4] *Omnis materia affluit, aut quæ pretio ambitiosa, aut usu necessaria, aurum et argentum habet.*

subúrbios, mas não entrando os cidadãos livres, que se não achavam sujeitos ao senhorio de ninguem. [1]

Os territórios adjacentes compara-os Osberno com os melhores, e não os trocaria por outro algum, graças à uberdade do solo em árvores e vinhedo. [2] Ferro encontrava-se muito.

Azeite era às rebatinhas. Nenhum chão se via desaproveitado, coberto quando menos de figueirais. As mesmas praias verdegavam de ótimo pastio, pululado de caça. Isto tudo, lavado de ar magnífico, eram os contornos da moirisca Lissibona, ou Aschbounah. [3] Belíssimo quadro, e verdadeiro, está-se a ver.

Vinham estabelecer-se nas ruas da cidade muitos mercadores de tôda a parte de Espanha e de África; mas, com ser assim, o arsenal só possuía umas quinze mil armaduras, com que se revesavam os combatentes. [4]

Quarenta e dois anos depois, também outro cruzado cronista chama grande e opulenta a cidade, então já portuguesa. [5]

[1] *Constitit vero sub nostro adventu civitas* LX *millia familiarium aurum reddentium, summatis circumquaque suburbiis, exceptis liberis nullis gravedini subjacentibus.* — Osberno — *Port. Mon.*, Script., pág. 396. col. 1.ª.

[2] Id. ibid.

[3] Id. ibid.

[4] Id. ibid.

[5] Vide a interessante *Relação da derrota naval, façanhas, e successos dos cruzados que partiam do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189.* — Trad. do latim por João

Da Espanha em geral, da invejada Espanha, dizia o historiador árabe Al-Makkari que lembrava a Síria pelo seu ar temperado, o Yémen pelo seu clima sempre amorável, a Índia pela variedade dos seus perfumes, o Ahwaz pela sua feracidade, a China pelas suas pedrarias e metais, e Aden enfim pelo acolhimento hospedeiro das suas praias sempre patentes.[1]

Noutra parte não duvidava o mesmo escritor, com os encarecimentos próprios do seu sangue, chamar-lhe o verdadeiro paraíso terreal.[2]

E um poeta Islamita, o melodioso Ibn-al-Labbana, exaltava-a com estas palavras, que me atrevo a apresentar parafraseadas em redondilha:

> ¡Que terra a nossa!; que linda!
> trazem-lhe as auras frescura;
> tem dos pavões os matizes,
> tem das pombas a doçura.
>
> Cá tudo é belo e fragrante
> neste ninho de mil flores.
> São de néctar nossos rios.
> são de hurís nossos amores.

*

Pois na orla ocidental dêste recanto abençoado avultava no século XII, tôda ela donaires e sor-

Baptista da Silva Lopes, erudito autor da *Chorographia do Algarve*, Lisboa, 1844, 4.°, 1 vol. — Aquela citação vem na pág. 11.

[1] *Analectes sur l'histoire et la littérature des Arabes en Espagne*, par Al-Makkari edição de Dozy, pág. XXVIII.

[2] Id. ibid. pág. XXIX.

risos, a nossa riquíssima cidade. Fôra abastada herdeira; não houve que fundar desde o alicerce; contentou-se com o que lhe deixavam Romanos e Gôdos, destruíu, sim, mas aproveitou.

Não era já, nem queria ser, a *Alísubbo* dos Fenícios, nem a *Olísipo* dos Romanos; era (seguindo sempre a mesma raiz, visìvelmente adulterada pelo variar das pronúncias) *Olissibona*, *Lissibona*, *Lixbona*, *Aschbuna* ou *Aschbounah*, que tudo sôa quási o mesmo ao nosso ouvido; póvoa buliçosa, florescente, com tendências marinheiras, com grande futuro, já aumentada, por certo, em moradores, e espraiando-se com a sua rede de vielas, desde os cumes até às faldas, como colmeia operosa à beira de águas.

À sabida civilisação dominadora, clara, atractiva, que os Romanos impunham pela fôrça, mas ainda mais pela simpatia que respira tudo que é italiano, sucedeu a civilisação mauritana, género híbrido, derivado, como vimos, do árabe, mas já influenciado do carácter ocidental; e essas variadas feições civís, políticas, religiosas, deveram incutir-se profundamente na roqueira póvoa do Tejo, a julgar pelos vestígios inapagáveis que nos deixou.

E se não, note-se esta circunstância: ficaram costumes e usos romanos, e atravessaram a dominação visigoda e sarracena; mas o nome de *Romanos* é que se desluziu de entre o povo. A prova é que tudo quanto aparece, seja pré-histórico, ou celta, ou romano, ou mauritano, atribue-o o critério popular, sempre e sem excepção, à presença dos Moiros.

*

Na opinião de Osberno, que era por fôrça um curioso observador, não primava esta cidade pela reputação de moral; isso não. A causa de tamanha confluência de gentes várias ao mesmo centro, era, segundo êle, a falta de religião obrigatória. Nesse ponto havia entre os Moiros larga tolerância; cada um supria para si mesmo a lei religiosa; e dêsse desleixo provinha, segundo o mesmo escritor, que os peóres sujeitos de tôdas as partes do mundo aqui se acolhiam, como a uma sentina de volúpias e imundícies [1], e recinto cuja população éra metade pagã, metade cristã, segundo a apreciação de certo cronista sarraceno [2].

[1] *Port. Mon.*, Script.— pág. 396, col. 1.ª.
[2] Citado por Dozy, *Recherches sur l'histoire et la litt. de l'Esp. pendant le moyen âge* — tom. II, pág. 342.

CAPÍTULO XI

Alcaçarias de D. Clara. — Alcaçarias do Duque. — Banhos do Doutor. — Menção do tanque das lavadeiras, ainda no nosso tempo. — Caso criminal do tempo do senhor D. João V, trazido aqui a propósito. — Mais outra nascente medicinal a Santa Apolónia.

Fôsse como fôsse, era Lissibona para os Moiros um notável centro administrativo, militar, e comercial, onde, para tudo haver, até não deixava a Natureza de ministrar aos habitantes, tão apreciadores dos regalos do corpo, o mimo dos banhos tépidos medicinais.

Viu-os, saboreou-os por ventura o cruzado inglês [1]; e tão importantes eram, que não duvidou um arabisante moderno atribuir-lhes pelo vocábulo arábigo *hamma*, fonte quente, caldas, antecedido do prefixo *al*, a origem etimológica da palavra *Alfama* [2].

Essa talvez fôsse também a opinião do nosso Duarte Nunes, quando, descrevendo o borbotar

[1] *Habet autem hæc civitas balnea calida.*

[2] Frei José de S. Ant. Moura. — *Vestigios*, pág. 37, in fine.

das águas tépidas do tanque das lavadeiras, dentro dos muros, à Ribeira, menciona que êste sítio exactamente é que se chamava *Alfama*[1]; interpretação que rima com o pensar do erudito cordovês Aldrete, o qual derivava também de nascentes termais, o nome de *Alhama* (Alfama), que ainda hoje conservam vários sítios dos Reinos de Múrcia e Granada[2].

Provàvelmente conhecidas dos Romanos, foram dos Moiros exploradas estas linfas salutares, de *quentura mimosa*, como diz com graça Duarte Nunes. Já no tempo dêste cronista, como no nosso, serviam às mulheres de serviço — «para ensaboarem a sua roupa, por escusarem de aquentar água; a qual, se se bebesse (continua o narrador) parece que faria algum bom efeito.»

*

Vários estabelecimentos termais existem ainda no perímetro da Lisboa moirisca, e todos à beira-Tejo: defronte do Terreiro do Trigo, as alcaçarias chamadas *do Duque do Cadaval*, e as *de D. Clara*; ao Chafariz de Dentro os dominados *banhos do Doutor Fernando*. Tôdas estas casas menciona o sábio Dr. Francisco Tavares na sua obra: *Instrucções e cautelas*[3].

Fonseca, no *Aquilegio Medicinal*, especifica na Ribeira, entre o chafariz del-Rei e o dos Paus,

[1] *Descr. de Port.*, cap. XII.

[2] *Antigued. de España*; liv. II, cap. II, pág. 313.

[3] A págs. 122 e 125. Segundo êste douto médico, era de 87 gr. de Farenheit ou 24 de Réaumur o calor da água nos

duas caldas ou alcaçarias: umas, do Duque do Cadaval; outras, de gente particular, ambas visinhas e quási semelhantes [1].

E já Luiz Marinho de Azevedo, no seu (apezar de tudo) precioso e bem embrexado *Livro da Fundação e Antiguidades de Lisboa* [2], se refere às águas salutíferas da alcaçaria de Alfama, então nas casas de um mercador veneziano, Francisco Estudenduli, junto ao *arco da lavagem*; visìvelmente são as alcaçarias do Duque, junto ao antigo *tanque das lavadeiras*, pitoresca velharia que desapareceu por 1880 e poucos, e junto à qual ficava o tal *arco*.

*

Se desapareceu, conserve-se-lhe ao menos a memória. Ei-la:

Á esquerda de quem entra do Terreiro do Trigo no bêco de Alfama, que também se chamou bêco das Barrelas, havia há uns trinta ou quarenta anos, dentro de uma espécie de pátio enquadrado entre as trazeiras dos prédios da rua do Terreiro e da rua de S. Pedro, e separado do público por um muro de pouca altura, com sua portinha vermelha, um largo tanque oblongo, de água tépida, no qual dúzias de lavadeiras de Alfama levavam o dia a bater e a cantar.

banhos do Duque; nos de D. Clara, 86 de F. ou 24 de R. Os do Doutor têem 76 de F. no nascente, mas ao reservatório chegam com 75 de F. ou 19 de R.

[1] *Aquil. med.*, pág. 52.

[2] Cap. XXVIII.

Era êste tanque obra do tempo del-Rei D. Sebastião, segundo consta do cartório do Município [1].

Aquela grei laboriosa, bem pouco edificativa no trajo e na loquela, ouvia-se de muito longe. Era capitancada por um velho, empregado da Câmara, que ali passava a sua obscura vida, ralhando, apartando desordens, praticando um vocabulário desgrenhado e nada académico, tentando fazer cumprir e respeitar o Regulamento respectivo [2], e recebendo alguns cobres dos curiosos que ali iam ver.

¿Ver?! ver, sim; havia que ver. Aquilo tinha um cunho único em Lisboa. Era um rancho de mulheres, velhas e môças, apenas vestidas, e mergulhadas quási até à cinta, naquela enorme tina, de muitos metros de comprido, palrando, lavando, descompondo-se, conversando da vida alheia, ou atroando o ar com as suas cantigas avinhadas. Em volta o grupo das casas sombrias, feias, assistindo como por demais.

Juro que, ao entrar naquele antro, ninguém pensava noutra lavadeira histórica, a famosa Nausica, de Homero, que tão castamente lavava a roupa do seu gracioso pai, Alcinoo, Rei dos Féacios; nem sequer nas graciosas beiroas, coradas e risonhas, que inspiraram a Tomaz Ribeiro a sua lindíssima cantilena.

Batei, lavadeiras, cantai, raparigas.

[1] Liv. I do dito senhor, fl. 109, n.° 12.
[2] Arch. Municipal, 1866, n.° 319, pág. 2561.

Não; o quadro não tinha par; e em tão resumido especímen vinha reflectir-se todo o antigo viver licencioso e pitoresco da moirisca Alfama.

Contou-me um amigo, que haverá uns oitenta anos ali chegou o facho da guerra. Houve uma insurreição monumental do mulherio contra o capataz. ¡Qual sexo fraco!! ¿sabem o que fizeram ao pobre do homem? atiraram com êle ao tanque, e chamaram-lhe general da água doce.

A Companhia das águas varreu isso tudo, e talvez fizesse bem.

*

Em 17 de Junho de 1716 abriu o 1.º Duque do Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, o estabelecimento termal, que ainda lá se conserva com outro aspecto, em casa de azulejo.

Quem, por ordem do mesmo Duque, dono destas águas, arranjou em 1716 o banho cómodo, em que o público podia gosar o benefício de tão boa medicina, foram dois estranjeiros: o inglês Guilherme Low, cirurgião do Enviado de Inglaterra, e o francês Isaac Elliot, cirurgião-mór do exército. Fizeram catorze tinas, em camarotes separados, seis para homem, e oito para mulheres, e deram à casa duas entradas, por forma que êste convento-mixto observava tôdas as regras da decência; isto às barbas do tanque das lavadeiras! é monstruoso [1].

[1] Notícias tiradas do *Gabinete Histórico*, de Frei Cláudio da Conceição, tom. VI, pág. 455, que as tiraria da *Gazeta de Lisboa*, n.º 25, de 20 de Junho de 1716.

1.º DUQUE DO CADAVAL

O *Aquilegio medicinal* confirma, em 1725, o bom estado das alcaçarias do Duque, dizendo que tinham os banhos repartidos com boa forma, logrando cada pessoa tanque separado e coberto, ao passo que nas outras caldas havia um só tanque, onde tomavam banho muitos fregueses juntos [1].

Hoje a casa tem feição moderníssima. Foi reformada em 1864, e forrada de azulejo alegre. A porta tem o n.º 56.

Há quinze quartos, asseados, arejados e bem servidos. Como curiosidade, aqui deixo o programa. Bem póde sêr que a alguem sirva esta noticia terapêutica:

BANHOS DAS ALCAÇARIAS DO DUQUE

LISBOA

Rua do Terreiro do Trigo, 56

Predio de azulejo

Aguas thermaes, sulfureas e alcalinas,
muito uteis no tratamento das doenças da pelle,
padecimentos chronicos
das visceras abdominaes, e do rheumatismo

BANHOS DA NASCENTE ALCALINA	Preços
Nos quartos n.ºs 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10	200
No quarto n.º 5 (de duas tinas) para uma pessoa	300
No mesmo quarto, para duas pessoas	400
No quarto n.º 6 (de chuva ou jorro)	300
Nos quartos n.ºs 11, 12, 13, 14 e 15	160
BANHOS MIXTOS SULFURO-ALCALINOS	
Nos quartos n.ºs 3 e 8	240
BANHOS EXCLUSIVAMENTE SULFUREOS	
Nos mesmos quartos n.ºs 3 e 8	300

[1] *Aquil. Med.*; pág. 55.

*

Recordem-se os actuaes fregueses daquelas santas águas, de um seu predecessor devèras ilustre: nada menos que D. Antonio Caetano de Sousa. Em 29 de Maio de 1747 viu-se o laborioso autor da *Historia Genealogica* (um dos mais respeitáveis e metódicos livros da nossa bibliografia histórica) de súbito acometido de paralisia, que o obrigou a interromper a sua obra imortal. Receitaram-lhe, entre outras coisas, as alcaçarias, e lá foi; e (depois de Deus) a elas devemos talvez o ter aquele douto compilador concluido o seu monumento [1].

*

Antes de passarmos adeante, tornêmo-nos a um dos dois cirurgiões estranjeiros que, a pedido do Duque, presidiram à organização das alcaçarias da Ribeira; falo de Isaac Elliot. Acha-se o nome dele ligado a um processo medonho, que adquiriu lugar tristemente célebre na história de Lisboa.

Além da sentença, de 8 de Janeiro de 1733, que existe manuscrita na Biblioteca Nacional de Lisboa [2], e vem mencionada no *Diccionário* de Inocencio [3], encontro referência ao caso nas *Me-*

[1] Essas circumstâncias lêem-se no prólogo anteposto à parte II do tomo XX.
[2] *Rep. dos mss.*, colecção Moreira.
[3] Tom. VII, pág. 233.

mórias do Bispo do Pará; [1] e possuo entre os manuscritos de minha casa um volume de miscelâneas, onde um poetastro semsabôr carpiu na sua sanfôna a antipatica tragédia que desgraçou uma família.

Era Elliot facultativo distintíssimo, e de grande fama no *high-life* da Lisboa d'el-Rei D. João V; homem de teres, e grande valido na sociedade. Que fôsse muito bom, não ouso afirmá-lo; mas tudo leva a crêr que era fabricante de maus juizos, e sujeito a repentes. Matou, em 26 de Novembro, sua mulher, num ataque de injustificádos ciúmes. Provado o crime dêle, foi condenado, e enforcado em 10 de Janeiro de 1733, defronte mesmo da casa que habitava, na rua do Outeiro.

Segundo se infere das palavras do Bispo do Grão-Pará (mas o processo nada diz) requereu o réu que a notoriedade da sua perícia científica, e a sua qualidade de cavaleiro de Cristo, lhe dessem jus a ser degolado. ¡Triste prerogativa, ainda assim¡ é que as vaidades nem sequér no cadafalso desamparam o homem. Recusou el-Rei a melhoria; Elliot pendeu do baraço; e as suas finas mãos de homem do mundo, que tão elegantes saiam de entre as rendas dos punhos de veludo preto, cortaram-lhas, e pregou-as o carrasco no madeiro infame.

[1] *Mem. de D. Frei João de S. Joseph, Bispo do Grão-Pará*, com introdução e notas de Camilo Castelo Branco. pág. 146.

Se agrada ao leitor, oiçamos alguns compassos da sanfôna do poetastro, dedicados

ao espectaculo horrendo
d'aquella mortal figura,
que de tres páos no theatro
o papel fez da fortuna,
....
despovoadas as casas,
e cheias de gente as ruas.
....
Saíu pois Isaac Elliot
d'aquella infame espelunca,
cuja fábrica sustentam
fortes de ferro colunas;
....
casa enfim tão apertada,
tão medonha, e tão escura,
que a todo o que n'ella mora
contra vontade se aluga.
....
Entrou na rua do Outeiro;
quem duvída, ou quem não cuida,
que aqui teve o maior trago
nesta rua da amargura?!
pois por onde entrou rodando,
já em sege, ou já em estufa,
agora em camisa entra,
que inda que ALVA é mui suja!
preso, á vista das janellas
onde tão livre se punha!
....
Uma esquadra de soldados,
e de alcaides outra chusma,
lhe guardavam a pessoa;
não por temerem que fuja.
....

Apenas do pregão deram
signais as vozes diffusas,
por todo aquele auditorio,
que eternecido as escuta,
por ellas é que souberam
que do corpo se lhe trunca
a cabeça para exemplo,
e na fôrca se lhe punha.

Então o vi, descorado,
com uma mortal brancura,
arripiado o cabello,
a barba entre branca e ruiva,
as mãos postas em algêmas;
e ainda assim, com elas pucha
as roupas, que não lhe estorvem
a carreira que só busca.
N'ellas um Christo levava,
de tão devota esculptura,
que o coração lhe derrete
em aguas que não enxuga.
Ao patibulo chegava;
aqui a vista se turva!
. . . .
Subiu ao degrau mais alto;
e voltando-se em postura
de vêr oriente e occidente
nas ruas Lisboas juntas,
a Lisboa viu duas vezes,
e Lisboa o via por uma.
Ali se deixou ver todo
da nobreza e mais da turba
(que de tudo ali se achava);
e alguns sómente com uma
mais visitas lhe pagaram,
que um bom cirurgião faz muitas.
Já preparadas estavam

as gargantilhas immundas,
do pescoço afogadores,
que são mais que adôrno injurias.
. . . .

Poupo ao leitor destas páginas o resto da descrição, assim como a narração minuciosa do tristíssimo sucesso. Repugna a minha pena a tais histórias.

Lembrarei apenas isto:

Há um escrito, assinado pelo padre Luiz Batista, da Companhia de Jesus, em 12 de Janeiro de 1733, com licença do Superior. Aí declara ter assistido ao réu na cadeia do Limoeiro todo o dia do suplício, e atestar o sincero arrependimento do mesmo réu, que a todos pedia com muitas lágrimas, perdão do mau exemplo que dera. Saíu avulso êste atestado na *Gazeta de Lisboa*, vol. de 1733.

*

Tornemo-nos às águas termais.

Além dos veios mencionados, outro existiu, perdido, segundo julgo, e do qual só no livro do Doutor Tavares achei menção. Foi o caso que, ao abrirem-se, nos princípios do século XIX, os alicerces para umas casas que então formavam a frente oriental do largo do Quartel Militar, entre o cais do Tojo e o dos Soldados, jorrou uma quantidade de água termal, e apareceu um vestígio de antigo banho; tudo porém se entulhou e confundiu, sem mais averiguações.

*

Por tôda esta enumeração de vantagens de tão diversos géneros, se percebe a atração exercida por Lissibona; de todos os seus dotes não era decerto o menos apreciável o das águas nativas de *quentura mimosa* (frase de Duarte Nunes) para uma população que tinha os banhos não só como higiene, mas como preceito ritual. Só à sua parte a pdida Cordova possuía trezentos, setecentos, ou, segundo alguns, novecentos banhos públicos.[1]

Em Maio de 1836 representou a Câmara Municipal de Lisboa ao Govêrno a favor de uma proposta do Dr. Lima Leitão, que expontâneamente se prestava a fazer experiências terapêuticas numa água termal que rebentava junto ao Cais da Areia, desejando o proponente apenas que o Hospital de S. José lhe ministrasse vários materiais e utensílios.[2]

Não sei o seguimento do caso.

*

Ficou por preencher uma lacuna. Lê-se na *Gazeta de Lisboa*, de 22 de Maio de 1804, o seguinte anúncio: «Quem quizer comprar os Banhos das Alcaçarias com as suas pertenças, costumes,

[1] Se é exageração, vai à conta de Murphy, no seu citado livro, pág. 184. Al-Makkari, na edição de Dozy, dá setecentos, a págs. XL e XLI.

[2] *Synopse dos principaes actos administrativos da C. M. de Lisboa em 1836*, pág. 11.

e mais lojas, que tudo se aluga, fale ao Sargento-mór Ignácio José da Silva e Castilho, morador nas casas dos mesmos banhos, defronte do Terreiro, n.º 37.»

Êstes Silvas Castilhos nada têem, genealógicamente falando, com os Castilhos, do autor dêste livro.

CAPÍTULO XII

Quadros pitorêscos da velha Lissibona. — A alcáçova do Alcaide moiro. — Sua descrição conjectural. — Relance de olhos até Alfela. — O jardim do Moiro. — Esplêndida vista lá do alto.

Com tantas circunstâncias a favorecer-nos, não espanta fôsse aqui, repito, o natural surgidoiro de quaisquer armadas e frotas, com que a marinha de cabotagem, muita vez de pirataria, e dentro em pouco de cavaleiras e religiosas entreprezas, devassava as sinuosidades geográficas da península e da Europa tôda. Não admira que tudo conspirasse para tornar a cidade moira prazo-dado de forasteiros, empório de preciosas mercâncias, feira perene, caravançara de guerreiros e exploradores; o que tudo deveu desde séculos dar-lhe às ruas e práias aspecto muito seu.

*

A poder de esfôrço, e com tôdos êstes subsídios, estou vendo agora, com mais nitidez ainda, a cidade moirisca, «verdadeiro dédalo de ruas e bêcos, de cujos meandros, escuridão, e estrei-

teza — diz Alexandre Herculano — apenas a moderna Alfama nos poderia dar uma remota idéia»[1].

Ao *castellum* sucedeu a *alcáçova*. Lá campeava no alto, com os seus coruchéus de loiça rutilando ao sol, e azulejados de amarelo e azul, a brilhante alcáçova do Alcáide moiro. Brilhante, sim, mas não rica nem muito vasta. Por aqui não me consta viessem edificar maravilhas de traçado e execução os rivais do célebre Abu-Yusuf-Yakub, que passa por ser o autor da famosa *Giralda* de Sevilha.

Nos edifícios antigos eram as janelas e aberturas colocadas em dessimetria, e não segundo as prumadas; tinham como certo os arquitectcs velhos que as aberturas segundo a vertical enfraqueciam as paredes.

A nossa alcáçova de Lissabona havia, portanto, de ser alguma Alhambra pequenina: dessimétrica e fantasiosa; com seus claustros interiores caiados e luminosos, forrados de porcelana; portões chapeados de pregaria; arcarias de volta semi-circular; corredores escusos serpeando; escadas de caracol verrumando no escuro; adufas cautelosamente cerradas; muralhas altas vigiadas sempre; coruchéus; banho sonoro entre flores e pássaros; morada, em suma, cheia de volutuosa indolência oriental, e de impenetrabilidade egoística e senhoril; algum paço roqueiro, silencioso, meio castelo, como o nome o indica (derivado do árabe *alcásba*, ou *kasbah*, que diz fortaleza), e também

[1] *Hist. de Port.* — 4.ª ed, tom. I, pág. 400.

meio vivenda de regalão. Sentia-se o espadanar de algum repuxo na escassa luz do pátio azulejado e sombreado de laranjeiras, que emergiam do ladrilho; e liam-se porventura sentenças do Alcorão, relevadas por sôbre as portas dos aposentos.

Está-me a parecer que, na arquitectura dêste paço, apezar da sua mesquinhez, havia de expandir-se com gôsto a graciosa inventiva artística do Moiro.

Em três períodos querem os críticos dividir a Arte arábiga:

o bisantino, ou de formação, que decorre desde a fundação do Islam até ao século XII;

o árabe, ou definitivo, desde o século XII até ao XV; e

o moderno, ou de decadência, do século XV para cá. [1]

Nos seus rendilhados, pois, na feição dos seus arcos, e no estilo dos seus colunelos, revelava talvez já este curioso edifício a transição do bisantino para o árabe.

*

Do eirado da torre de véla, forrada talvez de ladrilho, e airosa como palmeira do deserto, e das suas janelas de *ajimez* ou bipartidas, e adornadas de poial, devia arrojar-se a vista a dez ou dôze léguas em contôrno, começando por espairecer-se no aduar semi-nómada de Alfela (hoje a

[1] Jules Bourgoing — *Les arts arabes.*

Graça). Era isso aí uma póvoa suburbana de *alxaimas* ou tendas, cobertas de feltro engenhado do velo dos rebanhos, segundo o uso, e cujo tipo, descrito por Aldrete nas suas *Antiguedades de Espanã* [1], se conserva ainda hoje, como no tempo dos Númidas de Jugurta, por areais da Berberia.

Mesmo em frente do pobre aduar dos pastores de Alfela, levantava-se, cá na alcáçova, a crista das muralhas ameiadas, por dentro das quais assomava de longe a *almadena* ou grimpa de minarete, da velha mesquita onde é hoje Santa Cruz do Castelo [2].

*

Junto ao paço o jardim, sombrio de verdura e recolhido entre muros, lembrando em muitos pormenores o horto aprazível do castelo de Urganda no *Palmeirim* de Francisco de Morais [3], o jardim com tôda a sua fisionomia moira, ainda agora conservada em tantas partes da Andaluzia e de Portugal: fontes a sussurrar entre folhedo; alamedas de laranjal, calçadas de mármore ou de seixos em mosaico; latada encanastrada em caniço, e suspensa de pilares; buxos aparados a desenhar arabescos; caramanchão cheio de sombra, abrigando o rendilhado tanque cheio de pei-

[1] Liv. III, cap. XX, pág. 407.

[2] Segundo Carvalho da Costa. — Vidè tambem os *Vestigios*, verb. *Aduar* e *Alfella*.

[3] *Chron. do Palm. de Ingl.*; cap. CXX.

xes; ao fundo a nora gemedora; e os alegretes de tejolo à beira de janelas debruçadas sôbre extenso panorama.

Na descrição que de Mequinez traz Bluteau no suplemento do seu famoso *Vocabulário*, veem algumas notas muito certas e de bom colorido, que à própria ajustariam na pintura da Lissibona moirisca. Avultavam de longe os telhados de telha verde do serralho sôbre o grosso da casaria. A alcáçova poucos primores ostentava no seu arrogante e irregularíssimo aspecto. As desertas ruas, tortuosas, orladas de muros altos e mortos, os pátios interiores formosos por sua planície, o jardim da alcáçova, dividido em quadros, cheios de cidreiras, laranjeiras e outras árvores frutíferas, com suas ruas cobertas de parreiras, e orladas algumas de galerias de regalo pintadas de varios matizes, tudo corresponde a debuxo conjectural, mas rigorosamente histórico, da cidadinha do Valís.

*

É verdade que as avenidas para a alcáçova se contorciam empinadas pelo dorso do morro, mais roqueiro do que hoje; mas o feliz que lá chegasse ao alto, brandamente ondulado no selim recurvo de um ginete arabe, e que entrasse pela porta da *Alfofa*, gosava delicioso painel.

Primeiro eram as *arrifanas* ou hortas, ainda agora tratadas à moirisca, viveiros da nossa famigerada hortaliça do termo, entre a qual há

uma planta fresquinha, que tem a presunção de dar o apelativo genérico aos Lisboetas, a *alface*, cujo prefixo a revela moira. (Não sei se cabe aqui um parêntesis, mas sempre o ponho: houve um curioso que achou que Lisboa consumia há três ou quatro séculos 50.000 alfaces em meio ano; ¿não nos será por isso bem aplicada a alcunha? [1].

Depois das hortas, os trigais do Monsanto, e o verde-negro dos olivedos ao poente e norte, tão característicos da nossa província.

Ao sul êsse largo estendal do Tejo, sempre azul e tanta vez nacarado, espelho onde se mira e remira esta donosa sultana Aschbounah.

Finalmente, lá pelo fundo, o perfil sinuoso e esfumado das serranias de Palmela e de Arrábida.

*

Tão admirável prospecto encarece-o com entusiasmo o sabido Venturino, que no século XVI alí esteve de visita a el-Rei D. Sebastião.—«Chegámos—diz êle—ao paço Real, situado no mais alto da cidade, que d'aí se descobre quási toda, fazendo uma vista soberba com o braço de mar que a cérca, cheio de grande multidão de navios» [2].

[1] Vidè Marinho de Azevedo — *Livro da Fundação*; liv. I, cap. XXIX.

[2] *O Panorama*, tom. VI, pág. 212.

*

Estas vistas ainda as gozamos nós também, pois não pertencem ao número das coisas que as invasões nos roubam, ou que demole com um rasgo de picarete, ou de pena, a turba dos reformadores de cá. Também, é o que vale.

CAPÍTULO XIII

Resolve-se o autor a penetrar na cidade.—Estreiteza das vielas.—Ao menos, respirava-se no *almargem.*—Utilidade das ruas estreitas.—O bazar.—A mesquita.—Moiros e moiras.—*O muezzim.*—Conclusão.

Agora penetremos em Aschbounah; percorramo-la como podermos, neste sonho ao luar, que é o que talvez parece esta tão vaga e laboriosa reconstrução histórica.

*

Se observássemos detidamente, muitos pontos achariamos em Lissibona, de estricta semelhança com a vetusta Fez, tal como nol-a descreve, circundada de trigais, olivedos e jardins, regalada de banhos e alcaçarias, ou bazares, e nobilitada de mesquitas, o árabe Abu-Mohamed-Afsalleh, na sua *Historia dos Soberanos Mahometanos.* [1]

[1] — Traduzida e anotada por Frei José de Santo Antonio Moura—Lisboa, 1828, in-4.°, 1 vol. A descrição de Fez vem de pág. 32 em diante.

*

Em relação ao que já se usaria provàvelmente, em parte, pelas grandes cidades da Europa, é que eram estreitas e tortuosas as ruas de Lissibona, orladas de casas de ressalto, que ainda mais as estreitavam, como sucede em Fez, em Tanger, etc. Foi essa estreiteza uma das coisas que mais impressionaram o cruzado inglês, pois diz na sua carta:

«Vão os edifícios desta cidade apertadissimamente conglobados, por forma que, a não ser nas ruas de mais trânsito comercial *(in vicis mercatoriis)*, não se pode topar avenida que meça para cima de sete pés de largura.» [1]

(Sete pés são dois metros e treze centímetros, com pequeníssima diferença).

Além de estreitas, eram atravessadas de passadiços, de alvenaria ou madeira, que ainda as tornavam mais sombrias e soturnas. Foi el-Rei D. Afonso V quem ordenou, por exemplo, que das portas da Cruz (isto é demasiada antecipação) até à Sé, fôssem derrubados todos os passadiços existentes. [2]

No século XVI ainda o Padre Juan de Mariana, sábio compilador da *Historia de Hespanha*, descreve as ruas lisbonenses mal traçadas, estreitas, tortuosas; ou fôsse, diz êle, pelas desigualdades e altibaixos do solo, ou pelo desleixo no edificar,

1 — *Port. Mon.*—Script.; pág. 396, col. 1.ª.
2 — Arch. da C. M. de L.—*Livro dos pregos*; fl. 282 v.

principalmente no decurso da dominação dos Moiros, gente mui descuriosa nessa parte.[1]

A nossa Alfama o confirma; a sua fisionomia medieva só os terremotos poderão arrancar-lha.

A estreiteza e atravancamento das serventias públicas é sestro dos Árabes, creio, como se vê em tôdas as suas cidades antigas e modernas.

Descrevendo Quíloa, diz João de Barros:

«E de quão largos estes quintaes, são tão estreitas as ruas, por assim acostumarem os Moiros, por se melhor defender, cá teem algumas tão estreitas por cima, que dos eirados podem saltar de um em outro.»[2]

Segundo me ponderava uma vez um erudito cavalheiro andaluz, tinham êstes usos rasão de ser, pela ardência de climas tórridos.

Nada mais fresco, me dizia êle pouco mais ou menos, do que a meia-luz, e a sombra das ruas traçadas pelo Moiro sob nosso sol africano da península; e nada mais impróprio do que os largos *boulevards* arborisados, com que Sevilha e outras cidades se teem enfeitado modernamente. Essa transplantação de usos de países frios para terras meridionais não prova bem. A arquitectura é essencialmente regional; há aqui defeitos, que são qualidades ótimas noutra parte. O Moiro pensou bem quando traçava sombrias, alpendradas de andares de ressalto, e furtadas aos raios

[1] *Hist. de Hesp.;* tom. I, pág. 513, col. 2.ª

[2] *Asia*—Dec. I, liv. VIII, cap. IV.

directos do sol, as suas ruas, para nós outros tão cheias de fisionomia, e tão nossas.

A-pesar de tudo quanto se julgue, já as ruas de Roma, até mesmo depois de incenciada por Nero, eram estreitas, para mitigar a ardência do clima[1]; não admira que o fôssem, e muito, as da moirisca Lissibona, verdadeiros pombais de população apinhada.

*

Com respeito a tanta mó de povo, conjecturo que, pela banda meridional, se alastrava algum terreiro, ou *almargem*, cujo nome se não desapegou ainda de um sitio por traz da Ribeira-Velha e Casa dos Bicos, e que, a seguirmos o *Elucidario* e os *Vestigios da Lingua arabiga*, significa prado, ou rossio de erva para pastio, ao longo de povoação e ao rés de águas; exactissimamente a desmarcação do actual *Almargem*.

Em tôdas as edificações militares mediévicas, e muito mais nas desta raça guerreira, filha do deserto, e que por assim dizer dormia armada e com os cavalos selados, predomina o pensamento marcial.

Vê-se primeiro a escolha do sitio, sempre inacesso, e onde fàcilmente se entrincheirava a soldadesca, rechaçando a poder de projécteis, que

[1] Vide Maurice Pellisson no seu livro *Les Romains au temps de Pline le jeune, leur vie privée*, etc.

muita vez eram as próprias pedras da muralha, o ardimento dos cercadores.

Depois, as ruas tortuosas, adrede labirintadas, constituíam, no tempo das armas brancas, a peor das ratoeiras, para quem quer que de fora se lhes aventurava em som de guerra. Cada esquina era uma seta ou um alfange; cada curva abrigava um trôço; e a estreiteza das serventias coava a um e um, ou a dois e dois de fundo (quando muito) o maior exército de invasores; de modo que das seteiras, das janelas, dos telhados, se dominava, como nas Termópilas, a arremetida dos forasteiros.

De Mombaça diz Barros:

...«Todalas ruas que vinham dar com suas gargantas na ribeira, estavam com tranqueiras mui fortes; e cuidavam (os Moiros) que este só logar tinham que defender; porque as frontarias das casas, por serem sobradadas, e com terrados por cima, ficavam em logar de muro, e era a elles coisa facil esta defensão, por as ruas serem mui estreitas, e tão ingremes de subir, que, soltando no cimo da rua uma pedra grande, podia vir tombando por ella abaixo com tanta furia, que ficava em logar de trabuco.» [1]

Finalmente; esta clareira do *almargem* é, quanto a mim, mais uma prevenção para cêrco demorado; é o abastecimento da cavalaria, é a horta do último recurso, é o derradeiro pedaço de pão da fome de Sagunto.

[1] *Asia* — Dec. I. liv. VIII, cap. VII.

Como païsagista observo que o verde-claro do feno ou do trigo do almargem diz bem alí, e alegra o apinhado da casaría empinada pela vertente; faz ressaír, já a frontaria muito caiada das habitações, já os seus telhados vermelhos de barro cosido de duas águas laterais, já a linha horisontal quebrada das azóteas ou terrados.

Ao longo das várias tôrres que dão sôbre o mar amarram as barcaças de proa recurva, cujas formas pitorêscas, mais ou menos adulteradas por oito ou nove séculos, ainda se entreveem na maioria dos bateis que sulcam o Tejo, do mesmo modo que nas próprias derivações e etimologias se rastreiam ainda hoje freqüentes origens arábigas. [1]

*

Como se fala em navios, aqui vai uma história naval:

Não longe do rés-das-águas, era a rua dos *Almaghrurin*; eu digo como o soube, e que significa.

A *Geographia Nubiensis*, a que me referí num capítulo supra, livro traçado originàriamente de mão moirisca, cita a expedição interessantíssima de oito ousados exploradores, todos parentes uns

[1] Por exemplo: *Falua* provém, segundo Frei João de Sousa, da palavra árabe *Faluca*, e provém do verbo *falaque*, correr muito, cortar as ondas ràpidamente, ou antes (como o mesmo autor diz na palavra *Folques)* dividir pelo meio.

Galeão descende, segundo Frei José de Santo Antonio Moura, de *Galium*, palavra turca.

dos outros, que certo dia abalaram de Lissibona, numa galé qualquer, em demanda do mar Tenebroso. O que êles por lá passaram nas solidões do Oceano, e o que viram nas ilhas aonde aportaram, consta da narrativa do livro e não cabe aqui; só o mencionei para remontar bem alto a genealogia dos nossos descobridores e aventureiros, e explicar, na fé do Moiro autor da *Geographia*, o nome da rua dos *Almaghrurin*, que significa os aventureiros, os errabundos [1].

¿Qual das nossas actuais ruas poderá ufanar-se de correr no mesmo trilho da rua moira? Decidam entre si as da beira do Tejo.

*

Quem penetrasse no íntimo desta característica povoação, havia, sim, de encontrar-lhe, no desalinho e pouco apuro das calçadas, muito das

[1] *Geogr. Nub.;* pág. 156. Não é *Almaghurrin*, como por engano transcreveu Marinho de Azevedo; é *Almaghrurin*.

Court de Gébelin, no § 4.º do artigo V da sua obra *Essai d'Histoire Orientale*, diz que no *Journal des Savants* de Abril de 1758, aparecera um manuscrito árabe intitulado KETAB KHARIDAT EL ADGIAIB, *Livro da pérola das maravilhas*, composto por Zein-Eddin Omar, que viveu no século XIV. É êste mesmo da *Geographia Nubiensis*, a que me referi. Admiro-me muito de que o sábio Gébelin o conhecesse apenas por aquele jornal; e também não sei explicar como atribuísse ao século XIV esta aventura dos oito descobridores, que, a serem Moiros, como eram, deviam viver pelo menos no século XII ou XI, em quanto Lisboa não era christã.

actuais cidades da beira-mar africana. O próprio Volney reconheceria aqui traços da vetusta Alexandria, que pintou com mão de mestre [1].

Algum bazar, ou *açougue* (como lhe chamavam), circundado de lojas e lugares, de que ainda em 1883 os da Praça da Figueira e os da Ribeira-velha davam aproximado desenho, e de que se conservam em povoações árabes (em Suez, que eu saiba) exemplares genuínos, reúne os compradores, os vendilhões, os bufarinheiros e adelos da cidade. Aí, na confusão das permutações diárias, veriamos, nesta singular câmara-óptica dos séculos, o interessante espectáculo da actividade mercantil do povo. ¡Que estudos num tal painel!; quantas preciosas revelações! e sobretudo, ¡em que abundância não iriamos encontrar, em tantas dezenas de anos de distância, e autênticas, e intactas, muitas das velharias modernas do nosso uso doméstico e diário!

*

Veriamos, como digo, as barracas dos vendilhões; o grande carro de mulas, de tôldo recurvo, puro cartaginês e romano, e cuja fiel representação topei nas *Antiguidades* de Rich, tal qual o vemos hoje, cada dia, atravessar de manhã as ruas orientais da Baixa, ou arrastar-se ao longo das soalheiras estradas sem fim do Além-Tejo ou da Beira.

[1] *Voyage en Syrie;* tom. I.

Veriamos o mísero burro de carga, um dos heróis mais perseverantes e mais infelizes da civilização de todos os tempos, o companheiro do camêlo e do escravo, no dizer do *Génesis*, o trabalhador indefeso, que desde Varrão até Vanière, e de Vanière até nós, tem seguido, sempre melancólico e de lombo carregado, a estrada pulverulenta da labutação humana. Sim, vêl-o iamos (¿e por que não?) no mercado de Lissibona, entendendo duas ou três palavras árabes, *arre* e *chó*; ajoujado com o seu albardão mauritano de volta em meia-lua, que desponta de sob os enormes ceirões ponteagudos de esparto torcido, usados ainda cá e em tôda a Berberia; ou carregado de água em bilhas como ânforas, engatadas em madeiros recurvos sôbre o albardão, como ainda hoje vemos pelo Além-Tejo e pelo Algarve, com um tipo perfeitamente arcaico, e talvez afinado num quadro do tempo dos Faraós.

*

Veriamos na mão dos compradores as alcofas, tão mussulmanas, e tanto das nossas casas ainda.

*

Veriamos enfim os cabazes vendimos de bôca larga, vergando de comestíveis orientais, de frutas riquíssimas, cheirosas, tais como as deram sempre as nossas hortas e quintas, e que tanto deleitam e atraiem com as suas côres petulantes

e alegres o observador matinal dos barracões verdes da Ribeira-Velha.

*

No sítio da nossa Catedral, em frente da porta do Ferro, é a Mesquita maior, onde a certas horas vão os fiéis invocar Allah contra a matilha dos Cristãos, cuja arrogância já de longe os ameaça.

*

A tês pálida e o aspecto grave e sereno do Moiro, essencialmente fatalista e melancólico, no seu *burnuz* branco, de cabeça envolvida no capuz, como ainda usam os Tangerinos, tudo isso diz bem com o negro das vielas, e com a luz recolhida das adufas. Uns permanecem de pé, encostados aos ombrais; outros conversam taciturnos acocorados à porta das suas mesquinhas habitações, escurecidas de gelosias ou rótulas.

Compraz-se a imaginação em ouvir os adufes ou pandeiros, e os alaúdes ociosos, a deslisarem pelas ruas escuras, frouxamente iluminadas do luar; esfumam-se no vago da noite aqueles motivos namorados, lamentações monótonas na mesma frase, que ainda tão notas são, e que, a poder de repetidas, nos embatam e subjugam como carpir de noras, ou marulho teimoso de águas correntias.

*

Ao longo das calçadas, muitas em degraus, como de Mombaça diz Barros, e como em parte é ainda a moderna Lisboa, seguem a passo demorado as Moiras lisboetas, com o interessante rôsto meio envolvido nos seus véus brancos, ou carregando em ôdres à cabeça, ou em cântaros, cuja forma se perpetúa na cerâmica popular, a água ritual das abluções.

*

Atravessam, aqui, alí, de caminho para mercados ou bazares, as opas brancas da moirisma civil, as *addaras* ou saios de malha e os *almafres* ou morriões da soldadêsca, os *albornozes* dos mercadores, e os *alquicés* da burguezia.

*

Pela noite rasgam o silêncio os ladridos da canzoada vadía, basta como em tôdas as cidades mussulmanas, ou os brados das velas por sôbre o *adarbe* da muralha, ao longo da qual se encrespam as ameias faceadas, de que tão graciosas amostras restam em Sintra, na Alhambra, em Marrocos, em Sevilha.

*

A beirinha do Tejo vê-se orlada de barcos de pesca semi-piratas; e desde manhã, entre o rumor das ruas altas, mesclado da algazarra gutural dos

idiomas árabes e forasteiros, bem como dos pregões mais ou menos melodiosos da venda ambulante, ergue-se para o Ceu a exortação solene e roufenha dos *almoadens* nos minaretes: «¡Só Deus é grande! ¡só Deus é grande! ¡vinde, fiéis, à oração»!...

*

Isso era a Lisboa moira, a princeza do Tejo, que tão prestes havia de ir depôr a corôa no regaço dos Nazarenos.

E já as vozes do povo, trémulas de saùdade e pressentimentos, cantavam no alaude dos poetas, queixumes vagos como êstes:

> ¿Quem não vê que é morta a espanha?
> ¿quem não sente a morte aqui?
> ¡Oh Moiros, vossos ginetes
> incitai, fugi, fugi!
>
> Era um colar todo aljôfares;
> partiu-se-lhe o fio, ¡ai dor!
> caem-lhe uma por uma as pérolas
> sob os golpes do invasor [1].

*

Agora fechemos o livro.

Estudamos a Lisboa pré-histórica, a romana, a moirisca.

[1] Do poeta Ibn-al-Ghassal.—*Al-Makkari*, pág. XCI.

Vamos assistir ao espectáculo surpreendente da sua queda. Vamos ver quanto sangue e quantas ousadias custou aos cavaleiros da Cruz, o astearem a Cruz nos torreões arrogantes da alcantilada Lissibona.

Será o assunto do seguinte volume.

Notas ao 1.º Volume da 2.ª parte

NOTA I

ETIMOLOGIAS DO NOME «LISBOA»

Como aditamento ao que digo no texto aqui vão novas versões.

No diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckmano de Valckenstein, que veio, com outro, buscar a infanta D. Leonor, filha de el-rei D. Duarte, para casar com o imperador Frederico III (*Hist. Gen. — Provas*, tom. I, pág. 606), lê-se isto:

Quam civitatem Ulixes construxit ad honorem uxoris suæ, quæ vocabatur Banna; et est nomen compositum ex Banna et Ulixes, et dicitur Ulixbanna.

*

Na conferência da Academia Real de História, de 2 de Janeiro de 1722, o académico João Couceiro de Abreu e Castro *passou a referir os diversos nomes que teve Lisboa pela diversidade dos seculos desde a sua fundação. Que o de Elixbon, Elysea, Elyssea, o teve de Elysa ou Elyssa, neto de Jafet, que foi o terceiro filho de Noé (e o Lyseas de que fala Plinio) que foi o primeiro fundador desta cidade. Ulyxipon, Ulyssipon, Ulyxipoles, Ulyxipona, Ulyxibona, Ulyssea, Ulyxes Civitas, Ulyssipo, Olyssipo, de Ulysses, ou Ulyxes, que de ambos os modos se acha escripto. Felicitas Julia de Julio Cesar. Lixboa dos arabes, que de Lixbona,*

por corrupção de vocabulo, lhe puzeram este nome, o qual lhe conservou El-Rei D. Affonso Henriques, e seus descendentes, e S. Magestade, que Deos guarde, lho aumentara, dividindo-a em Lisboa Oriental, e em Lisboa Ocidental, erigindo no secular novo Senado, e no Eclesiastico nova, e Santa Basilica Patriarcal na sua Real Capella. Disse que resolver qual foy o ano da sua fundação seria mais temeridade, do que resolução; porém que lhe parecia que a confusão das linguas pela fabrica da Torre fôra no ano 131. depois do diluvio 1788. da creação do mundo 2174. antes do nascimento de Christo, e que Tubal viera á Hespanha no ano 145 depois do Diluvio, e que se Elysa seu sobrinho não veyo (como querem alguns Authores) que com pouca diferença de anos fundaria Lisboa. Que destruida Troya no ano 1150. depois do Diluvio, e da creação do mundo 2806, e 1156. antes do Nacimento de Christo se retirara della o grande Capitão Ulysses, e passando ao mar Oceano, entrara pela bocca do Tejo, e desembarcara n'este porto de Lisboa, reedificara a cidade depois de levantar hum templo a Minerva; e que Gorgoris, que governava Hespanha, lhe dera huma filha, que elle recebera na forma, que referira nas suas memorias; e delle tomara esta cidade os nomes, que tinha referido, ficando assim Ulysses mais conhecido Fundador de Lisboa, do que Elysa. Que Ulyssipo, ou Olyssipo, lhe chamarão os romanos desde o ano 200. antes do Nacimento de Christo, lembrando-se da mesma etymologia; que Julio Cesar entrando nesta cidade no ano 44 antes do Nacimento de Christo, lhe pôz o nome de Felicitas Julia; e que os Mouros, que entrarão em Hespanha em 711. do Nacimento de Christo, corromperão o nome Ulyxbona em o de Lyxboa, que atégora se conserva, derivada porém a sua etymologia de Elysa, e de Ulyxes. (Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza, tomo II, 1722, *Noticias da conferencia de 2 de Janeiro de 1722 — n.º 2).*

NOTA II

NOTÍCIA SOBRE AL-MAKKARI

É Al-Makkari um autor muçulmano dos fins do século xvi, cuja vida foi uma longa série de trabalhos e triunfos, e cujo livro é um dos mais acabados paineis que nos ficaram da dominação sarracena nas Espanhas.

Aquela obra — escreve o seu competentíssimo editor e abreviador Dozy — *é, por assim dizer, a Espanha histórica, literária, artística, científica, desde o seculo* VIII *até ao* XV *; é um imenso quadro de homens, cidades, monumentos, sucessos, viagens, lutas, cênas de todo o género.*

Compulsou o douto Al-Makkari um sem número de escritos anteriores, e graças à sua ciência é guia seguro no vasto labirinto em que embrenha o seu leitor. Por mão daquele erudito corremos a nobre Espanha mahometana, esquadrinhamo-la nas suas opulências naturais e artísticas, nas suas peculiaridades corográficas, nas suas feições poeticas e cavaleirosas. Vemos desdobrar-se aos nossos olhos atentos a série brilhante dos seus califas, dos seus generais, dos seus sábios, dos seus poetas. Apreciamos enfim a personalidade histórica da sociedade arábigo-peninsular, e o papel original que lhe coube na civilização da Europa.

É muito para lamentar a escassez que ainda se sente hoje no mundo literário, dos subsidios daqueles cronistas moiros. São os depoimentos dêles altamente vallosos, e dignos de se contraporem, ora como confirmação, ora como correctivo, aos escritos, não raro parciais, dos cronistas cristãos. Sob êsse aspecto pois, adquirem os sete brilhantes livros do historiador e poeta Al-Makkari a mais indisputavel valla.

Como infelizmente não sei árabe, tive de valer-me do resumo que da obra de Al-Makkari escreveu R. Dozy com o título de *Analectes sur l'histoire et la littérature des ara-*

bes d'Espagne [1], publicação precedida de uma introdução bibliográfica, e de uma biografia crítica àcêrca do autor muçulmano, e seguida do texto, cotejado e criticado por altos entendedores.

[1] Publiés par MM. R. Dozy, G. Dougat, L. Krehl, et W. Wright, Leyde, 1855, 1860.

BIBLIOGRAFIA

LISTA

DAS PRINCIPAIS FONTES CONSULTADAS PELO AUTOR DÊSTE LIVRO, ALÉM DE OUTRAS JÁ MENCIONADAS NO 1.º VOLUME

Academia dos humildes e ignorantes — *Dialogo entre um theologo, um philosopho, um ermitão e um soldado* — Lisboa, 1759 a 1770, 4.º, 8 vol.

Aldrete (D. Bernardo) — *Varias antiguedades de España y Africa* — Amberes, 1614, 4.º, 1 vol.

Al-Makkari — *Analectes sur l'histoire et la littérature des arabes d'Espagne* — publiés par R. Dozy, G. Dougat, L. Krehl, et W. Wright — Leyde, 1855, 1860, fol., tom. I.

Arquivo Pittoresco.

Arquivo da Camara Municipal de Lisboa.

Arquivo da Torre do Tombo.

Arraes (D. Frei Amador) — *Dialogos* — Lisboa, 1604, 4.º, 1 vol.

Art (L') de vérifier les dates — Paris, 1770, fol., 1 vol.

Avelar Brotero (Felix de) — *Memoria sobre as phocas* — no *Jornal de Coimbra* de 1817, n.º LVII.

Azevedo (Luiz Antonio de) — *Dissertação critico-philologico-historica sobre o verdadeiro anno... da crecção do .. antigo theatro romano descoberto na excavação da rua de S. Mamede, perto do castello d'esta cidade* — Lisboa, 1815, 4.º, 1 vol.

Barreiros (Gaspar) — *Chorographia de alguns logares que estão em um caminho que fez Gaspar Barreiros, ó anno de 1546, começando na cidade de Badajoz em Castella, té á de Milão em Italia* — Coimbra, 1561, 8.°, 1 vol.

Bem (Padre D. Thomaz Caetano de), clerigo regular — *Carta a um seu amigo ácerca de uns monumentos romanos descobertos no sitio das Pedras Negras* — Encontra-se no fim da 2.ª ed. do *Summario* de Christovão Rodrigues de Oliveira.

Bernardes (Padre Manuel) — *Nova floresta de varios apophtegmas.*

Bochartus (Samuel) — *De Geographia Sacra.* No volume de *Opera omnia* — Lugduni Batavorum, 1707, 4.°, 1 vol.

Brandão (Frei Antonio) — Na *Mon. Lusit.*

Camões (Luiz de) — *Os Lusiadas.*

Castilho (Dr. José Feliciano de), o velho — *Jornal de Coimbra* — 1817.

Cavanah Murphy (James) — *The history of the mahometan empire in Spain* — London, 1816, 4.°, 1 vol.

Chronica gottorum — *Port. Mon.* — Script.

Chronicon Albeldense — Vem na *Esp. Sagr.* de Flores.

Conceição (Frei Claudio da) — *Gabinete historico,* 17 vol.

Conde — *Historia de la dominacion de los arabes en España.*

Court de Gébelin — *Essai d'histoire orientale pour les VII et VI siècles avant J. C.* — Paris.

Cunha (D. Rodrigo da) — *Historia ecclesiastica da egreja de Lisboa* — Lisboa, 1642, 6.°, 1 vol.

Cunha (Dr. Xavier da) — *Historia de Portugal desde os tempos anteriores á fundação da monarchia* — Lisboa, 1881, 8.°, 1 folh.

N. B. — Saíu, sem nome de autor, na *Bibliotheca do povo e das escholas.*

Dalrymple (William) — *Travels through Spain and Portugal* — London, 1774, 4.°, 1 vol.

Delgado (D. Antonio) — *Nuevo metodo de classificacion de las medallas autónomas de España* — Sevilla, 1871, 8.°, 3 vol.

Descripção miudamente circumstanciada da antiga egreja de S. Nicolau — Lisboa, 1843, 8.°, 1 folh.

Dozy (Reinhardt)—*Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le moyen âge* — Leyde, 1860, 8.°, 2 vol.

Dozy (Reinhardt) — *Analectes sur l'histoire et la littérature des arabes d'Espagne, par Al-Makkari* — Leide, 1855, 1860, 4.°, 1 vol.

Eschwege (Guilherme, Barão de)—*Memoria geognostica... do terreno desde a serra de Cintra até Lisboa...*—Memorias da Acad. Real das Sciencias, 1.ª série, tom. XI, pág. 1.

Feo (João Carlos) e o visconde de Sanches de Baena — *Memorias hist. gen. dos duques portuguezes do seculo XIX* — Lisboa, 1883, 4.°, 1 vol.

Florez (D. Henrique) — *España Sagrada.*

Fonseca Henriques (Francisco da) — *Aquilegio medicinal* — Lisboa, 1726, 8.°, 1 vol.

Goes (Damião de) — *Urbis Olisiponis situs et figura.*—Obra em latim, que se encontra na *Hispania Illustrata*, e foi depois reproduzida, com outras do mesmo autor, em volume sôbre si, com o título de *Damiani a Goes equitis Lusitani Opuscula, quæ in Hispania illustrata continentur,* Conimbricæ, 1791, 8.°, 1 vol.

Gruterus (Joannes) — *Inscriptiones,* etc. — Heibelberg, 1601.

Herculano (Alexandre) — *Historia de Portugal.*

Herculano (Alexandre) — *Portugalliæ Monumenta historica a seculo VIII post Christum usque ad XV... edita* — Olisipone, 1856, fol.

Hübner (Emilio)—*Noticias archeologicas de Portugal,* traduzidas do alemão em português por Augusto Soromenho — Lisboa, 1871, 4.°, 1 vol.

Idatius (Episcopus) — *Chronicon et fasti consulares*—Lutetiæ Parisiorum, 1619, 8.°, 1 folh.

Inscripções (Varias) romanas—Bibl. Nac. de Lisboa—Mss. — B — 2 — 31.

Justinus — *Historiarum ex Trogo Pompeio Libri.*

Kirchmannus (Joannes) — *De funeribus romanorum libri quatuor* — Lubecæ, 1625, 8.°, 1 vol.

Larousse (Pierre) — *Dictionaire.*

Lavrentio (Frater Josephus a Divo) — *Monumenta selecta* — Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa.

Luiz (D. Frei Francisco de S.) — *Glossario.*

Marcellinus V. C. (Gomes illyricianus) — *Chronicon* — Lutetiæ Parisiorum, 1619, 8.°, 1 folh.

Maria (Frei Nicolau de Sancta) — *Chronica dos Conegos Regrantes de Sancto Agostinho.*

Marianna (P.^e Juan de) — *Historia de España* — Madrid, 1601.

Martins de Andrade (Francisco) — *Memoria ácerca das thermas romanas da rua da Prata* — Mss. n.° 728 do Supp. da Bibl. Nac. de Lisboa.

Masdeu (D. Juan Francisco de) — *Historia critica de España y de la cultura española* — Madrid.

Mela (Pomponius) — *De situ orbis.*

Mendes Leal (José da Silva) — *Monumentos nacionaes* — Lisboa, 1868, 8.°, 1 vol.

Monarchia Lusitana.

Moreira de Mendonça (Joaquim José) — *Historia Universal dos terremotos* — Lisboa, 1758, 4.°, 1 vol.

Nunes de Leão (Duarte) — *Chronica d'el-rei D. Affonso Henriques* — Lisboa, 1600, 4.°, 1 vol.

Oliveira (Francisco Xavier de), o cavalheiro de Oliveira — *Cartas.*

Osbernus — Crucesignatus anglicus — *Epistola* — *Port. Mon.* — Script.

Paiva Manso (Visconde de), Levy Maria Jordão — *Portugalliæ Inscriptiones* — Olisipone, 1859, 4.°, 1 vol.

Paquis — *Histoire d'Espagne.* — 1836, 4.°, 2 vol.

Pélisson (Maurice) — *Les romains au temps de Pline le jeune* — Paris, 1882, 8.°, 1 vol.

Pitiscus (Samuel) — *Lexicon antiquitatum romanarum* — Venetiis, 1719, fol., 3 vol.

Plinius Secundus (Caius) — *Historia naturalis.*

Ptolomeus — *Geographica.*

Reportorio *do que conteem os livros do senado da camara* — Ano de 1714 — Fol. mss. da Bibl. Nac. de Lisboa. — Supp. 183.

Resendius (Lucius Andræas) — *Libri quatuor de antiquitatibus Lusitaniæ a L. A. Resendio olim inchoati, et a Jacobo Menœtio Vasconcello recogniti atque absoluti* — Eboræ, 1593, 8.°, 1 vol.

Revista Universal Lisbonense — vol. de 1846.

Ribeiro (Carlos) — *Reconhecimento geologico e hydrographico dos terrenos das vizinhanças de Lisboa* — Lisboa, 1857, 8.°, 1 vol.

Ribeiro (João Pedro) — *Dissertações chronologicas.*

Sionite (Gabriel) — *Geographia Nubiensis, id est accuratissima totius orbis in septem climata divisa descriptio... ex arabico in latinum versa* — Parisiis, 1629, 4.°, 1 vol.

Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal (Augusto) — *Portugal antigo e moderno.*

Soares de Sousa (Gabriel) — *Tratado descriptivo do Brazil em 1587.* — No tom. XIV da *Revista do Instituto historico e geographico do Brazil.*

Solinus — *Polyhistoria.*

Sousa (Frei João de) — *Vestigios da lingua arabica* — 2.ª ed., emendada e anotada por Frei José de Santo António Moura.

Sousa (Frei Luiz de) — *Historia de S. Domingos.*

Strabo — *De situ orbis.*

Tasso (Torquato) — *Jerusalem libertada* — tradução portuguêsa por José Ramos Coelho.

Tavares (Dr. Francisco) — *Instrucções e cautelas praticas sobre a natureza... das aguas mineraes* — Coimbra, 1810, 8.°, 2 vol.

N. B. — O nome do autor não consta do frontespício; vem no fim da dedicatória à rainha a senhora D. Maria I.

Tour du monde (Le).

Varro (Marcus Terentius) — *De re rustica.*

Vitruvio — *Architectura.*

Volney — *Voyage en Syrie.*

ÍNDICES

do

Vol. 1.º da 2.ª parte

ÍNDICE

LIVRO I

Primeiros tempos — Alísubbo — Olísipo

CAPÍTULO I

Págs.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO III

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO IX

Págs.

CAPÍTULO X

CAPITULO XI

CAPÍTULO XII

CAPÍTULO XIII

CAPÍTULO XIV

Págs.

LIVRO II

Bárbaros — Moiros — Lissibona, ou Aschbounah

CAPÍTULO I

CAPÍTULO II

CAPÍTULO III

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO V

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VII

CAPÍTULO VIII

CAPÍTULO IX

CAPÍTULO X

CAPÍTULO XI

CAPÍTULO XII

CAPÍTULO XIII

Índice das estampas

Erratas

No frontispicio — No Retrato de J. de Castilho corrigir *Garcia* para *Bárcia.*

Pág. 189 — 3.ª linha corrigir *agitador* para *agitator*.